



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ESPAÇO PÚBLICO E *PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL* EM CIDADES  
COLONIAIS DA AMÉRICA LATINA**

**LARISSA ALVES DE SOUSA**

BRASÍLIA, DF  
2025

LARISSA ALVES DE SOUSA

**ESPAÇO PÚBLICO E *PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL* EM CIDADES  
COLONIAIS DA AMÉRICA LATINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

**Orientador:** Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

BRASÍLIA, DF  
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AS725e	Alves de Sousa, Larissa Espaço público e planejamento urbano possível em cidades coloniais da América Latina / Larissa Alves de Sousa; orientador Everaldo Batista da Costa. Brasília, 2025. 260 p.  Tese(Doutorado em Geografia) Universidade de Brasília, 2025.  1. América Latina. 2. Pirenópolis. 3. Colônia do Sacramento. 4. Planejamento urbano possível. 5. Espaço público. I. Batista da Costa, Everaldo, orient. II. Título.
--------	---

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Brasília, 17 de junho de 2025.  
Larissa Alves de Sousa

LARISSA ALVES DE SOUSA

**ESPAÇO PÚBLICO E *PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL* EM CIDADES COLONIAIS DA AMÉRICA LATINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial  
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa  
**Universidade de Brasília – UnB (Orientador)**

---

Prof. Dr. Rodrigo Ramos H. F. Valverde  
**Universidade de São Paulo – USP (Avaliador)**

---

Prof. Dr. Dirceu Rogério Cadena de Melo Filho  
**Universidade Federal do Ceará – UFC (Avaliador)**

---

Prof. Dra. Shadia Husseini de Araújo  
**Universidade de Brasília – UnB (Avaliadora)**

---

Prof. Dra. Luana Nunes Martins de Lima  
**Universidade Estadual de Goiás (Avaliadora)**

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desta tese não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de pessoas e instituições que me acompanharam ao longo deste percurso.

Agradeço, primeiramente, ao professor Everaldo, pela orientação generosa, pelas provocações teóricas instigantes e pela confiança depositada em meu trabalho desde o início da pesquisa.

À Carol, amiga querida, por estar presente nos momentos de dúvida e cansaço, oferecendo apoio, escuta e incentivo constantes, sempre com companheirismo e sensibilidade.

Ao Gecipa, por proporcionar um espaço coletivo de trocas, reflexões e aprendizados sobre o urbano e o rural na América Latina, que enriqueceram significativamente este trabalho. Em especial, agradeço ao Vitor, por seu apoio constante ao longo da trajetória.

Aos professores e professoras do POSGEA/UnB, pelas contribuições acadêmicas e pelo ambiente de formação crítica e plural.

Aos funcionários da UnB, pela cordialidade e disponibilidade sempre presentes no cotidiano universitário.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudos, que possibilitou minha dedicação integral à pesquisa e ao desenvolvimento acadêmico.

À FAPDF, pelo apoio institucional e pelo fomento à pesquisa científica no Distrito Federal, fundamentais para o avanço do conhecimento e a consolidação desta investigação.

## RESUMO

Este estudo investiga os impactos da “patrimonialização global” nos espaços públicos de duas cidades coloniais latino-americanas: Pirenópolis, no Brasil, e Colônia do Sacramento, no Uruguai. Ambas vivenciam processos patrimoniais que, associados ao turismo e às políticas públicas, convertem seus centros históricos em lugares de visibilidade simbólica e consumo cultural. Partindo da abordagem da ativação popular do espaço público vinculada ao patrimônio-territorial (E. Costa), do conceito de espaço público (P. Gomes), e que dialoga com o planejamento urbano (E. Maricato), o estudo busca compreender como ocorre a ativação popular dos espaços públicos frente aos impactos da patrimonialização global em Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU), a fim de delinear uma metodologia para sua manutenção. A proposta do “planejamento urbano possível” desenvolvida por E. Costa, articula imaginário, existência e cultura como dimensões essenciais para repensar a cidade a partir das práticas sociais e experiências dos sujeitos nos espaços públicos. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, para identificar as práticas sociais que ativam simbolicamente os espaços públicos e quais elementos dessa ativação podem subsidiar o planejamento urbano possível, concretamente. O estudo defende que, diante das limitações das abordagens técnico-normativas dos planos diretores, o planejamento urbano possível se ancora nas territorialidades vividas e no protagonismo das práticas sociais. Ao confrontar a lógica da patrimonialização global com os usos cotidianos do espaço público, evidencia-se como festas, mobilizações e reapropriações etc., configuram práxis legítimas de ressignificação dos espaços públicos patrimonializados. Nesse escopo, esta tese, pautada na Geografia enquanto ciência socioespacial, revisa instrumentos teórico-metodológicos capazes de interpretar criticamente as articulações entre território, cultura e poder, iluminando os processos de usos do território e suas disputas simbólicas e materiais. Por fim, ao propor um conjunto de indicadores sintéticos baseados na ativação popular do espaço público, a pesquisa contribui para a formulação de estratégias urbanas mais sensíveis às dinâmicas socioculturais locais, reforçando a centralidade dos sujeitos na construção de cidades mais justas, participativas e integradas às territorialidades.

**Palavras-chave:** América Latina; Pirenópolis; Colônia do Sacramento; Planejamento urbano possível; Espaço público.

## RESUMEN

Este estudio investiga los impactos de la “patrimonialización global” en los espacios públicos de dos ciudades coloniales latinoamericanas: Pirenópolis, en Brasil, y Colonia del Sacramento, en Uruguay. Ambos experimentan procesos patrimoniales que, asociados al turismo y a las políticas públicas, convierten sus centros históricos en lugares de visibilidad simbólica y de consumo cultural. A partir del enfoque de activación popular del espacio público vinculado al patrimonio territorial (E. Costa), del concepto de espacio público (P. Gomes), y que dialoga con el urbanismo (E. Maricato), el estudio busca comprender cómo ocurre la activación popular de los espacios públicos frente a los impactos del patrimonio global en Pirenópolis (BR) y Colônia do Sacramento (URU), con el fin de delinear una metodología para su mantenimiento. La propuesta de “urbanismo posible” desarrollada por E. Costa, articula imaginario, existencia y cultura como dimensiones esenciales para repensar la ciudad a partir de las prácticas y experiencias sociales de los sujetos en los espacios públicos. La metodología adoptada combina revisión bibliográfica, análisis documental e investigación de campo para identificar las prácticas sociales que activan simbólicamente los espacios públicos y qué elementos de esta activación pueden sustentar una posible planificación urbana, en términos concretos. El estudio argumenta que, dadas las limitaciones de los enfoques técnico-normativos de los planes directores, la planificación urbana posible se ancla en las territorialidades vividas y en el protagonismo de las prácticas sociales. Al confrontar la lógica de la patrimonialización global con los usos cotidianos del espacio público, se hace evidente cómo las fiestas, las movilizaciones, las reapropiaciones, etc., configuran prácticas legítimas para la resignificación de los espacios públicos patrimonializados. En este ámbito, esta tesis, basada en la Geografía como ciencia socioespacial, revisa instrumentos teórico-metodológicos capaces de interpretar críticamente las articulaciones entre territorio, cultura y poder, iluminando los procesos de uso del territorio y sus disputas simbólicas y materiales. Finalmente, al proponer un conjunto de indicadores sintéticos basados en la activación popular del espacio público, la investigación contribuye a la formulación de estrategias urbanas más sensibles a las dinámicas socioculturales locales, reforzando la centralidad de los sujetos en la construcción de ciudades más justas, participativas e integradas a las territorialidades.

**Palabras clave:** América Latina; Pirenópolis; Colonia del Sacramento; Planificación urbana posible; Espacio público.

## ABSTRACT

This study investigates the impacts of “global patrimonialization” on public spaces in two Latin American colonial cities: Pirenópolis, in Brazil, and Colonia del Sacramento, in Uruguay. Both cities experience patrimonialization processes that, associated with tourism and public policies, convert their historic centers into places of symbolic visibility and cultural consumption. Based on the approach of popular activation of public space linked to territorial heritage (E. Costa), the concept of public space (P. Gomes), and which dialogues with urban planning (E. Maricato), the study seeks to understand how popular activation of public spaces occurs in the face of the impacts of global patrimonialization in Pirenópolis (BR) and Colonia del Sacramento (URU), in order to outline a methodology for their maintenance. The proposal of “possible urban planning” developed by E. Costa, articulates imaginary, existence and culture as essential dimensions for rethinking the city based on the social practices and experiences of subjects in public spaces. The methodology adopted combines bibliographical review, documentary analysis and field research to identify the social practices that symbolically activate public spaces and which elements of this activation can support concrete urban planning. The study argues that, given the limitations of the technical-normative approaches of master plans, possible urban planning is anchored in lived territorialities and in the protagonism of social practices. By confronting the logic of global patrimonialization with the daily uses of public space, it becomes clear how festivals, mobilizations and reappropriations, etc., configure legitimate praxis for the resignification of patrimonialized public spaces. In this scope, this thesis, based on Geography as a socio-spatial science, reviews theoretical and methodological instruments capable of critically interpreting the articulations between territory, culture and power, illuminating the processes of use of territory and its symbolic and material disputes. Finally, by proposing a set of synthetic indicators based on the popular activation of public space, the research contributes to the formulation of urban strategies that are more sensitive to local sociocultural dynamics, reinforcing the centrality of subjects in the construction of fairer, more participatory cities that are integrated into territorialities.

**Key-words:** Latin America; Pirenópolis; Colonia del Sacramento; Possible urban planning; Public space.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Esquema conceitual da tese .....	22
<b>Figura 2:</b> Mosaico de fotografias dos espaços públicos patrimonializados pela Unesco .....	53
<b>Figura 3:</b> Continuação do Mosaico de fotografias dos espaços públicos patrimonializados pela Unesco.....	54
<b>Figura 4:</b> Vista antiga do trecho da Rua do Lazer .....	64
<b>Figura 5:</b> Vista noturna da Rua do Lazer, em Pirenópolis .....	65
<b>Figura 6:</b> Praça Coronel Chico de Sá e Coreto, no centro histórico de Pirenópolis..	68
<b>Figura 7:</b> Estacionamento público e loja de brinquedos no centro histórico de pirenópolis .....	77
<b>Figura 8:</b> Barracas de produtos artesanais na Praça do Coreto, em Pirenópolis .....	77
<b>Figura 9:</b> Rua dos Suspiros, Colônia do Sacramento .....	80
<b>Figura 10:</b> Praça da Matriz, antiga Casa dos Governadores de Colônia do Sacramento .....	80
<b>Figura 11:</b> Avenida General Flores, Colônia do Sacramento .....	81
<b>Figura 12:</b> Prática de comércio informal nas calçadas da Rua do Lazer em Pirenópolis.....	111
<b>Figura 13:</b> Abertura parcial dos comércios e abastecimento de mercadoria em bar na Rua do Lazer .....	111
<b>Figura 14:</b> Descarga de mercadorias no cruzamento da Avenida Beira Rio e Rua do Lazer em Pirenópolis.....	112
<b>Figura 15:</b> Desfile dos Carros de Boi de São Sebastião em frente à Igreja Matriz ..	113
<b>Figura 16:</b> Lazer nas margens do Rio das Almas próximo ao centro histórico de Pirenópolis.....	114
<b>Figura 17:</b> Banhistas no Rio das Almas e estrutura da Ponte Velha .....	115
<b>Figura 18:</b> Venda de produtos indígenas na Praça do Coreto em Pirenópolis .....	117
<b>Figura 19:</b> Fluxo noturno na Feira das Artes em Pirenópolis.....	118
<b>Figura 20:</b> Ponte Velha e Igreja Nossa Senhora do Carmo .....	121
<b>Figura 21:</b> Vista lateral da Igreja Nossa Senhora do Bonfim, com fiéis e motocicletas estacionadas no gramado e na calçada.....	122
<b>Figura 22:</b> Bar e comedoria La Carlota, localizado no “Barrio Sur”, atual Bairro Histórico .....	129
<b>Figura 23:</b> Intervenção na calçada da Avenida General Flores.....	131
<b>Figura 24:</b> Inauguração da Placa “Marcha por la Diversidad – 23/09/2023”.....	131
<b>Figura 25:</b> Barraca de produtos locais na Marcha da Diversidade em Colônia do Sacramento .....	137
<b>Figura 26:</b> Ruínas da antiga Casa dos Governadores.....	139
<b>Figura 27:</b> Praça Manuel Lobo e Igreja do Santíssimo Sacramento ao fundo.....	140
<b>Figura 28:</b> Vendedores de produtos artesanais na Festa do Periconazo .....	143
<b>Figura 29:</b> Público participante da festa Periconazo.....	143
<b>Figura 30:</b> Público presente no Festival Periconazo, na Praça Maior 25 de Maio..	144
<b>Figura 31:</b> Concentração do grupo de Candombe em frente à Praça Maior .....	146
<b>Figura 32:</b> Grupo de candombe nas ruas de Colônia do Sacramento .....	147
<b>Figura 33:</b> Largo da Praça da Igreja Matriz em dia de feira.....	155
<b>Figura 34:</b> Passeios nos espaços públicos em Pirenópolis .....	169
<b>Figura 35:</b> Atividades cotidianas em algumas praças em Colônia do Sacramento .....	176
<b>Figura 36:</b> Fluxos e fixos nos espaços públicos de Colônia do Sacramento .....	183

<b>Figura 37:</b> Fluxos e fixos em Colônia do Sacramento .....	188
<b>Figura 38:</b> Imóveis à venda em Colônia do Sacramento .....	189
<b>Figura 39:</b> Linha do tempo de eventos históricos que norteiam o planejamento urbano possível e a geografia social imaginativa do lugar .....	197
<b>Figura 40:</b> Folders publicitários dos eventos que ocorrem na área de estudo em Pirenópolis.....	206
<b>Figura 41:</b> (A) Câmera de monitoramento na Rua Nossa Senhora do Rosário; (B) Matéria jornalística sobre residentes de Pirenópolis que relatam sentir-se pressionados a aderir a serviços privados de vigilância.....	214
<b>Figura 42:</b> Assentamento Las Malvinas, Colônia do Sacramento .....	227

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização geográfica de Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU) .....	17
<b>Mapa 2:</b> Conjuntos urbanos históricos de cidades coloniais latino-americanas patrimonializadas pela Unesco.....	51
<b>Mapa 3:</b> Zoneamento do Plano de Colônia do Sacramento.....	133
<b>Mapa 4:</b> Quantidade de espaços públicos por habitante no Uruguai.....	136
<b>Mapa 5:</b> Distribuição geográfica das entrevistas em Pirenópolis .....	152
<b>Mapa 6:</b> Frota de motocicletas no estado de Goiás .....	163
<b>Mapa 7:</b> Distribuição geográfica das entrevistas em Colônia do Sacramento .....	173
<b>Mapa 8:</b> Temperatura da superfície terrestre em Pirenópolis (06/10/2024) .....	213
<b>Mapa 9:</b> Temperatura identificada em Colônia do Sacramento .....	230

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Uruguai – Monumentos declarados segundo a tipologia .....	87
<b>Gráfico 2:</b> Escalas de destinos escolhidos pelos visitantes no Uruguai .....	89
<b>Gráfico 3:</b> Atividades recreativas em Colônia do Sacramento durante a Semana do Turismo (2023).....	89
<b>Gráfico 4:</b> População residente do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento ....	126
<b>Gráfico 5:</b> Público frequentador da Praça de Armas .....	138
<b>Gráfico 6:</b> O que te atrai para os espaços públicos.....	154
<b>Gráfico 7:</b> Tempo de permanência no Largo da Matriz durante as feiras semanais .....	156
<b>Gráfico 8:</b> Fluxo de residentes de Pirenópolis na Praça do Coreto .....	157
<b>Gráfico 9:</b> Bens culturais no centro histórico de interesse dos residentes .....	159
<b>Gráfico 10:</b> Como você se desloca em Pirenópolis .....	162
<b>Gráfico 11:</b> Deslocamento a pé em Pirenópolis .....	162
<b>Gráfico 12:</b> Melhoria do conforto ambiental e arquitetônico .....	165
<b>Gráfico 13:</b> Problemas de ordem urbano-ambiental em Pirenópolis .....	166
<b>Gráfico 14:</b> O que te motiva a frequentar os espaços públicos .....	175
<b>Gráfico 15:</b> Percepção da população em relação ao patrimônio urbano histórico..	178
<b>Gráfico 16:</b> Influências culturais nos usos dos espaços públicos .....	179
<b>Gráfico 17:</b> Formas de deslocamento em Colônia do Sacramento .....	181
<b>Gráfico 18:</b> Fluxo de deslocamento a pé em Colônia do Sacramento.....	182
<b>Gráfico 19:</b> Melhoria do conforto térmico e ambiental em Colônia do Sacramento	185
<b>Gráfico 20:</b> Problemas de ordem urbano-ambiental em Colônia do Sacramento...	185

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Perfil socioeconômico dos turistas que frequentam o comércio local em Pirenópolis.....	73
<b>Quadro 2:</b> Instrumentos de salvaguarda de Colônia do Sacramento .....	90
<b>Quadro 3:</b> Síntese constitutiva de utopismos patrimoniais na América Latina .....	98
<b>Quadro 4:</b> Categorias, critérios e indicadores para a construção do planejamento urbano possível .....	103
<b>Quadro 5:</b> Quadro sinótico das bases para o planejamento urbano possível .....	104
<b>Quadro 6:</b> Dimensões e relevância dos critérios para o planejamento urbano possível e a geografia social imaginativa do lugar – Pirenópolis.....	106
<b>Quadro 7:</b> Dimensões e relevância dos critérios para o planejamento urbano possível e a geografia social imaginativa do lugar – Colônia do Sacramento .....	127
<b>Quadro 8:</b> Autorização e proibição de uso do espaço público no centro histórico de Colônia do Sacramento, segundo o Decreto n.º 23/2018.....	134
<b>Quadro 9:</b> Calendário das festividades tradicionais, folclóricas e religiosas em Pirenópolis (2024) .....	159
<b>Quadro 10:</b> Segurança nos espaços públicos em Pirenópolis.....	168
<b>Quadro 11:</b> Indicadores sintéticos e sua qualidade em Pirenópolis .....	170
<b>Quadro 12 :</b> Segurança nos espaços públicos em Colônia do Sacramento .....	188
<b>Quadro 13:</b> Indicadores sintéticos e sua qualidade em Colônia do Sacramento....	190
<b>Quadro 14:</b> Práticas sociais propositivas e metodologias de uma geografia social imaginativa do lugar .....	199
<b>Quadro 15:</b> Observações coletadas em Pirenópolis versus Plano Diretor de Pirenópolis.....	201
<b>Quadro 16:</b> Observações coletadas em Colônia do Sacramento versus Plano de Ordenamento Territorial de Colônia do Sacramento .....	217

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Índice de bem-estar urbano de Pirenópolis, a partir da Região Imediata de Anápolis .....	109
<b>Tabela 2:</b> Perfil da amostragem em Pirenópolis .....	152
<b>Tabela 3:</b> Perfil da amostragem em Colônia do Sacramento.....	172

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ANP** – ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DE PORTOS  
**APAP** – ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DA PRAÇA DAS ARTES DE PIRENÓPOLIS  
**CEPAL** – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE  
**CIDAP** – CENTRO DE INVESTIGACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y ASESORÍA POBLACIONAL  
**CPCN** – COMISSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA NAÇÃO  
**CH** – CENTRO HISTÓRICO  
**FCIEN** – FACULTAD DE CIENCIAS  
**FFLCH** – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
**GECEPA** – GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CIDADES E PATRIMONIALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE  
**IPF** – INSTITUTO DE PLANIFICACIÓN FÍSICA  
**ICOMOS** – CONSELHO NACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS  
**IPHAN** - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL  
**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
**INE** – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA  
**INMET** – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA  
**INV** – INSTITUTO NACIONAL DE LA VIVIENDA  
**IUCN** – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
**MINTURD** – MINISTERIO DE TURISMO Y DEPORTE  
**MVOTMA** – MINISTERIO DE VIVIENDA Y ORDENAMIENTO TERRITORIAL  
**ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS  
**OHCH** – ESCRITÓRIO DO HISTORIADOR DA CIDADE DE HAVANA  
**PPGHIS** – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
**SIAP** – SOCIEDADE INTERAMERICANA DE PLANEJAMENTO  
**SEPLAM** – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
**SEDESOL** – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
**SNIS** – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E SANEAMENTO  
**SMGEP** – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
**UNESCO** - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA  
**UDELAR** – UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA  
**UnB** – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
**UNESP** – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

## SUMÁRIO

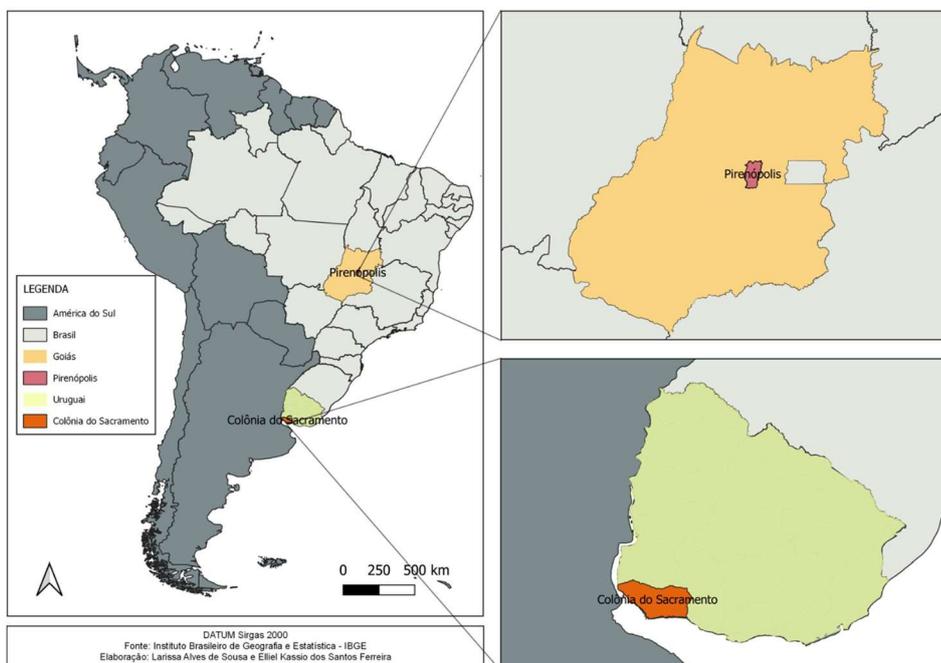
INTRODUÇÃO .....	17
Procedimentos metodológicos .....	23
Contextualização do objeto de tese .....	28
A estrutura da tese.....	39
PARTE I: A <i>PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL</i> E SEU IMPACTO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CIDADES COLONIAIS NA AMÉRICA LATINA .....	41
1.1. <i>Patrimonialização global</i> , usos e apropriações do espaço público nas cidades coloniais na América Latina .....	42
1.2. A <i>patrimonialização global</i> nos espaços públicos de Pirenópolis (BR).....	62
1.3. Colônia do Sacramento (URU) e a <i>patrimonialização global</i> refletida nos espaços públicos.....	78
PARTE II: DA <i>ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO AO PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL</i> NAS CIDADES COLONIAIS LATINO-AMERICANAS .....	93
2.1. Espaço público ativado: <i>práxis</i> e resistências face à <i>patrimonialização global</i> .....	94
2.2. Usos do espaço público: indicadores ao <i>planejamento urbano possível</i> em Pirenópolis e Colônia do Sacramento.....	101
2.2.1. Caminhos de convivência: a dinâmica do espaço público em Pirenópolis .....	105
2.2.2. A influência do espaço público na cidade colonial: análise de Colônia do Sacramento .....	125
PARTE III: INDICADORES SINTÉTICOS E ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO <i>PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL</i> .....	150
3.1. Pirenópolis: dimensão geográfica e valorização do espaço público latino-americano .....	151
3.2. Potencialidades e vulnerabilidades do espaço público em Colônia do Sacramento.....	171
PARTE IV: PRÁTICAS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E SUJEITOS EM PIRENÓPOLIS E COLÔNIA DO SACRAMENTO .....	192
4.1. Quadro síntese: possibilidades e metodologias da <i>geografia social imaginativa do lugar</i> .....	193
4.2. Pirenópolis: narrativas espaciais integradoras.....	200
4.3. A espacialização dos sujeitos em Colônia do Sacramento .....	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	238
ANEXOS .....	257

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX e início do XXI, as instituições patrimoniais estabeleceram o que deve ser preservado por meio de políticas públicas que valorizam certos bens, mas que igualmente provocam tensões e conflitos sociais e urbanos<sup>1</sup>. O conjunto dos bens arquitetônicos e seus usos expressa uma relação complexa entre a dimensão estética e o valor simbólico desses elementos. Assim, ao projetar sobre eles sentidos culturais, a sociedade transforma o patrimônio em um instrumento de afirmação identitária e de domínio simbólico, que, como destaca Choay (2017, p. 13), “não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana”.

Entendemos que as cidades possuem diferentes narrativas expressas em suas formas e dão sentido às histórias dos sujeitos coexistentes nos lugares (Abreu, 1998). Nesse sentido, a temática da Tese compreende a *ativação popular do espaço público* em Pirenópolis, no Brasil, e em Colônia do Sacramento, no Uruguai, para pensar o *planejamento urbano possível* a partir de tal ativação (Mapa 1).

**Mapa 1:** Localização geográfica de Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU)



Fonte: Elaboração de Larissa Sousa & Eliel Ferreira com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>1</sup> Realizada em Paris, em 1972, a Assembleia Geral da Unesco instituiu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

Segundo Costa (2017, 2018, 2021b), a *ativação popular do espaço público* sobre a perspectiva do patrimônio-territorial<sup>2</sup>, diz respeito ao protagonismo dos sujeitos que resistem espacial e popularmente nas cidades-campo latino-americanas, pois “la emergencia del espacio público, accesos, movilidades y movilizaciones favorece la continuidad, por ejemplo, de las fiestas populares mitigadoras de riesgos, por fomentar solidaridad espacial” (Costa, 2018, p. 21). Nesse sentido, o estudo quer identificar e apresentar indicadores para a consolidação do *planejamento urbano possível* (de enfoque latino-americano [Costa, 2021a]) nos referidos sítios.

A tese, portanto, aborda a urbanização de cidades coloniais latino-americanas, analisando como esses territórios se inserem em um conjunto de tendências estruturais associadas à globalização, especialmente no que se refere à visão patrimonial promovida por organismos internacionais, como a Unesco. Observa-se que projetos urbanos e políticas específicas de turismo no continente latino-americano remodelam as cidades e seus espaços públicos. Para Alvarado & López (2018, p. 31) “los elementos patrimoniales han cobrado fuerza como recursos excepcionales, especiales. Por ello, generalmente, son el objeto idóneo para fungir como imágenes representativas de un territorio y como anzuelo perfecto para atraer turistas”.

Os processos de patrimonialização criam formas de reconhecimento, classificação e identificação de um determinado bem material ou imaterial como patrimônio cultural. Nesse contexto, as cidades patrimonializadas na América Latina (e no mundo) possuem centros históricos que estão sob a chancela de políticas locais, que se aproveitam do patrimônio cultural urbano para atrair turistas nacionais e estrangeiros, conforme estudos feitos por Scifoni (2003), Paes-Luchiari (2006), Crossa (2013), Costa (2015), Alvarado & López (2018), Burgos (2019), Zarlenga (2020), Trujillo (2021), Cadena & Brito (2024), entre outros.

Esta tese tem como **tema central** a análise dos efeitos da *patrimonialização global* nas dinâmicas dos espaços públicos, com foco nas cidades de Pirenópolis e Colônia do Sacramento. Nestes contextos, a lógica de ocupação atual ainda reflete o passado colonial, influenciando a valorização dos lugares através de estratégias políticas tanto locais como globais. Assim, propõe-se compreender, no mundo contemporâneo, os sentidos da modernização e da dimensão territorial nos respectivos

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que esta noção será desenvolvida ao longo deste trabalho.

lugares. Logo, este doutorado adota a abordagem da *patrimonialização global* (Costa, 2015) como um processo que afeta a dinâmica do *espaço público*, vislumbrando um caminho para um *planejamento urbano possível*, a ser revisado desde as cidades analisadas.

A justificativa pela **escolha de Colônia do Sacramento** para esta investigação aponta para a forma como a cidade produz e gera a sua dimensão simbólica a partir das práticas sociais que ativam o espaço público. Importa-nos, também, entender a participação dos sujeitos no planejamento urbano e nos processos de valorização patrimonial de bens localizados no bairro histórico (Ibarlucea, 2015). As variáveis vinculadas aos espaços públicos da cidade são substanciais à equidade socioterritorial e à manutenção da vida cotidiana por meio das práticas sociais e do planejamento. Entre todas as complexidades inerentes a esse processo, o foco tem sido direcionado para as práticas e narrativas que permeiam o espaço público, a temporalidade, os impactos no território e os diversos agentes envolvidos.

Estas práticas são elaboradas, assimiladas, desafiadas e questionadas por diversos agentes sociais que desempenham papéis ao longo do processo. Essa dinâmica social permite que o estudo sobre Colônia do Sacramento amplie o debate sobre o fenômeno singular-universal — mecanismo da *patrimonialização global* — como uma cidade colonial classificada como Patrimônio Mundial na Lista da Unesco, ao trazer os espaços públicos como o lugar de ressignificação em torno desse processo.

O território é a categoria operativa dos processos sociais vivenciados nos espaços públicos do centro histórico de Colônia do Sacramento e, para tal, a construção da proposta do *planejamento urbano possível* é um guia para a metodologia da tese, com o entendimento de que ele pode e deve tornar-se útil, não apenas para problematizar os impactos da patrimonialização, mas também para a formulação de políticas públicas por meio de um planejamento verdadeiramente humanizado. Costa & Scarlato (2019, p. 645) afirmam que “la localización, la situación, la posición, la extensión y la existencia en y del espacio son comprendidas por esas interacciones cuya esencia es el control técnico y político”.

A **escolha de Pirenópolis** para este estudo se justifica por ser uma cidade colonial que possui uma dinâmica de práticas sociais existentes nos espaços públicos. Estas práticas sociais constituem uma dinâmica que fomenta elementos-chave à

*ativação popular do espaço público* através dos seus usos e apropriações. Fundada no século XVIII, o centro histórico de Pirenópolis é tombado pelo Iphan e, mais de trinta anos após o tombamento como patrimônio nacional, continua se redefinindo em uma miríade de múltiplos significados (Almeida, 2005; Lima, 2017). No âmbito de disputas e conflitos estabelecidos pelo tombamento, observam-se interconexões e fenômenos de um processo intrinsecamente ligado à lógica de perpetuação do capital e ao consumo comercial na cidade, o que recai sobre o planejamento urbano.

Nesse contexto, a análise possibilita a revelação de faces da *patrimonialização global* que impacta os espaços públicos de Pirenópolis ao despojá-los de seus significados para a população e ao criar configurações urbanas que simplificam e reduzem as complexidades diante dos processos de patrimonialização. Esse processo de ressignificação, ao dissolver as influências físicas, históricas e socioculturais que dinamicamente moldam a identidade dos espaços públicos tradicionais de Pirenópolis, pode dar origem tanto a contradições na relação entre os chamados patrimônios urbanos históricos e seus contextos locais, quanto a perdas das conexões identitárias e culturais intrínsecas ao lugar em questão e ao planejamento. Portanto, a metodologia do *planejamento urbano possível* corrobora principalmente para uma construção nesse processo vinculado ao sujeito e às suas demandas relacionadas aos espaços públicos no cotidiano.

A **problemática**, portanto, se constitui nas práticas sociais realizadas no espaço público, indicativas de sua *ativação popular*, na medida em que os sujeitos os ocupam e participam desses espaços criando formas de estar e resistir à *patrimonialização global*, ao mesmo tempo em que apresentam alternativas para o *planejamento urbano possível*. Gerir o patrimônio urbano constitutivo de espaços públicos, no contexto do planejamento, não é desvinculá-lo da fruição por parte do sujeito que lhe dá significado; pelo contrário, é criar condições para que tais espaços sejam lugares de práticas sociais do cotidiano, por exemplo. Nesse sentido, a pergunta da pesquisa é ***como ocorre a ativação popular do espaço público nas cidades coloniais de Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU), e quais elementos ou variáveis dessa ativação podem subsidiar o planejamento urbano possível, concretamente, para estes e outros sítios da América Latina?***

A **hipótese**, portanto, é a seguinte: por mais que a *patrimonialização global* impacte ou ressignifique a cidade colonial em sua totalidade (como defendeu E. Costa

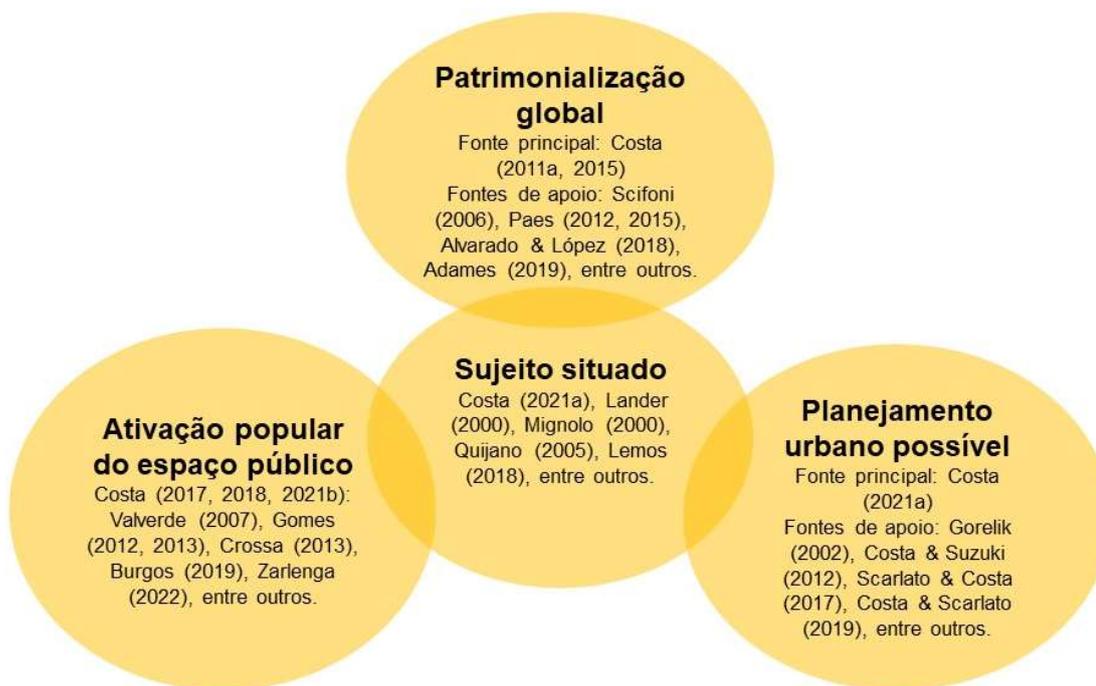
em sua tese de doutoramento), a manutenção do espaço público pode ser potencializada ao se reconhecer os elementos fundamentais de sua ativação popular, atrelando-os ao *planejamento urbano possível*, a favorecer a equidade socioterritorial para o caso das cidades em análise e outras do continente. Logo, deve ser revista a crítica radical à patrimonialização (e mesmo à urbanização ou à turistificação) e reconhecer o espaço público como ponto de convergência política e construção de alternativas sociais.

Assim, de acordo com E. Costa, o *planejamento urbano possível* pode gerar a *práxis* existencial ao direcionar o sujeito para o centro do planejamento, em que ele reconhece seu lugar de vida no cotidiano (o que será estudado nesta tese desde o espaço público). Para o autor, “es necesario repensar la planificación, cuya naturaleza sobrevalora los negocios inmobiliarios, financieros, mediáticos, técnicos y de consumo como ideologías del progreso” (Costa, 2021a, p. 115). O espaço público de cidades coloniais é a síntese de múltiplas camadas temporais e culturais sobre um dado território, que revelam suas funções e formas de apropriação e as práticas sociais a eles vinculadas.

Centramo-nos na escala local para compreender a realidade de Pirenópolis, que atravessou períodos de exploração econômica na lógica da modernização do território goiano, numa rede de relações e trocas interligadas à produção do sistema-mundial vigente estabelecida como local de fluxos de bens e de serviços com outros centros urbanos (Alvarado & Costa, 2019). Tal qual Colônia do Sacramento, que no passado se configurou como um território em disputa entre Portugal e Espanha, e atualmente concentra distintos processos urbanos vinculados ao capital (Possamai, 2010; Ibarlucea, 2015).

O esquema conceitual na figura 1 será desenvolvido durante todo o processo de investigação, analisado e revisado à luz do empírico.

**Figura 1:** Esquema conceitual da tese



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O **objetivo geral da tese** é compreender como ocorre a *ativação popular dos espaços públicos* frente aos impactos da *patrimonialização global* em cidades coloniais latino-americanas, com enfoque em Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU), a fim de delinear uma metodologia para sua manutenção, vinculada à proposta do *planejamento urbano possível*.

A forma como os espaços públicos de cidades coloniais na América Latina são objetos da patrimonialização gera inquietações que se desdobram com dimensões diferentes em cada estudo científico. Na Geografia, o conceito de espaço público compreende o lugar da prática social, envolve relações de poder e modos de vidas que revelam a formação econômica, cultural e social do lugar, conforme González (2003), Tejerina (2005), Borja (2006), Gomes (2012), Corrêa (2016), Souza (2020), entre outros. Assim, a partir do objetivo geral, analisamos os espaços públicos de Pirenópolis, no Brasil, e de Colônia do Sacramento, no Uruguai.

**Os objetivos específicos são:**

- Entender como o processo de *patrimonialização global* rebate sobre as cidades coloniais latino-americanas;

- Elucidar o fenômeno da *ativação popular do espaço público* na América Latina, enquanto potencial transgressor de práticas sociais e como revelador de indicadores para o *planejamento urbano possível*;
- Caracterizar os indicadores sintéticos favoráveis ao *planejamento urbano possível*, os quais sejam capazes de promover a manutenção vital do espaço público em Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU);
- Produzir um quadro síntese de práticas sociais a partir dos instrumentos urbanísticos de planejamento existentes para incorporar os indicadores sintéticos que contribuam, metodologicamente, para o *planejamento urbano possível* em Pirenópolis (BR) e em Colônia do Sacramento (URU).

### **Procedimentos metodológicos**

No primeiro momento, foi feita uma **revisão bibliográfica** por meio do levantamento de publicações, de materiais cartográficos e de fontes audiovisuais. Ademais, o foco desta análise perpassa as áreas do saber, tais como: geografia; arquitetura e urbanismo; história; sociologia e antropologia, no sentido de refinar a pesquisa sobre a patrimonialização na América Latina. Essa etapa é fundamental para dar suporte à etapa que antecederá a pesquisa de campo.

Autores como Maluly, Moncada, Alvarado, entre outros, foram de muita importância na construção do saber geográfico e no que se refere à segregação social dos espaços e territórios de resistência na América Latina. A leitura e o fichamento de livros, teses, artigos e dissertações sobre o tema e as cidades analisadas foram essenciais para a construção de toda a pesquisa, junto à orientação.

No segundo momento, foi feita uma **pesquisa documental e iconográfica** com levantamento de registros, fotografias, tabelas estatísticas, mapas, cartas, documentos e dados oficiais elaborados por meio de coleta de dados em instituições internacionais (Unesco, ONU) e nacionais (IBGE). Em Pirenópolis, a busca se concentrou em acessar informações sobre projetos urbanísticos, territoriais e zoneamentos (leis de tombamento, planejamento urbano, plano de zoneamento, Plano Diretor etc.) nos centros administrativos tais como a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento (SMGEP), a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, a Secretaria Municipal de Turismo e o Iphan. Em Colônia do Sacramento,

foram realizadas coletas de dados e documentos legais na Prefeitura de Colônia, na Comissão do Patrimônio Cultural da Nação (CPCN), no Ministério do Turismo e Esporte (MINTURD) e no Ministério de Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA).

Entre os documentos coletados e analisados, estão:

- Documentos internacionais diversos disponibilizados pela Unesco, através das Assembleias Gerais e suas deliberações. Com foco naqueles que tratam de: cartas, declarações, recomendações e memorandos sobre o patrimônio de cidades coloniais na América Latina.
- Carta Internacional do ICOMOS sobre turismo cultural – 1999.
- Documentos do processo de tombamento da cidade de Pirenópolis, pelo Iphan.
- Documentos de salvaguarda e inscrição de Colônia do Sacramento como patrimônio nacional da CPCN.
- Documentos de inscrição no patrimônio mundial do bairro histórico de Colônia do Sacramento, pela Unesco.

#### **Legislações vigentes no Brasil**

- Lei de Parcelamento do Solo Urbano de Pirenópolis e suas alterações – 1982.
- Lei de Zoneamento de Usos do Solo de Pirenópolis e suas alterações – 1982.
- Lei Orgânica do Município de Pirenópolis e suas alterações – 1990.
- Estatuto da Cidade – 2001.
- Revisão Técnica do Plano Diretor de Pirenópolis – Incorporada ao PL 026/2024 – sancionada.
- Plano Diretor de Pirenópolis e suas alterações – 2024.

#### **Legislações vigentes no Uruguai**

- Decreto de Ordenamento Territorial do Departamento de Colônia e suas alterações – 1997.
- Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial de Colônia do Sacramento e sua Microrregião e suas alterações – 2000.
- Lei de Descentralização Política e Participação Cidadã e suas alterações – 2009.
- Decreto n.º 023/2018, que se aplica ao perímetro do Bairro Histórico de Colônia

do Sacramento, definido pelo eixo da Rua Ituzaingó de Norte a Sul pelo Leste e pelo Rio da Prata ao Norte, Sul e Oeste – 2018.

- Plano Diretor (Junta Departamental de Colonia) – 2024.

No terceiro momento, foi realizada uma **pesquisa de campo** nos espaços públicos de Pirenópolis e Colônia do Sacramento, a fim de identificar os usos e as apropriações dos espaços públicos, a partir da observação, do registro e da descrição das práticas sociais e dos elementos materiais presentes nesses lugares, em **diário de campo**. A metodologia proposta por Costa (2017) reforça a análise do que ele denomina, pela Geografia, “sujeito situado”. Desse modo, localiza-se e compreende-se, a partir dos moradores, os usos e as apropriações dos espaços públicos que representam uma ativação popular, cujas funções dizem respeito aos espaços públicos e a sua manutenção.

Os espaços públicos a serem investigados em Pirenópolis conformam o tombamento do centro histórico (espaços públicos de maior concentração turística com dados do Iphan, desde aqueles que estão mais conservados até os que estão em situação de abandono), em conformidade aos espaços públicos que estão presentes no Plano Diretor, documento que foi revisado em 2022 e tornado Lei Complementar em 2024.

Em Colônia do Sacramento, os espaços públicos sondados estão de acordo com referências históricas catalogadas pelo CPCN (Plano de Gestão do Bairro Histórico, 2012) e outros espaços públicos próximos inseridos no ordenamento territorial (zonas de influência) da cidade por meio do planejamento territorial do Departamento de Colônia.

- **Instrumentos e técnicas**

1) *Observação do tipo participante*: após observar as práticas sociais nos espaços públicos, esta técnica será adotada como estratégia metodológica porque propicia a imersão e o envolvimento da pesquisadora na realidade estudada, quais sejam os indicadores sintéticos que podem reforçar a ativação popular e a manutenção dos espaços públicos dessas cidades no contexto do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021a). Segundo Chizzotti (2018, p. 90), a observação participante tem como

base “experenciarm e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos”.

2) *Entrevistas semiestruturadas*: foi utilizada como proposta de diálogo entre a pesquisadora e seus interlocutores (Flick, 2009). Elas foram realizadas com os sujeitos residentes que se apropriam dos espaços públicos, ou seja, residentes que reconhecem suas práticas e as valorizam junto aos espaços públicos. A opção pela entrevista semiestruturada com os sujeitos é orientada pela possibilidade de promover um diálogo entre pesquisadora e entrevistado (Chizzotti, 2018) que, por meio de uma entrevista formal e informal, tenha total liberdade de discorrer sobre suas práticas sociais a uma ativação popular que origine a construção do *planejamento urbano possível*. Nesse sentido, têm-se que elas demonstram uma experiência intrínseca aos sujeitos, pois esses registros revelam contextos específicos por meio da “análise de conteúdo”, conforme indica Flick (2009). Estabelece Bardin (2011, p. 48) que “pertencem ao domínio da Análise de Conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo”, a autora ainda define que “com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais, são complementares”.

3) *Quadro-síntese*: a coleta de informações em campo gerou a elaboração de um quadro-síntese da concepção de totalidade concreta do espaço (Santos, 1996). Sabemos que o quadro-síntese é uma ferramenta utilizada pela Geografia em diferentes contextos socioespaciais, pois permite articular diferentes dimensões do espaço geográfico — econômica, social, política, cultural e simbólica — a partir da observação empírica das práticas espaciais e suas contradições (Costa, 2017). Nesta investigação, o quadro-síntese é concebido como ferramenta para apreensão da totalidade concreta e das contradições que atravessam os espaços públicos (Costa, 2021a). Dito de outra forma, compreendemos que o potencial do quadro-síntese se fundamenta na compreensão de que o urbano é produzido a partir das práticas sociais e das territorialidades vividas. Como um caminho metodológico dessa proposta, o quadro-síntese foi abordado em etapas:

a) Reconhecimento do território e dos conflitos: a primeira etapa compreendeu o mapeamento das territorialidades em conflito, com foco nos usos populares e nas intervenções institucionais nos espaços públicos patrimonializados. Foram realizados

levantamentos fotográficos, observação participante, diário de campo e levantamento de notícias locais. A atenção recaiu sobre as relações entre moradores e visitantes, os fluxos de turistas e os espaços de tensão urbana.

b) Aplicação do quadro-síntese: ele organiza a leitura do espaço público a partir de cinco dimensões interdependentes:

1. Morfológica: configuração física e estrutura urbana.
2. Funcional: usos e práticas cotidianas.
3. Simbólica: significados atribuídos ao espaço.
4. Normativa: leis, políticas e regulações urbanas.
5. Experiencial: afetos, memórias e práticas sociais.

A articulação dessas dimensões permitiu identificar contradições entre o projeto técnico-normativo e as formas populares de apropriação do espaço público. A operacionalização das etapas de estruturação do quadro-síntese a partir das etapas ditas acima dentro da **pesquisa de campo**, possibilitou:

c) Produção de matrizes analíticas e indicadores sintéticos: os dados foram organizados em quadros-resumo que cruzam as dimensões do quadro-síntese com os tipos de práticas sociais identificadas. A partir desse cruzamento foi elaborado um conjunto de indicadores sintéticos de *ativação popular do espaço público*, com potencial de subsidiar propostas de planejamento urbano sensível às dinâmicas locais.

Tecnicamente, o quadro-síntese foi fundamental para interpretar as contradições entre o projeto técnico-normativo e o uso popular dos espaços públicos (compreensão espacial dos espaços públicos, formas de uso, interação etc.) por meio dos indicadores sintéticos do *planejamento urbano possível* (índices de pobreza, segregação social, serviços públicos, circulação e elementos de mobilidade urbana, entre outros) que indicam a *ativação popular do espaço público* e a manutenção destes dentro da proposta de um quadro sintético. Partimos das interações nas etapas anteriores, com o objetivo de compreender o fenômeno da ativação popular nas cidades coloniais latino-americanas patrimonializadas, para delinear uma metodologia para sua manutenção, segundo a proposta do *planejamento urbano possível*.

Assim, os indicadores sintéticos avaliaram e classificaram o potencial de usos

e de apropriações dos espaços públicos. A contribuição esperada com a metodologia permite construir uma leitura densa e situada do espaço público urbano, articulando empiria e teoria a partir da centralidade das práticas sociais. O *planejamento urbano possível* (Costa, 2021a) é aqui assumido como horizonte metodológico e político, reforçando a urgência de cidades mais equitativas, participativas e ancoradas nas territorialidades populares.

### **Contextualização do objeto de tese**

A abordagem geográfica sobre o patrimônio e, mais ainda, sobre a *patrimonialização global* não reduz a complexidade e importância do tema na contemporaneidade. Pelo contrário, coloca a perspectiva espacial da *patrimonialização* como um problema urbano e urbanístico e como parte do movimento de conflitos de interesses econômicos no planejamento das cidades, ou seja, o espaço público se apresenta como o lugar de apropriação, de usos dos grupos sociais e, inevitavelmente, do turismo.

De acordo com Costa (2021a), o *planejamento urbano possível* incorpora a tríade: *imaginário, existência e cultura*, componentes indispensáveis à prática e à práxis urbanísticas, pelas quais as formas de resistência espacial dos sujeitos são protagonizadas nos espaços públicos, considerando o planejamento urbano desde suas múltiplas escalas; ou seja, tal proposta de planejamento é um guia na metodologia da tese, que não vai simplesmente aplicá-la, mas revisá-la a partir de variáveis identificadas *in loco* e que conduzam ao caminho da equidade socioterritorial por meio dos espaços públicos das cidades coloniais analisadas. Para o autor,

Comprender y confrontar los resultados urbanos y urbanísticos de la globalización, en el modelo productivo capitalista, que simultáneamente genera riqueza y pobreza, requiere la reflexión y la práctica de una planificación territorial que vaya más allá de centralidades exclusivas, límites impermeables y geometría del espacio. (Costa, 2021a, p. 91)

Consideramos importante focalizar o vínculo das referências culturais dos sujeitos nos espaços públicos, pois elas permitem identificar as práticas sociais que ativam popularmente tais espaços, de modo a permitir a recomposição de seus usos e funções, além da sua representação material e simbólica. Portanto, o *planejamento urbano possível* vai ao encontro da análise de Costa (2021a, p. 108) em

que:

La biografía del individuo, desde la infancia, revela las luchas de clases, el momento de las relaciones de producción o, en el sesgo de lo geográfico y lo sociológico urbanos, los significados más genuinos de la ubicación, de la producción del espacio y sus efectos en su propio cuerpo afectado en lo cotidiano. El sujeto urbano es el que mejor puede definir sus necesidades y dirigir su proyecto propio (anclado a planes urbanos técnico-humanistas), agudizado por el imaginario, producto y productor de la razón instrumental y la propia experiencia.

O recorte empírico desta investigação abrange Pirenópolis, no Brasil e Colônia do Sacramento, no Uruguai. Ambas são impactadas pelo processo de *patrimonialização global*, no qual as políticas públicas objetivam e executam o desenvolvimento vinculado às demandas do Estado e às necessidades operacionais do turismo patrimonial (nacional e internacional). Isso afeta a vida da população local, forçando-os a novos contextos, a exemplo do excesso de atividades comerciais locais que antes eram caracterizadas pela vida social e comunitária.

Essas articulações políticas vinculadas ao patrimônio poderiam utilizar-se de instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade (2001), no caso de Pirenópolis; e a Lei n.º 19.272/2009 de Descentralização Política e Participação Cidadã, no caso de Colônia do Sacramento, para auxiliar na resolução de conflitos ao centralizar o debate nos interesses da população para a manutenção de seus espaços públicos. Compreendemos, portanto, que a *ativação popular do espaço público*, sob a ótica do *planejamento urbano possível*, requer uma metodologia que levante variáveis de planejamento para as cidades coloniais em análise, a fim de pautar a melhoria das condições de vida da população residente e que sirva de parâmetro investigativo para outras cidades do continente latino-americano.

Ao longo dos séculos, Colônia do Sacramento teve importantes mudanças em seu traçado urbano ao desenvolver-se, primeiramente, como vila (Possamai, 2007). Nesse contexto, a função inicial dos espaços públicos foi fundamental no processo de ocupação da cidade. Burgos (2019, p. 22) afirma que os espaços públicos de Colônia do Sacramento têm origem nos planos urbanísticos definidos pela lógica de uma “cidade fortaleza”, por ter praças, ruas e logradouros consolidados no período colonial. Esses espaços públicos carregam uma particularidade própria do lugar através da resistência de antigos moradores, que persistem diante das transformações e dos interesses mercadológicos em prol do turismo (Burgos, 2019). Esse passado de

cidade-colônia conferiu à Colônia do Sacramento, desde 1995, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

Segundo Ibarlucea (2015), a consolidação desse título só foi possível porque Colônia do Sacramento atravessou, durante anos, discursos e práticas das autoridades locais. Leis foram criadas com o objetivo de reconstruir os bens e os imóveis de alto valor patrimonial existentes na cidade. Não à toa, as primeiras manifestações de interesses econômicos sobre o bairro histórico surgiram a partir do discurso de Jorge Pacheco Areco, presidente da República Oriental do Uruguai, nesse período. Houve a criação do *Consejo Ejecutivo de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento*, a partir do Decreto Lei n.º 618-918/1968<sup>3</sup>. As reuniões de decisões do Conselho eram formadas por arquitetos, historiadores, empresários e políticos, mas não havia participação da população local, que foi excluída durante todo esse processo (Odriozola, 1970).

Entre as décadas de 1970 e 1980, o bairro histórico de Colônia do Sacramento passou pelo processo de reconstituição arquitetônica de seus imóveis, sendo considerado patrimônio local pela CPCN (Plan de Gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento, 2012). A chancela patrimonial da Unesco veio em seguida, na 19ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Berlim, Alemanha, em dezembro de 1995 (Aramendi, 2005).

Essa informação corrobora com Scifoni (2003, p. 92) a respeito do compromisso e chancela da Unesco,

Na verdade, todo o processo de reconhecimento de um bem e sua conseqüente inclusão na Lista do Patrimônio Mundial é um processo complexo e rigoroso. Em primeiro lugar, é o país parte da convenção que deve pedir a inclusão na lista e, para tal, deve encaminhar toda a documentação de apoio à análise. Além de comprovar o valor universal e as condições de integridade, o proponente deve apresentar um plano de gestão para a área e os sítios devem contar, previamente, com uma proteção jurídica adequada. Tal pedido passa por várias instâncias até a deliberação final: o Centro do Patrimônio Mundial verifica se a proposição está completa, o Icomos (Conselho Internacional de Monumento e Sítios) e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos) avaliam tecnicamente o valor universal do bem, o escritório do patrimônio mundial, estuda as opiniões dos pareceristas e, finalmente, o Comitê do Patrimônio Mundial, composto por 21 representantes dos países-parte, tem a atribuição de deliberar pela inclusão ou não na Lista.

No contexto de Pirenópolis, o desenvolvimento urbano ao longo do século XX

---

<sup>3</sup> O Conselho foi extinto no início dos anos 1980, por meio da anulação do Decreto n.º 618-918/1968, e voltou a atuar nas decisões patrimoniais de Colônia do Sacramento em meados de 1986 (Ibarlucea, 2015).

transformou os espaços públicos em territórios de múltiplos usos e significados. Além de desempenharem seu papel tradicional como locais de convivência e lazer, esses espaços passaram a concentrar atividades econômicas formais e informais, manifestações culturais e, especialmente, práticas associadas ao turismo. Essa configuração evidencia como o processo de urbanização e valorização histórica da cidade ampliou o protagonismo dos espaços públicos, mas também gerou tensões em relação ao acesso, ao uso cotidiano e às demandas da população local. De acordo com Alvarado & Costa (2019, p. 9),

El turismo en Pirenópolis es: i) de las más importantes fuentes de ingresos para los residentes; ii) actividad más relevante del sector terciario, cuyas cifras oficiales son imprecisas, debido a la informalidad existente; iii) fomentador de otra notable práctica económica local, la extracción de roca cuarcita utilizada en la construcción civil, y iv) refuerzo de antiguas realidades y prácticas campesinas y generador de nuevas virtualidades rurales que hibridan el sentido patrimonial y resitúan la vida de los sujetos en la pequeña ciudad. Todo eso exige cautela en los análisis críticos sobre los impactos de las grandes ciudades en los sitios singularizados en Latinoamérica.

Estas são, de fato, singularidades que entram no campo da discussão sobre a *patrimonialização global*, em que as práticas sociais se interligam e correm o risco de serem absorvidas pelos circuitos globais. Entre esses e outros aspectos, no ano de 1989, o centro histórico de Pirenópolis foi tombado pelo Iphan (Lima, 2017).

Scifoni (2017), ao citar Gutiérrez (1992), argumenta que, quando o assunto é patrimônio nos/dos países latino-americanos, há uma desigualdade social histórica que desvela a falta de políticas públicas, o que leva à exclusão de grupos sociais no processo patrimonial. Para a autora, a falta de investimento local e nacional neste setor mostra a ausência do Estado na proteção de bens materiais e culturais. Esse é o caso de Pirenópolis, que busca obter, nos próximos anos, o título de Patrimônio Mundial da Unesco, um processo que depende da articulação entre as instâncias locais e nacionais.

Atualmente, Pirenópolis busca esse reconhecimento por meio de uma campanha iniciada em 2022. O processo envolve a elaboração de documentos, o inventário dos bens e uma rigorosa avaliação, que pode se estender por até cinco anos até que a Unesco decida pelo reconhecimento ou não da cidade como Patrimônio Mundial. Em entrevista dada ao portal de informação Pirenópolis Online (2022), o secretário de turismo Ronaldo Félix comenta sobre o dossiê de bens como documento fundamental para a avaliação da Unesco:

Estamos nos preparando para apresentar um inventário para o Iphan para avaliação e posteriormente faça o pedido à Unesco. Só então de fato começa a candidatura. Além do reconhecimento em si, o título poderá dar a cidade outros benefícios. Existem diversas políticas públicas direcionadas às cidades que são patrimônios mundiais. Uma vez que Pirenópolis consiga esse título, irá favorecer bastante, com um trabalho ainda maior de preservação do patrimônio histórico e imaterial.

Por isso a tese pretende (além de seu caminhar na ou pela lógica do Patrimônio Mundial, com suas particularidades) olhar Colônia do Sacramento e Pirenópolis sob a perspectiva da Geografia, com objetivo de compreender as dimensões do patrimônio urbano histórico com enfoque nos espaços públicos destas duas cidades coloniais. Nesse sentido, a discussão do espaço público em cidades coloniais latino-americanas é um tema decorrente do interesse em repensá-lo para além de dimensão física. Para tanto, a pesquisa incorpora a perspectiva de autores que problematizam a dimensão da cultura, da urbanização e do planejamento no século XXI do espaço público, considerando as contribuições de Borja (2006), Valverde (2007), Souza (2010), Crossa (2013), Carrión (2013), Calero, Delgado & Armas (2014), Alvarado & Costa (2019), Costa (2021a), entre outros.

O espaço público é considerado um elemento na formação da estrutura urbana da cidade colonial e um elemento chave para a *patrimonialização global* (Zarlenga, 2020; Costa, 2015, 2021a). Portanto, é fundamental entender a dinâmica do território e dos lugares ao pensar na relação mais próxima entre conjuntos urbanos, espaços públicos e sujeitos. Isso deve incluir as práticas sociais, pois a construção física tem uma capacidade notável de resistir ao tempo e algumas práticas sociais podem acompanhar essa durabilidade.

Esta preocupação deve ser central no planejamento, especialmente nas questões de gestão e manutenção dos espaços públicos. Nesse sentido, a *ativação popular do espaço público*, enquanto uma noção construída e revisada empiricamente em cidades da América Latina por Costa (2016, 2017, 2018, 2021a, 2024), será abordada como uma possibilidade para interpretar as práticas sociais que fortalecem vínculos com e nos espaços públicos. A partir dela, buscar-se-á interpretar indicadores para a consubstanciação do *planejamento urbano possível*, que é o que se espera como resultado concreto e operacional desta tese. Logo, a *patrimonialização global* (noção e processo), o espaço público (conceito e fato) e o *planejamento urbano possível* (noção e metodologia) permearam toda a investigação, pois foram

exploradas e revisadas no intuito de construir a metodologia desta tese, que se empenhou no levantamento de indicadores concretos para tal planejamento.

Em “Espelhos da Cidade”, Jeudy (2005) afirma que a patrimonialização é um processo que tem por objetivo estetizar a cidade, promovendo-a através de objetos e espaços forjados ao patrimônio urbano como espetáculo. Mas, ao mesmo tempo em que a conservação patrimonial predispõe a cidade à sua salvaguarda, criando uma imagem singular dela mesma e para o mundo, há um conflito em tentar mantê-la única diante da mercantilização propalada, pois os efeitos desse processo tendem a colocar as cidades patrimonializadas em um padrão mundial, onde todas seriam refeitas da mesma forma.

Paes-Luchiari (2006, p. 57) nos ajuda a entender essa questão quando afirma que o “consumo dos bens culturais do patrimônio passa a ser objeto de discussão entre o valor simbólico (valor de uso) e o valor econômico (valor de troca)” e que também, por outro lado, essa valorização turística de bens “tem possibilitado a implementação de estratégias de preservação, seja através de subsídios financeiros para o restauro, ou da mudança de atitude das práticas sociais em relação à necessidade da preservação de bens culturais”.

Diante disso, os esforços teóricos e analíticos sobre a *geografia do Patrimônio Mundial*, nas teses de doutorado de Scifoni (2006) e, na sequência, de Costa (2011a), trazem-nos elementos interessantes sobre a trajetória de criação e classificação de lugares, monumentos, cidades, sítios, bens imateriais e mesmo os ditos naturais. Tais práticas atribuem diversidades de valores comuns, cujas consequências negativas e positivas recaem sobre a disputa local e a concorrência global desses lugares, conforme aponta Paes (2012).

Essas práticas surgem no debate de pesquisadores como Scifoni (2003) e Costa (2011a), que apresentam dados e discussão também sobre a América Latina, criticando a perspectiva da patrimonialização acelerada pela Unesco, a qual representa diferentes classificações e estatutos que se desdobram sobre os territórios de maneira desigual do ponto de vista da Europa e do Brasil.

A exemplo do Brasil, Scifoni (2017) entende que existe um tratamento díspar ao patrimônio que não se limita apenas às instâncias de órgãos internacionais, sendo reproduzidas por instituições estaduais e municipais, uma vez que há o interesse no consumo cultural e turístico. Assim, a relação entre o patrimônio e o processo

de patrimonialização se projeta em documentos, por exemplo, como nos Compromissos de Brasília e de Salvador<sup>4</sup>, no ano de 1971, no qual a autora diz que

Os sujeitos ali representados estão predominantemente ligados às elites política, econômica, religiosa e militar, uma vez que dominam neste conjunto bens como igrejas católicas, fortes e fortalezas militares, casas de câmara ecadeia, casas de fazendas e engenhos, portanto, os bens materiais que são símbolos dos mecanismos de dominação e poder constituídos no país. (Scifoni, 2017, p. 118)

Em seus estudos, Costa (2010, 2011a, 2015a, 2016) revisa o sentido da patrimonialização analisando seu impacto nos sítios urbanos periféricos latino-americanos. Para ele, a *patrimonialização global* promove uma requalificação dos centros urbanos e a renovação de territórios no espectro de uma *dialética da construção destrutiva* (Costa, 2011b, p. 193), a qual impacta visivelmente o espaço público em distintos setores de cidades.

Tais iniciativas de patrimonialização inscrevem-se nos elementos da cultura material do passado, mas com efeitos concretos sobre as próprias culturas no presente. Uma experiência nessa direção (além de outras existentes) é o centro histórico de Valparaíso, no Chile, que foi declarado Patrimônio Cultural pela Unesco, no ano de 2003, conforme Guerrero (2012).

Os efeitos econômicos e sociais de sua consolidação patrimonial são sentidos de formas distintas na cidade chilena. Se por um lado ela depende de seus recursos existentes no próprio território e que perpassam o interesse individual às próprias necessidades e soluções dos problemas no coletivo; por outro, demonstra a desigualdade causada pelo crescente modelo de desenvolvimento e modernização urbano-territorial com fins lucrativos. A autora afirma ainda que os governos local, regional e nacional contribuíram com o discurso do processo de construção e apropriação cultural do patrimônio cultural mundial, por meio dos bens da cidade.

Para estos actores sociales, el objetivo central de la declaratoria del área histórica de la ciudad como sitio cultural mundial era reactivar económica y socialmente ésta, constituyendo el patrimonio en un nuevo eje de desarrollo productivo y modernización urbana. Desde este marco la definición, preservación y gestión del patrimonio no era un fin en sí mismo, sino que se

---

<sup>4</sup> O Compromisso de Salvador foi um encontro promovido pelos governadores dos estados brasileiros, com apoio do Ministério da Educação e Cultura e do Iphan, voltado à proteção do patrimônio artístico, histórico, arqueológico e natural do país. Realizado após o Compromisso de Brasília — resultado do 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos de municípios interessados e representantes de instituições culturais, em 1970 —, o evento reforçou a articulação entre diferentes esferas de governo na formulação de políticas de preservação cultural.

supeditaba a un objetivo mayor como era el “resurgimiento” de la ciudad. (Guerrero, 2012, [s/p])

Outro aspecto essencial sobre o patrimônio mundial tem a ver com a relação entre a identificação e a valorização dos bens patrimonializados. Nesse processo, os significados atribuídos aos conjuntos urbanos retroalimentam a materialidade e as práticas sociais localizadas. Nessa perspectiva, podemos dizer que as cidades possuem lugares mais ou menos valorizados e, por isso, são catalisadores na produção de significados. Diante disso, há uma percepção diversa da patrimonialização que condiciona múltiplas realidades socioespaciais, conforme aponta Freire (2019, p. 84) sobre o caso de estudo em Sabará, no estado de Minas Gerais, Brasil; em alguns casos, e nesse, especificamente, há o envolvimento da comunidade com o bem cultural, por meio do que a autora chama de *valorização afetiva*, sendo a “determinação de valor dentro do mundo espiritual do sujeito, como um objeto cultural”.

Há, na Geografia, uma potência em revelar essas contradições, pois as contribuições de geógrafos/as sobre o espaço público projetam ações e interações, possuem variado campo da ação individual para a coletiva e são essenciais para as práticas democráticas e cidadãs. E essas práticas sociais localizadas reafirmam a cultura como um dos fatores que determinam, em seus múltiplos sentidos, a compreensão dos fenômenos (Gomes, 2012; Berdoulay, 2016).

O conceito de espaço público pelo olhar geográfico deve considerar suas formas e conteúdo. Investiga-se desde o passado, o presente e o futuro das cidades, além de elucidar os fenômenos que os animam. Serpa (2007, p. 9) considera que é necessário buscar sua representação subjetiva e cultural, as formas de apropriações que levam ao “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

Para Yázigi (2019, p. 3), esse contraste está na dimensão urbanística, pois “apenas em instâncias inteligentes como em alguns países, o espaço público é minuciosamente predestinado com usos compatíveis com sua função específica”. Para o autor, no caso brasileiro, essas questões acentuam a falta de valorização com aqueles que estão de fato nas calçadas, se apropriando coletivamente das ruas, formando, espontaneamente, desde feiras de produtos comestíveis às vestimentas e

gerando, com isso, ambiências no espaço público.

Assim, o espaço público, enquanto lugar das práticas sociais, expressa relações de poder e modos de vida que revelam a configuração econômica, cultural e social do território. No contexto contemporâneo, a análise desses espaços permite identificar problemas urbanos complexos e, ao mesmo tempo, aponta caminhos para sua superação (Crossa, 2013; Gomes, 2012). Muitos desses problemas decorrem diretamente dos efeitos da *patrimonialização global*, que reconfigura o espaço urbano e intensifica disputas em torno de seu uso e significado (Costa, 2011a, 2015).

Nesse mesmo sentido, as complexidades que envolvem os processos de valorização de bens apresentam realidades conflitantes, na medida em que os recursos locais se encontram vulneráveis, eles também estão integrados ao desenvolvimento e ao crescimento socioeconômico. Quando tais realidades se apresentam nos espaços públicos, os desafios e as responsabilidades são ainda maiores, pois esses espaços dão possibilidades de respostas aos novos paradigmas e exigências da organização e da economia global, como aponta González & Suárez (2003) no caso do comércio ambulante no México.

Gomes (2012) contribui para essa fundamentação, em que focaliza o espaço público como o lugar da prática cidadã, no qual a origem de um fato político tem a possibilidade de gerar uma nova ordem social no próprio espaço público. Nesse caminho, o autor sinaliza que o espaço público precisa ser acessível e deve possibilitar que todos os sujeitos o acessem, sendo que “essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns” (Gomes, 2012, p. 162).

Essas circunstâncias nos levam a uma tentativa de apreender a perspectiva do sujeito sobre a patrimonialização, pois assemelham-se ao que Cabrales (2019, p. 1) entende por “democracia participativa” ao tratar da cidade de Guadalajara, no México, onde o centro histórico da cidade possui uma experiência positiva de salvaguarda de esculturas lúdicas nos espaços públicos, localizadas no Parque Morelos:

La clave estriba en colocar al ciudadano en una posición central, de lo cual se desprende una regla de oro: el patrimonio tiene sentido en la medida en que es socialmente valorizado y defendido colectiva o comunitariamente. Esa mirada implica un proceso activo, patrimonializar desde la esfera social, posición distinta al enfoque rígido que deriva en un producto, un monumento o bien declarado que no siempre conecta con los actores sociales y

frecuentemente responde a un interés mercantilizador canalizado por la vía turística. (Cabral, 2019, p. 3)

A análise do espaço urbano, então, passa pela espacialidade da dimensão social no espaço público e exige, também, um esforço de reflexão na perspectiva política que o transforma. Logo, não é possível estudá-lo como um conceito-chave isolado, é necessário fazer a interpretação dos fenômenos que estão embutidos em seu constructo espacial e social. Eles envolvem discussões que se referem ao papel específico na dimensão espacial, compreendem as cidades coloniais de Pirenópolis e Colônia do Sacramento, tecem relações no espaço público e no patrimônio, no contexto da *patrimonialização global* e dos caminhos para o planejamento.

Costa (2011c) apresenta crítica à Geografia Urbana, especialmente à vertente radical e aos seus enfoques no campo do planejamento, a partir de sua participação no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), realizado em Belo Horizonte. Nesse evento, diversas mesas temáticas discutiram a relação entre “ciência e utopia, a busca de uma geografia do possível”. Ele afirmou que

No amplo contexto do movimento contraditório das cidades, os instrumentos de gestão transplantados de realidades externas pouco aprofundam no entendimento da realidade das cidades brasileiras. Os instrumentos urbanísticos (planos diretores e leis de zoneamento) ignoram que, na cidade dos países periféricos ou mesmo em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o mercado residencial atende a uma porcentagem ínfima da população. (Costa, 2011c, p. 7)

No decorrer da década 2011-2021, o que viria a ser a matriz do *planejamento urbano possível* foi gradualmente apresentado em artigos científicos que tratam de utopias espaciais como transformação social significativa de práxis concreta, no que diz respeito ao reconhecimento do sujeito (e saberes) no lugar de vida, de forma que suas demandas urgentes são base do planejamento urbano e da valoração de seus territórios de experiência (Costa & Suzuki 2012; Scarlato & Costa, 2017; Costa & Scarlato, 2019; Costa, 2021a).

Assim, esses estudos-chave foram ampliados para a América Latina, no sentido de entender os processos que impactam o território em distintas escalas quando propõe-se a noção da *ativação popular do espaço público* (Costa, 2018), dada a experiência ou as múltiplas constatações empíricas (em Cuba, México, Nicarágua, Peru, Bolívia, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Panamá e Chile) frente à *patrimonialização global*, definida “como o brusco movimento universal da

espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovida pela dialética Estado-mercado sobre as bases das técnicas, da ciência e da informação” (Costa, 2014, p. 244).

A análise do *planejamento urbano possível*, peça essencial da dialética *patrimonialização global e ativação popular do espaço público*, perfazem a crítica à manutenção da gestão das cidades por parte do Estado, mas não se encerram na crítica. Essa abordagem evidencia as formas autoritárias de planejamento urbano que tendem a esterilizar a cultura e a relegar o sujeito à condição de agente passivo na construção do lugar. Para Costa (2021a), no *planejamento urbano possível*, o sujeito, sua experiência e sua existência formam o alicerce de decisões na construção interna da cidade democrática e, especialmente, sobre os usos e apropriações dos espaços públicos em contrapartida à racionalidade técnica do planejamento urbano. O núcleo essencial da proposta está no que ele define como *geografia social imaginativa do lugar*, o que será aprofundado ao largo da tese, que pretende não somente revisar, mas contribuir para fazer avançar essa discussão pela teoria e pela realidade empírica.

Outra reflexão desenvolvida que resultou no *planejamento urbano possível* é “A natureza do urbano” (Scarlatto & Costa, 2017), no qual os autores problematizam a essência do fenômeno, através dos métodos fenomenológico e dialético; tal qual o fenômeno urbano, a empiria que seguiu e segue em desenvolvimento conduziu o debate ao estudo “Geografia, método e singularidades revisadas no empírico” (Costa & Scarlatto, 2019).

Tais estudos anteriores basearam a construção teórica e metodológica do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021a), cuja revisão crítica e propositiva é um dos fundamentos desta tese. Obviamente, a presente pesquisa de doutorado não se aterá à metodologia já desenvolvida por E. Costa, mas a revisará buscando lacunas a serem preenchidas pelo novo empírico que será desenvolvido, ponto crucial para o levantamento de variáveis concretas para o planejamento das cidades em foco. Além disso, é importante destacar que diversos autores e autoras contribuem para o aprofundamento da reflexão sobre um planejamento urbano centrado nas pessoas.

Assim, tal abordagem metodológica dialoga com a *ativação popular do espaço público* e compõe uma forma de *resistência* socioespacial frente às políticas patrimoniais vigentes, onde o espaço público enquanto lugar de resistência espacial

comunitária, constitui-se como condição física de “acessos, movilidades y movilizaciones”, e são transformados por “fomentar solidaridad espacial” (Costa, 2018, p. 21), na qual a *ativação popular* depende dos *sujeitos* que usam os espaços públicos e reconhecem sua utilidade coletiva.

Múltiplas cidades coloniais da América Latina anseiam alcançar o título de Patrimônio Mundial pela Unesco; as particularidades existentes na forma física e a importância simbólico-histórica, cultural, social, política, econômica e ambiental de cada uma revelam que essas dimensões atravessam a escala regional (Scifoni, 2006, Costa, 2011a; Paes, 2012; Alvarado & Lopez, 2018). Em outros termos, a contradição nos fenômenos vinculados ao turismo e ao processo de patrimonialização, impulsionados por novas técnicas e tecnologias que moldam a produção e a representação do espaço tem impactos diretos nos espaços públicos históricos (Hiriart, 2018).

## **A estrutura da tese**

A tese está organizada em 4 partes, a saber:

A primeira parte analisa as teorias e os conceitos que fundamentam a *patrimonialização global*, com especial atenção aos seus efeitos nos espaços públicos urbanos de cidades coloniais da América Latina. Também discute as tensões existentes entre a preservação do patrimônio urbano histórico e as exigências contemporâneas de desenvolvimento urbano e turístico na região. O objetivo é compreender como o processo de *patrimonialização global* interfere nas dinâmicas territoriais dessas cidades, revelando os impactos que produz sobre os seus espaços públicos e modos de vida.

A segunda parte procura compreender as possibilidades de comunicação proporcionadas pelos espaços públicos, a partir da interação entre pessoas e objetos, reconhecendo nesses espaços públicos um papel central na interpretação dos comportamentos sociais que impulsionam práticas e resistências face ao processo de *patrimonialização global* em Colônia do Sacramento e Pirenópolis. Nesse contexto, os espaços públicos revelam-se fundamentais para analisar as formas de expressão social que emergem diante das transformações impostas. O objetivo do capítulo é elucidar o fenômeno da *ativação popular do espaço público* na América Latina,

entendendo-o como um potencial transgressor de práticas sociais instituídas e como fonte de indicadores para um *planejamento urbano possível* e mais sensível às realidades locais.

A terceira parte compreende como os centros históricos patrimonializados projetam nos bens materiais locais os símbolos dessa valorização, especialmente nos espaços públicos, cuja atratividade e importância são frequentemente mediadas por saberes técnicos que legitimam determinadas ideologias. Essa parte também identifica indicadores sintéticos que favorecem um *planejamento urbano possível* em cidades coloniais latino-americanas, visando à preservação ativa dos espaços públicos, com ênfase nos casos de Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU).

A quarta parte examina as práticas sociais que expressam a participação dos sujeitos em Pirenópolis e Colônia do Sacramento, com base nas reflexões do capítulo anterior e nos efeitos da *patrimonialização global* nesses territórios. Essa última parte discute como as referências individuais e coletivas dos habitantes podem ser articuladas com estratégias de planejamento urbano, valorizando a flexibilidade e a diversidade na construção de indicadores sintéticos ajustáveis às múltiplas necessidades da população, como se observa na experiência de Pirenópolis. Também analisa as relações sociais em Colônia do Sacramento, cuja especificidade pode ser incorporada a esses indicadores, contribuindo para a revisão de planos diretores e outros instrumentos urbanísticos com foco na humanização das práticas técnicas e no fortalecimento do espaço público.

Por fim, nas considerações finais sintetizamos a contribuição para o debate do espaço público das cidades coloniais na América Latina diante dos processos de redefinição dos lugares em uma escala global, na perspectiva da análise geográfica dos espaços públicos.



**PARTE I: A *PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL* E SEU IMPACTO NOS  
ESPAÇOS PÚBLICOS DE CIDADES COLONIAIS NA AMÉRICA LATINA**

O capítulo em questão examina as teorias e conceitos relacionados à *patrimonialização global* e seus efeitos nos espaços públicos urbanos de cidades coloniais da América Latina, além de discutir as tensões entre a preservação do patrimônio urbano histórico e as demandas do desenvolvimento urbano e turístico na região. Portanto, o objetivo deste capítulo é compreender como o processo de patrimonialização global incide sobre as cidades coloniais latino-americanas.

O item 1.1 contextualiza a *patrimonialização global* e sua influência nas dinâmicas urbanas de cidades coloniais latino-americanas, identificando os agentes envolvidos, as políticas implementadas e os discursos mobilizados, além de tecer um panorama para a compreensão desse fenômeno nos espaços públicos de centros históricos da região. O item 1.2 investiga os efeitos da *patrimonialização global* nos espaços públicos de Pirenópolis, considerando seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. O item 1.3 apresenta a cidade de Colônia do Sacramento, descrevendo as características históricas, urbanísticas e culturais do lugar para compreender os atuais impactos da *patrimonialização global* nos espaços públicos do centro histórico da cidade.

### **1.1. Patrimonialização global, usos e apropriações do espaço público nas cidades coloniais na América Latina**

Jeudy (2005), um dos autores que teorizam a patrimonialização como afluência de patrimônio e função patrimonial, observa os processos levando em consideração algumas características, tais como: o *marketing* vinculado à revitalização urbana, que busca tendências construtivas às imagens de cidades contemporâneas e de alcance internacional; e a cultura como alicerce do entretenimento e do consumo, cada vez mais direcionada ao turismo, aos investimentos externos e à fonte de renda da política local-nacional.

Estas duas lógicas que envolvem a patrimonialização via salvaguarda de bens no contexto das cidades perfazem as diretrizes do processo global a partir dos simulacros, como, por exemplo:

A regra é clara: para que o passado não seja abolido é preciso que tudo o que se vive seja atualizado. As diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquilados graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no

presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado. (Jeudy, 2005, p. 16)

Interesse de estudos de áreas como História, Arquitetura, Arqueologia e Antropologia, o patrimônio é tema relativamente recente na Geografia, cuja aproximação se deu na última década do século XX, sobretudo no que diz respeito às abordagens econômica, social, política e ambiental — fundamentais ao desenvolvimento das cidades e no contexto da globalização (Harvey, 2005).

Nesse sentido, consideramos que o patrimônio não é algo natural nem eterno, mas sim uma construção social, que surge na modernidade e tem a função de revelar em discursos<sup>5</sup> uma suposta identidade transpassada nas escalas local-global. Choay (2017, p. 99) afirma que o conceito de patrimônio leva “a uma homogeneização do sentido dos valores, fato que se reproduziu de forma diferente, quando, depois da Segunda Guerra Mundial, as arquiteturas dos séculos XIX e XX foram progressivamente integradas à categoria de monumentos históricos”. Contudo, a “noção de patrimônio histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras (ou abordagens) sucessivas da cidade antiga”<sup>6</sup> (Choay, 2017, pp. 179-180).

Atualmente, quando dialogamos sobre a noção de patrimônio na ótica do patrimônio urbano histórico, entendemos que sua delimitação corresponde a uma questão cidadina e urbanística, mas temos consciência de que sua dimensão é muito mais ampla, o que é singularizado e totalizado pelo patrimônio-territorial, — como nos recorda Costa (2021b).

Na Geografia, tem-se, a exemplo do observado em Paes (2015), a discussão sobre a valorização do patrimônio histórico como desdobramento das ideologias espaciais. Paes (2015, p. 59) enfatiza que analisar as cidades não se trata de compreender as oposições entre a necessidade de preservar o patrimônio e a necessidade de renovar o espaço urbano, mas, sim, de entender os alinhamentos e

---

<sup>5</sup> Ver “As nove condições ou critérios de tombamento do patrimônio” em Choay (2017).

<sup>6</sup> Para a autora, a noção de patrimônio urbano histórico e monumento histórico nasceu a partir de abordagens teóricas de três países europeus (Inglaterra, Áustria e Itália) que auxiliam na compreensão das cidades do período pós-industrial. As três figuras são, respectivamente: memorial, a partir dos estudos de John Ruskin (cultura inglesa), a histórica, que advém do autor Camillo Sitte (cultura austríaca) e historial, do teórico Gustavo Giovanni (cultura italiana).

os modos de estruturação dos consensos entre os atores aparentemente em oposição. Costa & Castro (2008) afirmam que existem tipos de ordenamento socioespacial em núcleos urbanos tombados, que também resultam da globalização econômica, ou seja, há um movimento entre o valor cultural e o valor de troca. Para Yázigi (2019), o patrimônio urbano histórico não pode mais ser interpretado simplesmente como orientação dos governos e proteção do seu entorno dissociado de identidades e de existências.

Portanto, a partir do contexto de valorização da discussão acerca do patrimônio na Geografia, busca-se, neste estudo, analisar a complexidade da patrimonialização *global* em cidades coloniais na América Latina. Nesse sentido, Costa (2015) afirma que a *patrimonialização global* é um processo espacial ou geográfico e uma noção generalizante, síntese de estudos feitos em cidades coloniais brasileiras e latino-americanas, considerando aproximações entre sítios históricos patrimonializados. As cidades estudadas pelo autor<sup>7</sup> em sua tese doutoral, viabilizaram um entendimento teórico por estarem submetidas ao processo de patrimonialização universal, isto é, o movimento do capital, dos agentes e dos atores no espectro do conjunto patrimonial que incidem sobre a vida total do lugar em nome do turismo, sobretudo. Costa (2011) reconhece, nesse mesmo sentido, a importância de estudos desenvolvidos na Geografia brasileira, em especial por Tereza Paes, Eduardo Yázigi, Maria Geralda de Almeida, Francisco Scarlato, Simone Scifoni, entre outros.

Para o estudo dos processos patrimoniais na América Latina, entendemos que a realidade local está relacionada ao fato de que os lugares são escolhidos e elevados à escala patrimonial, mas o que implica esse reconhecimento tem origem no período colonial<sup>8</sup>, em que as formas de ocupação dos núcleos urbanos e rurais são o resultado

---

<sup>7</sup> Ouro Preto e Diamantina, cidades do interior de Minas Gerais, no Brasil, foram objeto de estudo de E. Costa em seu doutorado, a partir da análise das dimensões da totalidade urbana e da totalidade-mundo (Santos, 2002), o que o levou à formulação do conceito de *patrimonialização global*. Nos últimos 15 anos, além das cidades mineiras, o autor vem desenvolvendo metodologias e abordagens críticas fundamentadas nos princípios globais-locais que orientam os processos de resignificação dos lugares, com especial atenção às cidades-campo de diferentes escalas, incluindo aquelas situadas na América Latina (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021b, entre outros).

<sup>8</sup> A dominação cultural estabelecida no período colonial e perpetuada até os dias atuais sustenta o que Castro-Gómez (2000), Mignolo (2000), Quijano (2000) e Lander (2000) denominam “colonialidade do saber”. Essa lógica mantém uma perspectiva eurocêntrica que se impõe como norma universal, marginalizando e subalternizando os saberes e as epistemologias oriundas de culturas não europeias. Como consequência, consolida-se uma hierarquia do conhecimento, na qual as formas de saber ocidentais são reconhecidas como legítimas e superiores, enquanto os conhecimentos locais, indígenas e populares seguem frequentemente desvalorizados ou ignorados.

do processo civilizatório (Lemos, 2018) complexo, contraditório e diverso, que se estende pelos territórios latino-americanos. Esse processo histórico motivou transformações espaciais relativas aos estilos arquitetônicos de diferentes épocas seguindo os exemplos das metrópoles coloniais reproduzidos em localidades como Cidade do México, Havana e Lima, onde seus núcleos fundacionais possuem uma memória urbana fortemente espacializada e com desdobramentos nos bairros mais recentes, cujos crescimentos são percebidos nas paisagens e nos espaços públicos (Gregório de Andrade & Morais Soares, 2013; Alvarado & López, 2018; Gonzalez Rego, 2019; Mercado & Díaz, 2021).

Ao longo da história do urbanismo, destaca-se a formulação da Carta de Atenas, em 1931, durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que reuniu arquitetos e urbanistas com o objetivo de desenvolver estratégias para enfrentar os problemas urbanos da época e propor novas funções para as cidades<sup>9</sup> (Choay, 2017). Já a Carta de Veneza<sup>10</sup>, elaborada em 1964, sintetiza os princípios estabelecidos pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>11</sup> e estabelece as bases conceituais do patrimônio urbano. Esse documento marcou o início, em nível internacional, de uma compreensão ampliada do patrimônio, que passa a considerar o “ambiente” como um todo, incluindo não apenas os monumentos isolados, mas também seu contexto urbano e paisagístico.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Comitê do Patrimônio Mundial<sup>12</sup> e da Convenção do Patrimônio Mundial, estabeleceram critérios de definição do patrimônio cultural e

---

<sup>9</sup> Em síntese, o documento apresenta as funções básicas atribuídas à cidade moderna pela referida carta: hierarquização espacial, sanitização urbana, captação de água e acessibilidade. No decorrer desta tese, tais funções serão problematizadas, com o objetivo de compreender quais teorias e práticas urbanísticas elas contribuíram para consolidar ao longo do tempo.

<sup>10</sup> Ressaltamos que as Cartas Patrimoniais “não têm pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor [...] são documentos concisos e sintetizam pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso [...] Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo” (Kühl, 2010, p. 289). Reiteramos que, em vários momentos, as Cartas Patrimoniais, não só a de Veneza, são redefinidas a fim de atualizar a compreensão de um bem conservado. Nesse sentido ela é uma das “precursoras dos princípios internacionais que presidiram a conservação, a restauração e a preservação dos bens culturais — e, por assim dizer, a monumentalização e a patrimonialização”. (Costa, 2012, p. 17)

<sup>11</sup> Abreviação de International Council on Monuments and Sites, ou Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. O ICOMOS foi produzido em 1965 e é um documento-guia de colaboração da Unesco.

<sup>12</sup> O Comitê do Patrimônio Mundial se reúne uma vez por ano e é composto por representantes de vinte e um dos Estados-partes da Convenção eleitos pela Assembleia Geral.

natural. O cultural<sup>13</sup> envolve:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com **valor universal excepcional** do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm **valor universal excepcional** do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um **valor universal excepcional** do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (grifos nossos)

Tais definições de valor excepcional universal representam o que Choay (2017, p. 207) entende como “universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores”, por generalizar as localidades numa ótica institucional no cotidiano das sociedades contemporâneas para o seu desenvolvimento<sup>14</sup> e consequente efeito cruel da industrialização do patrimônio. As cartas patrimoniais aprovadas pela Assembleia Geral do ICOMOS são documentos elaborados e oficialmente reconhecidos pela instituição, tendo como referência os princípios estabelecidos na Carta de Veneza. Esses documentos definem diretrizes internacionais para questões e temas relacionados ao Patrimônio Mundial, orientando a preservação e a gestão do patrimônio cultural em escala global (Kühl, 2010).

A partir dos documentos da Unesco voltados aos sítios históricos, esta pesquisa concentra-se nos tópicos das Assembleias Gerais e em seus desdobramentos normativos que tratam especificamente dessa temática de forma abrangente. Consideramos esses documentos fundamentais para compreender os mecanismos que sustentam a *patrimonialização global* na América Latina, além de recorrer a outras fontes documentais que evidenciam as dinâmicas de cooperação internacional nas cidades coloniais da região.

A orientação sobre a salvaguarda de sítios históricos foi formalizada na Recomendação de Nairóbi (1976), que enfatiza a necessidade de normatização dos espaços urbanos. O documento reconhece que “os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países”, reforçando uma visão geral de políticas nacional, regional e local, os espaços

---

<sup>13</sup> Tradução nossa, o texto original refere-se à Conventions of recommendations de l’Unesco relatives à la protection du patrimoine culturel, em Paris, 1983.

<sup>14</sup> Aqui o conceito de desenvolvimento (*développement*) é analisado a partir da noção de valorização adotada pela Unesco.

urbanos históricos “constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade” (Unesco, 1976, p. 1, tradução nossa).

O documento também enfatiza que essas áreas são essenciais para a construção de uma identidade coletiva por meio da preservação de seu entorno. Diante da expansão da globalização nos territórios, do aumento do trânsito automobilístico, das diversas formas de poluição e da exploração turística, a falta de manutenção dos espaços públicos resulta em danos “cada vez mais graves”, que avançam de forma deliberada sobre os conjuntos históricos ou tradicionais (Unesco, 1976, pp. 9-10).

Diante dessa perspectiva, a América Latina elaborou regulamentações específicas para enfrentar as particularidades da realidade patrimonial local. As Normas de Quito (1967), publicadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), apresentam uma definição própria dos centros históricos latino-americanos ao incorporarem as dimensões socioeconômicas e intangíveis de cada lugar. Essa abordagem destacou os riscos que ameaçam o patrimônio urbano histórico e a situação dos espaços, assim como a necessidade de intervenções que possibilitem a utilização desses bens para gerar benefícios econômicos, ressaltando o turismo como vetor de desenvolvimento econômico na região (Mercado, 2018; Vidaurri & Guerrero, 2018).

Nesse contexto, até o final do século XIX, o desenvolvimento socioeconômico e urbanístico das cidades coloniais na América Latina ocorreu de forma relativamente lenta, o que contribuiu para a preservação de uma estrutura colonial significativa, caracterizada por construções de baixa altura e traçado regular. Ademais, algumas edificações e áreas com influências europeias foram integradas ao contexto local. No entanto, ao longo do século XX, especialmente em sua segunda metade, a intensificação da dinâmica regional impôs pressões crescentes que afetaram de maneira desigual os centros urbanos históricos (Costa, 2015; Hiriart, 2018; Alvarado & López, 2018).

Um caso emblemático que legitima a relação entre turismo e seus impactos nos centros históricos, a partir das diretrizes das Normas de Quito (1967), é Havana, em Cuba. Nessa cidade, a estratégia definida durante a reunião de Quito serviu para

centralizar ações de restauro de habitações<sup>15</sup> e capacitação humana, além de embasar o planejamento voltado à proteção do centro histórico de Havana Velha, por meio do Escritório do Historiador da Cidade de Havana (OHCH) (Rodríguez, 2016; González, 2018). De forma semelhante, a cidade de Puebla, no México, também adotou esse modelo de intervenção em seu patrimônio histórico (Ramírez-Rosete, González-González & Reyes-Granados, 2020).

Na década de 1970, alinhadas a essa perspectiva desenvolvimentista, a Resolução de São Domingos (1974) e o Novo Colóquio de Quito (1977) destacaram positivamente o papel do turismo e do investimento da iniciativa privada na conservação de conjuntos urbanos históricos. Na resolução, novamente criada pela OEA, o “I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos períodos Colonial e Republicano (República Dominicana)” posiciona-se em defesa dos bens culturais insubstituíveis, reconhecendo nos centros históricos uma visibilidade crucial nas esferas social, econômica e da preservação monumental. Destaca-se o plano social, em que a

Salvação dos centros históricos é um compromisso social além de cultural e deve fazer parte da política de habitação, para que nela se levem em conta os recursos potenciais que tais centros possam oferecer. Todos os programas de intervenção e resgate dos centros históricos devem, portanto, trazer soluções de saneamento integral que permitam a permanência e melhoramento da estrutura social existente. (Iphan, 1974, p. 1)

A Carta de Restauro (1972) é um documento da Unesco que trata das diretrizes para conservar, intervir e preservar o patrimônio (vide Anexo D, “Instruções para a tutela dos centros históricos”) corroborando para a visão apontada pelo Iphan. Em 2005, o Memorando de Viena, elaborado durante reunião convocada pelo Comitê do Patrimônio Mundial na sua 27ª sessão, sob o patrocínio da Unesco e com a participação de mais de 600 especialistas e profissionais de 55 países, abordou temas relacionados às cidades históricas já inscritas ou em processo de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, com foco no patrimônio mundial e na arquitetura

---

<sup>15</sup> O Instituto Nacional de la Vivienda (INV) de Havana é o órgão responsável por desenvolver os assentamentos urbanos de acordo com o perfil de habitações em Cuba. Segundo a ONU Habitat (2014, p. 58) compõe os assentamentos urbanos locais “los que cumplen una función político administrativa (cabecera municipal, capital provincial o nacional), los que tengan 2,000 o más residentes permanentes y posean las características siguientes: trazado de calles y ordenamiento de las edificaciones, espacios públicos, alumbrado público, sistemas de acueducto y disposición de residuales, sistemas médicos asistenciales y de educación, servicios gastronómicos y comerciales, telefonía, correos, telégrafo, radio y televisión”.

contemporânea.

O referido Memorando reitera concepções de conservação das *paisagens urbanas históricas* em suas definições, nas quais argumenta em *Diretrizes para o desenvolvimento urbano*, n.º 24, que os espaços públicos devem preservar “funcionalidade, escala, materiais, iluminação, mobiliário urbano, publicidade e vegetação” (Unesco, 2005, p. 04, tradução nossa). Ao destacar apenas alguns pontos específicos sobre o espaço público no Memorando de Viena, desconsidera-se a complexidade e a diversidade de realidades que moldam esses espaços nas cidades — especialmente na América Latina, onde a concretude e a instabilidade desempenham um papel central na sua configuração. Nesse sentido, o Memorando de Viena é um documento que orienta a gestão e a preservação patrimonial a longo prazo, ao mesmo tempo em que coloca o desenvolvimento urbano (desde o espaço público) na dialética ausência-permanência da *patrimonialização global*. As “*Formas e meios*” apresentadas na parte final do documento afirmam que

Edifícios históricos, espaços abertos e arquitetura contemporânea contribuem significativamente para o valor da cidade ao marcar suas características próprias. A arquitetura contemporânea pode ser uma forte ferramenta competitiva para as cidades, pois atrai moradores, turistas e capital. A arquitetura histórica e contemporânea constitui uma mais-valia para as comunidades locais, que devem servir para fins educativos, de lazer, turísticos e assegurar o valor de mercado dos imóveis. (Unesco, 2005, p. 5, tradução nossa)

As cidades coloniais da América Latina confrontaram e ainda enfrentam múltiplos dilemas que as obrigam a estabelecer prioridades que vão além da simples preservação de seu patrimônio urbano histórico, reconhecendo os espaços públicos como artefatos da globalização para “la creación de nuevos productos turísticos locales” (Carrión, 2010; Hiriart, 2018). A concessão de recursos tem impulsionado a obtenção de auxílio por meio de chamadas internacionais de financiamento, provenientes de organizações como OCDE, OLACCHI, ICOMOS, PNUD, entre outras. Isso resultou na participação frequente de diversas instituições internacionais de cooperação e financiamento, que atuam como fontes recorrentes de assistência técnica e econômica (Carrión, 2010).

Os princípios estabelecidos na Declaração de Budapeste (2002), orientam as práticas de conservação, embora sua aplicação permaneça, até hoje, sujeita a questionamentos e críticas. Essas práticas, no entanto, não estão isentas de críticas,

como revela uma das próprias recomendações da Declaração de Budapeste:

Item c: assegurar que mantemos um equilíbrio justo entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento, de modo a proteger os bens do património mundial através de atividades adequadas que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das nossas comunidades. (Declaração de Budapeste, Unesco, 2002)

Considera-se questionável essa declaração porque tende a homogeneizar os centros históricos e seus respectivos espaços públicos, que atualmente estão vivenciando outras formas de centralidades. O México, por exemplo, experimenta uma conurbação entre o centro histórico da Cidade do México, Coyoacán e Xochimilco (Ramírez, 2003). Por outro lado, Guanajuato aproveitou sua estrutura topográfica para se consolidar como destino turístico, como assinalam Vidaurri & Guerrero (2018); o caso do bairro de San Felipe, no Distrito Histórico do Panamá, passou por um processo de revitalização e gentrificação ocasionando a perda de sua função social para a memória coletiva dos antigos moradores (Adames, 2019); as novas centralidades que surgiram em Quito são marcantes, sobretudo em seu centro histórico, que marcou a origem da formação da cidade (correspondente ao período colonial) e hoje se conecta com a centralidade urbana de Mariscal Sucre, cuja formação ocorreu na metade do século XX (Gómez, 2019).

Por isso, compreende-se que, atualmente, os conjuntos urbanos são considerados reveladores de uma dimensão política patrimonial desigual, especialmente quando se trata dos países latino-americanos. Tais argumentos são contraditórios ao que defende a Unesco quando busca ampliar a Lista do Patrimônio Mundial na intenção de equilibrar os países na referida lista. O mapa 2 representa as cidades coloniais latino-americanas e seus respectivos conjuntos históricos declarados patrimônios pela Unesco. O México é o país com maior número de conjuntos históricos declarados (11), seguido do Brasil, que possui 09 no total. Os demais países possuem de 1 a 4 conjuntos históricos tombados.

**Mapa 2:** Conjuntos urbanos históricos de cidades coloniais latino-americanas patrimonializadas pela Unesco



Fonte: Elaboração de Larissa Sousa & Ruth Rios com dados do Google Earth (2023) e da Unesco (2023).

O mosaico de imagens (Figuras 2 e 3) corresponde aos espaços públicos de cidades coloniais patrimonializadas pela Unesco, ao longo dos séculos XX e XXI. Os critérios que utilizamos para representá-los a partir dessas imagens envolvem os conjuntos urbanos que têm uma representação significativa na vida comunitária, ao mesmo tempo em que despertam o interesse de instituições como a própria Unesco, por serem difusoras de imagens dos destinos turísticos associados às referências patrimoniais (Alvarado & López, 2018).

Por exemplo, no caso do Brasil, a Cidade de Goiás representa um testemunho histórico da ocupação e colonização do território. Primeira capital do estado homônimo, a cidade foi construída no século XVIII e possui um centro histórico predominantemente colonial. Atualmente, esse centro revela traços da vida cotidiana que, apesar dos efeitos da patrimonialização, resistiram às transformações impostas por esse processo (Lima, 2017).

As Zonas de Monumentos Históricos de Querétaro, no México, é outro exemplo significativo, pois mescla o conceito de “monumento” ao de “patrimônio” apregoado pela Unesco, que demandou uma experiência de gestão patrimonial<sup>16</sup> comunitária devido às necessidades de repensar as políticas patrimoniais da Unesco com foco na autonomia das comunidades em relação aos centros históricos (Jiménez, 2016). Na Colômbia, a produção do café é representativa para os sujeitos, pois há uma relação cotidiana entre campo e cidade, que corresponde à ocupação e garante o emprego de muitas famílias<sup>17</sup>, além de moldar as cidades históricas à uma paisagem que remete ao “eixo cafeeiro”, impulsionando, assim, o turismo nas áreas urbano-rurais (Durán, 2016).

---

<sup>16</sup> No caso do México, apenas no ano de 1984 é que se tem uma experiência concreta da Convenção do Patrimônio Mundial (1972). Seguindo essa tendência, a convenção de 1996 tornou obrigatória a adoção de planos de gestão e, naquela época, somente Cidade do México, Querétaro e San Miguel de Allende haviam implementado tal projeto. Em 2000, o México aderiu à Declaração da Cidade do México, que prevê a elaboração de um plano mestre de programas especiais para orientar as intervenções nos centros históricos (Gómez, 2013). Com a introdução em 2010 do "Guia Metodológico para a Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Planos de Gestão para Cidades Mexicanas Patrimônio da Humanidade e Centros Históricos e Tradicionais do País" pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL), os processos de restauração foram incluídos no plano as comunidades locais e priorizaram a participação cidadã na manutenção dos conjuntos urbanos patrimonializados (Gómez, 2013).

<sup>17</sup> Em 1954, o professor Pierre Monbeig identificou a produção do café na Colômbia como um dos itens que constituem a fonte de renda para muitos cidadãos, especialmente em quatro departamentos do país: Caldas, Quindío, Risaralda e Valle del Cauca, pois são significativos nessa produção. Segundo o autor, “o café é também a melhor fonte de rendas para os Estados, pois ele é a matéria fiscal por excelência” (Monbeig, 1954, p. 284).

Este mosaico de imagens, então, demonstra os espaços públicos de diferentes cidades coloniais na América Latina em contextos diurnos e noturnos que refletem as práticas sociais nas ruas, praças, áreas verdes e parques por turistas, visitantes e residentes, além de evidenciar a qualidade da infraestrutura<sup>18</sup> (Amicia & Rita, 2021).

**Figura 2:** Mosaico de fotografias dos espaços públicos patrimonializados pela Unesco



**URUGUAI**

Centro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento

Critério: (iv)

Ano de inscrição: 1995

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2011.



**VENEZUELA**

Coro e o seu Porto

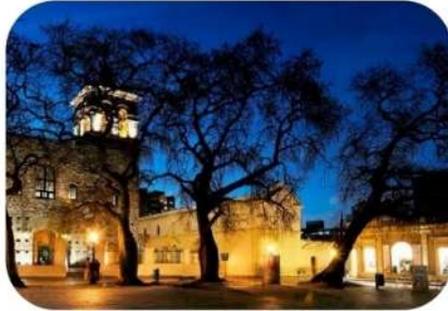
Critérios: (iv) (v)

Ano de inscrição: 1993

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Grégory David Escobar Fernánde, [s/d].

<sup>18</sup> No caso do Haiti, por exemplo, há um fator que vai além das crises econômicas e sociais que acometem a América Latina. O país tem uma vulnerabilidade socioambiental que é agravada pelas mudanças climáticas e, nos últimos anos, as temperaturas médias aumentaram. Como consequência das variações de temperatura, estações com chuvas intensas e secas severas, que aumentam a insegurança nutricional das populações com o aumento da subnutrição, segundo os dados da FAO (2019). Ademais, furacões, terremotos, deslizamentos de terras, inundações e tempestades devastam cidades inteiras (habitações, estradas, vias públicas, pontes, escolas, centros de saúde, edifícios públicos, entre outros), bem como visto na fotografia aqui apresentada, e as zonas rurais também são afetadas. Para Amicia & Rita (2021), questões como essas atentam para o aumento das desigualdades no país e os desafios na recuperação do patrimônio cultural cujas políticas haitianas e missões organizadas pela Unesco, por exemplo, atuam. Nesse contexto, há também a solidariedade e a resiliência entre o povo haitiano.

**Figura 3:** Continuação do Mosaico de fotografias dos espaços públicos patrimonializados pela Unesco



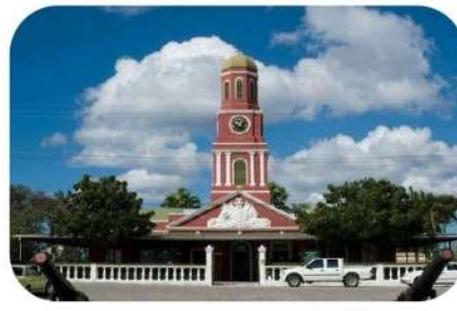
**ARGENTINA**

Quarteirão Jesuíta e Estâncias de Córdoba

Crítérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 2000

Fonte: [www.caminodelosjesuitas.com](http://www.caminodelosjesuitas.com), [s/d].



**BARBADOS**

Centro histórico de Bridgetown e sua Guarnição Militar

Crítérios: (ii) (iii) (iv)

Ano de inscrição: 2011

Fonte: [www.irpmzcc2.org](http://www.irpmzcc2.org) [s/d].



**BOLÍVIA**

Cidade histórica de Potosí

Crítérios: (ii) (iv) (vi)

Ano de inscrição: 1987

Fonte: [www.zonaturistica.com](http://www.zonaturistica.com) [s/d].



**BOLÍVIA**

Cidade histórica de Sucre

Crítério: (iv)

Ano de inscrição: 1991

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), A. Sandoval-Ruiz, 2007.



**BRASIL**

Cidade histórica de Ouro Preto – MG

Crítérios: (i) (iii)

Ano de inscrição: 1980

Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Centro histórico de Olinda – PE

Crítérios: (i) (iii)

Ano de inscrição: 1980

Fonte: Prefeitura de Olinda, [s/d].



**BRASIL**

Santuário do Bom Jesus do Congonhas – MG

Crítérios: (i) (iv)

Ano de inscrição: 1985

Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Centro histórico de São Luís – MA

Crítérios: (iii) (iv) (v)

Ano de inscrição: 1997

Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Centro histórico de Diamantina – MG  
Critérios: (ii) (iv)  
Ano de inscrição: 1999  
Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Centro histórico da Cidade de Goiás – GO  
Critérios: (ii) (iv)  
Ano de inscrição: 2001  
Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Praça São Francisco, na Vila de São  
Cristóvão – SE  
Critérios: (ii) (iv)  
Ano de inscrição: 2010  
Fonte: [www.portal.iphan.gov.br](http://www.portal.iphan.gov.br), [s/d].



**BRASIL**

Centro histórico de Paraty – RJ  
Critérios: (v) (x)  
Ano de inscrição: 2019  
Fonte: [www.guia.melhoresdestinos.com.br](http://www.guia.melhoresdestinos.com.br),  
[s/d].



**CHILE**

Bairro histórico de Valparaíso  
Critério: (iii)  
Ano de inscrição: 2003  
Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Francesco  
Bandarin, 2007.



**COLÔMBIA**

Porto, Fortalezas e Monumentos, Cartagena  
Critérios: (iv) (vi)  
Ano de inscrição: 1984  
Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Rogério Reis,  
[s/d].



**COLÔMBIA**

Centro histórico de Santa Cruz de Mompox  
Critérios: (iv) (v)  
Ano de inscrição: 1995  
Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Einer 3088  
[s/d].



**COLÔMBIA**

Paisagem cultural do café da Colômbia  
Critérios:  
Ano de inscrição:  
Fonte: [www.unesco.org](http://www.unesco.org), Beatriz  
Helena Ramirez Gonzalez, [s/d].



**CUBA**

Havana Velha e seu sistema de fortificação

Critérios: (iv) (v)

Ano de inscrição: 1982

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.



**CUBA**

Trinidad e o Vale dos Engenhos

Critérios: (iv) (v)

Ano de inscrição: 1988

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Geoff Steven, [s/d].



**CUBA**

Centro histórico de Cienfuegos

Critérios: (ii) (v)

Ano de inscrição: 2005

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2011.



**CUBA**

Centro histórico de Camagüey

Critérios: (iv) (v)

Ano de inscrição: 2008

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.



**EQUADOR**

Cidade de Quito

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1978

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Francesco Bandarin, 2005.



**EQUADOR**

Centro histórico de Santa Ana de los Ríos de Cuenca

Critérios: (ii) (iv) (v)

Ano de inscrição: 1999

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, [s/d].



**GUATEMALA**

Antigua Guatemala

Critérios: (ii) (iii) (iv)

Ano de inscrição: 1979

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Vincent Long, 2010.



**HAITI**

Centro histórico de Jacmel

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 2004

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Elke Selter, 2011.



**MÉXICO**

Centro histórico da Cidade do México e Xochimilco

Critérios: (ii)(iii)(iv)(v)

Ano de inscrição: 1987

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2011.



**MÉXICO**

Centro histórico de Oaxaca

Critérios: (i)(ii)(iii)(iv)

Ano de inscrição: 1987

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2005.



**MÉXICO**

Centro histórico de Puebla

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1987

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Francesco Bandarin, 2005.



**MÉXICO**

Cidade histórica de Guanajuato

Critérios: (i) (ii) (iv) (vi)

Ano de inscrição: 1988

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org) [s/d].



**MÉXICO**

Centro histórico de Morella

Critérios: (ii) (iv) (vi)

Ano de inscrição: 1991

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2005.



**MÉXICO**

Centro histórico de Zacatecas

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1993

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2005.



**MÉXICO**

Zonas de monumentos Históricas de Querétaro

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1996

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2005.



**MÉXICO**

Zonas de monumentos históricos de Tlacotalpan

Critérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1998

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2005.



**MÉXICO**

Cidade Histórica Fortificada de Campeche

Crítérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 1999

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), [s.d].



**MÉXICO**

Cidade protetora de San Miguel de Allende

Crítérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 2008

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2015.



**MÉXICO**

Camino Real de Tierra Adentro

Crítérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 2010

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2015.



**PERU**

Cidade de Cusco

Crítérios: (iii) (iv)

Ano de inscrição: 1983

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2011.



**PERU**

Centro histórico de Lima

Crítério: (iv)

Ano de inscrição: 1988

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Silvan Rehfeld, 2009.



**PERU**

Centro histórico da Cidade de Arequipa

Crítérios: (i) (iv)

Ano de inscrição: 2000

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2011.



**REPÚBLICA DOMINICANA**

Cidade colonial de Santo Domingo

Crítérios: (ii) (iv) (vi)

Ano de inscrição: 1990

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ko Hon Chiu Vincent, 2012.



**SURINAME**

Centro histórico de Paramaribo

Crítérios: (ii) (iv)

Ano de inscrição: 2002

Fonte: [www.whc.unesco.org](http://www.whc.unesco.org), Ron Van Oers, 2005.

Fonte: Organizado pela autora, 2023.

As transformações que dizem respeito aos espaços públicos, seus sentidos e significados são renovados por meio das práticas sociais. Tais práticas elevam esses espaços públicos à uma categoria específica quando seu conjunto urbano é patrimonializado (Zarlenga, 2020). As cidades coloniais latino-americanas são representativas nesse sentido porque também estão inseridas em projetos de requalificação e conservação patrimonial (Berdoulay & Paes, 2008). Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) atuam como agências para o desenvolvimento urbano, com foco na Europa e nos Estados Unidos da América, sua atuação também é potencialmente replicada na América Latina (Berdoulay & Paes, 2008; Costa, 2011a).

Assim, entende-se que os espaços públicos dos centros históricos estão inseridos em uma dinâmica de transformação pelo fato de que projetam a conservação do patrimônio urbano histórico e integram a ideia de *conjunto* defendida brevemente pela Unesco em 1972 e retomada na "Recomendação sobre a Salvaguarda de Conjuntos Históricos ou Tradicionais e sua Função na Vida Contemporânea" (Unesco, 1976), cujo objetivo é criar meios de proteção que definem áreas e elementos a serem preservados.

Os espaços públicos são atravessados pela *patrimonialização global*, em que ruas e praças, definidas pelos limites das áreas de proteção, são consideradas áreas centrais, enquanto as áreas do seu entorno são vistas como "periféricas". Logo, são representadas por modelos e normativas cuja relação se baseia em intervenções urbanas e arquitetônicas dentro de padrões estabelecidos por instituições patrimoniais internacionais. Esse é o caso do bairro La Candelaria, em Bogotá, que sofre com a dinâmica de realocização e com os problemas relativos à gentrificação após seu abandono em meados do século XX, hoje o centro histórico é impactado pela patrimonialização por meio do consumo dos grupos de alta renda (Manrique, 2013).

A busca pelo progresso enraizada na elite latino-americana durante a segunda metade do século XIX inspirou a construção de espaços urbanos monumentais, sobretudo no final do século XX, como afirmam Corrêa (2007), Prado (2011), Prado (2017), entre outros autores. Tais espaços urbanos foram caracterizados pelo modernismo de Lúcio Costa, Flávio de Carvalho, Roman Fresnedo Siri, Artigas, Severiano Porto, Sérgio Bernardes, Oscar Niemeyer, entre outros arquitetos

urbanistas, que se inspiraram nas teorias inglesas e francesas do século XX, eles concretizaram o que vemos hoje em muitos países americanos: Cuba, Uruguai e Brasil são alguns exemplos de que tratam Benevolo (1985), Bohrer, Canez & Comas (2004), e outros.

De acordo com Egea-Jimenez & Nieto-Calmaestra (2020, p. 8), a importância de estudar os espaços públicos latino-americanos consiste em compreender as diferenças entre os modelos de construção do século XVI, que dizem respeito às cidades com aspectos arquitetônicos coloniais marcados por edifícios religiosos e civis; e as referências urbanas do século XIX, que reflete na sanitização europeísta “en general, los espacios públicos de ocio formaban parte de un amplio proyecto de embellecimiento e higienización”, com aspectos culturais fortes nas normas de usos e demarcação territorial com instalação de monumentos a heróis nacionais (Egea-Jimenez & Nieto-Calmaestra, 2020; Sousa, 2020). Ou seja, a influência urbana advinda da Europa atenta para a construção de espaços públicos planejados e concebidos, que, em algum momento, podem revelar-se como objetos de interesse patrimonial.

Segundo Egea-Jimenez & Nieto-Calmaestra (2020), o espaço público carrega elementos identitários que se definem no tempo e no espaço, caracterizando-se como áreas de livre acesso e uso gratuito. Por essas razões, os autores o reconhecem como parte dos espaços socialmente construídos. Essa característica traduz o que os autores compreendem por práticas sociais, ou seja, o conjunto de ações em que os sujeitos estão “haciendo cosas diferentes y ejerciendo el sentir ciudadano” (Egea-Jimenez & Nieto-Calmaestra, 2020, p. 4). Tendo como estudo de caso o Parque Juárez, em Xalapa, no México, os autores afirmam que seus elementos espaciais são destaque na área do parque devido ao fato de que historicamente ele se manteve e também sofreu com mudanças em sua estrutura. Por estar localizado em uma área metropolitana, o parque recebe distintos visitantes e faz parte da Zona de Monumentos Históricos e Artísticos de Tlacotalpan, criada pela Unesco.

Segundo Gomes (2013, p. 33), a noção de espaço público pode ser estudada através do fenômeno da visibilidade, “que está estritamente relacionado à posição daquilo que é visto no espaço”, ou seja, a organização espacial a partir do olhar requer questionamento do que o espaço produz e de qual a nossa percepção em relação às

imagens advindas dele. Nesse contexto, o apelo às imagens associadas ao conceito de espaço público confere-lhe novos significados — as ruas, cores, formas arquitetônicas, sons e cheiros integram um conjunto de elementos construídos socialmente para se tornarem objeto central de atenção,

Chamamos de “cenário” esse conjunto de ações, objetos e significações unidos e simultâneos em um mesmo espaço. Queremos, a partir dessa denominação, ressaltar o caráter absolutamente interdependente dessas três dimensões — a física, a comportamental e a de significação — na construção da vida pública. A noção de *cenário* (conjunto de cenas) quer assim propor uma análise que tem como núcleo a espacialidade e a coloca em relevo na interpretação das ações e na compreensão dos significados que se inscrevem no espaço. (Gomes, 2013, p. 193)

Em tempos recentes, na lógica da expansão econômica, a América Latina se destacou pelas demandas das cidades-patrimônio, por isso a análise dos usos e das apropriações dos espaços públicos nos centros históricos requer olhar para a *patrimonialização global* em seu primeiro lugar de transformação: o espaço arquitetônico, conforme indica Costa (2015). Essa arquitetura é percebida pelos sujeitos por meio dos sentidos e possui a capacidade de ampliar a consciência e revelar diferentes realidades dos espaços. Nesse sentido, ela “ensina”, como afirma Tuan (1983, p. 114). De acordo com Costa (2015, p. 147), “as indicações da Unesco estão no plano de uma virtualidade que não trata, por vezes, o real de cada lugar; o que se agrava quando são desconsideradas pelas governanças urbanas, interessadas na reprodução ampliada (e vaga) dos sentidos de suas cidades”.

Para Berdoulay & Paes (2008), o espaço público tem uma importância fundamental de reconhecimento dos centros históricos patrimonializados por meio dos seus usos e apropriações. Determinados espaços atraem políticas públicas específicas que contribuem para um planejamento combinando funções e objetivos na criação de suas imagens. As funções dizem respeito às atividades que atraem diversos tipos de usos: religioso, cultural, turístico, comercial, lazer, distração para quaisquer idades, serviços administrativos etc., enquanto os objetivos têm relação com a valorização de bens culturais patrimonializados que atraem os usos.

De acordo com Serpa (2007), quando falamos de usos e apropriações dos espaços públicos, as noções de alteridade e de acessibilidade são fundamentais para entender como as relações se estabelecem ali. Para o autor, este é o lugar onde os

sujeitos podem circular livremente, pois a acessibilidade “é, em última instância, hierárquica” (Serpa, 2007, p. 20). Assim, a alteridade, que está vinculada a uma espécie de demarcação dos territórios, contrapõe-se à dimensão simbólica e à concreticidade dos espaços públicos urbanos. A acessibilidade não é somente física, mas também repleta de significados; ao mesmo tempo, acessibilidade e alteridade implicam possivelmente uma privatização dos espaços públicos. Logo, nem todas as formas de usos são suficientes para dar legitimidade aos espaços públicos, sua apropriação não garante por si que o espaço seja, de fato, público.

Essas dicotomias, conforme apontam o autor, direcionam para um espaço público cada vez menos partilhado e mais disputado pelos diferentes grupos e, “conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o outro em um espaço que é acessível a todos” (Serpa, 2007, p. 36).

Segundo Souza (2013), as formas como os grupos sociais se organizam e utilizam os espaços públicos partem, muitas vezes, das iniciativas de grupos oprimidos que lutam contra a exclusividade desses espaços. Tais espaços carregam significados sociais e históricos na cidade, e é o conjunto de práticas — marcado pelo uso coletivo e pelo potencial de interação — que permite que o espaço público seja efetivamente compartilhado. O autor considera que “[...] a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a “lugaridade”...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados” (Souza, 2013, p. 241).

A partir desse entendimento, veremos, nos próximos tópicos, como a *patrimonialização global* impacta os espaços públicos de Pirenópolis e de Colônia do Sacramento.

## **1.2. A *patrimonialização global* nos espaços públicos de Pirenópolis (BR)**

Pirenópolis é um município cujo território remete à formação inicial de ocupação do espaço goiano. Fundada em 1727, aos pés da Serra dos Pirineus, ela representa

idades brasileiras que conservam a arquitetura colonial do século XVIII e possui um histórico econômico baseado na exploração do ouro. Com uma área territorial de 2.200,369 km<sup>2</sup>, originalmente era chamada de arraial Meia Ponte, em 1832 tornou-se vila e em 1853 ganhou o título de cidade, a atual denominação Pirenópolis foi estabelecida em 1890 e significa “Cidade dos Pireneus”.

As modificações de nome acompanharam o que ocorreu com outras cidades, a exemplo de Vila Boa de Goiás, atual Goiás, ambas as cidades têm contexto de surgimento através da trajetória dos bandeirantes, sobretudo daqueles que vieram de São Paulo para explorar o Brasil Central (Lima, 2017). Com o processo de povoamento em curso, Pirenópolis constituiu sua forma urbana e arquitetônica sob influência dos colonizadores portugueses, mas com particularidades de variados estilos e, devido sua localização geográfica, abraçou-se no cerrado, assim como ocorreu em outras cidades do interior do país<sup>19</sup>: Goiás, Ouro Preto, São João Del-Rei e Diamantina são alguns exemplos (Costa, 2015; Lima, 2017).

As primeiras construções do núcleo urbano ganharam contorno na medida em que a estrutura física da cidade era direcionada aos novos segmentos econômicos, isto é, a demanda pela orientação dos espaços em ruas tracejadas, tais como igrejas, praças, edifícios públicos e residenciais, câmaras e cadeias etc. fez com que os moradores se organizassem em uma vida urbana atrativa dando notoriedade aos primeiros espaços públicos. Erguida às margens dos córregos Lava-pés, Prata e Rio das Almas, Pirenópolis nasce abraçada aos seus rios e, com o passar do tempo, teve seu crescimento urbano transformado por essa dinâmica. Há um número expressivo de objetos culturais, tais como escolas, orquestras, clubes literários, cursos de pintura, escolas de teatros, festas religiosas e/ou profanas etc., em sua maioria em distâncias percorríveis a pé, o que chamou a atenção de viajantes que viam a cidade como rota ou destino, e serviu para aumentar as relações comerciais de Pirenópolis no país.

Estudos sobre Pirenópolis mostram que a organização dos espaços urbanos criou ruas delineadas como a Rua Direita, a primeira a estimular o deslocamento de residentes e dar início ao rossio, criando uma imagem urbana para os que chegavam

---

<sup>19</sup> Os biomas Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata Seca, que compõem o estado de Minas Gerais foram explorados desde o início do povoamento da região e continuam, atualmente, com a maior quantidade de mineradoras do Brasil (Santos, 1996; Almeida, 2005).

à cidade; ela se tornou também um ponto de referência para a Praça da Matriz.<sup>20</sup> Ao longo do tempo, outras ruas paralelas ganharam importância e se desenvolveram no traçado urbano de Pirenópolis, como as Ruas Aurora, Bonfim, Ruy Barbosa e Rosário, esta última é popularmente conhecida como Rua do Lazer (Figuras 4 e 5). Por ser um importante ponto turístico da cidade, a rua teve uma quadra específica de sua extensão<sup>21</sup> regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 614/1997.

**Figura 4:** Vista antiga do trecho da Rua do Lazer



Fonte: Acervo João Basílio (1917).

---

<sup>20</sup> Na revisão da literatura sobre o nome dessa rua (Almeida, 2006; Villaschi, 2012), observamos que era costume os colonizadores optarem por chamá-la assim devido às casas das famílias mais ricas localizadas nesses espaços, a exemplos de Ouro Preto, Diamantina, São João del-Rei, Tiradentes, Santa Luzia, Serro, Sabará etc. e também pela proximidade com a igreja principal, à direita. Isso não quer dizer que a rua seja reta, mas sinuosa e com os melhores calçamentos, o que indicava hierarquia entre os espaços públicos.

<sup>21</sup> As legislações referentes à rua do Rosário encontram-se nos documentos da Câmara Municipal de Pirenópolis e tratam da mudança de sua denominação. Inicialmente, houve uma tentativa de homenagear a República, renomeando-a como Rua 15 de Novembro (Ata da reunião de 21 de janeiro de 1890). No entanto, essa alteração foi posteriormente revogada (Ata da reunião de 24 de maio de 1898), restabelecendo oficialmente o nome Rua do Rosário.

**Figura 5:** Vista noturna da Rua do Lazer, em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Na América Latina, os espaços públicos são fontes de discussões sobre as diferenças e as similaridades de modelos urbanos influenciados pelas colônias, tendo como elementos constituintes ruas; parques; praças; pátios; quintais; estacionamentos descobertos; lotes vagos; glebas; represas e rios; áreas cultivadas ou remanescentes de vegetação original. Em diferentes escalas, todos esses elementos estão relacionados aos processos urbanos e econômicos que rebatem sobre a cidade e a acentuada convivência social que se compõe por meio de relações complementares entre o privado e o público.

Os documentos que detalham a estrutura física dos espaços públicos de Pirenópolis no período mais antigo de sua história, em sua maioria, estão em relatos de governadores, que, em seus discursos, projetavam uma visibilidade política. Também há narrativas de viajantes europeus<sup>22</sup>, cujas expedições descreviam a região, embora muitas vezes comparassem o que viam aqui com às cidades

---

<sup>22</sup> Os relatos produzidos na primeira metade do século XIX por Castelnau e Gardner, Saint-Hilaire, Pohl, entre outros são fundamentais para a compreensão da história e da geografia regional.

européias, no sentido de confrontar quais lugares apontavam para o atraso ou para o progresso. Em uma dessas jornadas, no ano de 1816, o historiador português Oscar Leal (1892, pp. 72, 73 e 74), relata que

O largo da Matriz é o ponto mais central da cidade e para lá convergem as Rua Direita, Prata, Bonfim e ladeira do Rosário. São geralmente calçadas de grandes lajes e em todas existem casas que até hoje conservam o velho estilo dos primeiros colonizadores do estado goiano. **Pyrenópolis compõem de sete ruas, três praças grandes, duas pequenas e alguns becos e travessas pouco edificadas.** É a melhor cidade de Goiás, depois da Capital, porém pobre, e com poucos recursos para desenvolvimento. Uma ponte de madeira antiqüíssima mas de bom estado une a cidade baixa ao bairro do Carmo, na margem direita do rio que banha a povoação. (grifos nossos)

Na descrição do referido autor, nota-se que existe uma centralidade de espaços públicos, há também outros espaços abertos que projetaram referências funcionais e simbólicas de Pirenópolis, criando uma relação com o seu entorno e condicionando os equipamentos urbanos a serem inseridos ali: bancos, luminárias, lixeiras etc. Nessa perspectiva, o crescimento da malha urbana de Pirenópolis no século XVIII até o final do século XIX foi relativamente lento, a cidade manteve seu ritmo de crescimento de acordo com sua funcionalidade (Lima, 2017)<sup>23</sup>, algo intrínseco às políticas de desenvolvimento das cidades históricas do interior brasileiro (Lima, 2017).

Na década de 1930, com a perspectiva de desenvolvimento no governo de Getúlio Vargas e com a criação do SPHAN<sup>24</sup>, importantes transformações econômicas ocorreram na região, como, por exemplo, a construção de Goiânia em 1933 e a transferência da capital federal para Brasília em 1960, pelo presidente Juscelino Kubistchek. Como um modelo de planejamento urbano moderno e inovador, Brasília teve influência em vários aspectos no crescimento urbano de Pirenópolis.

---

<sup>23</sup> Segundo Lima (2017), em 1890, com a alteração das rotas comerciais em direção à Anápolis, a cidade enfrenta um isolamento econômico, modifica seu nome e aspira a se transformar em um polo urbano artístico para atividades culturais, tornando-se um local de encontros, celebrações e apresentações artísticas realizadas nos espaços públicos.

<sup>24</sup> No Brasil, as políticas de patrimônio surgem em 1930, com a criação do SPHAN, que alterou sua denominação de Serviço para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conforme aponta relatório de atividades criado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Contudo, o órgão só começou a funcionar a partir de 1936, após sua promulgação em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº. 378: “tendo V. Excia. em 13 de abril do ano próximo findo solicitado ao Senhor Presidente da República autorização para dar início ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, logo que o Chefe de Estado concedeu essa autorização foi contratado o pessoal necessário para encetar os trabalhos essenciais e preparatórios que, de acordo com o plano traçado por V. Excia., deveriam ser realizados até que, paulatinamente e com os dados fornecidos pela experiência, fosse surgindo o plano definitivo de organização do Serviço, que tivesse de ser convertido em lei” (Andrade, 1937, p. 1).

Tal crescimento da cidade em questão está relacionado à experiência política e econômica das cidades brasileiras, que, através da mercantilização da cultura, entraram na era da modernidade (Harvey, 2005), sendo estimuladas, em seu próprio ritmo, à reprodução do consumo via valorização do patrimônio urbano histórico, em que os espaços públicos formaram o acúmulo dos tempos passados, gerando um palimpsesto. Enquanto cidades coloniais como Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais – Brasil) estão nos circuitos culturais mais procurados<sup>25</sup>, Pirenópolis levou anos para firmar-se como destino turístico (Almeida, 2005).

Uma importante característica dos espaços públicos de Pirenópolis é o calçamento urbano conhecido como “pé-de-moleque”, cuja implantação teve início na década de 1960, com o uso de rochas de quartzito nas vias. Atualmente, esse tipo de pavimentação está presente em grande parte da área histórica e tem sido, inclusive, incorporado ao discurso político do prefeito como símbolo da infraestrutura local e da manutenção das ruas e dos espaços públicos. Por meio desse tipo de ladrilhamento, o centro histórico incorpora elementos que articulam forma e memória, reforçando a dimensão histórica e simbólica dos espaços públicos.

A Praça do Coreto, por exemplo, abrigou a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1743, que se destacava por ser a única igreja com acesso livre à população negra e aos mais pobres. Contudo, a capela foi demolida na década de 1940, como apontam os estudos de Oliveira (2022). Ao longo do tempo, a praça passou por várias transformações, até que, em 1980, nesse mesmo espaço, foi construída a Praça Coronel Chico de Sá (Lima & Oliveira, 2022), sendo oficialmente homologada com este nome por meio da Lei Municipal n.º 561/2006, embora seja popularmente conhecida como Praça do Coreto (Figura 6).

A relevância desse conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico de Pirenópolis culminou em seu tombamento pelo Iphan, em 1990, embora as primeiras inscrições do tomo tenham começado parcialmente em julho de 1941. O tombamento produziu regras e padrões de conservação dos espaços públicos, além da manutenção dos edifícios presentes no centro da cidade, constituindo-se como um

---

<sup>25</sup> Ouro Preto foi uma das primeiras cidades tombadas pelo Iphan, em 1938, e a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Mundial da Unesco, em 1980, além de ser um dos lugares que o Programa Monumenta e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinaram boa parte da verba para revitalização, requalificação e restauração de grande número de edificações históricas.

produto cultural para o consumo turístico. Segundo Paes (2015), foram as articulações regionais e nacionais que impulsionaram as cidades brasileiras nesse caminho e as forçaram à renovação urbana produzindo novos contextos.<sup>26</sup>

**Figura 6:** Praça Coronel Chico de Sá e Coreto, no centro histórico de Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Em uma visão macro da América Latina, a década de 1990 mostra uma intensificação dos processos de patrimonialização, vários conjuntos urbanos de cidades coloniais foram patrimonializados pela Unesco<sup>27</sup>, totalizando 15 áreas

---

<sup>26</sup> Ressaltamos que o nosso recorte espacial se concentra no centro histórico de Pirenópolis como o lugar da experiência subjetiva, e os espaços públicos circundantes como potenciais espaços reveladores da *patrimonialização global*, por sofrerem, também, com a sua manutenção (ou a falta dela) nesse processo.

<sup>27</sup> São elas: a Cidade Colonial de Santo Domingo, na República Dominicana (1990); a Cidade Histórica de Sucre, na Bolívia (1991); o Centro Histórico de Lima, no Peru (1991); o Centro Histórico de Morella, no México (1991); o Centro Histórico de Zacatecas, no México (1993); o Coro e seu porto, na Venezuela (1993); Centro Histórico de Santa Cruz de Mompox, na Colômbia (1995); o Centro Histórico de Colônia do Sacramento, no Uruguai (1995); a Zonas de Monumentos Históricos de Querétaro, no México (1996); o Centro Histórico de São Luís, no Brasil (1997); Zonas de Monumentos Históricos de Tlacotalpan, no México (1998); o Centro Histórico de Diamantina, no Brasil (1999); o Centro Histórico de Santa Ana de los Ríos de Cuenca, no Equador (1999); a Cidade Histórica Fortificada de Campeche, no México (1999); o Quarteirão Jesuíta e Estâncias de Córdoba, na Argentina (2000); e o Centro Histórico da Cidade de Arequipa, no Peru (2000).

urbanas declaradas. Desse total, um exemplo interessante é o caso da capital do Peru, Lima, onde atualmente 83% dos monumentos (incluindo os espaços públicos) no centro histórico estão em risco de colapso, segundo o relatório do Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional (CIDAP, 2009, p. 37).

Isso ocorre porque a eficácia da chamada “autenticidade” dos centros históricos, entendida a partir da análise da persistência dos argumentos e indicadores nas esferas urbana, arquitetônica, cultural, social e histórica que fundamentaram sua designação como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, revela contradições. As intervenções realizadas nos espaços públicos e nas áreas edificadas ou destinadas à construção não têm apresentado resultados positivos concretos em termos de conservação desde a inclusão desses centros na referida categoria — como é o caso de Lima —, situação semelhante à observada em outros patrimônios urbanos históricos tombados na América Latina.

Segundo Borja (2006, p. 2), existem processos urbanos capazes de reduzir os espaços públicos a uma agenda política conservadora<sup>28</sup>, presente em um “urbanismo de mercado que, en lugar de enfrentarse con sus efectos desequilibradores, se adapta a sus dinámicas, vendela ciudad al mejor postor y deja que se extienda una urbanización difusa que multiplica las desigualdades sociales”. Por exemplo, durante a ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, a atuação da Unesco na promoção do patrimônio cultural tornou-se ainda mais visível nas cidades da América Latina. Esse período foi caracterizado por reformas urbanas que conferiram às cidades um papel central tanto na organização do território quanto nas dinâmicas políticas dos países.

No Brasil, os desdobramentos da construção de Brasília são analisados por Costa (2021a) na dimensão do *planejamento urbano possível*<sup>29</sup>, o qual para horizontalizar o planejamento técnico, retrata as demandas locais sob um olhar mais humanizado. O autor situa o sujeito no território e chama a atenção para os grupos sociais que se organizam no enfrentamento de adversidades a partir de ações políticas locais,

---

<sup>28</sup> Em 1982 a Unesco realiza o MONDIACULT, no México, cujo principal objetivo do evento é o reconhecimento da cultura em nível federal como bem global. No Brasil, o debate político-cultural se destaca por surgir na transição ditadura-democratização, com a proposta governamental de desenvolvimento em todo o território (Calabre, Rocha & Canelas, 2022).

<sup>29</sup> Veremos mais sobre o *planejamento urbano possível* nos próximos capítulos da tese, especialmente no capítulo 2.

La reacción surgió de la propia racionalidad instrumental de planificación del territorio nacional impuesta a la nueva capital, la cual resultó en luchas y modos de organización territorial propios de los trabajadores migrantes; todo sucedido durante los movimientos políticos de fijación en el nuevo sitio, rechazando el orden gubernamental de retorno de los trabajadores a sus tierras de origen. (Costa, 2021a, p. 99)

No Brasil, constam 13 sítios na lista de Patrimônio Mundial cancelados pela Unesco. Entre eles, 7 são centros históricos coloniais: Ouro Preto (MG), 1980; Olinda (PE), 1982; Salvador (BA), 1985; São Luiz (MA), 1997; Diamantina (MG), 1999, Goiás (GO), 2001 e Paraty<sup>30</sup> (RJ), 2019. De acordo com Paes (2015, p. 116), a patrimonialização de cidades coloniais brasileiras revela o emaranhado de problemas sociais cujos indicadores formais não contemplam aspectos positivos para os moradores, ou o fazem a partir de normas políticas pré-estabelecidas, dado o contexto de desenvolvimento local e com expectativas de retornos financeiros a curto e médio prazo, o que favorece as desigualdades sociais originadas da colonização,

Se no início do século XX a patrimonialização serviu para reforçar a identidade nacional nas ideologias políticas do Estado-Nação, no final do século XX e início do XXI a turistificação do patrimônio cultural vem reforçar as políticas em sua rede de conexões com a economia global, que se apoderou da cultura como recurso econômico, como ideologia política e como normatização do território.

Nesse ritmo, por meio do Iphan, os programas federais impulsionaram as políticas de preservação de conjuntos urbanos históricos. Em meio a esse processo, Pirenópolis foi contemplada com o Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (Urbis), no ano de 2002. Esse programa foi lançado pelo Ministério da Cultura (MINC) em parceria com o Iphan e a Caixa Econômica Federal, uma das estratégias de atuação dessa iniciativa foi a liberação de linhas de crédito para que as cidades inscritas no programa pudessem reabilitar suas áreas históricas. As cidades de Sobral (CE), Mariana (MG), Laguna (SC), Cuiabá (MT), Manaus (AM), Paraty (RJ), Goiana (PE), São Cristóvão (SE), Petrópolis (RJ), Lapa (PR), Rio de Contas (BA) e Pilar de Goiás (GO) também fizeram parte dessa política pública. A partir dos instrumentos de gestão compartilhada, normas e estratégias de operação foram criadas e elaboradas dentro de alguns objetivos, são eles:

---

<sup>30</sup> Paraty e Ilha Grande, no Rio de Janeiro, é o primeiro sítio misto do Brasil reconhecido por seu patrimônio cultural e natural (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>).

- I) recuperação de edifícios públicos e privados para usos residencial, comercial, de serviços e mistos;
- II) recuperação e/ou instalação de infra-estrutura urbana como saneamento básico, iluminação pública compatível, sistema viário, etc;
- III) recuperação de espaços públicos, como áreas verdes, parques, jardins, praças, alamedas, etc;
- IV) recuperação e/ou instalação de equipamentos coletivos culturais como museus, bibliotecas, cinemas, teatros, etc e/ou serviços públicos de proximidade, etc;
- V) recuperação e/ou instalação de mobiliário urbano compatível, como sinalização urbana, turística e cultural, luminárias, quiosques, paradas de ônibus, fontes, esculturas, bancos, etc;
- VI) estímulo à revitalização de atividades locais geradoras de emprego e renda, associadas à dinamização sócio-cultural e econômica da área, com atenção especial às micro e pequenas empresas e ao setor cooperativo na formação e capacitação de empreendedores para a geração de negócios, como o artesanato e o turismo cultural;
- VII) apoio à revitalização da capacidade instalada na área, mediante a implantação de oficinas-escolas para treinamento e reciclagem da mão-de-obra em tarefas de reabilitação urbana, como na formação e capacitação de empreendedores para a geração de negócios voltados para aspectos e valores agregados a esses sítios históricos, especialmente naqueles setores relacionados ao artesanato e ao turismo cultural.

Esses objetivos delinearão os caminhos a serem percorridos em busca de uma conservação integrada, alicerçada na geração de investimentos, no “ideal” de um “desenvolvimento sustentável” por meio de ações culturais e socioambientais, envolvendo a participação das comunidades. Tais ações visavam resultados do Programa de Reabilitação Urbana de Sítios Históricos (Urbis):

- patrimônio edificado recuperado;
- infra-estrutura urbana recuperada ou instalada;
- **espaços públicos recuperados;**
- **empreendimentos de natureza comercial e de serviços relacionados especialmente à cultura, ao turismo e ao lazer, bem como ao comércio vicinal e aos serviços de proximidade gerados na área;**
- atividades socioculturais dinamizadas, especialmente aquelas relacionadas com iniciativas associadas de educação patrimonial, ambiental e sanitária;
- mão-de-obra especializada formada e/ou capacitada, em especial nos ofícios da preservação do patrimônio cultural;
- modernização das práticas na administração pública fomentada, especialmente naquelas voltadas para a preservação do patrimônio cultural e para a gestão urbana da cidade;
- melhoria da logística institucional dos organismos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e da gestão urbana da cidade propiciada; sistemas de informação para a reabilitação urbana desenvolvidos e em operação;
- Comissões Gestoras Locais constituídas e instaladas nos sítios históricos;
- planos de Preservação dos sítios históricos elaborados e implementados;
- campanha para a reabilitação urbana das cidades realizadas;
- empregos e incremento de renda gerados pelo fomento à implementação de intervenções urbanas e pelo processo de capacitação dos agentes sociais, econômicos e culturais na criação de negócios e de empreendimentos locais;
- estruturas organizacionais das administrações públicas envolvidas fortalecidas para a gestão dos sítios históricos;

- Sítios Históricos reabilitados desde o ponto de vista da sua recuperação e revitalização. (grifos nossos)

Em contrapartida, Guerrero (2018, p. 4), ao analisar três regiões do Chile — Biobío, Araucanía e Los Ríos —, observou que as comunidades locais reconhecem a presença de ações culturais heterogêneas, manifestadas por meio de expressões patrimoniais ativadas pela memória, elas “adquieren así un sentido reivindicativo y visibilizador que busca resarcir estas omisiones”. Segundo a autora, os bairros mais pobres tendem a sofrer mais com os impactos da patrimonialização por estarem invisibilizados diante de políticas públicas de patrimônio. Essa informação corrobora com o estudo da natureza desigual do patrimônio cultural, que, segundo Scifoni (2017, p. 119), “deixa-se de contemplar os valores afetivos, sociais e memoriais, ou seja, tudo aquilo que conecta as pessoas a esses bens culturais. Privilegiando-se a compreensão deste como objeto técnico, vai se desumanizando o patrimônio”.

No caso de Pirenópolis, destacamos as expectativas sobre a valorização comercial de edificações e espaços públicos fomentada pelas demandas do programa, que serviu para fragmentar os espaços e mostrar o processo de gentrificação em curso. Segundo Glass (1964), o termo gentrificação diz respeito às mudanças ocorridas em Londres, cujos bairros centrais, anteriormente ocupados por trabalhadores populares, passaram por influxos de empresas e a classe média passou a ocupá-los, estabelecendo assim uma nova dinâmica: se antes forçaram sua desvalorização, posteriormente os edifícios passaram por renovações com grandes investimentos públicos e privados. Conseqüentemente, houve valorização do solo e mudança nas formas de consumo entre as classes sociais, restringindo ainda mais os consumidores populares ao acesso de bens, produtos e serviços dessas áreas (Glass, 1964).

A existência de uma densidade de espaços públicos na estrutura urbana é uma característica típica dos centros históricos de origens pré-industriais, cujas distâncias eram tradicionalmente percorridas a pé, promovendo integração de sistemas de áreas livres bem conectadas. No contexto de Pirenópolis, essa característica também reflete o acúmulo, ao longo de seus quase três séculos de história, durante os quais diferentes tipos de espaços públicos foram desenvolvidos gradualmente, conforme já falamos.

Todavia, é importante salientar que essa densidade por si só não garante que esses espaços públicos sejam bem aproveitados pelos residentes ou visitantes. No cotidiano, muitos desses lugares parecem ter um uso limitado como áreas de lazer e encontro, apesar de demonstrarem vitalidade durante os eventos anuais da cidade. Durante a nossa pesquisa, observamos que, na vida cotidiana, esses espaços muitas vezes servem apenas como áreas de trânsito e estacionamento de veículos, além de suportar breves momentos de sociabilização. Ressalta-se que não são atribuídas outras funções a esses espaços, apesar de seu potencial para acomodar uma variedade maior de atividades.

Centros históricos atraem novos consumidores, e em Pirenópolis há um número expressivo de consumidores regionais e nacionais, de classe média alta, artistas e estudantes universitários. Alguns teóricos afirmam que isso ocorre porque eles estão em busca de “ampliar seus espaços de sociabilidade e construir novas territorialidades” (Assis & Mendes, 2013, p. 2014) e utilizam dos conjuntos urbanos históricos e do patrimônio para justificar a existência de uma cultura local. O quadro 1 evidencia esse consumo por parte desse público.

**Quadro 1:** Perfil socioeconômico dos turistas que frequentam o comércio local em Pirenópolis

<b>Perfil socioeconômico</b>	<b>Caracterização</b>	<b>Estabelecimentos</b>
Classe média alta	Empresários, jovens profissionais que possuem estabelecimentos no centro histórico. Alta concentração de riqueza.	Restaurantes Praças Rua do Lazer Cafés
Artistas	Poder aquisitivo médio e alto capital cultural. Importante na representação cultural da cidade	Restaurantes Rua do Lazer Cafés
Turistas	Turistas regionais, nacionais e internacional com poder aquisitivo médio e alto	Restaurantes Cafés Hotéis
Estudantes universitários	Poder aquisitivo baixo e médio, que devido à localização geográfica da cidade tem um potencial de consumo limitado	Restaurantes Espaços públicos Residências universitárias

Fonte: Dados obtidos durante observação de campo, 2023.

Acredita-se que essa opção por espaços públicos e privados resulta das interações entre um grupo de indivíduos que origina e outro que reinterpreta e reelabora os significados em torno da dimensão material e simbólica de certos bens culturais, o que propicia o surgimento de contextos marcados por conflitos e disputas.

Outro exemplo da patrimonialização é o centro histórico de Salvador, considerado o maior conjunto histórico colonial latino-americano, ele foi declarado

Patrimônio Mundial, em 1985, pela Unesco. Sua arquitetura reflete os usos da paisagem pré-selecionada para o que deveria ou não estar na lista de bens declarados<sup>31</sup>, expulsando a população original para outras áreas da cidade. Isso não só retrata a gentrificação, como também interrompe os hábitos de vida daqueles que antes moravam ali e, agora expulsos, terão que reorganizar suas vidas (nas suas formas de acesso ao trabalho, de lazer e de ócio etc.).

Atualmente, Pirenópolis tem uma população estimada em 26.690 pessoas, segundo Censo Demográfico feito pelo IBGE (2022). A cidade tem preservado sua arquitetura em estilos arquitetônicos variados, como o barroco, o rococó, o neoclássico e até algumas edificações em art déco, possivelmente por forte influência da nova capital, Goiânia.<sup>32</sup> Como nos lembra Alvarado & Costa (2019, p. 6) “el idealizado “mundo rural” constituye tales lugares de interacciones y yuxtaposiciones culturales, en un ritmo, una intensidad y unos componentes técnicos (urbanos) que resultan más atractivos para los sujetos metropolitanos”.

Do ponto de vista de sua morfologia, podemos ver que as ruas e as praças de Pirenópolis são espaços públicos com um potencial específico para serem adaptados a novos usos, como feiras gastronômicas e de artesanato, eventos culturais e musicais ao ar livre, práticas de bem-estar como yoga e dança, intervenções artísticas, manifestações políticas, mercados ecológicos, além de servirem como pontos de encontro turístico e espaços de convivência comunitária. No que diz respeito às restrições associadas à sua importância patrimonial, vimos no tópico anterior que as diretrizes patrimoniais, há muito tempo, não apenas demonstram uma proteção favorável às intervenções contemporâneas, mas também afirmam que, frequentemente, essas intervenções desempenham um papel significativo na ampliação do significado do centro histórico para a comunidade local.

Observamos que, em muitas situações, é a preservação do espaço público em um período histórico específico que influencia as adaptações que ocorrem nesses

---

<sup>31</sup> Sotratti (2005) faz um estudo minucioso do Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador, iniciado em 1991 e implantado em 1992, pelo governo do estado da Bahia.

<sup>32</sup> Em termos de urbanismo, o estilo *art déco* surgiu em meados de 1920 na França, e teve destaque entre as décadas 1930 e 1940, em outras cidades no mundo. Nesse período, Goiânia representava o novo e o progresso para a região Centro-Oeste, no contexto da política de desenvolvimento proposta por Getúlio Vargas. A cidade reproduziu nos edifícios públicos, nos prédios comerciais e residenciais, as características da arquitetura de Paris (Unes, 2004).

locais, podendo ser mais monitorados com os interesses dos residentes ou de pessoas externas para atender às expectativas do setor turístico, por exemplo. Porém, é fundamental lembrar que as diretrizes patrimoniais não concedem uma licença irrestrita para qualquer tipo de intervenção, mas sim favorecem aquelas que, por meio da incorporação de elementos contemporâneos, se mesclam ao contexto histórico e possibilitam uma gama cada vez mais ampla e diversificada de apropriações nesses espaços públicos.

Em entrevista concedida ao portal Pirenópolis Online em 6 de janeiro de 2022, Alysso Cabral, superintendente do Iphan em Goiás, destacou a intenção de incluir Pirenópolis na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco:

o Iphan tem grande interesse nesse título internacional para o município e está à disposição da Prefeitura de Pirenópolis, como também vai participar diretamente com as orientações técnicas necessárias para o pleito e conquista deste importante título para a cidade e para os pirenopolino.

Durante um dos trabalhos de campo realizados na cidade, não foi possível estabelecer contato com os funcionários do Iphan devido aos feriados da semana e à proximidade do segundo turno das eleições presidenciais, ocorrido em 30 de outubro de 2022. Por esse motivo, não foi possível obter informações atualizadas sobre a situação desse documento. Contudo, na mesma visita, foram realizadas entrevistas com moradores acerca da situação atual de Pirenópolis e sobre suas opiniões em relação à candidatura da cidade ao título de Patrimônio Mundial. O senhor J. S. comentou que

Pirenópolis tem chance de entrar para a Unesco, né? Porque tem muito dinheiro, você vê a quantidade de pessoas que vem para cá no fim de semana e em feriados prolongados, a gente sente que a cidade é turística. Às vezes também as pessoas nem vem aqui no centro, vão direto para as cachoeiras e ficam lá acampadas. Eu acho que isso também influencia porque elas podem voltar outras vezes, mas para ficar na cidade e frequentar os barzinhos etc., e comprar nossas coisas aqui na praça e tem as lojas ali também, né? Então eu acho que daqui uns anos ela vai sim ser patrimônio mundial. A gente querendo ou não.<sup>33</sup>

Outro entrevistado destacou a dificuldade em se manter trabalhando no espaço público. Na profissão de artesão, ele vende suas joias feitas a partir de pedras locais e faz da Praça do Coreto seu ponto fixo de vendas:

---

<sup>33</sup> Entrevista com o Sr. J. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

Eu moro aqui há 15 anos. E nesse tempo eu consegui aperfeiçoar o tipo de pedra que gosto de vender, um artesanato mais fino, mais selecionado – digamos assim. Tem gente que consegue sobreviver aqui vendendo umas coisas meio feias, eu procuro selecionar porque assim atrai mais gente. O público que frequenta essas ruas, esses restaurantes aí (apontando para a Rua do Lazer), querem coisa fina. Então, Pirenópolis ser colonial é bom porque atrai mais gente, faz girar mais o comércio e o meu, é claro! Só que mesmo com essas vendas, a gente também tem ajuda da prefeitura, do salário fixo mensal, porque o turismo aqui é de temporada, né? Em férias escolares e final de ano o pessoal vem mais, tem os festivais também que atrai gente de Brasília e Goiânia, aí a gente vende melhor, tem mais contato com eles e percebe que a cidade é forte nessa questão do patrimônio, né?<sup>34</sup>

A fala acima revela como a patrimonialização e a imagem colonial de Pirenópolis são apropriadas economicamente por comerciantes locais, que veem no turismo uma fonte de renda, embora dependente da sazonalidade. Politicamente, evidencia-se a contradição entre o discurso de valorização do patrimônio e a necessidade de apoio público contínuo para garantir condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores locais.

A Unesco, com seus órgãos assessores como o ICOMOS, IUCN, MEC e outros, constitui uma internacionalização do patrimônio com doutrinas, tecnologias e normas profissionais. Essas normas comportam uma espécie de sistema do patrimônio mundial com a institucionalização uniforme para validar e dar ênfase aos valores universais e às regras internacionais (Guerrero, 2018; Calle, 2019).

Embora Pirenópolis ainda não esteja na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, o fato de seu conjunto urbano ser tombado pelo Iphan faz com que o centro histórico se transforme em uma área de consumo (Figuras 7 e 8), além de representar o foco do desenvolvimento econômico de gestores e planejadores dos destinos turísticos, que veem os espaços públicos históricos como locais atrativos de investimento. Segundo Costa (2014), esse é o resultado e a representação da evolução da história local para uma história global.

---

<sup>34</sup> Entrevista com o Sr. B. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

**Figura 7:** Estacionamento público e loja de brinquedos no centro histórico de Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 8:** Barracas de produtos artesanais na Praça do Coreto, em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Portanto, a *patrimonialização global* é um processo que transpassa as narrativas políticas desdobrando-se em espaços concretos que foram conquistados, governados e redefinidos ao longo do tempo. Isso se traduz na formação dos espaços públicos de Pirenópolis, que se distingue por suas atividades orientadas para além de suas fronteiras, por isso seu poder de impacto é transformador. Essa perspectiva reforça o fenômeno da *ativação popular do espaço público*, pois reflete os diferentes modos de vida em Pirenópolis. Ao compreendermos os elementos que constituem esses espaços, conseguimos identificar variáveis e potencialidades que podem ser decisivas no âmbito de um *planejamento urbano possível*.

### **1.3. Colônia do Sacramento (URU) e a *patrimonialização global* refletida nos espaços públicos**

O Uruguai é um país politicamente dividido em 19 departamentos, Colônia é um deles e tem como capital a cidade de Colônia do Sacramento. Localizada na porção sudoeste do território, possui 6.106 Km<sup>2</sup> e está cerca de 180 quilômetros de distância da capital do país, Montevidéu. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2023, feito pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), sua população é de 32.174 habitantes.

Fundada em 1680, Colônia do Sacramento tem uma privilegiada posição no estuário do Rio da Prata, a cidade surgiu em meio aos conflitos entre Portugal e Espanha. Durante o século XVII, Colônia do Sacramento esteve sob domínio português, cujos interesses de comerciantes, sobretudo de São Paulo e do Rio de Janeiro, visavam ampliar a fronteira e defender as vontades da Coroa portuguesa (Possamai, 2007). Na margem esquerda da foz do rio, mercadorias e produtos eram escoados pelo porto de Sacramento, o contrabando frequente indicava um mercado de couros e prata peruana, além da exploração de gado selvagem, que, segundo Possamai (2010, p. 23), impulsionou a política de povoamento e o avanço de riquezas pecuárias da região. Como um símbolo religioso, a Igreja Matriz foi construída em 1695 e demolida poucos anos depois, em 1699, a mando do então governador Buenos Aires Alonso de Valdés Inclán.

No século XVIII, outros conflitos e guerras entre Portugal e Espanha por territórios latino-americanos se intensificaram e Colônia do Sacramento ergueu uma muralha de proteção, que foi decorada com o brasão português para ser usada como portão de armas. A intenção de construí-la era usá-la como escudo junto ao “*Portón del Campo*”, pois seria a única entrada da cidade com limite físico que impediria a invasão de soldados espanhóis no território. Essa fortificação durou até meados do século XIX, sobrando apenas pedras utilizadas para tapar o fosso.<sup>35</sup>

Junto aos atuais vestígios dessas construções, Colônia do Sacramento constituiu ruas de pedras tortuosas a partir do seu núcleo fundacional. O tecido urbano foi mantido até hoje e pode ser visto na Rua dos Suspiros e na Praça da Matriz (Figuras 9 e 10). As variações do nível das ruas e praças são de paralelepípedos e revelam a originalidade da configuração desses e de outros espaços públicos. Casas de alvenaria circundam as ruas e a praça-forte, assim chamada pela concentração de comerciantes locais e estrangeiros (Possamai, 2010). Esses aspectos fizeram do centro histórico um bairro essencialmente residencial, com alguns armazéns e padarias para atender a população<sup>36</sup>. Categoricamente, são os espaços públicos que fazem a transição entre edifícios e percursos.

---

<sup>35</sup> O historiador Paulo César Possamai (2010, p. 32) comenta sobre as idas e vindas da dominação portuguesa, com a vitória dos espanhóis: Centro de contrabandistas, mas também posto avançado da fronteira, Sacramento é um tema fascinante pela sua história *sui generis*, no interior do quadro do sistema colonial da América portuguesa, onde a riqueza estava na agricultura, ou nas minas, e as invasões estrangeiras constituíram-se em episódios isolados e inconstantes, ao contrário do que se dava na Colônia do Sacramento. [...] Heroísmo e fidelidade, mas também deserção, desespero e fome, foram sentimentos que marcaram a vida dos habitantes da Colônia, esse pequeno povoado onde a rede de tensões cotidianas não se restringia aos atritos intraclasses dos moradores, mas incluía as dificuldades de relacionamento com os habitantes dos arredores, os indígenas minuanos, charruas e guaranis e principalmente com os espanhóis, inimigos tradicionais dos portugueses.

<sup>36</sup> Colônia do Sacramento é estudada por muitos historiadores que se preocupam tanto com a ocupação de seu espaço, quanto com a disputa entre portugueses e espanhóis pelo Uruguai. A cidade em si foi constituída por militares e passou por inúmeros conflitos. Essa narrativa direciona o processo de apropriação dos espaços públicos como o lugar do conflito territorial, o que pode ser visto na história urbana de Paulo Possamai, em “Colônia del Sacramento: vida cotidiana durante la ocupacion portuguesa” e “De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777”.

**Figura 9:** Rua dos Suspiros, Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

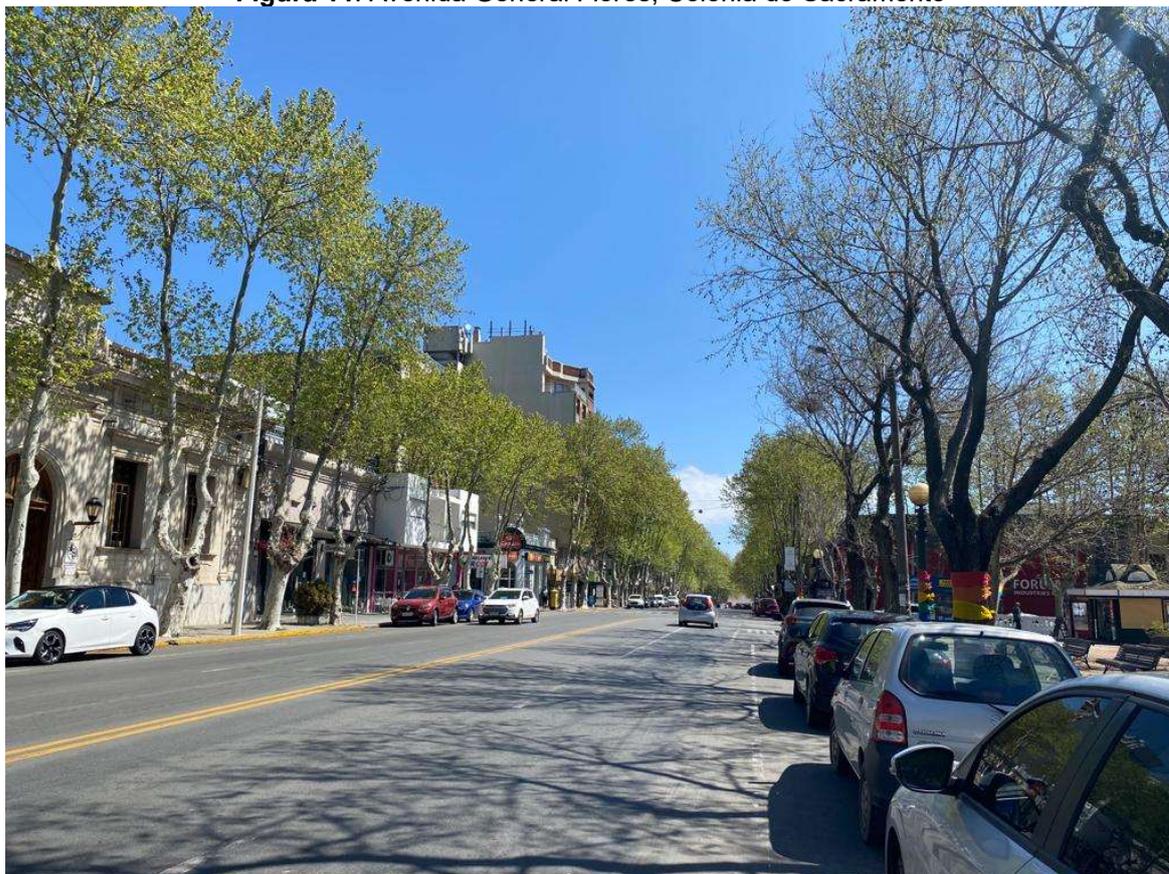
**Figura 10:** Praça da Matriz, antiga Casa dos Governadores de Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Nas últimas décadas do século XIX, as primeiras ruas romperam os limites da muralha e se expandiram pela malha urbana gerando novas praças, ruas, becos, ampliando essas funções para integrar o centro aos bairros mais distantes. Destaca-se a Avenida General Flores (Figura 11), que é importante via de ligação ao bairro histórico, cuja transformação estava prevista em obras urbanas, pois “edificó y estimuló la edificación urbana y valorizo grandemente la propiedad” (Acta de Sesiones de la Junta Económica de 11/04/1918), transformando-a em um *boulevard* com lojas comerciais, edifícios públicos e bem arborizada em seus respectivos lados. Segundo Choay (1988), esses padrões de urbanização são os que definem a dinâmica entre espaços ocupados e vazios, o que é fundamental para a vida nas cidades, bem como a maneira como as unidades resultantes se conectam umas às outras em meio a fluxos e funções.

**Figura 11:** Avenida General Flores, Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

No âmbito econômico do turismo, a atividade conhecida como turismo de elite<sup>37</sup> experimentou um crescimento notável em 1900, sobretudo em países como Brasil, Argentina e Uruguai, alternando entre destinos europeus e estabelecimentos de verão nas praias do litoral sul uruguaio, isso logo atraiu a atenção de investidores com recursos para atender às novas demandas. Embora suas primeiras experiências não tenham sido muito promissoras, a longo prazo (especialmente em contextos sociais distintos) seus empreendimentos se desenvolveram significativamente para moldar o perfil particular da costa litorânea, que se estende atualmente desde Colônia até Rocha, incluindo a capital Montevideu.

No início do século XX, um fator adicional impulsionou o desenvolvimento da infraestrutura turística ao longo da faixa litorânea do Uruguai, que foi a visão pioneira do governo uruguaio sobre o impacto desse setor na economia do país. Com esse movimento na política nacional, o Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento (2012) executou mudanças no nome do casco fundacional de Colônia do Sacramento, os quais destacam-se:

- Nova Colônia do Santíssimo Sacramento – ao longo do domínio português.
- Colônia do Sacramento – enquanto domínio espanhol, após a independência e na nova cidade do século XIX.
- Bairro Sul – nome popular durante o século XX.
- Cidade Velha – denominação pouco utilizada no decorrer do século XX.
- Antiga Colônia do Sacramento – documentos antigos relacionados ao restauro na década de 1960.
- Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento – denominação inscrita na apresentação para o Comitê de Patrimônio Mundial da Unesco.
- Bairro Histórico – nome atual que envolve o Casco Fundacional e sua zona de transição.
- Cidade Histórica – Conjunção física e espacial do Bairro Histórico e o Centro Funcional.
- Polígono de Atuação – total territorial do Plano de Gestão que inclui o Bairro Histórico e as duas áreas de amortecimento: terrestre e fluvial.
- Sítio Patrimonial – nome do Polígono de Atuação e da zona de influência de limites indeterminados.

Ainda no início do século XX, o processo de modernização promoveu a

---

<sup>37</sup> Segundo Alvarado & López (2018), o turismo de elite diz respeito a um projeto de governo criado com o objetivo de promover as cidades na dimensão internacional. Utilizando o caso de Guanajuato, no México, os autores assinalam que, “la proyección que se decidió fue la de un destino turístico que ofrecía al visitante, principalmente, una atmósfera, una arquitectura y una traza urbana originales de la época colonial y del siglo XIX, una especie de viaje al pasado en una ciudad que había desempeñado un papel estratégico en la historia y estaba impregnada de cultura y tradiciones, así como de más de 350 años de vitalidad” (Alvarado & López, 2018, p. 84).

integração de edifícios isolados ao tecido urbano, intensificando as intervenções no bairro histórico de Colônia do Sacramento, com destaque para a Rua dos Suspiros. Outras ruas e praças também passaram por transformações arquitetônicas, contribuindo para a rápida mudança da paisagem urbana decorrente do crescimento da cidade. Como consequência, houve alterações nas funções atribuídas aos espaços públicos (PGBHCS, 2012).

No mundo, especialmente durante as décadas de 1920 e 1930, houve uma valorização significativa da arquitetura, refletindo um período de profundas mudanças na sociedade urbana, sobretudo no contexto do mundo ocidental. Nesse cenário, a arquitetura passou a ser entendida não apenas como expressão estética, mas também como instrumento de intervenção social e de reorganização dos espaços urbanos.

Assim, entendemos que a *patrimonialização global* está intimamente ligada à urbanização contemporânea<sup>38</sup>, a qual se manifesta como um movimento universal, ao mesmo tempo que se difunde em diversas escalas (Costa, 2015). Dentro do contexto do discurso moderno e hegemônico de desenvolvimento urbano, são difundidos modelos de planejamento que se baseiam na ideia de reutilização e valorização de alguns elementos urbanos, geralmente incluindo patrimônios culturais protegidos, recuperando a manutenção e a funcionalidade física das áreas centrais das cidades.

O que se percebe claramente nas referidas décadas corresponde à concepção de organização das cidades, capaz de historicizar o modelo urbanístico atual a partir das normas jurídicas, políticas e administrativas do século XX, estabelecidas em grandes cidades e replicadas em pequenas e médias cidades da América Latina, onde o planejamento urbano é baseado em um modelo europeu (Choay, 2015). A partir

---

<sup>38</sup> Entendemos que a urbanização é um processo e o urbanismo seu corte temporal. O planejamento urbano é, pois, conceituação e sistematização advindas desse. Reforçamos que, neste estudo, o planejamento urbano será entendido como um processo político e questioná-lo quanto às formas de políticas urbanas que nele se desdobram é refletir sua democratização, uma vez que, na questão das cidades, “o espaço é uma instância social. E a cidade sempre foi o lócus mais sensível dessas mutações através dos tempos. São as cidades gregas que inventam a democracia; a cidade romana sempre foi símbolo vivo de sua religiosidade. No feudalismo, não é a cidade, mas o castelo o símbolo do poder e da dominação. Mas na Idade Média, a cidade retoma sua posição em função da dinamização do comércio e do artesanato. (...) este período é importante, pois é então que surgem, na Europa, os movimentos municipais, o confronto entre a burguesia nascente e a aristocracia, bases para o surgimento dos Estados Modernos. Isto apenas para destacar que a cada momento cada cidade testemunha as vitórias e derrotas da história de um povo” (Souza, 1988, p. 55). Assim, o estudo do planejamento urbano será mais bem desenvolvido nos capítulos 2 e 3 desta tese.

disso, estratégias de planejamento urbano em cidades coloniais latino-americanas se desenvolveram buscando manter a escala local, a morfologia dos espaços públicos dos centros históricos e as características arquitetônicas do período colonial.

No Uruguai, A Comissão Nacional de Monumentos Históricos vinculada à CPCN, construiu uma narrativa de patrimônio nacional sólida e bem articulada desde os anos 30. Esse discurso se baseia na ideia de identidade nacional, no valor artístico como uma unidade formadora de um projeto nacional e na concepção de que cidades históricas como, por exemplo, Carmelo e Piriápolis, além de Colônia do Sacramento, no século XVIII, desempenharam um papel fundamental na formação da identidade nacional. Examinar essa narrativa estabelecida pela CPCN naquele período, em contraste com a narrativa da Unesco, que começou a ser desenvolvida por meio da Lista do Patrimônio da Humanidade a partir de 1972, implica investigar sua formação e evolução ao longo do tempo.

O interesse mercadológico na área central de Colônia do Sacramento está presente em discursos de arquitetos urbanistas que escreveram artigos científicos destacando os espaços públicos do bairro histórico, no sentido de recompor uma imagem do passado.

El aspecto general de la Ciudad Vieja, al recorrer sus calles, es sugestivo; todavía quedan algunas notas interesantes que permiten y estimulan a la imaginación a reconstruir el ambiente, si no propiamente del Fuerte Portugués, sí el ambiente postcolonial; el primitivo ambiente patricio, derivado del primero colonial; la planimetría general, el pavimento de algunas callejas, uno que otro ejemplar de arquitectura portuguesa y española, viviendas modestas o ejecutadas con restos de ambas, las ruinas de la Comandancia, los restos de la casa del virrey, los muros negruzcos del convento de San Francisco Javier, complementado todo ello por las masas informes de las baterías de San Pedro y Santa Rita y por los trozos despedazados de murallas, que se hace sentir más aún por la tranquilidad, quietud y silencio que imperan en la histórica ciudad. (Capurro, 1928, p. 106)

A produção do discurso recai sobre hierarquias sociais e urbanas, na medida em que a valorização do bairro coloca os espaços públicos em diferentes graus de influência e usos sobre outros. Essa influência não é contestada por autoridades, mas sim reafirmada, como por exemplo na fala do deputado Julio María Sosa, que defende um projeto de lei higienista para a proteção do bairro,

[...] Sin modificar su estructura edilicia y arquitectural, restaurando inteligentemente algunas casas, conservando todo lo existente de valor tradicional, demoliendo las construcciones que

no sean de la época colonial y realizando una obra de higiene indispensable, se obtendría la finalidad que persigo con la iniciativa de esta ley. El barrio quedaría separado de la ciudad moderna de Colonia por una ancha calle circundante y una verja de estilo que permitiera una vigilancia eficaz. [...] tratando así de evitar que el abandono, la ignorancia o un malentendido [sic] concepto de progreso completen la obra del tiempo, destruyéndola definitivamente. [...] En el interés de evitar que se consumen esos hechos que harían irremediable –para más adelante– cualquier gestión o iniciativa tendente al restablecimiento de la ciudad del siglo XVIII [...]. (Capurro, 1928, pp. 278-280)

Em 1950, houve a articulação de preservação patrimonial oficializada pela criação da CPCN, a partir da Lei n.º 11.473/1950<sup>39</sup>, cujas funções, definidas pelos integrantes, seriam voltadas a pesquisar lugares históricos e componentes de preservação de interesse nacional. Entre os membros da Comissão estão integrantes de instituições como o Ministério da Defesa Nacional; Ministério de Instrução Pública e Previsão Social; professores da Faculdade de Arquitetura de Montevideú; membros da Sociedade Amigos da Arqueologia; o Instituto Histórico e Geográfico (fundado no século XIX); o Museu Histórico Nacional e o Arquivo Geral Nacional. A estrutura física da Comissão estaria localizada no Museu Histórico Nacional (Calgaro, 1992; Silveira, 2012).

Posterior à essa legislação criada em 1952, a mesma Comissão publicou na Revista Histórica o “Inventario dos Monumentos Históricos Nacionais”, uma elaboração de bens a serem catalogados e inventariados, que teve início com as Fortalezas de Santa Tereza e o Forte de São Miguel, além de parques declarados Reservas Nacionais. Nesse contexto, parques foram declarados Reservas Nacionais, assim como algumas cidades, o que reforça o inventário a partir da projeção de novas legislações a respeito da preservação ambiental (Revista Historica, 1952).

A partir desse inventário, a *Revista Histórica* publica o “Proyecto de Ley sobre declaración de monumentos históricos nacionales”, elaborado pela Comissão. Nesse documento, a chamada Lei das Artigas é utilizada como referência para a formulação de diretrizes relativas à proteção dos monumentos históricos, abrangendo tanto edifícios relevantes para a história nacional — como aqueles que serviram de residência a figuras públicas — quanto arquiteturas pretéritas de caráter militar, hospitalar, religioso, civil ou rural (Revista Historica, 1952). Nesse contexto, em

---

<sup>39</sup> Conhecida como Lei das Artigas, refere-se ao General José Gervasio Artigas (1764-1850), figura política e militar do Uruguai, considerado herói nacional por sua luta durante os conflitos ibéricos (Marchesi, 2001).

outubro de 1968, o Decreto de n.º 618/1968 deu origem ao Conselho Executivo Honorário das Obras de Preservação e Reconstrução da Antiga Cidade de Colônia do Sacramento (PGBHCS, 2012). Com base na Lei n.º 13.835/1970, estabelecida pelo Senado e a Câmara de Representantes da República Oriental do Uruguai, bem como pelo “Registro Nacional de Leis e Decretos”, o Bairro Histórico de Colônia do Sacramento foi declarado de interesse público pela conservação de imóveis, alterando o inciso III do Art. 273 da Lei n.º 13.737/1969.

Esse conjunto de leis e decretos resultou na promulgação da Lei Orgânica n.º 14.040/1971, elaborada sob a instância da Comissão do Patrimônio Cultural da Nação (CPCN), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). A referida lei teve como principal objetivo a preservação da identidade e da memória coletiva da população uruguaia. Além disso, instituiu a criação de um registro nacional de patrimônio urbano, destinado à identificação, catalogação e proteção dos bens culturais e arquitetônicos do país.

Durante esse processo, Colônia do Sacramento passou por vários momentos de declínio e esquecimento pelo poder público local. Enquanto a capital concentrava investimentos financeiros em hotéis e se desenvolvia economicamente através do Plano Diretor (1956)<sup>40</sup>, a Lei n.º 14.041/1971 foi elaborada com o propósito de fortalecer as políticas de patrimonialização em Colônia do Sacramento, vinculando a valorização do patrimônio à estratégia de desenvolvimento local e à crescente centralidade do turismo na dinâmica econômica e na projeção da cidade desde a década de 1960. O arquiteto e urbanista Miguel Ángel Odriozola (1921-2003) é um dos responsáveis pela salvaguarda patrimonial de Colônia do Sacramento e nesse período buscou sensibilizar as autoridades para revalorizar o bairro central. Finalmente, em 1986, Colônia do Sacramento passou a ser considerada Patrimônio Nacional pelo Decreto n.º 419/1991:

- a) Bairro Histórico da cidade de Colônia, com os limites estabelecidos pelo artigo 187 da lei 13.835, de 7 de janeiro de 1970;
- b) Capela de São Benito;
- c) Calera de las Órfanas;

---

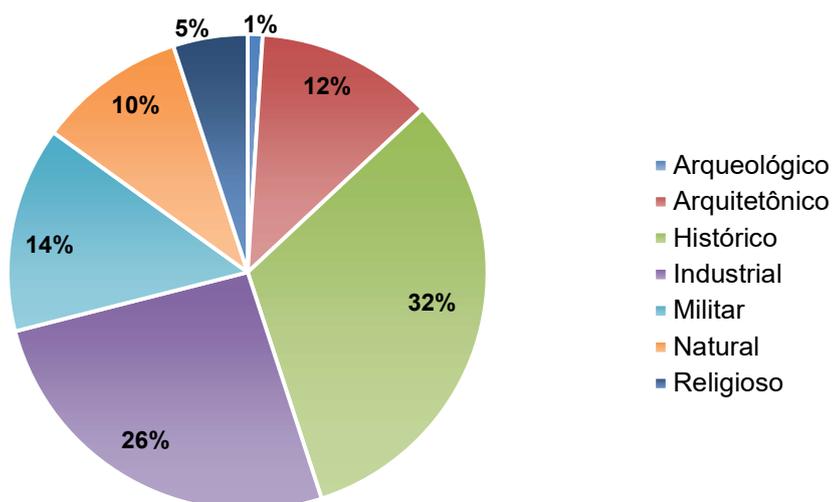
<sup>40</sup> Momento em que Montevideu dispõe sobre um projeto de valorização das áreas mais antigas, chamado de Plan de Revaluación Histórica de la Ciudad Vieja, houve restaurações em muralhas e do retorno da Puerta de la Ciudadela ao seu lugar de origem, bem como o restauro de edifícios, como por exemplo, o Cabildo (Memoria Del Consejo Departamental de Montevideo, 1956-1959).

- d) Estadia e Oratório de Juan de Narbona;
- e) Praça de Touros Real de San Carlos;
- f) Outros locais e monumentos históricos, localizados no departamento de Colônia que, na opinião do Conselho Executivo Honorário, detêm valores testemunhais suficientes.

Durante a ditadura militar no Uruguai (1973-1985), as políticas culturais locais desempenharam um papel estratégico no processo de patrimonialização, ao transformar os espaços públicos em rotas simbólicas do Estado. Assim, elementos urbanos e arquitetônicos passaram a reforçar a hegemonia e os interesses políticos do regime, consolidando o patrimônio como instrumento de poder institucionalizado. Para Canclini (1995, p. 126), essa atitude relaciona-se ao “problema da consciência coletiva face às ameaças, mais ou menos precisas, mais ou menos obscuras, à sua integridade”, e recaem sobre desigualdades e diferentes noções de patrimônio urbano histórico também como produção simbólica da sociedade coloniense no pós-ditadura (Alegría & Landaeta, 2019).

O gráfico 1 abaixo mostra que o maior número de declarações de monumentos no Uruguai corresponde à tipologia histórica (32%), seguida da tipologia industrial (26%). A tipologia arquitetônica é de 12%, e o menor número de declarações é arqueológico (1%). A percentagem que corresponde aos monumentos de tipo militar é considerável, chegando a 14%.

**Gráfico 1:** Uruguai – Monumentos declarados segundo a tipologia



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai (2018).

Os aspectos desse momento histórico se desdobram sob os significados que a

ditadura outorgou como um dos agentes sociais do patrimônio (Cosse & Markarian, 1994). Isso contribui para múltiplos processos de patrimonialização, conforme diz Choay (2017), em que a história regional é determinante para a construção subjetiva de sua concepção patrimonial. Ou seja, o sistema institucional internacional globaliza a abordagem em relação ao patrimônio, surge a questão de como as comunidades locais se adaptam diante da influência dos períodos políticos e do capital transnacional, que impregna por meio do consumo desses lugares. Todas as dimensões da globalização, quando evidenciadas sob diferentes perspectivas, revelam uma visão multifacetada que provavelmente reflete de forma mais precisa a realidade do nosso objeto de estudo. Nesse contexto, compreender a mundialização, os agentes e os conflitos envolvidos, bem como as dinâmicas de expansão e desvalorização, torna-se essencial.

Diante desse contexto histórico, em 1995 a Unesco inscreveu o Bairro Histórico de Colônia do Sacramento na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, reconhecendo sua autenticidade e singularidade com base no quarto critério cultural estabelecido pela instituição,

IV - O Bairro Histórico da Cidade de Colônia do Sacramento é um notável testemunho, em seu traçado e em suas edificações, da natureza e dos objetivos da colonização europeia, em particular durante o período seminal do final do século XVII. (Unesco, 1995, tradução nossa)

Segundo Berdoulay & Paes (2008, p. 46), a patrimonialização de centros históricos gera imagens e produz discursos na intenção de selecionar os lugares com o objetivo de se tornarem produtos turísticos, “a promoção de uma imagem simplificada da cidade, de uma trama narrativa redutora, reduz também as possibilidades de sua apropriação pela população, quer seja moradora ou turista, impedindo um livre curso para os cenários múltiplos”. O infográfico 2 evidencia os destinos turísticos mais procurados no Uruguai em 2021. É possível verificar que Colônia do Sacramento aparece em 3º lugar, atrás apenas da capital Montevideo e Punta del Leste.

**Gráfico 2:** Escalas de destinos escolhidos pelos visitantes no Uruguai

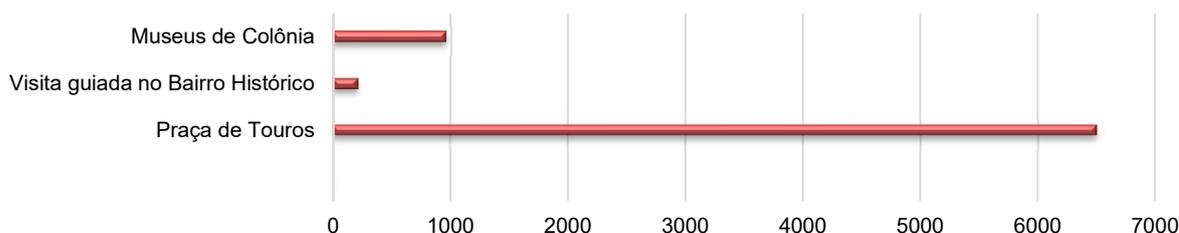


Fonte: Oficina de Investigações e Estatísticas Turísticas – MINTUR (2021). Organizado pela autora, 2023.

Esta perspectiva influencia direta e indiretamente os usos dos espaços públicos do centro histórico. De acordo com os dados mais atualizados sobre o turismo Colônia do Sacramento, justamente na Semana do Turismo de Colônia (2023), a movimentação de passageiros no Porto de Colônia, durante a semana, foi a seguinte: chegada de 47.130 pessoas; saída de 48.948 pessoas, totalizando um tráfego de 96.078 pessoas. Segundo informações da Administração Nacional de Portos (ANP), esse movimento de passageiros representa um aumento de 65% em relação à Semana do Turismo de Colônia de 2022 e um aumento de 30% em relação a 2019.

Os museus da cidade receberam um total de 961 visitas durante a semana, número um pouco inferior ao registrado em 2022. Desse total, 64% dos visitantes eram uruguaios, 16% argentinos, 8% brasileiros e os 12% restantes de fora da região. Em comparação com a Semana do Turismo de Colônia de 2022, aumentaram as visitas do público argentino, brasileiro e não regional. O gráfico 3 mostra o número de visitantes nos museus e alguns espaços públicos patrimonializados de Colônia do Sacramento entre os dias 01 e 09 de abril de 2023.

**Gráfico 3:** Atividades recreativas em Colônia do Sacramento durante a Semana do Turismo (2023)



Fonte: Dados obtidos pela Associação de Guias Turísticos de Colônia e Museus de Colônia, Direção de Cultura. Organizado pela autora, 2023.

A *patrimonialização global* potencializa as práticas sociais nos espaços públicos, e os hierarquizam nas distribuições de capital econômico, simbólico e cultural, todos os quais configuram uma dinâmica própria da realidade, é o espaço dos possíveis — como diz Bourdieu (1988). Junto à Lista da Unesco, tem-se outras convenções, cartas e recomendações internacionais que atuam sobre Colônia, como instrumentos de salvaguarda patrimonial do Comitê de Patrimônio Mundial, e são reveladores do processo de *patrimonialização global* impactante no local, conforme aponta o quadro 2.

**Quadro 2:** Instrumentos de salvaguarda de Colônia do Sacramento

Instrumento	Data
Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais	2005*
Declaração sobre a conservação de paisagens urbanas históricas	2005
Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial	2003**
Carta ICOMOS, Princípios para análise, conservação e restauração das estruturas do patrimônio arquitetônico	2003
Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural subaquático	2001*****
Declaração Universal da Unesco sobre a diversidade cultural	2001
Carta Internacional de ICOMOS sobre turismo cultural	1999
Documento para a autenticidade	1994
Carta de Lausanne para a proteção e administração do patrimônio arqueológico	1990
Carta de Washington para a conservação de populações e áreas urbanas históricas	1987
Carta de Florência sobre jardins históricos	1981
Convenção sobre as medidas adotadas para proibir e prevenir a exportação, exportação e transferência de propriedade ilícita de bens culturais	1970***
Carta de Veneza para a conservação e restauração de monumentos e sítios	1964
Convenção para a proteção do patrimônio cultural em caso de conflito armado	1954****
Recomendações para a proteção e preservação do patrimônio natural	[s.d]
Legenda: (*) Ratificada pelo Uruguai em 18 de janeiro de 2007. (**) Ratificada pelo Uruguai em 18 de janeiro de 2007. (***) Ratificada pelo Uruguai em 09 de setembro de 1977. (****) Ratificada pelo Uruguai em 29 de setembro de 1999. (*****). Não foi ratificada pelo Uruguai, embora tenha sido divulgado e aplicado pelo Estado uruguaio. [s.d] Sem data definida.	

Fonte: Extraído de PGBHCS, 2012. Organizado pela autora, 2023.

As rupturas no tecido urbano de Colônia do Sacramento direcionaram o conjunto urbano histórico à valorização do bairro mais antigo, o próprio século XX impulsionou o domínio patrimonial (Choay, 2017). Segundo os dados do último censo, a quantidade de moradores do Bairro Histórico antes do início das obras de patrimonialização era cerca de 1.550 habitantes, atualmente são 188 pessoas morando nas casas que ainda não foram sucumbidas pela especulação imobiliária (Ine, 1963). Esse decréscimo populacional vem acontecendo desde a década de 1960, como um dos efeitos da patrimonialização e da rapidez do consumo turístico a

eles associados. Esses dados são evidenciados pela fala de um trabalhador local:

Soy el gerente aquí en el restaurante, llevo 16 años aquí y siempre me ha gustado ver turistas aquí, trabajo aquí, vivo aquí. Soy la quinta generación de mi familia, vivo aquí, nací aquí y conozco cada piedra de Colonia. Desde que tengo uso de razón, el centro histórico ha sido así. Este era un puesto de ropa, luego se convirtió en restaurante. Una vez que el centro histórico se considera patrimonio, las cosas se vuelven más caras. Aquí se ha convertido en un lugar turístico, y las consecuencias es que los habitantes no vienen aquí, son los turistas los que visitan. Entonces está claro que este patrimonio influirá en la dinámica comercial porque, sobre todo las personas mayores que vivían aquí fueron expulsadas a otros lugares, tuvieron que irse de aquí porque los insumos terminan encareciendo, y entonces hay que ir más lejos para comprar. Los productos, para ir a la panadería, por ejemplo, la clase trabajadora tiene que irse porque la zona se encarece. La masa popular se separa hacia otra zona. No se quedaron aquí, están en otros lugares, vendieron sus casas y están en barrios más apartados donde pueden tener una vida más tranquila. Por ejemplo, antes era una casa familiar y ahora es un restaurante, esa es otra categoría. Debe haber un mantenimiento y cuidado que no se ajuste a la realidad local.<sup>41</sup>

Em relação aos espaços públicos, pergunto o que ele acha sobre acessibilidade, mobilidade e quais são suas formas de usos:

Mire, creo que los espacios públicos tienen cosas que mejorar, claro que la ciudad colonial tiene sus características, las calles de piedra, los árboles que extienden sus raíces hacia las aceras y terminan destruyendo y provocando agujeros, pero en general están físicamente bien. Solo los baños no están incluidos, por ejemplo... no hay baños públicos, pero no es suficiente. Cuando hay un evento necesitas un baño, y no calculan ese tipo de cosas, ni lugares para hidratación. Y veo mucha gente de todas las edades frecuentando los espacios públicos, desde los que tienen buena movilidad hasta los que no pueden caminar bien, etc., los frecuentan. Fiestas populares, está la Festa da Pátria, en fin... Pero podrían mejorar eso, porque todo espacio turístico tiene que tener los servicios adecuados. Creo que las políticas culturales para esto están muy atrasadas, siempre estamos atrasados. En lugar de preguntar dónde está el Ministerio de Turismo, o información sobre qué correo enviar y decir si se puede hacer algo, es decir, el público turista es el que puede presentar una queja y ser escuchado. No hay investigaciones para esto, simplemente trabajamos... por ejemplo, podría haber puntos para cargar el celular, son cosas que se deberían mejorar. Las cosas que los turistas necesitan no son para nosotros, son para ellos. No voy a otros lugares porque los fines de semana es cuando más trabajo. El sector hotelero y gastronómico es el que más trabaja mientras otros descansan. Mi hermano trabaja en una pizzería y también pasa por lo mismo.<sup>42</sup>

A fala do morador evidencia a precariedade da infraestrutura dos espaços públicos em Colônia do Sacramento, onde as demandas básicas, como banheiros e pontos de hidratação, são ignoradas, refletindo o atraso das políticas culturais e urbanas. Esse cenário reforça a urgência de políticas urbanas que conciliem a

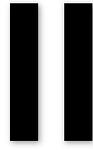
---

<sup>41</sup> Entrevista realizada com o Sr. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 28 de setembro de 2023.

<sup>42</sup> Entrevista realizada com o Sr. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 28 de setembro de 2023.

valorização turística com o direito à cidade dos habitantes.

Hoje, com todas as intervenções a cada ciclo de valorização do patrimônio, Colônia do Sacramento possui uma trajetória de práticas que se aproxima da concepção de espaço público que queremos elucidar. Por mais que a globalização imponha novas formas de consumo e determine a turistificação dos lugares, percebe-se a necessidade de garantir autonomia dos sujeitos em seu lugar de vida. O avanço da *patrimonialização global* significa reorganizar a ação participativa, isto é, ela pode produzir uma maior efetividade para o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população, como percebemos nos dados verificados. É o que pretendemos abordar no próximo capítulo da tese.



**PARTE II: DA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO AO  
PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL NAS CIDADES  
COLONIAIS LATINO-AMERICANAS**

O presente capítulo busca entender, levando em conta a relação entre pessoas e objetos, as possibilidades de comunicação oferecidas pelos espaços públicos — os quais são importantes para a compreensão dos comportamentos sociais que fomentam as *práxis* e as resistências perante o processo de *patrimonialização global* — com enfoque em Colônia de Sacramento e Pirenópolis. Portanto, o objetivo deste capítulo é elucidar o fenômeno da *ativação popular do espaço público* na América Latina, como potencial transgressor de práticas sociais e revelador de indicadores para o *planejamento urbano possível*.

Com base no levantamento de dados obtidos durante os trabalhos de campo, pretendemos problematizar o conceito de espaço público como categoria, — objeto central da pesquisa. Para isso, serão consideradas para análise entrevistas semiestruturadas e observação do tipo participante; notícias de jornais locais; planos diretores e demais instrumentos normativos; entre outras áreas do conhecimento que enriquecem o estudo. Essa abordagem do espaço público desenvolver-se-á em dois quadros urbanos concretos: as cidades de Pirenópolis e Colônia do Sacramento. Dois momentos marcam a interpretação dos dados: o item 2.1 apresenta as práticas sociais que ativam os espaços públicos, a partir das *práxis* e resistências que superam a *patrimonialização global*; e o item 2.2 corresponde aos usos dos espaços públicos e aos indicadores que podem auxiliar na análise qualitativa de fenômenos urbanos, sendo instrumentos fundamentais no processo de construção do *planejamento urbano possível*.

## **2.1. Espaço público ativado: *práxis* e resistências face à *patrimonialização global***

Se o global se realiza na escala local — parafraseando Milton Santos —, pela manutenção de demanda do capital mundial, há que se pensar na vida cotidiana como resistência à máquina de acumulação desse capital. Compreendemos, portanto, que os espaços públicos são criadores de vínculos sociais no cotidiano, uma vez que eles se inserem na dinâmica global (de oportunidades) e local (de possibilidades), como afirma Santos (2014). As possibilidades envolvem a frequência com que os residentes

interagem nos espaços públicos, à medida que os fenômenos acontecem e colocam em evidência as formas de usos e apropriações atuais.

Sennett (2014) argumenta que, a partir do século XVIII, o crescimento acelerado das cidades ocidentais, impulsionado pela industrialização, originou mudanças sociais significativas, incluindo a emergência do homem cosmopolita<sup>43</sup>, que compartilha o espaço público urbano com uma diversidade de desconhecidos, rompendo com a tradicional divisão entre público e privado. Na antiguidade, os espaços livres eram compartilhados predominantemente por indivíduos familiarmente conhecidos, conferindo-lhes um caráter intimista e comunitário, distinto da concepção contemporânea de "público", muitas vezes associada à ausência de propriedade individual.

Ainda de acordo com Sennett (2014), a presença contínua de estranhos nos espaços públicos das cidades desencadeia uma série de reações nas comunidades, desde a curiosidade, o estranhamento e até a tendência ao recuo social, que vai delinear uma dicotomia entre comportamentos manifestados em contextos familiares (privados) e aqueles exibidos diante de desconhecidos (públicos). O autor explora que essa dicotomia transforma o espaço público urbano não apenas em um local de encontros civilizados e decorosos entre conhecidos, mas também em um ambiente de interação com o desconhecido, caracterizado pelo anonimato e pela liberdade comportamental. Isso resulta na permissão e até mesmo na promoção de reações e condutas que seriam consideradas inaceitáveis em ambientes domésticos.

Simmel (1973), ao analisar as mudanças sociais ocorridas no final do século XIX e início do século XX, não aborda a interação com desconhecidos como uma emancipação, mas postula que a retração social nos espaços coletivos é uma reação psicológica natural do ser humano diante do excesso de estímulos gerados pela vida nas metrópoles — eis o caráter *blasé* das grandes cidades. Esses estímulos incluem a convivência com uma diversidade de comportamentos do cotidiano do outro.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Segundo Sennett (1993, p. 34), o termo cosmopolita refere-se a “um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar”.

<sup>44</sup> Lembra-nos Benjamin (1989, p. 35), que por volta do século XIX, “a rua se torna moradia para o flâneur que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês”.

Para se preservar, o sujeito desenvolve um comportamento mais frio e uma racionalidade ao se relacionar com desconhecidos ou semidesconhecidos, restringindo as interações puramente intelectuais ou monetárias a esse grupo e eliminando as pequenas interações de sociabilidade e cooperação que eram comuns quando o espaço era compartilhado apenas com conhecidos. Isso estabelece uma clara distinção entre os tipos de relações que ocorrem nos espaços públicos, isto é, partilhados com estranhos, e aqueles que ocorrem nos ambientes privados, compartilhados com conhecidos. Segundo DaMatta (1997), especialmente no caso do Brasil, a cidade enquanto local constituído e constitutivo do espaço público tem na rua o sentido de extensão da casa, ou seja, para o autor a casa e a rua são categorias do pensamento sociológico.

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de possibilidade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DaMatta, 1997, p. 8)

Embora haja diferenças entre as concepções desses autores sobre o espaço público e até mesmo sobre a especificidade da realidade urbana brasileira trazida por DaMatta, é possível identificar similaridades nas dinâmicas socioespaciais presentes tanto nas esferas públicas quanto nas privadas, particularmente durante os períodos cruciais da urbanização do Brasil: o século XVIII, marcado pela consolidação urbana, e o século XX, caracterizado pela intensificação da urbanização (Santos, 1993).

Scarlato & Costa (2017) destacam que a essência do urbano deve ser compreendida a partir da necessidade histórica e humana de habitar, de ocupar a Terra. No entanto, é importante reconhecer as distinções que geram realidades distintas entre as cidades. No caso do Brasil, por exemplo, no século XVIII, o país ainda não havia sido impactado pelas transformações da Revolução Industrial, encontrando-se nos estágios iniciais de formação de sua rede urbana (Souza, 1988).

Partindo dessa compreensão histórica das formas urbanas, a *ativação popular do espaço público* adquire novos significados ao ser analisada no contexto contemporâneo latino-americano. Essa abordagem está presente no macroprojeto “Utopismos patrimoniais pela América Latina”, desenvolvido nos últimos dez anos por

Costa (2016, 2017, 2018, 2021b, 2024). Em seu amplo trabalho de campo, o autor identifica o espaço público como um grande recipiente de um “patrimônio-territorial”, diretamente relacionado aos processos sociais de ativação desses espaços. Isto é, para o autor, o espaço público corresponde à sinestesia de práticas sociais espacializadas, e busca identificar a pluralidade de fluxos que dão vida ao lugar, no sentido de compreender quais destas práticas persistem no cotidiano e projetam nas cidades o futuro dos residentes, é “una utopía de resistencia popular que afronta por medio de sujetos, grupos y bienes culturales no institucionalizados la ideología que legitima históricamente la colonialidad del poder y del saber” (Costa, 2018, p. 2).

O patrimônio-territorial latino-americano (o próprio espaço público, seu guardião e receptáculo, segundo Costa, 2024) relaciona o fenômeno da *ativação popular* como uma epistemologia do Sul e de ressignificação decolonial frente às práticas capitalistas vinculadas ao sistema dominante, que deslegitimam a copresença de conhecimentos científicos e não-científicos, bem como saberes populares, camponeses, movimentos sociais, populações urbanas desassistidas e indígenas etc. Assim, a duração da vida dos sujeitos colonizados nos territórios latino-americanos está implicada na articulação entre *práxis* e resistência ao projeto hegemônico construído, imaginariamente e concretamente, no início do século XV (Dussel, 2005; Mignolo, 2005; Bernardino & Grosfoguel, 2016; Costa, Tirapeli & Moncada, 2022).

Para Moreira (2010, p. 46), no campo da Geografia, a *práxis* é uma questão de prática e saber espacial, uma vez que, como ciência, ela serve para contrapor as aparências dos arranjos, expandindo as escalas de sistematização do conhecimento empírico, pois “leva a abstração a galgar níveis crescentes de universalidade cuja consequência é a transformação dos saberes na ciência geográfica”. Por sua vez, entendemos nessa interação dialética que a *práxis* integra a apropriação ativa no espaço público da cidade colonial latino-americana. Essa também é a leitura empírica e teórica de Costa (2018, 2021b, 2024), da qual buscamos compreender a existência a partir desta investigação.

Nesse contexto, refletir sobre o patrimônio-territorial (gestado e interagido, também, no e pelo espaço público) como difusor de uma particularidade latino-americana e como uma teia que constitui elementos do cotidiano leva-nos à origem

da *ativação popular* do patrimônio-territorial (e do espaço público), que se desdobra em três orientações teórico-metodológicas construídas por Costa (2016). O quadro 3 traz essa composição constitutiva.

**Quadro 3:** Síntese constitutiva de utopismos patrimoniais na América Latina

<b>Utopismo patrimônio-territorial</b> (formação histórico-social)	<b>Utopismo patrimonial singularista</b> (processo de urbanização)	<b>Utopismo patrimonial existencialista</b> (produção de riscos)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revela a gênese de elementos simbólicos micros-macros na América Latina;</li> <li>• Se apresenta confrontante ao colonialismo, que marca historicamente os territórios, denunciando tanto as práticas, quanto as formas de pensamento eurocêntricos imposto à América Latina;</li> <li>• Protagoniza os sujeitos frente às suas histórias de vida cotidiana no campo e na cidade, colocando em evidência uma outra prática cultural de resistência socioespacial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contesta o sentido de universalidade sobre bens latino-americanos institucionalizados pelos órgãos gerais de preservação patrimonial clássicos;</li> <li>• <i>Mobilização e mobilidade</i> se engajam em estimular mudanças para imaginar e criar condições melhores de vida aos cidadãos vulnerabilizados nas cidades da América Latina;</li> <li>• Articula a práxis insurgente acerca da <i>patrimonialização global</i> via resignificação popular dos lugares, da cultura e da natureza, formando ativismos e estratégias que rompem o <i>status quo</i> do planejamento urbano técnico via preservação e reconhecimento coletivo do patrimônio, endogenamente nas comunidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questiona a ideia cristalizada da preservação perante os riscos sociais existentes reproduzidos na América Latina;</li> <li>• O <i>sujeito situado</i> e em situação espacial é estimulado a ser guardião da cultura e do próprio acervo e saberes para as gerações futuras;</li> <li>• Vincula-se à forma científica de conhecimento do mundo e estimula o autoconhecimento orgânico via necessidades existenciais;</li> <li>• Gera possibilidades a partir dos sujeitos e os qualificam para a manutenção e preservação, inclusive, do Patrimônio da Humanidade, cujas alternativas não se encerram perante os desafios global-local, pelo contrário, eles articulam <i>resistências</i>.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024, a partir de Costa (2016, 2017, 2018, 2021b, 2024).

A proposta de Everaldo Costa, que fundamenta metodologicamente os utopismos e a *ativação popular* (do espaço público) via patrimônio-territorial latino-americano, apresenta-se como um intercâmbio de conhecimento; de práticas espaciais e experiências entre estudantes de geografia; de turismo; de geologia; de arquitetura e urbanismo; de especialistas de países da América Latina; e de outros sujeitos para a produção participativa e comunicativa da teoria por meio das práticas na cidade e no campo.<sup>45</sup>

Essa ativação exige novas conexões ou arranjos espaciais, aproveitando-se da densidade territorial e do patrimônio já instituídos pelo Estado-mercado. A exceção territorial se faz no sentido de uma recíproca determinação entre ausências (do Estado, do mercado, das instituições, das organizações etc.) e presenças (do sujeito localizado com seus bens culturais, que vão do artesanato às festas populares, da culinária ao patrimônio edificado -ou ruínas-

<sup>45</sup> O GECIPA, juntamente com outras universidades latino-americanas, colabora para a difusão do estudo sobre o urbano, o rural e o meio ambiente no continente. Os resultados das pesquisas alimentam revistas científicas de base latino-americana e caribenha, como a *PatryTer*.

periférico, de capelas rurais às formas de produção no campo etc., todos dentro ou fora dos perímetros urbanos). (Costa, 2017, p. 66)

Os grupos sociais com suas práticas individuais e coletivas tecem identidades, significados, memórias, afetos e apropriações que, muitas vezes, a *patrimonialização global* tenta cercear se não estiver de acordo com os interesses do Estado-mercado — isso é a ativação do fenômeno da patrimonialização (Costa, 2017; Paes, 2017).

Seve, Lázaro-Villaverde, Gastéllum-Alvarado & Redondo (2022, p. 2), em um estudo sobre os *tianguis* ou mercados, em Tlacolula, município de Oaxaca, no México, apontam que a apreensão do que é a *práxis* e do que é a resistência passa pelos sentidos dos vínculos comunitários e dos conflitos nas cidades históricas latino-americanas, em análises que refletem os cenários políticos, ambientais e sociais em comum: “los usuarios se autoorganizan, ocupan el espacio urbano (o rural) para intercambiar bienes, servicios, información de todo tipo y establecen una serie de lazos personales inherentes a la creación de comunidad”.

A dinâmica contemporânea das cidades coloniais de Pirenópolis e Colônia do Sacramento mostra essa dicotomia. Por exemplo, as falas a seguir expressam uma visão crítica sobre a relação entre o patrimônio, a identidade local e o desenvolvimento econômico da cidade. Tanto o morador de Pirenópolis, quanto o de Colônia do Sacramento se sentem desconectados do conceito de patrimônio (do Iphan e da Unesco), afirmando que isso não afeta suas vidas cotidianas. Eles também destacam que, apesar de serem parte da cidade e terem raízes familiares profundas, a valorização do patrimônio parece mais voltada para o turismo do que para os moradores locais.

Ao longo dos anos o comércio tem sido distribuído, as feirinhas são uma coisa nossa né, muito goiano isso de fazer feira, comprar os produtos e tal, né? Mas não sei, os jovens hoje querem outras coisas, às vezes nem come esses produtos aqui. Mas eu sinto que a gente passa perrengue, deveria de estar melhor, parece que só fica a mesma coisa, não muda, sabe? Você vê essas lixeiras, tem caçamba jogada de qualquer jeito, tem lixo espalhado, tem de tudo, não sei como vai ser, se quando eu morrer meus filhos e netos vão frequentar essa feira ou lembrar que esse tipo de feira existe, né? Parece que não tem incentivo, eu sinto que a gente só fica aqui mesmo até a morte, né?<sup>46</sup>

¿Me siento parte del patrimonio? No... Siento que pertenezco al lugar, a esta ciudad, el

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada com o Sr.<sup>a</sup> A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, no Brasil (BR), no dia 27 de outubro de 2022.

patrimonio de la Unesco no cambia nada en mi vida. Pero... Camino por los espacios públicos de una manera más funcional... por mi trabajo y mi movilidad, eso es todo. No hay nada como disfrutar de un lugar muy caro como este, esto es realmente para turistas. Es mi ciudad y nada más. Yo soy de aquí, mi padre es de aquí, mi abuela es de aquí, mi bisabuela es de aquí. Entonces sé de dónde son mis abuelos, son de aquí del centro histórico. El crecimiento de la ciudad fue tan grande en tan poco tiempo, quizás la población en 40 años era la mitad, es decir, en 40 años la población de la ciudad se duplicó. Es una ciudad en crecimiento que sirve a este gran proyecto y atrae a gente de todo el mundo. No creo que tenga nada que ver con la Unesco, hablo del trabajo, este patrimonio de la Unesco hizo una inversión tan grande en la configuración de la ciudad que el trabajo favoreció a la población con trabajo y esto hace pensar que en Colonia hay es mucho dinero, porque hay mucho trabajo. Entonces es una imagen, un engaño, que atrajo a mucha gente en busca de trabajo. Hay una superpoblación de personas que buscan trabajo, como en las ciudades de Flores, San José, Durazno, Paysandú, Artigas. La mano de obra es cara, es cara y hay muchos derechos laborales, y a veces se lo ponen difícil a los empresarios, ¿no? El apoyo es alto, por eso siempre se trata de gestionar las empresas con el personal mínimo e indispensable, ¿no? Las emociones no se pueden revertir, por ejemplo, la construcción de la fábrica de papel en Colonia del Sacramento llamó la atención de mucha gente, la Plaza de Toros fue restaurada por una empresa subcontratada y ni siquiera utilizaron mano de obra local. Luego está un proyecto de crear un recorrido costero por toda la Costa Sur, desde el este, y eso también es un emprendimiento muy grande y una inversión de capital muy grande que también requerirá mucha mano de obra y entonces sí, quién sabe, Sólo puede utilizar mano de obra local.<sup>47</sup>

Como vimos no Capítulo 1, o espaço público desempenha um papel fundamental na formação dos núcleos urbanos, por ser o lugar onde se manifestam as relações sociais e as representações do poder. Além disso, é também o espaço onde a vida cotidiana se entrelaça com a cultura, a esfera pública e a disputa territorial, conformando dimensões socioespaciais (Gomes, 2013). Essa visão aponta para uma *práxis* que emerge a partir da centralidade das relações humanas na apropriação do espaço público construído — uma teia de interações sociais que gera referenciais espaciais.

É por meio dessa *práxis* que se estabelecem as bases da identificação entre o sujeito e o mundo, articulando a vivência do espaço privado, onde se constrói uma história individual, com o espaço público, onde se forja uma história coletiva. Nesse sentido, a noção de resistência precisa ser articulada com a duração do espaço público e com a própria cultura do lugar. Assim, os processos de resistência não se vinculam a uma determinada estabilização ou descaracterização pelos processos da *patrimonialização global*. Dito isso, o desafio é conceber a resistência pela durabilidade das formas de usos dos espaços públicos pelos sujeitos.

---

<sup>47</sup> Entrevista realizada com o Sr. M. R., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 28 de setembro de 2023.

## **2.2. Usos do espaço público: indicadores ao *planejamento urbano possível* em Pirenópolis e Colônia do Sacramento**

Os espaços públicos são referências, através dos comportamentos, que, quando ativados, correspondem a uma parte fundamental do espaço vivido. Mas, os processos de patrimonialização junto aos processos urbanos e arquitetônicos mudaram o cotidiano de muitas cidades coloniais na América Latina (Berdoulay & Paes, 2008; Costa, 2015; Burgos, 2019). Por sua vez, os instrumentos normativos — planos diretores, estatutos das cidades e demais instrumentos — são mecanismos que buscam orientar a ocupação e desenvolvimento dos territórios urbanos. Tratam-se de documentos alicerçados em interesses coletivos e difusos, tais como a preservação da memória, da natureza e de outros interesses coletivos de seus habitantes.

Nesse contexto, o espaço público exerce um papel revelador da qualidade urbana. Os projetos de renovação urbana feitos sob a ótica do urbanismo precisam compreender a vitalidade das ruas e calçadas a partir dos moradores (Jacobs, 2011; Yázigi, 2019).

As cidades médias e grandes sofrem com a expansão urbana, por exemplo, e o que se observa nesse contexto é uma crescente carência na qualidade e distribuição dos espaços livres de uso público (Valverde, 2007). Nas cidades coloniais, entre outros problemas, podemos citar que elas suportam a acelerada refuncionalização turística e a fetichização da paisagem em prol do consumo (Jeudy, 2005; Paes, 2017).

No caso de Pirenópolis e Colônia do Sacramento, pode-se considerar que os planos diretores estão progressivamente adotando um modelo mais inclusivo e participativo, caracterizando-se como exemplos de planejamento urbano democrático (Prefeitura de Pirenópolis, 2022; Intendencia de Colonia, 2020). Entretanto, a participação ativa da população, em sua essência, é uma prática estabelecida há muito tempo em algumas comunidades, sobretudo no que diz respeito às formas de ocupação dos espaços públicos.

Com relação aos indicadores, Carley (1985), afirma que eles se referem à mensuração de dados e aspectos sociais, cujo desenvolvimento histórico e conceitual

reflete a qualidade de vida e o desenvolvimento social, político e econômico a partir de informações adquiridas ao longo do tempo pelos governos e pela população.

Segundo Tabak (1971), a evolução dos indicadores, inicialmente tratados por meio da quantificação, emergiu após a Segunda Guerra Mundial, quando organizações multilaterais como a OCDE, CEPAL, UNESCO, FAO e OMS, entre outras, passaram a instrumentalizar técnicas baseadas em referenciais quali-quantitativos. No Brasil, o IBGE foi pioneiro na utilização de dados e na produção de indicadores que subsidiaram o desenvolvimento econômico, as agendas de políticas públicas e as estratégias de bem-estar adotadas pelo Estado. Atualmente, outras instituições nacionais, como a FGV e o IPEA, também constituem bases fundamentais para que órgãos estaduais realizem estudos direcionados às diversas categorias de indicadores (Godoy, 2019).

Por isso, buscamos nesta investigação caminhos possíveis, no sentido de “construir a consciência da cidade real com as demandas populares” para não perpetuar as ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias — parafraseando Maricato (2002, p. 168). Muxí & Gutiérrez (2011, p. 13) afirmam que “la construcción de la ciudad futura se ha de nutrir de diversidad y complejidad, de una práctica inclusiva que incorpore las múltiples variables de la realidad, basándose en un urbanismo de abajo a arriba”.

O quadro 4 reúne informações sobre os sistemas de indicadores que recaem sobre os espaços públicos de Pirenópolis e Colônia do Sacramento para melhor detalhamento dos indicadores sintéticos encontrados durante os trabalhos de campo. Esses indicadores são apresentados para que sejam considerados no cerne do *planejamento urbano possível*, proposta metodológica desenvolvida por Costa (2021a), depois de um longo percurso pensando a cidade, o urbano e o lugar da crítica propositiva na Geografia (Costa & Suzuki, 2012; Scarlato & Costa, 2017; Costa & Scarlato, 2019; Costa, 2021b), como já visto no capítulo 1.

Assim, apresentamos as categorias, os critérios e os indicadores cujas variáveis decorrem dos usos e apropriações dos espaços públicos, elementos fundamentais na configuram da sua ativação popular, como será aprofundado ao longo deste segundo capítulo.

**Quadro 4:** Categorias, critérios e indicadores para a construção do *planejamento urbano possível*

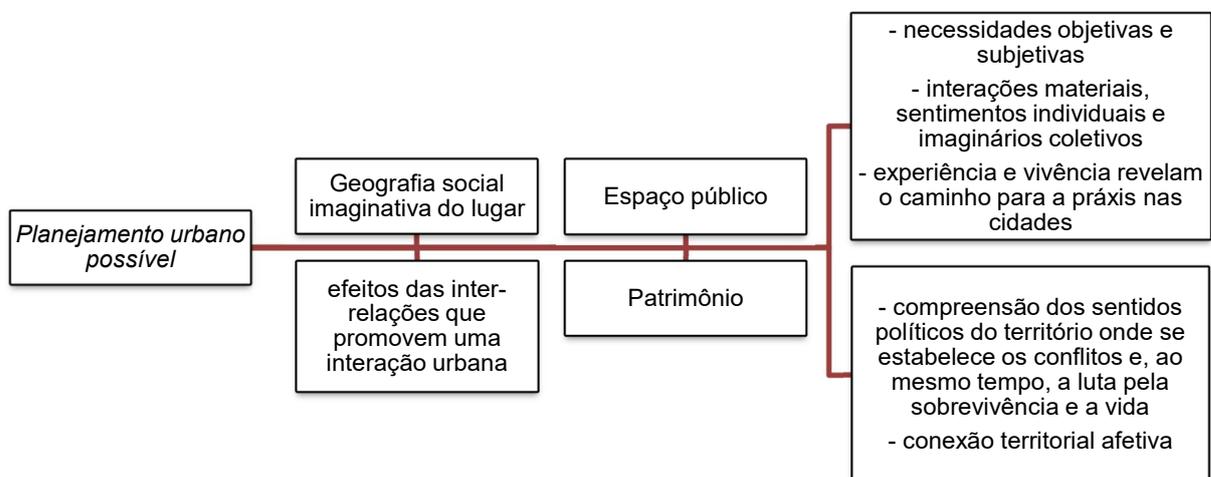
<b>Categoria</b>	<b>Critério</b>	<b>Indicador</b>
Usos, sociabilidades e atividades	Atração	Espaços para brincar
		Equipamentos comunitários
		Atividades que envolvem pessoas idosas
	Equipamentos e atividades	Equipamentos fixos e serviços no espaço público
Atividades com usos e apropriações comunitárias		
<b>Categoria</b>	<b>Critério</b>	<b>Indicador</b>
Áreas tombadas pelo Iphan e pelo CPCN	Área classificada pelo Iphan (km <sup>2</sup> ) e pelo CPCN (km <sup>2</sup> )	Bem de interesse patrimonial
Áreas declaradas pela Unesco	Área classificada pela Unesco (km <sup>2</sup> )	
Monumentos declarados de interesse público	Monumentos, esculturas e obras de arte	Declaração de interesse local e nacional
Atividades culturais gratuitas	Atração	Festas populares localizadas
Elementos culturais		Símbolos, caracterização das celebrações
Identidades dos espaços públicos		Diferenças dos espaços públicos dos demais
<b>Categoria</b>	<b>Critério</b>	<b>Indicador</b>
Acesso, circulação e elementos de mobilidade	Mobilidade	Sistema de transporte público
		Incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte sustentável
	Calçada e pavimentação	Largura
Índice de pavimentação		
<b>Categoria</b>	<b>Critério</b>	<b>Indicador</b>
Conforto térmico na arquitetura	Ambiente	Coleta de lixo
		Poluição sonora, visual e luminosa
		Sombra artificial e abrigo
		Sombra por copa de árvore
	Áreas verdes e cobertura vegetal	Área permeável
Espaços de permanência	Assentos	
<b>Categoria</b>	<b>Critério</b>	<b>Indicador</b>
Proteção e segurança	Segurança viária	Tipologia das ruas
		Travessias
		Iluminação pública
		Fluxo de pedestres nos períodos diurno e noturno
	Segurança pública	Vigilância
		Fachadas fisicamente permeáveis
		Fachadas visualmente ativas
		Morfologia do espaço público

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para que essa análise seja efetiva, convém salientar que a produção de uma base de dados sobre os elementos conflitantes da *patrimonialização global* — que

impacta diretamente o espaço público — exige uma compreensão abrangente do processo. Isso inclui não apenas a identificação dos problemas e potencialidades em Pirenópolis e Colônia do Sacramento, mas também a avaliação *in loco* de seus componentes formadores e a formulação de hipóteses de transformação. Nesse sentido, esta pesquisa voltou-se para as práticas sociais que estruturam a ativação popular desses espaços públicos em ambas as cidades. O Quadro 5 sintetiza os fundamentos que ligam o sujeito à sua experiência e existência nos territórios analisados, segundo a abordagem metodológica do PUP.

**Quadro 5:** Quadro sinótico das bases para o *planejamento urbano possível*



Fonte: Extraído de Costa (2021a). Elaborado pela autora, 2024.

À vista disso, os esforços empreendidos nesta investigação baseiam-se na aproximação de uma Geografia crítica não radical, de caráter humanista e propositivo (orientada por Costa, 2021a) aliada ao uso de indicadores que auxiliam na compreensão das transformações e dos impactos do processo de *patrimonialização global* em Pirenópolis e Colônia do Sacramento, a partir da *geografia social imaginativa do lugar*.

Esse enquadramento teórico-metodológico constitui um dos pressupostos centrais da construção do método desta tese, uma vez que considera que as interações materiais, simbólicas e afetivas dos sujeitos atravessam imaginários coletivos, tornando-se capazes de denunciar — e eventualmente superar — as

vulnerabilidades sociais e territoriais identificadas, articulando-se com o planejamento institucional e com a promoção da equidade socioterritorial, sempre considerando a presença ativa dos sujeitos que vivem e experienciam o lugar (Costa, 2021a).

### **2.2.1. Caminhos de convivência: a dinâmica do espaço público em Pirenópolis**

A realidade atual de Pirenópolis faz com que seu centro histórico seja um lugar de fluidez, de identidade e de uso frequente do espaço público. Isso ocorre não só em decorrência da patrimonialização. É decorrente, também, do cotidiano transformado pelo patrimônio, pois há uma dimensão temporal no centro histórico da cidade que estrutura a apropriação e o uso do espaço público, o que indica também a centralidade e o desenvolvimento das áreas adjacentes.

Esse “centro”, como o próprio termo diz, indica a posição central ocupada pelas pessoas e serve como localização geográfica estratégica das áreas circunvizinhas, as quais tangenciam o objeto de estudo. Quanto à centralidade social do núcleo histórico de Pirenópolis, as igrejas e feiras tradicionais são tidas como forte atração e como lócus de convivência. O quadro 6 indica as variáveis encontradas em Pirenópolis para a construção do *planejamento urbano possível* e a geografia social imaginativa do lugar.

**Quadro 6:** Dimensões e relevância dos critérios para o *planejamento urbano possível* e a *geografia social imaginativa do lugar* – Pirenópolis

<b>Eixos estruturantes</b>	<b>Relevância e aplicabilidade das informações</b>							
<b>Variáveis físicas equivalentes</b>	Ruas, praças, calçadas, conforto ambiental, equipamento público	Edifícios, monumentos, esculturas, quadras, fachadas, ruas, calçadas, espaços verdes	Calçadas, ruas, praças, transporte público	Transporte público, equipamento público	Equipamento público, calçadas, edifícios, áreas verdes, conforto ambiental	Calçadas, ruas, praças, áreas verdes, equipamentos públicos	Equipamento público, infraestrutura, calçadas	Travessias, iluminação pública, cruzamento, ruas, calçadas, segurança, proteção
<b>Critério</b>	Atratividades e fruição	Patrimônio urbano histórico	Conectividade e acessibilidade	Mobilidade urbana	Amenidades urbanas	Conservação e limpeza	Qualidade do espaço público	Segurança viária
<b>Foco</b>	Qualidade do espaço público e ativação popular de uso	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Qualidade do espaço público e deslocamento diário	Rotas de acesso e frequência de uso	Qualidade do espaço público e frequência de uso	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Pedestre e qualidade do espaço público
<b>Escala</b>	Bairro	Cidade	Bairro	Bairro	Cidade	Segmento de rua	Segmento de rua	Cidade
<b>Premissa</b>	Como mensurar as práticas sociais dos espaços públicos?	O que atrai o residente para o espaço público colonial?	O espaço público e o patrimônio urbano construídos são importantes para andar a pé?	Priorização do uso de automóvel em detrimento do pedestre	Inexistência do poder público para manutenção da qualidade do espaço público	Invisibilidade do pedestre frente às ações do poder público para medidas positivas no espaço público	Microescala para compreensão das práticas associadas ao patrimônio urbano	Invisibilidade do pedestre frente às ações do poder público para medidas positivas no espaço público
<b>Finalidade</b>	Análise sistematizada da qualidade do espaço público	Melhoria e piora do patrimônio urbano tombado e reconhecido	Identificar adversidades no acesso ao espaço público	Detectar preferências de deslocamento	Verificar existência da infraestrutura urbana do espaço público	Entender a correlação entre espaço público e patrimônio urbano	Avaliação sistematizada da qualidade do espaço público em microescala	As ações locais e estratégias de usos dos espaços públicos pelos residentes
<b>Produto</b>	PUP e GeoSocImgLug	Instrumento de avaliação sistematizada	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	Instrumento de avaliação sistematizada	PUP e GeoSocImgLug
<b>Indicadores</b>	5 indicadores	5 indicadores	4 indicadores	4 indicadores	6 indicadores	6 indicadores	6 indicadores	8 indicadores
<b>Coleta de dados</b>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>

**Legendas:** PUP: Planejamento urbano possível. GeoSocImgLug: Geografia social imaginativa do lugar.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2022, 2023 e 2024.

Já no âmbito da legislação municipal, o Plano Diretor de Pirenópolis é o documento que orienta o desenvolvimento e crescimento urbano do município. O Plano Diretor de 2002 está em vigor, mas, atualmente, vereadores e demais representantes políticos elaboraram uma minuta do novo Plano Diretor a partir do Projeto de Lei Complementar (PLC – n.º 048/01). Com 22 anos sem revisão, em 2022 o documento passou por uma reformulação organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste (ITCO), uma organização não governamental que faz levantamento de dados e estatísticas sobre os municípios da região. No novo Plano Diretor, há menção ao avanço da área urbana do município em 66%, com construções do tipo *resorts* fora e dentro da cidade, no modelo conhecido como *timeshare*<sup>48</sup>, entre outras modificações alarmantes.

Segundo o jornal O Hoje (05/07/2024), ocorreram duas audiências públicas para que representantes da comunidade, da sociedade civil e políticos discutissem os rumos do Plano Diretor apresentado em 2022. A segunda audiência pública ocorreu no dia 04 de junho de 2024, no auditório da Universidade Estadual de Goiás (UEG), quando o assessor jurídico municipal Ícaro Augusto Pirineus de Oliveira destacou “a importância da participação da população e das instituições na revisão e desenvolvimento das políticas públicas de urbanismo, meio ambiente e governança”.

No relatório de Leitura Técnica do Plano Diretor (2022), os espaços públicos são analisados considerando suas especificidades, desde o centro histórico até outros bairros que possuem vias públicas, ruas, praças e calçadas com problemas estruturais. Do ponto de vista técnico, essas análises apontam as dificuldades de manutenção dos espaços públicos e direcionam para o poder público o levantamento dos riscos verificados em campo.<sup>49</sup>

Porém, verifica-se que nesses documentos existem hiatos, pois na prática, o Estado, enquanto agente responsável pelo planejamento territorial, social e espacial, tem preferido a “exploração de vantagens específicas para a produção de bens e serviços” (Harvey, 2006, p. 172), por meio do empreendedorismo urbano, fenômeno

---

<sup>48</sup> É um contrato que dá direito de uso durante um período específico em um empreendimento.

<sup>49</sup> Chama atenção a falta de profissionais de geografia na elaboração do relatório técnico de revisão do Plano Diretor. Há profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo, engenharia ambiental, engenharia civil e servidores públicos da polícia militar. Na equipe técnica do próprio ITCO há apenas um geógrafo. Disponível em: [https://pirenopolis.go.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-da-Leitura-Tecnica\\_PIRENOPOLIS\\_V03\\_compressed.pdf](https://pirenopolis.go.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-da-Leitura-Tecnica_PIRENOPOLIS_V03_compressed.pdf).

contemporâneo intrínseco ao ponto crítico das cidades mercadológicas (Lefebvre, 2000).

Essa transformação da administração urbana baseada em um modelo empresarial em prol do capital mostra a falta de ações efetivas nas decisões sobre a manutenção dos espaços públicos urbanos. Nesse sentido, as dificuldades e possibilidades da participação popular nesse processo trazem as contradições dos instrumentos constitucionais e estatais. Além disso, a valorização de espaços públicos específicos com o objetivo de dinamizar o fluxo turístico evidencia uma abordagem empreendedora por parte da administração pública municipal. É o que acontece em cidades históricas brasileiras como São João del-Rei (MG), Ouro Preto (MG), Diamantina (MG), Tiradentes (MG), Corumbá de Goiás (GO), Cidade de Goiás (GO) e Jaraguá (GO), conforme descrevem Costa & Steinke (2013).

Esse movimento ocorreu de maneira derradeira na América Latina, como nos lembra Harvey (2005, p. 165),

A abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras”, nas décadas de 1970 e 1980. Nos anos recentes parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico.

Um indicador presente na Revisão do Plano Diretor de Pirenópolis (2022), foi elaborado e aplicado pelo Observatório das Metrôpoles (Ribeiro & Ribeiro, 2016). Ele destaca o índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) em cinco dimensões, a saber: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; e infraestrutura urbana. O índice varia de 0 a 1, no qual valores próximos a 1 indicam melhores condições urbanas, enquanto valores próximos a 0 refletem piores condições urbanas.

Com um IBEU de 0,81, Pirenópolis está classificada como nível bom, sendo o 4º melhor índice na Região Imediata de Anápolis (Tabela 1). No que diz respeito à avaliação de cada condição, as categorias mobilidade e ambiental possuem índices considerados muito bons, próximos a 1. Por outro lado, a categoria habitação tem um índice considerado bom, mas a infraestrutura urbana e atendimento de serviços coletivos apresentam avaliações no nível muito ruim.

**Tabela 1:** Índice de bem-estar urbano de Pirenópolis, a partir da Região Imediata de Anápolis

DIMENSÕES DO IBEU							
Município	Mobilidade	Ambiental	Habitacional	Serviços	Infraestrutura	IBEU	Ranking Brasil
Santa Rosa de Goiás	0.988	0.793	0.940	0.577	0.592	0.778	2790
Anápolis	0.937	0.910	0.904	0.745	0.691	0.837	1308
Jaraguá	0.977	0.964	0.894	0.613	0.639	0.817	1747
Leopoldo de Bulhões	0.964	0.994	0.906	0.590	0.595	0.810	1939
<b>Pirenópolis</b>	<b>0.959</b>	<b>0.946</b>	<b>0.876</b>	<b>0.612</b>	<b>0.660</b>	<b>0.810</b>	<b>1930</b>
São Francisco de Goiás	0.971	0.866	0.885	0.590	0.522	0.767	3098
Abadiânia	0.979	0.738	0.897	0.914	0.507	0.807	2019
Petrolina de Goiás	0.974	0.994	0.907	0.581	0.536	0.798	2250
Silvânia	0.917	0.957	0.908	0.776	0.627	0.837	1320
Goianápolis	0.931	0.971	0.865	0.557	0.618	0.788	2507
São Miguel do Passa-Quatro	0.980	0.802	0.932	0.579	0.535	0.766	3124
Gameleira de Goiás	0.940	0.866	0.864	0.599	0.665	0.787	2553
Campo Limpo de Goiás	0.947	0.965	0.886	0.557	0.573	0.786	2573
Corumbá de Goiás	0.957	0.928	0.842	0.572	0.610	0.782	2685
Jesúpolis	0.942	0.871	0.883	0.597	0.571	0.773	2924
Ouro Verde de Goiás	0.952	0.746	0.894	0.591	0.633	0.765	3138
Alexânia	0.933	0.910	0.883	0.572	0.476	0.755	3395
Vianópolis	0.918	0.926	0.920	0.585	0.424	0.755	3406

Fonte: Ribeiro & Ribeiro (2016). Organizado pela autora, 2024.

Esses indicadores devem ser analisados com cuidado, porque muitas vezes não refletem a realidade local e desconsideram o cotidiano da maioria da população em favor de uma imagem positiva do espaço público e do imaginário da cidade colonial. Maricato (2013, p. 168) recorda-nos que “o ambiente construído não existe independentemente das relações sociais e essas imagens cumprem uma função ideológica de abafar o conflito”.

Por isso, a fundamentação teórica desta tese baseia-se no pressuposto de que, para a compreensão da *ativação popular do espaço público* (Costa, 2018), na qual as práticas sociais podem ser reveladoras e indicativas de um *planejamento urbano possível* (Costa, 2021a). Assim, tanto os gestores urbanos, quanto a população local influenciam o estado dos atributos do patrimônio urbano histórico. Esses atributos transmitem valores, que podem ser de natureza material (tangível) ou imaterial (intangível), em uma relação temporal entre sujeitos, objetos e processos de *patrimonialização global* (Costa, 2015).

A coleta de dados para o levantamento dos indicadores a seguir foi fundamentada em informações qualitativas obtidas por meio de entrevistas e observação direta. A partir da proposta metodológica adotada, obtivemos indicadores que podem complementar e auxiliar qualitativamente no planejamento urbano de

Pirenópolis.

Enfatiza-se, além do mais, que os usos, sociabilidades e atividades visam diagnosticar o ambiente do espaço público e sua interação com o entorno e seus usuários, elementos que influenciam diretamente na sua apropriação. Destaca-se, nesse contexto, a revisão dos indicadores atribuídos à avaliação qualitativa dos espaços destinados à recreação. Durante o processo de adaptação da metodologia, percebeu-se que a análise desses espaços, dividida em cinco indicadores independentes, exercia uma influência considerável na avaliação final. Consequentemente, foi decidido unificar esses indicadores em um único critério denominado "espaços para brincar", atribuindo-lhe um peso único e equivalente aos demais indicadores na avaliação geral.

A Rua do Lazer, como o próprio nome diz, diz respeito a um espaço público de uso social recreativo. Conforme vimos no primeiro capítulo da tese, desde sua formação inicial, a rua influencia na vida dos cidadãos de Pirenópolis e tem importância política e histórico-geográfica na formação da cidade, além de fazer conexão com importantes cruzamentos desde a Avenida Beira Rio e a Rua Aurora. Entre bares e restaurantes, acontecem festas, shows, apresentações ao vivo e há também a venda de outros produtos ao longo de sua extensão (Figura 12).

Durante a visita de campo, foi possível entrevistar uma moradora que fazia tranças raiz e tererê — um processo de trançagem dos fios em que os cabelos são trançados em fileiras ou seções desde a raiz; o tererê envolve o uso de linhas coloridas e enfeites aplicados junto às tranças, como penas e miçangas. Pergunto há quanto tempo ela trabalha com isso na Rua do Lazer e, segundo ela,

Olha... tem uns 5, 6 anos que eu trabalho aqui nos finais de semana, durante a semana eu trabalho em um salão perto da minha casa, mas venho para cá, porque aqui é o complemento do salário... Teve a pandemia, né? Então eu tive que ficar mais no salão e aqui a Rua do Lazer ficou fechada muito tempo... Assim, é bom de venda, quando tem essas festas, quando tem evento na cidade é um bom tempo para ganhar dinheiro e ajudar nas despesas da casa. Eu vendo mais para turista, muito turista que já vê o serviço sendo feito, olha o cartaz no chão. Muita criança, muita moça negra gosta de trançar o cabelo, né? Aí eu fico feliz também! (risos)... Sou só eu aqui, minha filha vem de vez em quando, ela até me ajuda, mas aqui eu uso só essa cadeira, então fica mais difícil..., mas geralmente ela fica com a parte de comprar as miçangas e as penas, enfim ela prepara as coisas comigo antes.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Entrevista com a Sra. M. D. concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Pirenópolis, no Brasil (BR), no dia 30 de maio de 2024.

A Rua do Lazer está situada em uma das quadras mais destacadas de Pirenópolis, constituindo uma área nobre e valorizada, cuja propaganda e *marketing* turístico se faz presente em diversos meios e canais de comunicação (Iphan, 2005; Alvarado & Costa, 2019). O tráfego de caminhões na rua é proibido, embora o abastecimento para carga e descarga seja realizado por veículos de pequeno porte, como caminhonetes (Figuras 13 e 14).

**Figura 12:** Prática de comércio informal nas calçadas da Rua do Lazer em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

**Figura 13:** Abertura parcial dos comércios e abastecimento de mercadoria em bar na Rua do Lazer



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

**Figura 14:** Descarga de mercadorias no cruzamento da Avenida Beira Rio e Rua do Lazer em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Outra importante rua utilizada pela população é a Rua Direita, que preserva seus casarões coloniais, ainda utilizados como residências, datados a partir do século XVIII. Jayme (1971) e Jaime (2002) são dois dos poucos autores que se debruçaram sobre o traçado urbano de Pirenópolis e as casas constituídas em diferentes períodos. Segundo eles, a Rua Direita é constituída por mais de 100 edificações, incluindo residências, meios de hospedagem, estabelecimentos alimentícios e diversas outras funções. De acordo com Jayme (1971), a rua é uma referência do período da mineração, que serviu como conexão da antiga Meia Ponte com o centro administrativo e depois com a cidade de Goiás (capital à época).

É um espaço público onde as práticas sociais significativas correspondem às diferentes procissões<sup>51</sup>, especialmente na Semana Santa, na qual a espacialidade religiosa é mais latente (Curado, 2006). As ruas Aurora, Bonfim, Travessa da Rua

<sup>51</sup> Os estudos de João Guilherme da Trindade Curado (2006, 2011) são significativos sobre as festas de fé e procissões em Pirenópolis e Lagolândia, distrito que compõe o município de Pirenópolis.

Nova, Travessa São Cristóvão (atual rua Rui Barbosa), Matutina e Pirineus, são exemplos de trajetos das manifestações religiosas presentes no calendário das festividades tradicionais (Prefeitura de Pirenópolis, 2024), outro exemplo é o desfile dos Carros de Boi de São Sebastião, que passa tradicionalmente pela Praça da Matriz e tem participação significativa de idosos (Figura 15). Além de ter uma prática religiosa, a Rua Direita contempla o tradicional “Carnaval das Marchinhas”, durante o mês de fevereiro, com apresentação de bandas locais e Djs de outras cidades goianas e de Brasília (O Popular, 2015).

**Figura 15:** Desfile dos Carros de Boi de São Sebastião em frente à Igreja Matriz



Fonte: Pirenopolis.gov.br, 2023.

O rio das Almas é um importante cartão postal da cidade e é também um dos principais afluentes da bacia hidrográfica do rio Tocantins. O rio atravessa grande parte da cidade e está sujeito a diversas ações antrópicas, incluindo o despejo de esgoto não tratado, prática que persistiu por muitos anos e que, atualmente, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico (2023, p. 145), vem sendo enfrentada por meio de monitoramento sistemático para a eliminação dos focos de poluição e contaminação.

Dois eventos recentes também marcaram esse espaço público: em 2016, Pirenópolis foi atingida por um temporal que causou a cheia do Rio das Almas e do córrego Lava Pés. Segundo o jornal Diário da Manhã (27/01/2016), “a enchente deixou

ruas alagadas, estragou as vias públicas, além de ter assustado bastante os moradores”. O outro evento ocorreu em 2022: uma enchente elevou o nível do Rio das Almas e alagou as ruas da cidade. O jornal Metrópolis publicou uma reportagem em 12 de janeiro de 2022 sobre o caso, em que vários moradores relataram os prejuízos e o medo de retorno da elevação do nível da água, algo comum nesse período do ano devido à época de chuvas. Uma entrevistada afirmou que “não tem como parar. Tenho 14 funcionários. São 14 famílias mais a minha que dependem disso aqui”.

Atualmente, o uso do local para banho tornou-se parte do cotidiano da população. A área, de fácil acesso e próxima a restaurantes e pousadas do centro histórico, atrai frequentadores ao longo do dia. Durante as observações de campo, foi possível registrar a presença constante de adultos, jovens, crianças e até animais de estimação, que usufruem tanto do rio quanto do banco de areia para atividades como vôlei, futebol e piqueniques (Figuras 16 e 17). Também se observou a atuação de um guarda local, responsável por orientar os visitantes quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, uso de garrafas de vidro e à proibição de montar barracas de acampamento no local.

**Figura 16:** Lazer nas margens do Rio das Almas próximo ao centro histórico de Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

**Figura 17:** Banhistas no Rio das Almas e estrutura da Ponte Velha



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

O fluxo mais intenso nesse espaço público ocorre durante os finais de semana, segundo o Sr. B. D.

Eu venho aqui desde criança e meus dois netos também frequentam, eu estou com 59 anos e meus netos têm ali na faixa dos 12-15. O povo vai para as cachoeiras, mas a gente prefere vir aqui na Prainha, por conta da proximidade com a nossa casa, que é no Alto do Bonfim. Assim fica bom pra vir tomar um banho e esfriar a cabeça. As cachoeiras também estão cobrando R\$ 60,00 e até R\$ 80,00 só para entrar, imagina ir com a família... É muito caro, fora o consumo, né?! Aqui não tem muita estrutura local em si, só tem aquelas redes ali (apontando para a rede de vôlei) que usa da faixa de areia do rio e a reforma que a Prefeitura tá fazendo ali atrás pra ter estrutura melhor pra show, que também é a continuidade da faixa de areia. Mas assim, a gente gosta daqui também, né? Tá na cidade, se quer comer uma coisinha vai ali e compra, ou traz na caixa térmica e fica o dia inteiro aqui. É bom!<sup>52</sup>

Percebe-se, pela fala do entrevistado, que a comunidade se apropria dessa área do rio, assim como se apropria das suas margens para momentos de lazer em família e amigos. Também é percebido que há, atualmente, o respeito e o cuidado

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada com o Sr. B. D., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (BR), no dia 01 de junho de 2024.

com esse espaço público. Segundo Yázigi (2003), apenas uma sociedade que compreende e pratica os princípios democráticos é capaz de respeitar e valorizar o espaço público. Nesse sentido, a cidadania está intrinsecamente ligada ao sentimento de pertencimento a um grupo e a um território — espaços nos quais os indivíduos exercem seus direitos e cumprem suas obrigações dentro de limites previamente estabelecidos. Essa relação com o território fortalece o vínculo social e sustenta a construção de identidades coletivas.

Dentro desse contexto, a noção de espaço público de lazer vai além da simples existência de condições ambientais favoráveis, como praias, rios, lagoas e reservas florestais. É fundamental que, nas áreas urbanas, sejam garantidas estruturas adequadas (como sistemas de circulação, infraestrutura urbana, parques e equipamentos públicos) que viabilizem e incentivem o uso desses espaços pelos cidadãos em seu tempo livre (Lefebvre, 2000; Valverde, 2007; Gomes, 2012; Costa, 2017).

É importante destacar que, em Pirenópolis, a maioria dos monumentos, edifícios e obras de arte declarados de interesse público local e nacional está concentrada na área tombada pelo IPHAN, situada no centro histórico da cidade. São eles: Igreja do Carmo/Museu de Arte Sacra do Carmo, Museu das Artes do Divino, Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Casa de Câmara e Cadeia, Teatro de Pirenópolis, Cine Teatro Pireneus, Ponte Pênsil Dona Benta, Ponte sobre o Rio das Almas e Fazenda da Babilônia<sup>53</sup>, que está localizada na zona rural do município (Iphan, 2005).

Ao contrário de Colônia do Sacramento, os espaços públicos de Pirenópolis não apresentam grande quantidade de monumentos, bustos ou esculturas que homenageiem artistas locais ou figuras políticas relevantes. No entanto, como apontam Berdoulay & Paes (2008), a própria preservação do estilo colonial em cidades latino-americanas já representa, por si só, uma forma de memória simbólica construída pelas mãos de escravizados e povos indígenas.

Os objetos culturais de Pirenópolis atraem turistas que buscam encontrar referenciais de um passado rural do estado de Goiás e da cidade, simbioticamente

---

<sup>53</sup> A Fazenda da Babilônia possui um site interativo, no qual é possível fazer um passeio panorâmico em 360° pelos espaços da casa. Recuperado em 03 de junho de 2024. <https://fazendababilonia.com.br/tour360/fazendababilonia.html>.

concretizados no espaço urbano (Lima, 2017; Alvarado & Costa, 2019; Oliveira, 2022). Individualmente, as igrejas assumem um importante papel no espaço público e político, bem como configuram a narrativa dos interesses locais em prol do crescimento urbano. Como foi visto no Capítulo 1, a Praça do Coreto passou por modificações ao longo do tempo. Atualmente, o lugar recebe atividades diversas, a exemplo de missas; rezas de terços; o festival Canto da Primavera – Mostra de Música de Pirenópolis; e desfiles de blocos carnavalescos, que remetem ao passado do lugar como território negro (Oliveira, 2022).

A Feira das Artes também ocupa espaço na Praça do Coreto e funciona há mais de 20 anos no local. Embora haja algumas barracas na sexta-feira, seu funcionamento oficial ocorre aos sábados, das 14h às 23h, e domingo, das 10h às 23h. A feira possui aproximadamente 50 barracas com vendedores de roupas, joias de prata, acessórios, trabalhos em couro, peças produzidas com materiais reciclados, itens decorativos, tapeçaria, salgados e doces, entre outros produtos artesanais (Figuras 18 e 19). A Associação dos Artesãos da Praça das Artes de Pirenópolis (APAP) é a responsável pela gestão da feira.

**Figura 18:** Venda de produtos indígenas na Praça do Coreto em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

**Figura 19:** Fluxo noturno na Feira das Artes em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Durante o trabalho de campo em Pirenópolis, foi possível entrevistar vendedores que trabalham na Feira das Artes e na Feira Orgânica, que acontece todas as quintas-feiras, das 14h às 20h, e na madrugada de sábado para domingo, das 06h às 15h, no Largo da Igreja Matriz, e saber mais a respeito do consumo, do fluxo de pessoas e da visão deles sobre os usos das praças. Na Feira das Artes, o primeiro entrevistado relata que compra mercadorias em plataformas online, como a empresa global Shopee, para revender junto aos produtos que ele próprio produz semanalmente. A segunda entrevistada destaca a existência de uma diferença clara nos usos e nos públicos que frequentam as feiras.

Eu vendo aqui na Praça do Coreto há 15 anos. Tem 15 anos que isso aqui é assim... Antigamente o pessoal procurava mais produtos locais, agora com a internet a gente acaba comprando até da China e coloca aí no meio também, né? Essas pulseiras mesmo eu compro na Shopee, e vende rápido, sai muito rápido... Eu compro por 10 reais um pacote com 3 pulseiras e revendo por 30 reais. Então eu saio no lucro... Por que assim, o mundo é outro, né? Hoje o público que compra é outro. Às vezes eles nem querem mais uma pulseira com pedra local, esses cristais (apontando para o quartzito) ... Essas peças são mais trabalhosas e o preço é mais alto. Então assim, acaba que também vira a cultura local com o resto do mundo, né? Mas é daqui que vem meu sustento, quando tem festa grande assim igual a PiriBier quem vende aqui reclama, diz que o pessoal de fora vem só beber, só pra farra, mas também tem as famílias que passeiam na Rua do Lazer e vem conhecer a nossa feirinha aqui, né? Ou já conhece... A Praça do Coreto atrai porque você encontra de tudo, comida local, os queijos, os

docinhos, pulseira com pedra extraída da serra local, enfim, tem muita coisa que agrega valor nos produtos, né? Isso é importante pra nós.<sup>54</sup>

Eu observo que a Praça do Coreto é uma ligação de ruas para visitantes nos finais de semana, e durante a semana é outra coisa, sabe? Por exemplo, tem gente que trabalha aqui na praça domingo e vai para a Feira da Matriz na quinta-feira, quer dizer, são duas coisas diferentes. Aqui quem compra é turista, lá é morador. Então você tem dois tipos de gente que frequenta os lugares, então vai ser diferente mesmo a relação com a praça, com a comunidade, com o turista e tal. Aqui é uma lembrancinha, uma coisa mais específica da cidade que a pessoa compra para levar pra mãe, irmão, namorado... sabe? E é muito forte, depois da pandemia então, voltou forte. O pessoal está vindo mais pra cá, de Brasília, de Goiânia. Até a rotatividade de vendedor aqui mudou, tem produto de tudo que é tipo e você vê que as pessoas estão firmes aqui vendendo as coisas e já é parceria com os outros vendedores, né?<sup>55</sup>

Além da Romaria em Louvor à Santíssima Trindade, mais conhecida como a Festa do Morro dos Pirineus, há também no imaginário urbano de Pirenópolis a alegoria das Cavalhadas e dos Mascarados, símbolos que representam a Festa do Divino. O Museu do Divino é um objeto cultural que abriga peças e conteúdo audiovisual que contam a história da festa. Além disso, existem esculturas coloridas que remetem aos cavaleiros espalhados pelas ruas, em frente as pousadas, *hostels* e hotéis, há também objetos de diferentes tamanhos vendidos em lojas de produtos artesanais da cidade que remetem à festa. Mas, segundo a Sra. A. L., há conflitos que envolvem o uso de animais durante o período festivo.

Eu particularmente acho muito ruim o uso dos cavalos, acho que eles são maltratados, são expostos ao sol, à chuva e ficam muito ao relento, sei lá, quase 12, 16 horas parados amarrados em árvores e depois ainda tem que correr pra lá e pra cá?! Eles ensaiam todos os anos com os cavalos. Não gosto dessa sensação ruim de usar os animais durante a comemoração, além de soltar fogos de artifício que assustam não só os cavalos, mas vários outros bichinhos, cachorros e gatos, por exemplo, ficam desesperados e sofrem muito, né? Tem vizinha minha que prende o cachorro dentro do quarto por causa de barulho de foguete, então quer dizer... é insuportável, ninguém gosta disso! Hoje em dia as Cavalhadas acontecem no Cavalcódromo, que inclusive já está fechado para reforma desde o início do ano, abriu pra festa e fechou agora de novo, mas o pessoal continua mascarado nas ruas andando a cavalo, pra lá e pra cá. Tem as festas nas fazendas também, que envolve muita comida e bebida, aí sim eu acho interessante... porque envolve o pessoal mais antigo, que é quem faz a Folia do Divino. Tem também quem vai para beber durante um, dois, três dias... A cidade inclusive fica mais parada, nos restaurantes os donos já sabem que é quando faltam mais garçons e o atendimento fica comprometido. Eu acho que essa é a festa do povo, da gente daqui, só não gosto dessa parte dos cavalos, os mais jovens são mais irresponsáveis no cuidado com os animais. Acho que já está mais do que na hora de parar com isso.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Entrevista realizada com o Sr. H. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Pirenópolis, Goiás (BR), no dia 27 de maio de 2024.

<sup>55</sup> Entrevista realizada com a Sra. M. B., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Pirenópolis, Goiás (BR), no dia 27 de maio de 2024.

<sup>56</sup> Entrevista realizada com a Sra. A. L., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (BR), no dia 25 de maio de 2024.

A avaliação dos acessos, circulação e elementos de mobilidade abrange aspectos que facilitam a circulação nos espaços públicos do núcleo histórico de Pirenópolis. É relevante destacar que este indicador abrange as diversas possibilidades de uso da bicicleta, conforme foi observado atualmente e documentado na literatura, por isso o foco indicativo de “Incentivo ao uso da bicicleta”, ampliando seu escopo de análise.

Em comparação com o atual Plano Diretor, o Plano Diretor de 2002 também enfatizou a prioridade de uso da bicicleta, mas esse aspecto foi colocado somente como sugestão e, até o momento, não há ação nesse sentido. Conforme descreve o Produto IV – Relatório de leitura técnica do atual Plano Diretor (2022, p. 29), “a garantia da prioridade de circulação aos pedestres e bicicletas e a arborização e o ajardinamento, não foram implementados da forma sugerida”.

O deslocamento de pessoas, portanto, é feito em sua maioria a pé ou de transporte individual motorizado, a exemplo do carro e/ou moto<sup>57</sup>. Isso faz com que a estrutura urbana da cidade tenha que ser constantemente revista, sobretudo para melhoria de uso dos espaços públicos por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Vê-se na imagem antiga da Ponte Velha sobre o Rio das Almas a passagem de idosos, adultos, jovens e crianças pela ponte, indo e vindo da Igreja Nossa Senhora do Carmo (Figura 20).

---

<sup>57</sup> Em 2014, a Sociedade dos Amigos de Pirenópolis (SOAP) e a Prefeitura Municipal de Pirenópolis, com recursos da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), e em parceria com a Associação dos Deficientes do Estado de Goiás (ADFEGO), com articulação e apoio técnico do Iphan realizaram o projeto “Pirenópolis sem barreiras, patrimônio para todos”, que buscava mapear espaços públicos e realizar intervenções físicas naqueles em que havia empecilhos de passagem (Ribeiro, 2014). Diversas foram as intervenções realizadas, outras não foram executadas, mas são dados importantes que apresentam as necessidades concretas de pessoas com deficiência, cujos direitos cidadãos são desrespeitados e perpetuados pelo poder público.

**Figura 20:** Ponte Velha e Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo Pirenopolis.tur.br [s.d] (2024).

Recentemente, houve reforma em toda estrutura da ponte para garantir, com guarda-corpo, passagem para pedestres, dividindo o limite entre pessoas e carros. Mesmo com melhorias e reformas nas calçadas, existem problemas de acessibilidade que trazem conflitos na circulação bairros-centro, pois até nos bairros adjacentes, como no Alto do Bonfim, há pessoas que destacam quais foram as alternativas criadas por elas mesmas para lidar com esses problemas, algo que indica a desconexão entre as soluções materializadas pelo poder público e as necessidades mais prementes da população.

Um dos desafios atuais das cidades coloniais, cujos conjuntos urbanos históricos são tombados por instituições nacionais-locais, é dar conta do fluxo de visitantes e turistas, ao mesmo tempo em que é necessário investir na manutenção de calçadas e ruas para que os residentes consigam fazer as atividades cotidianas sem a menor quantidade de obstáculos físicos pelo caminho.

Os moradores locais sabem, percebem e reconhecem esses problemas e manifestam suas insatisfações quando há oportunidades para isso. O deslocamento importa tanto quanto os lugares de encontro, seja entre as feiras de produtos artesanais e de comida, seja na ida até a missa de domingo na igreja mais próxima, como mostra a figura 21.

**Figura 21:** Vista lateral da Igreja Nossa Senhora do Bonfim, com fiéis e motocicletas estacionadas no gramado e na calçada



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

O conforto térmico e arquitetura dizem respeito ao entorno do espaço público e as áreas verdes que compõem os lugares. Conforme evidenciado por Lynch (2011), os sujeitos ajustam-se aos espaços públicos disponíveis, utilizando-os e apropriando-se deles na medida do possível, de acordo com suas características e elementos constitutivos. Para além das funções sociais, existem as funções ecológicas, cujas áreas verdes contribuem para a qualidade de vida urbana e promovem benefícios à cidade, especialmente no que se refere à drenagem do solo e ao conforto térmico.

Nesse sentido, o atributo "ambiente" abrange os aspectos que influenciam a sensação de bem-estar nos espaços públicos do centro histórico de Pirenópolis. Por sua vez, atributo "espaços de permanência" refere à sua disponibilidade e qualidade. Adicionalmente, o atributo "áreas verdes e cobertura vegetal" examina as áreas permeáveis e a vegetação presente nos espaços públicos.

O conforto térmico no ambiente urbano pode ser influenciado pela sua configuração, impactando tanto o uso dos espaços públicos quanto a qualidade de vida dos habitantes. Nesse sentido, conhecer o nível do conforto pode estimular o uso

das praças, parques e ruas nos diferentes horários do dia. O tempo de permanência dos usuários/pedestres também serve como um indicador de qualidade do espaço público, sendo influenciado não apenas por variáveis climáticas, mas também por outros fatores, como as atividades realizadas no espaço público (Basantes & García, 2018). No terceiro e quarto capítulo da tese serão desenvolvidas as análises desses espaços públicos com mais detalhes e registros fotográficos.

A proteção e segurança é avaliada em suas dimensões viária, física e pública. No que diz respeito à dimensão viária, considera-se que as tipologias das vias ao redor dos espaços públicos e suas travessias influenciam a percepção de perigo e/ou segurança física durante o percurso e nos acessos.

Em relação à segurança pública, são analisados critérios que visam reduzir os índices de criminalidade, abrangendo desde a iluminação pública até fatores relacionados à visibilidade que promovem certa vigilância natural. Por isso, os indicadores de "fachadas fisicamente permeáveis" e "visualmente ativas" ajudam no entendimento de que esses fatores contribuem mais significativamente para a promoção da segurança no espaço público.

Destaca-se que, como consequência do aumento dos interesses do Estado-mercado e da expansão dos espaços privados, a "cultura do medo" tem consolidado uma tendência que resulta na redução da frequência de uso dos espaços urbanos (Bauman, 2009). Segundo Lima (2015), o crescimento da violência urbana tem contribuído para o avanço do abandono dos espaços públicos, especialmente aqueles que carecem de qualidade e atratividade, resultando em seu esquecimento pela população. É o caso de Lima, no Peru, que, desde a declaração como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, tem sentido os efeitos negativos no centro histórico e nos demais bairros (Larraín, 2018; Costa, 2018).

Segundo o portal Pirenópolis Online, a cidade ainda vive certa tranquilidade por ser pequena, mas ressalta que as praças, a Ponte Pênsil Dona Benta e o Beira Rio são lugares críticos para se caminhar durante a noite. Ainda na mesma notícia publicada em 27 de abril de 2018, o portal reporta que

O comando da PM em Pirenópolis possui um contingente efetivo razoável de policiais para atender a população, mas em época de festas e feriados quando a população flutuante dobra o número de habitantes, a quantidade de policiais nas ruas triplica, com a contratação de policiais de folga com remuneração extra.

Ainda nesse contexto, uma notícia publicada no mesmo portal em 2 de dezembro de 2023 menciona um boletim apresentado pela equipe do 37º Batalhão da Polícia Militar. O documento reúne um levantamento realizado nas cidades de Pirenópolis, Abadiânia e Corumbá de Goiás, apontando que, nos últimos cinco meses de 2023

Não houve sequer um registro de homicídio, tampouco de lesão seguida de morte, furto e roubo de veículos e roubo a transeuntes. Na região, o número de furto à residência reduziu 74%, furtos em comércios diminuíram 70% e não houve registros de estupro, latrocínio e nem de roubos de cargas.

Esses dados demonstram que há um avanço na sensação de segurança dos cidadãos nos espaços da casa, do comércio e da rua. Segundo Beato (1998, p. 2) “a literatura sobre políticas públicas de combate à criminalidade tem enfatizado crescentemente a busca por soluções locais e descentralizadas, o que conduz necessariamente à identificação de problemas nos contextos específicos de sua ocorrência”.

Isto é, o sentimento de segurança ao transitar pela cidade é fundamental para que as pessoas frequentem os espaços públicos, mas a diversidade das funções nos edifícios, a morfologia urbana, a iluminação adequada de postes e as fachadas com luz externa são condições importantes para a manutenção da relação sujeito-espaço público. Assim, como nos lembra Tuan (1983), indivíduos e grupos atribuem significados simbólicos e afetivos ao ambiente, abrangendo emoções, cognições, crenças e comportamentos, criando uma ligação tanto cultural quanto emocional com esses espaços. O ambiente, por sua vez, fornece estímulos significativos para a representação imagética dos sentimentos e emoções.

A apropriação dos espaços públicos ocorre por meio de suas características físicas e funcionais, sendo influenciada por diversos componentes. Cada indivíduo percebe, entre os diferentes objetos e ações, uma configuração que lhe afere identidade e preferências particulares, o que resulta na apropriação do espaço, nas práticas sociais, na *ativação popular* e na construção dos indicadores ao *planejamento urbano possível*. Nesse processo, o espaço público é transformado em um lugar único e intransponível, adquirindo valor identitário e uma estrutura organizacional e social específica. Abordaremos essa perspectiva no próximo tópico considerando a cidade de Colônia do Sacramento.

### **2.2.2. A influência do espaço público na cidade colonial: análise de Colônia do Sacramento**

De frente para o Rio da Prata, Colônia do Sacramento se localiza próxima das capitais do Uruguai e da Argentina. O município conta com bairros consolidados, tais como: Pueblo Nuevo, Real de San Carlos, Centro, Centro Histórico, Las Liebres, Los Nogales, El General Balneario Ferrando e Altos de Calabres, além de outros assentamentos considerados irregulares e em processo de solução (caso da Villa Las Malvinas). Há a zona rural, também ocupada historicamente e responsável pela produção agropecuária semi-intensiva (Intendencia de Colonia, 2020). Em seus 600 km<sup>2</sup> de extensão territorial, a população urbana se concentrou em 20 km<sup>2</sup> de área, com destaque para 20% de ocupação na costa do Rio da Prata.

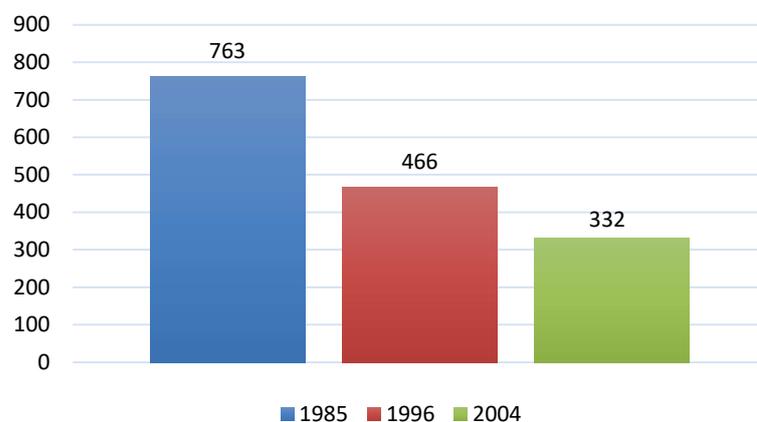
A cartografia do Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento apresenta um total de 20 espaços públicos de interesse (entre ruas, calçadas, parques arborizados e praças). São 46% de área do Bairro Histórico e 54% de área adjacente ao conjunto urbano tombado. Destacam-se, nesse contexto<sup>58</sup>: Escollera Sarandí; Muelle antiguo; Plazoleta del Teatro; Bastión de Santa Rita; Plaza San Martín; Plazoleta; Plaza Manuel Lobo; Plaza de Armas; Plazoleta Manuel Lobo; Espacio verde; Plazuela del Gentil Hombre; Plaza Mayor; Plaza de la Bandera; AFE; Plaza 25 de Agosto; Plaza Dionisio Díaz; Plaza del Bicentenario; Plazoleta 16 de Junio; Plaza Indígena e Plazoleta Alberto Boerger (Intendencia de Colonia, 2012).

Os processos de integração social e de apropriação dos espaços públicos perpassam as tendências de diminuição da população evidenciada em dados estatísticos sobre a quantidade de residentes do bairro (Gráfico 4). Estima-se que, atualmente, existem menos de 200 moradores ali. Esse dado demográfico é, possivelmente, fruto da gentrificação e da museificação, conforme vimos no primeiro capítulo da tese.

---

<sup>58</sup> Mantemos os nomes dos espaços públicos em espanhol para maior fidelidade às informações das fontes pesquisadas. Na medida em que forem citadas, serão considerados seus nomes oficiais e populares, se houver.

**Gráfico 4:** População residente do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento



Fonte: Elaboração própria, 2024. Dados do Censo (INE, 2011), Conselho Executivo Honorário (CEH, 2009).

Assim, para manter o equilíbrio da proposta metodológica entre os territórios estudados, em Colônia do Sacramento levantamos os indicadores que podem auxiliar na construção do *planejamento urbano possível*. Foram realizados dois trabalhos de campo na cidade, o primeiro ocorreu em 2023 e o segundo em 2024, com entrevistas semiestruturadas. O quadro 7 traz a síntese das variáveis encontradas em campo.

**Quadro 7:** Dimensões e relevância dos critérios para o *planejamento urbano possível* e a *geografia social imaginativa do lugar* – Colônia do Sacramento

<b>Eixos estruturantes</b>	<b>Relevância e aplicabilidade das informações</b>							
<b>Variáveis físicas equivalentes</b>	Ruas, praças, calçadas, conforto ambiental, equipamento público	Edifícios, monumentos, esculturas, quadras, fachadas, ruas, calçadas, espaços verdes	Calçadas, ruas, praças, transporte público	Transporte público, equipamento público	Equipamento público, calçadas, edifícios, áreas verdes, conforto ambiental	Calçadas, ruas, praças, áreas verdes, equipamentos públicos	Equipamento público, infraestrutura, calçadas	Travessias, iluminação pública, cruzamento, ruas, calçadas, segurança, proteção
<b>Critério</b>	Atratividades e fruição	Patrimônio urbano histórico	Conectividade e acessibilidade	Mobilidade urbana	Amenidades urbanas	Conservação e limpeza	Qualidade do espaço público	Segurança viária
<b>Foco</b>	Qualidade do espaço público e ativação de uso	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Qualidade do espaço público e deslocamento diário	Rotas de acesso e frequência de uso	Qualidade do espaço público e frequência de uso	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Influência do patrimônio urbano no uso do espaço público	Pedestre e qualidade do espaço público
<b>Escala</b>	Bairro	Cidade	Bairro	Bairro	Cidade	Segmento de rua	Segmento de rua	Cidade
<b>Premissa</b>	Como mensurar as práticas sociais dos espaços públicos?	O que atrai o residente para o espaço público colonial?	O espaço público e o patrimônio urbano construídos são importantes para andar a pé?	Priorização do uso de automóvel em detrimento do pedestre	Inexistência do poder público para manutenção da qualidade do espaço público	Invisibilidade do pedestre frente às ações do poder público para medidas positivas no espaço público	Microescala para compreensão das práticas associadas ao patrimônio urbano	Invisibilidade do pedestre frente às ações do poder público para medidas positivas no espaço público
<b>Finalidade</b>	Análise sistematizada da qualidade do espaço público	Melhoria e pioria do patrimônio urbano tombado e reconhecido	Identificar adversidades no acesso ao espaço público	Detectar preferências de deslocamento	Verificar existência da infraestrutura urbana do espaço público	Entender a correlação entre espaço público e patrimônio urbano	Avaliação sistematizada da qualidade do espaço público em microescala	As ações locais e estratégias de usos dos espaços públicos pelos residentes
<b>Produto</b>	PUP e GeoSocImgLug	Instrumento de avaliação sistematizada	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	PUP e GeoSocImgLug	Instrumento de avaliação sistematizada	PUP e GeoSocImgLug
<b>Indicadores</b>	5 indicadores	5 indicadores	4 indicadores	4 indicadores	6 indicadores	6 indicadores	6 indicadores	8 indicadores
<b>Coleta de dados</b>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>	Levantamento <i>in situ</i>

**Legendas:** PUP: Planejamento urbano possível. GeoSocImgLug: Geografia social imaginativa do lugar.

Fonte: Elaboração pela autora a partir do trabalho de campo, 2023 e 2024.

As bases para análise dos dados e construção da metodologia partem de documentos de diferentes órgãos administrativos que tratam especificamente da qualidade dos espaços públicos. Entre estes documentos estão o POT atual e o Plano de Gestão do Bairro Histórico (2012), que além de apresentar as normativas do bairro agregados ao POT, possui eixos temáticos e ações propositivas para o presente e futuro da área de impacto territorial, embora não tenha indicadores objetivos do ponto de vista quantitativo. Logo, propõe-se uma estrutura organizacional para os indicadores existentes nestes documentos e para a inclusão de novos, visando fomentar sua gestão na construção de um planejamento urbano possível.

Os usos, sociabilidades e atividades dizem respeito à dinâmica social e utiliza como critérios a atração e os equipamentos para atividades cotidianas. Os espaços para brincar, os equipamentos e atividades que envolvem pessoas idosas, bem como os equipamentos fixos e serviços e atividades com usos e apropriações comunitárias completam a análise de identificação social. Eles promovem a participação popular e a diversidade e equidade de gênero; fomentam o contato social; atraem a população com seus respectivos vícios (álcool, cigarro etc.); trazem à presença músicos, artistas locais e comércio formal e informal; conscientizam a respeito das normas de trânsito; difundem manifestações políticas, sagradas e profanas; são de uso de pessoas em situação de vulnerabilidade social; apresentam-se ao grafites e outras artes urbanas; são objetos de regras de convivência em público; e onde permanecem excrementos de animais e humanos presente nos espaços públicos.

Por esse caminho, as transformações do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento parecem exemplificar como os usos dos espaços públicos têm se modificado desde a consolidação do bairro como bem Patrimonial Mundial. As novas gerações de residentes do bairro desenvolvem uma cultura fundamentada em práticas, representações e imaginários emergentes sobre o espaço público e o patrimônio.

Percebe-se que a relação entre os residentes mais jovens e os espaços públicos é fortalecida pelo uso cotidiano nos momentos de lazer, enquanto os mais velhos, além de transitarem, promovem feiras para vendas de produtos artesanais e de comidas para o sustento familiar, são imagens que atraem visitantes e turistas criando imaginários conflitantes em torno do patrimônio. A fala de uma antiga moradora corrobora com esses aspectos imaginários,

Me mudé aquí cuando tenía unos 25 años. Éramos 16 hermanos, ahora tenemos 14 y cada uno estamos viviendo en un lugar diferente, pero cuando venimos aquí los recuerdos son de nuestra infancia, de cómo jugábamos en la plaza y de nuestra pobreza, aquí era muy pobre. Hoy la gente que viene aquí no tiene idea de esto, nunca se imagina este barrio pobre, maloliente y olvidado. Hoy está precioso, lleno de bares, cafeterías, tiendas de souvenirs como ésta (señalando la tienda de al lado) ... Por eso cuando hay estas festividades venimos aquí, a disfrutar y reunir a la familia para ver estos cambios, ¿no?<sup>59</sup>

Os bares, que substituíram as mercearias do século XIX (Figura 22), eram a principal atração para as atividades cotidianas no século XX, sobretudo pelo público masculino. Segundo o jornal La Diaria Colonia (19/04/2024), eram práticas sociais comuns que mesclavam os usos dos espaços públicos e dos bares às atividades culturais e econômicas.

Estos establecimientos se ubicaron, especialmente, en el Barrio Sur (actual Barrio Histórico) y en las calles General Flores, 18 de Julio y avenida Artigas. Durante el 900, Antonio Stella se instaló en General Flores con un local de bar y confitería en el que también exhibía películas, primero mudas y después sonoras. En este bar, como en otros de comienzos del siglo XX, según el investigador Heroídes Artigas Mariño, se servían bebidas como pernod, champagne, grappa, ginebra, caña criolla, vermouth, peppermint, menta, jerezano, vino seco, vinos varios y whisky, entre otras. En la esquina donde hoy está el Banco Hipotecario funcionó Los Dos Amigos, de Gil Grene y familia, que abría las 24 horas y tenía una mesa de billar. Contaba, además, con un almacén donde, según Aarón Mizraji, se vendían “especialidades importadas”, como aceite de oliva, aceitunas de Grecia y pimentón español. Por 18 de Julio, a lo largo de los años, surgieron bares como La Barra, de José Beltrán, el de Juan Fontana y el almacén y bar Santa Teresita, de Juan Rocha. Por la avenida Artigas pueden destacarse el bar Vardacosta (“Snack bar-café-billar”) y el Sport, ubicado en la esquina con General Flores; este último cerró sus puertas en torno a 2001.

**Figura 22:** Bar e comedoria La Carlota, localizado no “Barrio Sur”, atual Bairro Histórico



Fonte: Jornal La Diaria Colonia, [s.d].

<sup>59</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> E., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

A dinâmica cultural corresponde aos critérios de “área tombada pelo CPCN”, “área classificada pela Unesco”, os “monumentos, esculturas e obras de arte” e a “atração” como características para os indicadores da cultura local, tais como festas locais, símbolos e celebrações que singularizam a cidade.

Os espaços públicos localizados no sítio do Patrimônio Mundial da Unesco concentram 19 hectares de área, e os espaços públicos nas suas áreas adjacentes formam 57 hectares (Unesco, 1995). Essa delimitação revela indicadores de preservação do bairro histórico que impacta as práticas sociais locais consideradas tradicionais.

Datada no século XVIII, a Avenida General Flores é o principal eixo que cruza o centro histórico e as novas construções do bairro antigo. As modificações do traçado da avenida evidenciam novos usos e práticas específicas, como por exemplo, a Marcha da Diversidade em Colônia, que todos os anos se inicia na avenida e percorre as principais ruas do bairro. Segundo os organizadores do evento, que é gratuito e não tem restrição de idade, em 2023 o evento reuniu mais de 5 mil pessoas.

Além disso, o Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) é fruto do Coletivo Colônia Diversa, que tem como lema a “defesa da diversidade sexual e dos direitos humanos no departamento de Colônia, trabalhamos por uma sociedade mais inclusiva, igualitária e plural” (Colonia Diversa, 2024).

Segundo informações do site oficial do Coletivo Colônia Diversa, a Marcha de Colônia foi duas vezes considerada de Interesse Turístico Nacional pelo Ministério do Turismo e também conta com outros incentivos, pois, além da saída e paradas pelas ruas, o evento engloba shows de artistas uruguaios, palestras temáticas, oficina de artes cênicas, feira gastronômica, jogos infantis, tendas de saúde, tendas de artistas e emergência médica (Ministério do Turismo, 2022). Há também uma intervenção feita pelo Coletivo em 2023, na calçada da Praça 25 de Agosto, que fica de frente para a Avenida General Flores (Figuras 23 e 24).

Apoiada por múltiples instituciones del Estado, empresas locales y la comunidad toda (...) Es además del día de mayor visibilidad y celebración de la comunidad LGBTQ+, un evento grandioso donde familias se encuentran disfruta y celebran la diversidad de toda la población, sin importar si son o no LGBTQ+. Es una fiesta plural y diversa; abierta y democrática (Colonia Diversa, 2024).

**Figura 23:** Intervenção na calçada da Avenida General Flores



Fonte: coloniadiversa.org. (2024).

**Figura 24:** Inauguração da Placa “Marcha por la Diversidad – 23/09/2023”



Fonte: coloniadiversa.org. (2024).

A *patrimonialização global* (Costa, 2015) incide diretamente sobre as visões e percepções dos habitantes de Colônia do Sacramento, divididos entre aqueles que apoiam o reconhecimento patrimonial e aqueles que rejeitam esse status. Esse

contraste torna-se ainda mais evidente em períodos de maior conservadorismo político, uma vez que o processo de inscrição da cidade na lista da CPCN ocorreu em um contexto marcado por disputas políticas internas e pela busca de afirmação de uma identidade nacional, fortemente vinculada ao fenômeno patrimonial da “orientalidade” (Alegria & Landaeta, 2019).

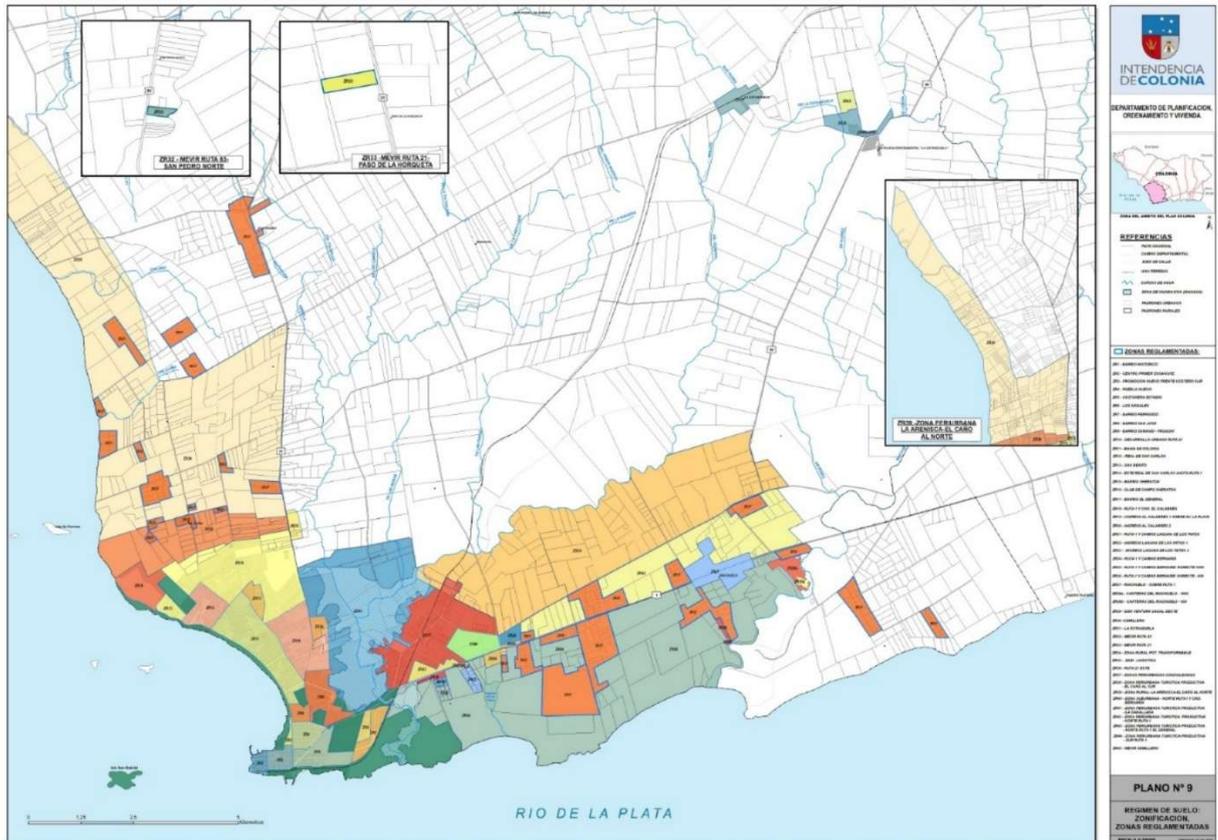
Com a transição para a democracia, as políticas culturais e patrimoniais no Uruguai tornaram-se mais democráticas, e isso impactou fortemente Colônia do Sacramento, por estar inserida no processo de produção simbólica dos bens materiais, por ter espaços públicos com suas características coloniais e pela abertura do turismo como fonte de renda para os moradores antigos e atuais.

A normativa municipal relacionada ao espaço público refere-se ao atual Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial de Colônia do Sacramento e sua microrregião (Intendencia de Colonia, 2020), com ênfase nas políticas públicas que orientam o ordenamento do município. Esse e outros instrumentos de planejamento direcionam o modelo de ocupação e são de cumprimento obrigatório nos municípios uruguaios de acordo com a Lei n.º 18.308/2008. Segundo Corrales (2024, p. 4),

Las ciudades latinoamericanas han experimentado mutaciones heterogéneas durante el siglo XXI, tanto en sus formas y en sus extensiones, pero, también, en sus marcos institucionales-normativos, y sus roles en el sistema de ciudades nacionales, regionales o globales, producto de una implementación desigual de un neoliberalismo.

A caracterização dos espaços públicos é baseada na cartografia oficial do POT (2020) para análise do planejamento, em contraste com outros documentos sobre os espaços públicos para a análise quantitativa, isto é, pela cartografia expressa da área urbana e de seus respectivos bairros (Mapa 3). Durante o primeiro trabalho de campo, feito em 2023, foi possível identificar a materialidade desses espaços públicos e verificar o cotidiano nessas áreas — inclusive para contrastar com os benefícios gerados ou não a partir do POT de 2024 e para levantar os indicadores ao *planejamento urbano possível*.

**Mapa 3:** Zoneamento do Plano de Colônia do Sacramento



Fonte: Plano de Gestão de Colônia do Sacramento (2020).

De acordo com o Art. 6º da Lei n.º 18.308/2008,

Toda persona tiene derecho al uso común y general de las redes viales, circulaciones peatonales, ribera de los cursos de agua, zonas libres y de recreo -todas ellas públicas- y a acceder en condiciones no discriminatorias a equipamientos y servicios de uso público, de acuerdo con las normas existentes, garantizándolo a aquellas personas con capacidades diferentes.

Esta definição de direito ao espaço público está presente ao longo do texto da referida Lei e diz respeito ao exercício da cidadania, promoção e cuidado da cidade. Portanto, parques, praças, ruas e zonas verdes são referenciais de espaços públicos de caráter permanente. Nesta investigação, assume-se que o espaço público reconhecido nos instrumentos de planejamento territorial municipal corresponde ao espaço público definido por este Decreto, especialmente no que se refere à ZR 1 - Zona do Bairro Histórico, constante do Art. 22 do Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial de Colônia do Sacramento e sua microrregião.

No instrumento normativo de Colônia de 2021, documento que compõe o POT, o indicador de espaço público está definido pelo governo departamental no perímetro do Bairro Histórico — pelo eixo da Rua Ituzaingó, de norte a sul ao leste, e pelo Rio da Prata ao norte, sul pelo lado oeste. É um indicador quantitativo que não considera a ocupação e uso do espaço público, apenas enfatiza que a área é Patrimônio da Humanidade pela Unesco, e menciona que o Decreto n.º 23/2018 da Junta Departamental de Colônia trata das obras de edificação, substituição, restauração, acondicionamento, ampliação e outros destinos do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento.

No Decreto n.º 23/2018, os Artigos 3º e 4º tratam especificamente sobre os usos administrativos, culturais, mistos e comerciais dos espaços públicos do Bairro Histórico, os quais estabelecem a proibição do uso e a obrigatoriedade da solicitação de autorização para funcionamento dos comércios que utilizam os espaços públicos, como extensão de equipamentos ou elementos móveis (Quadro 8).

As normas estabelecidas pelo Decreto reforçam a atenção ao espaço público ao prever a integração de infraestruturas que viabilizam atividades econômicas, incentivam a convivência social, preservam os atributos geográficos locais e asseguram a integridade do tecido urbano. Para alcançar esses objetivos, o documento destaca instrumentos fundamentais como o Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento, aprovado pela Unesco em 2012, o próprio Decreto de 2018, e o atual Plano de Ordenamento Territorial (POT), atualizado pela Intendencia de Colonia em 2024.

**Quadro 8:** Autorização e proibição de uso do espaço público no centro histórico de Colônia do Sacramento, segundo o Decreto n.º 23/2018

<b>Autorização de uso do espaço público</b>	<b>Proibição de uso do espaço público</b>
Representações, expressões conhecimentos e habilidades próprias da sociedade coloniense (literatura, cinema, pintura, gastronomia, artesanato, fotografia, música, teatro etc.)	Oficina de carros
Área destinada ao comércio	Depósitos e/ou vendas de combustível
Banheiros unissex dentro das áreas de comércio	Sanatórios e instalações equivalentes
Mesas, cadeiras, ou outro equipamento como anexo de restaurantes, casas de comidas, bares, confeitarias, hotéis e residências*	Garagem para veículos de aluguel, tais como bicicletas, motocicletas, motos, triciclos e qualquer outro tipo de veículo

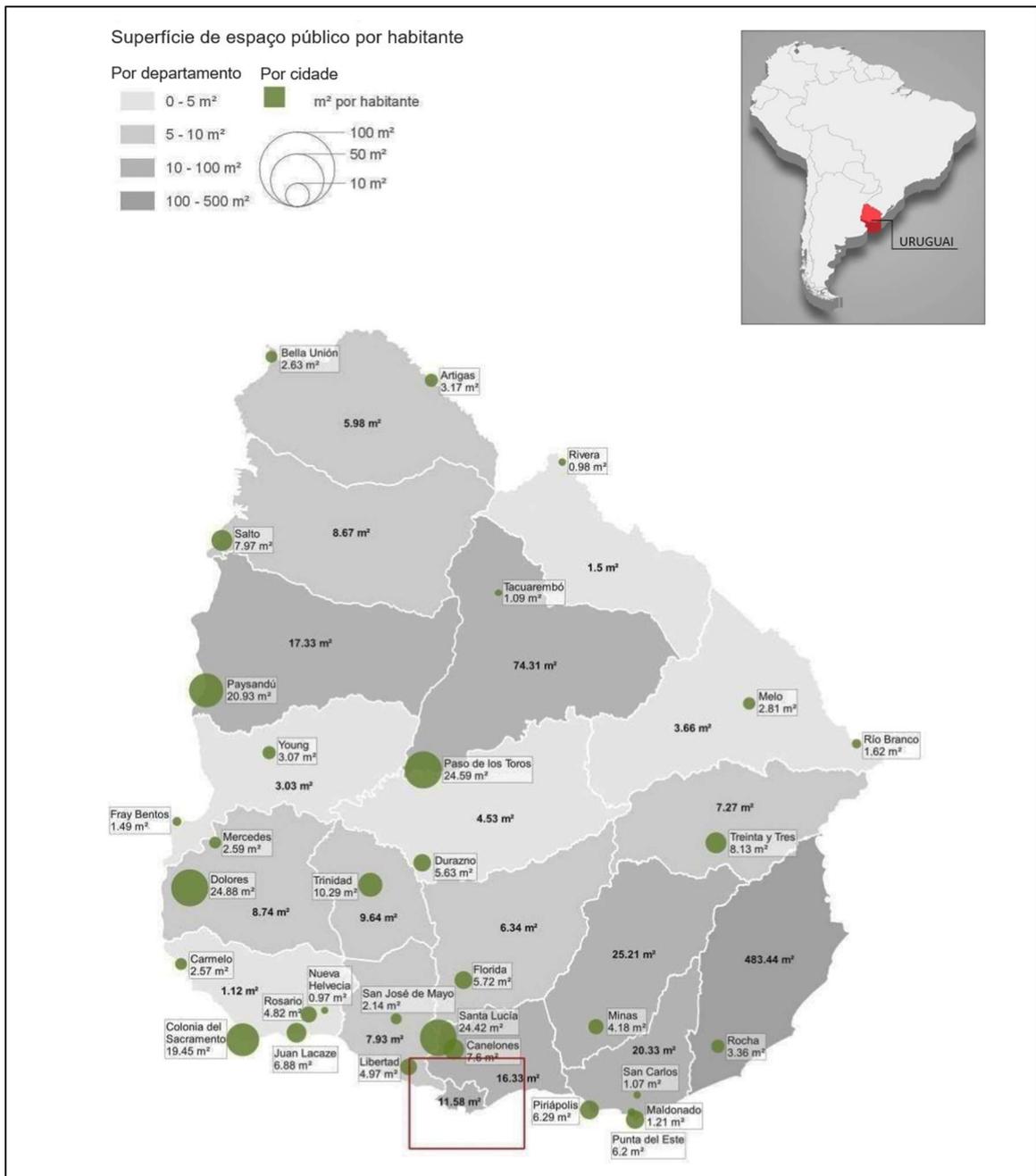
A largura das calçadas deve permitir uma passagem livre de 1 metro para circulação de pessoas em toda a largura da calçada que se solicita ocupar*	Discotecas/boates ou salas de baile				
Só é permitido o uso de mesas e cadeiras em ruas pedonais, do eixo da calçada até a frente do comércio*	Locais com jogos recreativos ou azar				
Cadeiras, mesas e guarda-sol utilizados só podem conter publicidade em uma área máxima de 15% da área do guarda-sol. O guarda-sol ou toldo deve ser somente de uma cor, mate (sem brilho e não fluorescente), além de ser especificado com a cor no momento da solicitação da autorização*	Garagens coletivas				
Calçadas de ruas com pavimento original de pedra de cunha só podem colocar uma linha de mesas em frente ao comércio habilitado, e devem ser de material que não danifique a calçada*	Trabalho sexual – Lei n.º 17.515/2002**				
	Indústrias e supermercados				
	Todo tipo de comércio que por característica física ou funcionamento pode resultar incompatível com os valores do Bairro Histórico e da equipe do POT				
	Disposição de equipamentos ou elementos móveis que podem estar em frente a outro edifício que não solicitou a autorização do espaço				
	Mesas, cadeiras e guarda-sol nas Ruas dos Suspiros, São Francisco, Solís, da Praia e Portugal e toda a sua extensão				
	Mesas, cadeiras e guarda-sol nas praças, pequenas praças, na calçada e ao redor da Praça Maior, nem mesmo em caminhos gramados (sem calçada)				
Qualquer tipo de obstáculo, cartazes, fixo ou móvel, que com fins de promoção, delimitação do espaço, ornamentação ou exibição sejam localizados em qualquer rua dentro do âmbito de aplicação deste Decreto					
<b>Legenda:</b>					
<table border="1"> <tr> <td>Administrativo</td> <td>Cultural</td> <td>Misto</td> <td>Comercial</td> </tr> </table>		Administrativo	Cultural	Misto	Comercial
Administrativo	Cultural	Misto	Comercial		
<b>Notas:</b> *Autorização de uso com restrições de acordo com a equipe do Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento. **O documento afirma que, “qualquer um dos estabelecimentos previstos na Lei n.º 17.515/2002”.					

Fonte: Intendencia de Colonia, 2018. Elaboração própria, 2024.

Complementando esse conjunto de iniciativas, destaca-se ainda o Sistema de Indicadores para o Monitoramento da Adaptação à Mudança e Variação Climática em Cidades (NAP Cidades, 2019). Trata-se de um projeto voltado à integração da abordagem de adaptação nas políticas urbanas, infraestruturais e de ordenamento territorial no Uruguai. A iniciativa foi liderada pelo Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Ambiente (MVOTMA), implementada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), financiada pelo Fundo Verde para o Clima e contou com o apoio da Agência Uruguia de Cooperação Internacional.

Os indicadores levantados sobre os espaços públicos revelam as necessidades e os desafios para o enfrentamento do aumento da temperatura nas cidades, além de mencionar a acessibilidade como um critério para compreender os usos e a proporção de bem-estar. Sob análise quantitativa, os dados foram formulados de acordo com os departamentos do país e Colônia do Sacramento apresenta 19,45m<sup>2</sup> por habitante (Mapa 4).

**Mapa 4:** Quantidade de espaços públicos por habitante no Uruguai



Fonte: Direção Nacional de Ordenamento Territorial – DINOT (2018), sem escala. Organizado pela autora, 2024.

Portanto, há uma estrutura consolidada no centro histórico, que, por sua vez, converge para uma conexão morfológica dos tipos de padrões espaciais que vêm consumindo, devorando, modificando e destruindo esse espaço em desfavor da qualidade do espaço urbano — o que é muito grave —, então isso ajuda a identificar o processo de consumo global-local e, por outro lado, a população que busca ressignificar os espaços públicos no cotidiano. É importante compreender que as festas tradicionais que ocorrem anualmente ou esporadicamente são fontes de sobrevivência daqueles que vivem no meio rural (Figura 25), além de fazer parte das feiras e mercados artesanais, as festas culturais no espaço urbano são elos que os conectam aos espaços públicos.

**Figura 25:** Barraca de produtos locais na Marcha da Diversidade em Colônia do Sacramento

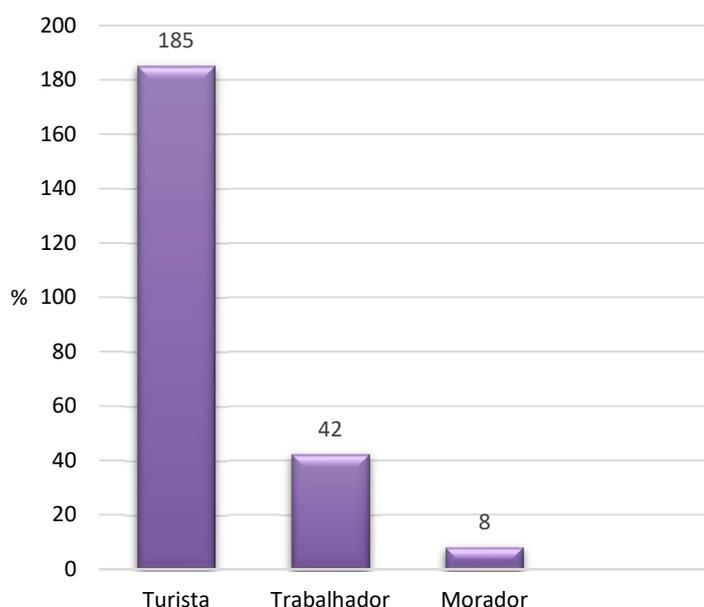


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Segundo Possamai (2010), entre os anos de 1735 e 1777, a Praça de Armas ou Praça Manuel Lobo foi o espaço para transações econômicas locais e fronteiriças.

Atualmente ela é um dos principais pontos de encontro dos que habitam o bairro histórico e dos visitantes. Localizada entre as Ruas Del Virrey Ceballos e 18 de julho, seu espaço físico converge com bares, restaurantes, cafeterias, hotéis e hostels, escritório de agrotecnologia, galerias de artes e algumas residências que ainda usufruem de uma parte da calçada da praça, além da Igreja Basílica del Santíssimo Sacramento, construída no século XVIII sobre a antiga capela erigida em 1680 — é a mais antiga do Uruguai. Durante o primeiro trabalho de campo em 2023, enquanto observava o movimento da praça em um dia de sábado, entre 10h e 15h, vi que poucos moradores saíam de suas casas (Gráfico 5). Foi possível observar que o fluxo mais recorrente é de passantes e de carros que circulam pelas laterais da praça.

**Gráfico 5:** Público frequentador da Praça de Armas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos em campo, 2023.

Uma estrutura interessante a ser notada é uma placa de identificação com a informação “Casa de los Gobernadores”<sup>60</sup>. Colônia do Sacramento foi testemunho de anos de conflitos entre portugueses e espanhóis, os objetos de memória, tais como

---

<sup>60</sup> As “Leis das Índias” referem-se ao conjunto de normas estabelecidas pela monarquia espanhola para regulamentar a vida social, econômica e política nas colônias americanas. No entanto, o caso do bairro histórico de Colônia do Sacramento é uma exceção: seu traçado original foi influenciado pelo estilo urbano português e, apenas mais tarde, com a expansão da cidade e a criação de novos bairros, incorporou elementos do urbanismo espanhol. Trata-se de um caso singular de mescla arquitetônica na América Latina.

esculturas, canhões, faróis e portões de proteção militar contam sobre a memória oficial, formando parte do cotidiano dos moradores, além de serem parte da identidade dos espaços públicos.

Essa estrutura urbana, conforme delineada por Lefebvre (2000), parece se transformar em um instrumento político utilizado para controlar a sociedade. Esse espaço é concebido a partir da visão de uma autoridade colonial sem formação urbanística, mas, ao mesmo tempo, é altamente organizado para servir como um meio de controle social. Esta organização prática integra tanto o mundo espiritual, quanto os poderes temporais, sendo caracterizada pela presença de elementos como a casa da Câmara, o quartel, a casa do fisco e a residência do governador. Assim, o colonizador estabelece uma ordem para transmitir uma sensação de segurança.

A Casa dos Governadores foi destruída pelos espanhóis em 1877 e hoje restam as ruínas cercadas por tocos de madeira e correntes para que ninguém as ultrapassem, é possível ver restos de cimentos da casa, onde uma equipe de arqueólogos encontrou poços de água artesanal. A Intendencia de Colonia fez uma intervenção na praça durante o ano de 2018 e os registros apontam que antes disso não havia iluminação adequada. Como se pode observar atualmente, bancos de madeira foram colocados próximos às árvores, uma fonte de água foi instalada no centro, plantas foram fixadas ao longo das calçadas e o local também possui lixeiras espalhadas pelos quatro cantos da praça (Figuras 26 e 27).

**Figura 26:** Ruínas da antiga Casa dos Governadores



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

**Figura 27:** Praça Manuel Lobo e Igreja do Santíssimo Sacramento ao fundo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Os usos e apropriações na Praça Maior são diferentes durante a semana e aos finais de semana. Em ambos os momentos, há a presença de transeuntes e vendedores de produtos artesanais. Uma característica importante, que integra o conjunto urbano da praça, é o Farol de Armas, que foi construído em 1850 e possui artefatos históricos em seu interior, do lado de fora estão as ruínas do que restou desse período. De sexta-feira a domingo o Farol fica aberto aos visitantes, são cerca de 120 degraus até chegar ao topo, onde as pessoas conseguem ter uma visão do alto da cidade. Normalmente trabalham duas pessoas na entrada para vender os ingressos e dois seguranças no topo para controlar o tempo da visita, que dura 5 minutos e custa \$ 35,00 pesos uruguaios, em torno de R\$ 5,00 reais.

Por esse e outros motivos, a praça é considerada o principal ponto turístico do bairro histórico. Há sorveterias, bares e restaurantes que chamam a atenção do público. É ponto de convergência das ruas *Henrique de la Peña* e *Misiones de los Tapes*, a Praça Maior faz cruzamento com a Rua dos Suspiros, uma das ruas mais frequentadas pelos turistas, e onde se encontram doces de leite, alfajor, entre outros

produtos feitos no município, mas a rua concentra boa parte de casas, apesar de possuir entre elas vários tipos de comércio.

Na Rua dos Suspiros, conversei com um morador, Sr. F. Perguntei há quanto tempo mora ali e como é a relação dele com o bairro.

Vivo aquí desde que nací. Esta casa ha pertenecido a mi familia durante generaciones. Siempre hemos vivido aquí y nunca hemos pensado en venderla a un promotor inmobiliario. Te lo digo porque aquí se han vendido varias casas, la población se ha ido marchando, se ha vaciado y se ha ido a otros sitios. Mi madre, mis hermanos y yo vivimos aquí y nunca hemos pensado en irnos. Nos han ofrecido dinero, hay argentinos por aquí, unas 3 o 4 casas propiedad de argentinos que las compraron hace 60, 50 años, pero llevamos aquí mucho tiempo, ¿sabes? Así que no hay razón para irse. Lo único que no podemos hacer es tocar la fachada de la casa, pero internamente arreglaremos lo que tengamos que arreglar, ¿no? Como todas las casas (risas).<sup>61</sup>

Perguntei se, por ser considerada uma rua muito turística, ele se sente pertencente a esse patrimônio declarado,

En cuanto al patrimonio, no sé cómo explicarlo bien, ¿sabes? Sí... Está bien... es patrimonio, pero nada más, ¿sabes? No hay nada diferente en nuestras vidas, no tenemos nada que ver con este patrimonio, no siento nada especial por ello... Tenemos nuestros problemas, mi familia se las arregla para vivir bien aquí. Tenemos una buena estructura, tengo 52 años y mis hermanos también están en esa edad. Todos tienen sus familias, hijos... no es nada especial para nosotros ser considerados patrimonio de la Unesco, ¿sabes? No sé si puedes entender lo que estamos diciendo... pero eso es todo. Los turistas van y vienen, hacen preguntas, dónde está este sitio, esto y lo otro... Pero no hacen esas preguntas como tú, no quieren saber nada de nuestras vidas, así que para nosotros son simples transeúntes, gente que está allí para ver esta parte de la ciudad y ya está, nada más. Nosotros seguimos con nuestras vidas, vamos al mercado, tenemos nuestros problemas de salud, etc. Y todos los días pasa gente, jóvenes, mayores, niños. Nunca hemos tenido problemas con esto, ni ruidos, ni nada de eso. Siempre ha sido muy tranquilo, muy seguro a cualquier hora del día.<sup>62</sup>

O “*Periconazo Oriental*” é uma dança típica uruguaia passada de geração em geração. Segundo informações disponíveis em redes sociais, vários grupos de instituições locais participam do evento<sup>63</sup> e a cada ano é realizada em um espaço público

---

<sup>61</sup> Entrevista realizada com o Sr. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

<sup>62</sup> Entrevista realizada com o Sr. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

<sup>63</sup> As instituições participantes em 2023, conforme a Intendência de Colônia, foram: PeriColonia, Escuela 131 educ. Especial, Delegación del Este Maldonado, Baguales del Chuy Rocha, Grupo Tradicionalista Rafael Perazza San José, Patricios del 25 Florida, AJUPEL Minas Lavalleja, Grupo adulto tres de abril Montevideo, La Huella Montevideo, Aires Regionales Durazno, Grupo Aurora de Sarandí del Yi, Grupo Vidalita Sarandí del Yi, Grupo Basquáde Sarandí del Yi, Candil de mi Pueblo Tacuarembó, Sueños de Bailarín Fray Bentos, Pericón Raíces Younguenses Young e Pericón Renacer Carmelo.

de importância. Em 2023 o evento aconteceu na Praça Maior 25 de Maio, com início às 14 horas. Com uma estrutura organizada, o evento contou com a participação de autoridades locais para comemorar a dança típica, que inclusive é de interesse do Ministério da Educação e Cultura e de interesse cultural pela Junta Departamental de Colônia. A Comemoração é organizada pelo grupo nacional de estudos “*Dejando Huellas Uruguay*”, segundo informações das redes sociais de Colônia<sup>64</sup>. Durante o evento, conversei com algumas vendedoras sobre o evento (Figuras 28, 29 e 30), no que elas me disseram:

Bueno, siempre venimos a ver el festival del Pericón, es un baile típico uruguayo y siempre hemos venido a verlo. Luego aprovechamos para vender nuestros productos. Acabamos combinando las dos cosas, ¿no?<sup>65</sup>

Outra senhora me respondeu que se diverte com a festa, por ter participado quando era mais jovem:

Recuerdo que era una cosa muy local, así que la ropa se guardaba año tras año, yo siempre participaba, mi familia es grande, así que desde pequeñas aprendimos a bailar ese estilo de música, creo que él es típicamente uruguayo. Entonces la gente ensaya en otros lugares y cuando llega el día de la fiesta, viene a bailar. Siempre es así, en plaza mismo, en la calle. Siempre hay mucha gente porque atrae ¿no? Atrae mucho turista y la gente de aquí y de otras ciudades viene a ver.<sup>66</sup>

A fala revela o forte enraizamento cultural e o papel das festas populares como práticas de reprodução da identidade local e da memória coletiva, especialmente em contextos familiares e comunitários. Além disso, aponta como essas manifestações tradicionais também se transformam em importantes atrativos para o turismo, ampliando sua visibilidade, mas também expondo-as a processos de ressignificação.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.colonia.gub.uy/>.

<sup>65</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> O. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

<sup>66</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> V., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

**Figura 28:** Vendedores de produtos artesanais na Festa do Periconazo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

**Figura 29:** Público participante da festa Periconazo



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

**Figura 30:** Público presente no Festival Periconazo, na Praça Maior 25 de Maio



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Ao me aproximar da sorveteria que há em frente à praça, converso com 5 senhoras que estavam sentadas bebendo mate. Pergunto-lhes se elas gostam do evento, uma delas me responde: “¡Claro que sí! He vivido aquí toda mi vida y siempre he visto este evento suceder. Todos los años, yo vivía allí abajo, pero venía aquí a ver. ¡Es demasiado hermoso, me encanta la ropa de colores y el tap de cada ritmo de baile!”<sup>67</sup> Outra senhora responde que: “es un evento para nosotros, ¿sabes? Quien es de afuera no entenderá no, es una emoción solo nuestra, pasada por generaciones, ves anciano, niño, porque todos bailan y hacen cuestión de venir aquí a bailar, ¿eh?” e complementa comentando sobre o carnaval do Brasil: “es igual al carnaval de ustedes, brasileños. ¡Sólo ustedes saben!”<sup>68</sup>

Pergunto se a praça é sempre cheia de turistas ou se é por causa do evento, “es a causa del evento, también, ¿no? Pero usted ve una cantidad expresiva de habitantes,

---

<sup>67</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

<sup>68</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> E., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

de habitantes de Colonia y otros municipios. Los turistas solo pasan realmente, quien se sienta y toma un mate somos nosotros, moradores y orgullosos de nuestra danza<sup>69</sup>. Pergunto se elas se recordam do espaço físico da praça, se é possível enxergar as diferenças com o passar dos anos ou se foi sempre assim, eis que uma delas responde.

Mira, ha cambiado mucho, ¿sabes? No en tamaño, pero yo digo en estructura mismo, tiene bancos que nunca existieron, tiene basureros, tiene un pasaje bonito e iluminado. Todas somos hermanas. Somos una familia de 16 hermanos, 2 murieron en la pandemia. Entonces vivíamos cerca de aquí, nos bañábamos en el río, jugábamos aquí hasta tarde en la noche, era otra vida. Eran otros tiempos. No es nada comparado con lo que pasó en la plaza. Yo la amo y siempre quiero estar aquí, vivo en otra ciudad, en Carmelo, pero siempre estoy aquí. Siempre vengo a visitar a mi hermana, esa es una sobrina-nieta que vive aquí. Entonces estamos siempre aquí en la Plaza. Es el mejor lugar de Sacramento, ¿sabes? Siempre nos sentamos aquí, vemos a los turistas, pero eso es todo, ellos no entienden lo que la gente tiene de sentimiento por aquí, sabes, de la vida de la gente nadie sabe... ellos vienen, preguntan dónde está eso, aquello, hablamos, ¡claro! Porque en Uruguay siempre hay una cosa que es muy bonita para nosotros, de tratar bien a los turistas para que ellos regresen, entonces tratamos bien, ¿porque vamos a tratarlos mal? Ellos vienen y se van, nosotros nos quedamos aquí con la ciudad, con la plaza, ¿no? Con la familia grande así y creciendo más y más.<sup>70</sup>

Indago se elas se sentem pertencentes ao lugar, como elas usam os espaços públicos e qual é a relação delas com o patrimônio. A Senhora M., responde

Ah, entonces ya no puedo decir lo mismo, la gente tiene relación con el lugar, ¿no? Con la plaza, con el barrio viejo, antiguo, pobre y lleno de condiciones precarias que era antiguamente, hace 20, 30 años, hace 50 años... Era todo diferente, nuestra conexión no tiene relación con el patrimonio de la Unesco, ellos no saben nuestra historia con esa plaza, era toda diferente, ¿no? Como ya te dije, entonces era más "nuestra" ¿entiendes? Después de que se convirtió en patrimonio, se acabó, olvídale... nos mudamos de aquí y eso es todo, ya no podemos hacer las mismas cosas o esperar que nuestros nietos hagan lo mismo, úsenla de la misma manera. Ella es muy turística y eso nos deja un poco incómodos de usar, como con miedo, parece que ahora es de los demás y no más nuestra. El propio barrio, en realidad... mucha gente vivía aquí, o murió o tuvo que vender porque se volvió demasiado caro vivir aquí, teníamos almacenes con productos que abastecían nuestras casas, hoy se convirtieron en grandes tiendas, de Coca-Cola, de productos elegantes y caros. Esto es diferente, ¿no?<sup>71</sup>

O candombe é uma dança originalmente africana, que utiliza diferentes tipos de atabaques, um instrumento musical de percussão. No século XVIII, quando os escravos africanos chegaram no Uruguai, a dança se popularizou e atualmente

---

<sup>69</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> E., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

<sup>70</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> E., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

<sup>71</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 30 de setembro de 2023.

algumas partes da América do Sul manifestam a dança culturalmente, sobretudo em alguns lugares da Argentina. No carnaval uruguaio, há vários grupos originados do candombe que se apresentam e são chamados de “*Comparsas*”, eles ensaiam anualmente para a chegada do Carnaval. Esse grupo em específico ensaia toda semana (quinta-feira, sábado e domingo), como podemos ver nas fotografias 31 e 32. O ensaio começa na Praça Maior e segue pela *Calle Del Comercio* até o seu cruzamento com a *Calle Del Colegio*. Em seguida elas voltam fazendo o mesmo percurso ao som do batuque. O candombe é considerado Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco, desde o ano de 2009.

**Figura 31:** Concentração do grupo de Candombe em frente à Praça Maior



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

Quando o grupo terminou o ensaio, me aproximei de uma das organizadoras do grupo e perguntei mais informações sobre o candombe, e sobre o grupo em si:

Ensayamos siempre, cada semana, no solo para participar en el carnaval, sino como una actividad nuestra que integra a muchas mujeres. Somos un grupo 100% de mujeres, solo hay dos hombres que coordinan junto con nosotros, el profesor de danza de una escuela municipal y el otro es un amigo hijo de una compañera nuestra, que siempre participa también. Pero las bailarinas son todas mujeres. Generalmente nos concentramos en la Plaza Mayor y salimos en dirección a la otra plaza, la que viste allí enfrente, frente a la calle Del Colegio. Es el momento

de tocar las canciones en diversos tipos, y también para no perturbar el tráfico de vehículos, salimos alrededor de 1 hora de caminata y de música. No sé si lo sabes, pero ella es patrimonio de la Unesco, pero aparte de este patrimonio, lo hacemos desde siempre, nuestras familias lo han hecho, nuestras madres y abuelos, así que solo seguimos con el ritmo y para hacer ejercicio también. Ahí la gente pasa por las calles y acompaña, nunca tuvimos problema con los habitantes no, todo el mundo es muy tranquilo y entiende que estamos allí en las calles pasando tal cual ellos necesitan pasar. No vamos a ir a un espacio cerrado, vamos a continuar aquí porque es justamente pensado para el carnaval uruguayo, cuando llegue iremos a las calles todos juntos, a ritmo de candombe.<sup>72</sup>

Ao longo do percurso, idosos, jovens e crianças se juntam à caminhada (Figura 32), utilizando o espaço público para manifestar uma cultura secular para além de ser considerado ou não patrimônio tombado.

**Figura 32:** Grupo de candombe nas ruas de Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023.

O acesso, a circulação e a mobilidade refletem uma política, que tem origem nas administrações municipais em exercício, na qual a maioria das atuais propostas de investimento e transformação do espaço público se baseiam. Embora essas

---

<sup>72</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> N. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 01 de outubro de 2023.

iniciativas não necessariamente se alinham com políticas explícitas derivadas de suas Constituições Federais ou de leis específicas, elas respondem a programas governamentais voltados para a melhoria das características urbanas. Esses programas visam atrair turismo, investimentos imobiliários ou negócios relacionados à expansão imobiliária e de serviços, com o objetivo de impulsionar a economia local. Além disso, essas propostas frequentemente visam cumprir compromissos com políticas internacionais mais amplas, como aquelas voltadas para a sustentabilidade ambiental, ou atender necessidades específicas, como mobilidade e transporte público.

O Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento (2012, p. 85) menciona o foco de pedestres e a qualidade das ruas da cidade para melhor direcionamento das ações de qualidade urbana:

Una mayor peatonalización, sumada a las calles peatonales ya existentes, sería una solución deseable y posible, además de una adecuación de las infraestructuras del espacio público del Barrio Histórico, que deberá acompañarse con una mejora en la calidad de la terminación de los pavimentos, en las calles con adoquines y piedras de cuña.

A dinâmica ambiental é impactada tanto pelos usos dos residentes, quanto pelo movimento turístico, além das mudanças climáticas que afetam o território, como o excesso de calor ou de chuva. A partir deste indicador mais amplo, é possível identificar os indicadores específicos “coleta de lixo”, “sombra artificial e abrigo”, “sombra por copa de árvore” como elementos favorecedores ou não do uso e da apropriação do espaço público. O indicador “poluição sonora, visual e luminosa” é observado no POT a partir das particularidades do bairro, que expressa preocupação nesse assunto e descreve o que pode ou não fazer parte da imagem do espaço a partir de cartazes e letreiros de propagandas.

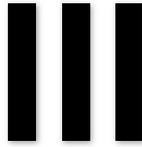
A categoria “proteção e segurança” remete à infraestrutura urbana, como segurança viária e pública, evidenciando que, à medida que a cidade evolui, o espaço público tem sido deixado à margem desse processo. Ao contrário do que se esperaria com o crescimento urbano e a ampliação dos serviços, observa-se que as novas construções têm privilegiado o espaço urbano voltado ao uso privado, em detrimento do espaço público. Com isso, atividades tradicionalmente realizadas em parques, praças e ruas vêm sendo deslocadas para ambientes privados, o que altera os padrões de comportamento dos habitantes e reduz a frequência de uso dos espaços

públicos. Essa transformação tem favorecido a substituição desses espaços por alternativas privadas que oferecem características como segurança, conforto e limpeza, atributos que o espaço público, em muitos casos, já não consegue garantir.

Um exemplo concreto dessa tendência é o projeto do condomínio fechado localizado na região leste de Colônia do Sacramento, que prevê dobrar o número de habitantes da cidade, atraindo principalmente moradores argentinos. De acordo com o jornal *Ámbito* (02/05/2022), o projeto denominado “+Colonia” deverá impactar significativamente os usos e apropriações dos espaços públicos, bem como diversos setores econômicos e sociais:

La proyección de la obra comprenderá 100 hectáreas de espacio público de calidad, 12.000 puestos en servicios, logística, comercios, transportes y hotelería. La idea es generar 6.000 puestos de trabajo en el sector Tics, además de otros 2000 puestos en construcción y miles más en servicios secundarios. La proyección del plan de obra implicará que el gobierno uruguayo extienda más autorizaciones y permisos, en lo que será una obra que causará en mayor o menor medida algún tipo de impacto ambiental. El marco que sustenta la obra es a través de la decisión del presidente Luis Lacalle Pou, quien ha fijado como meta mejorar las condiciones de residencia y trámites de inversión para lograr que familias argentinas se muden a vivir de este lado del Río de la Plata.

Nesse sentido, no terceiro capítulo da tese será feita uma análise das práticas sociais que dimensionam a *geografia social imaginativa do lugar* — dimensão metodológica central proposta por Costa (2021a) e que se busca revisar e avançar nesta tese — a fim de pensar as potencialidades e vulnerabilidades existentes frente à *patrimonialização global*, e como esses elementos contribuem para o *planejamento urbano possível*, a partir dos dois casos deste estudo.



**PARTE III: INDICADORES SINTÉTICOS E ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA  
LATINA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO *PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL***

Quando patrimonializados, os centros históricos passam a ter seus bens materiais valorizados como símbolos de identidade e memória. Esses espaços são frequentemente representados como públicos, sendo destacados por sua atratividade, relevância e relação com o entorno urbano — representação que, em muitos casos, é orientada por saberes técnicos que legitimam determinadas ideologias. De acordo com Scifoni (2022), o estudo da patrimonialização deve voltar-se para as dinâmicas econômicas vivenciadas nas cidades. Para compreender essas realidades, é fundamental analisar os efeitos desse processo na escala local, especialmente porque a distribuição espacial do patrimônio mundial é desigual. Essa desigualdade faz com que certos lugares sejam escolhidos em busca de reconhecimento institucional, em um processo de simbiose favorecido pela posição privilegiada dos Estados-membros, como já observaram Costa (2011) e Scifoni (2006).

Este capítulo caracteriza os indicadores sintéticos favoráveis ao *planejamento urbano possível* em cidades coloniais latino-americanas, os quais sejam capazes de promover a manutenção vital do espaço público, notadamente, em Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU). O capítulo está dividido em dois itens: o 3.1 traça um perfil dos moradores que usam os espaços públicos em Pirenópolis, os motivadores desses usos e os contrastes do processo de *patrimonialização global* em diversos momentos da vida urbana, para compreender a forma como esses espaços públicos são efetivamente utilizados e valorizados pela população. O item 3.2 também traça o perfil dos residentes em Colônia do Sacramento, as formas de apropriação e as características dos lugares que levam a população a frequentar os espaços públicos, identificando a *patrimonialização global* e seu efeito local, cujo impacto permite compreender a interação e o fortalecimento dos espaços públicos pelos sujeitos.

### **3.1. Pirenópolis: dimensão geográfica e valorização do espaço público latino-americano**

Como já dito, foram realizadas 41 entrevistas em Pirenópolis. Os espaços públicos eleitos para a realização de entrevistas, questionários e observação foram escolhidos a partir de um dos recortes espaciais pré-definido, o Bairro Histórico de Pirenópolis. Os critérios estabelecidos para a coleta de informações dividem-se em

entrevistas semiestruturadas e questionários em formato impresso que reúnem dados quantitativos e qualitativos, uma vez que a variação dos métodos utilizados ao *planejamento urbano possível* confere certo grau de subjetividade. A tabela 2 traça o perfil dos entrevistados.

**Tabela 2:** Perfil da amostragem em Pirenópolis

Características dos indivíduos* (%)			
	Jovens – até 19 anos	Adultos – 20 a 59 anos	Idosos – 60 anos ou mais
Masculino	19,51%	41,46%	39,02%
Feminino	17,07%	51,22%	31,71%
Ensino superior completo	4,88%	63,41%	31,71%
Acima de 2 salários mínimos**	9,76%	65,85%	24,39%

\*As referências para a faixa etária no Brasil foram definidas de acordo com a classificação do IBGE.

\*\* Em 2024, o salário mínimo no Brasil é de R\$ 1.412,00.

Fonte: Elaboração própria com dados de trabalho de campo.

Verifica-se que há maior participação de adultos e idosos nos dois perfis da amostra, e maior equilíbrio na porcentagem entre o grupo de participantes jovens. Entre os entrevistados, a maioria reside nos bairros adjacentes à área central da cidade, sendo 23% no Alto da Lapa, que é predominantemente residencial, e mais de 43% no Alto do Bonfim. O mapa 5 assinala a distribuição geográfica das entrevistas feitas nas ruas, praças, parques e calçadas do Bairro Histórico de Pirenópolis.

**Mapa 5:** Distribuição geográfica das entrevistas em Pirenópolis



Fonte: Elaboração própria com dados de trabalho de campo e da Prefeitura de Pirenópolis (2021).

O grau de degradação dos espaços públicos da área tombada em Pirenópolis ocorre, de forma mais concentrada, no centro histórico; nas áreas adjacentes, se dá de forma mais pontual, segundo as análises do Iphan e as observações feitas em trabalhos de campo. Isto é, a crescente demanda turística gera o uso excessivo do espaço público, o desenvolvimento econômico emergente, a urbanização desenfreada e a especulação imobiliária com suas mudanças nos usos e funções de edifícios são os principais geradores de riscos verificados em Pirenópolis.

Costa (2018), ao analisar riscos e potenciais de preservação em diferentes países e cidades da América Latina, verifica a mesma problemática e afirma que o risco permanente é o da perda, inclusive, do potencial de preservação patrimonial inerente ao espaço público quando sua vida, ativação ou duração são fragilizadas na ordem do capital. Esses conflitos remetem ao pensamento de Santos (2005, p. 259) quando afirma que “há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los”.

Segundo Yázigi (2019), embora existam riscos, também existem noções de ambiências urbanas que reúnem histórias de vida e valorização dos espaços públicos socialmente apropriados pelos cidadãos. Do ponto de vista do planejamento, segundo o autor, “está no interesse de a cidade proteger seu entorno no que diz respeito ao valor social e ao uso e ocupação do solo — instituição que pode favorecer em bom ou mau sentido, dependendo de seu teor” (Yázigi, 2019, p. 3).

Assim, a forma de uso dos espaços públicos é um indicador dos fatores de atração ou repulsão e da existência de equipamentos públicos no espaço urbano, tal como nos lembra Costa (2021a, p. 93), esses elementos favorecem um planejamento urbano com múltiplas possibilidades, pois busca “situar a los sujetos que realizan lo cotidiano en la ciudad (en su totalidad y totalización), que la perciben y la construyen desde sus lugares de tránsito y permanência”. Assim, atividades baseadas em apropriações comunitárias são apontadas como contribuintes para a preservação e vitalidade dos espaços públicos. Essa percepção foi mencionada por 21 participantes, sendo 14 deles envolvidos em atividades voltadas para pessoas idosas. Além disso, 12 entrevistados destacaram que a presença de espaços para brincar é fundamental

para a apropriação e o uso efetivo do espaço público no Bairro Histórico de Pirenópolis (Gráfico 6).

**Gráfico 6:** O que te atrai para os espaços públicos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de trabalhos de campo, 2024.

Uma questão evidente na América Latina sobre o espaço público como o lugar para realização de feiras locais é a atividade turística globalizada como parte do cotidiano da população, que embora possua consciência desse processo multiescalar, vive cada dia mais os efeitos sobre a relação entre produtos locais e internacionais para complemento de renda, o que pode gerar novas vivências culturais, adaptações e impacto das necessidades cotidianas, além de competitividade econômica entre os próprios vendedores locais. É o que foi verificado por Silva (2016), que estudou a Feira Central de Ceilândia e sua gastronomia regional como patrimônios do Distrito Federal, e Gonçalves (2023), que pesquisou sobre a singularidade da Feira do Ver-o-Peso, em Belém do Pará, na perspectiva da *patrimonialização global* e do patrimônio-territorial amazônico. Estas dinâmicas tensionadas com o patrimônio originam novos usos dos espaços públicos, e tanto o adro da Igreja Matriz como a Praça do Coreto de Pirenópolis incorporam esse movimento.

No indicador de uso do espaço público, verificou-se que as principais feiras de Pirenópolis têm características distintas e com participações efetivas dos residentes rural-local. Em termos de infraestrutura, na Feira Orgânica e na Feira de Domingo, que ocorrem no Largo da Igreja Matriz (Figura 33) chama atenção, por exemplo, a inexistência de barra e rampa de acessibilidade em escadas (A); o descarte inadequado de lixo (C); o chafariz público que não funciona (D). Existem banheiros

químicos que podem ser usados enquanto a feira acontece (E), eles ficam localizados em um lugar plano, mas sem sombra de árvore ou qualquer outra proteção contra o sol e a chuva.

**Figura 33:** Largo da Praça da Igreja Matriz em dia de feira



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2024.

Do total de participantes da Feira de Quinta, 58% disseram que permanecem até 1 hora e 42% disseram que ficam mais tempo (fazendo compras, conversando com amigos e vendedores, consumindo algum produto no local). Já na Feira de Domingo, 67% afirmaram que ficam por mais de 1 hora, enquanto 33% disseram que passam menos de 1 hora no local da feira.

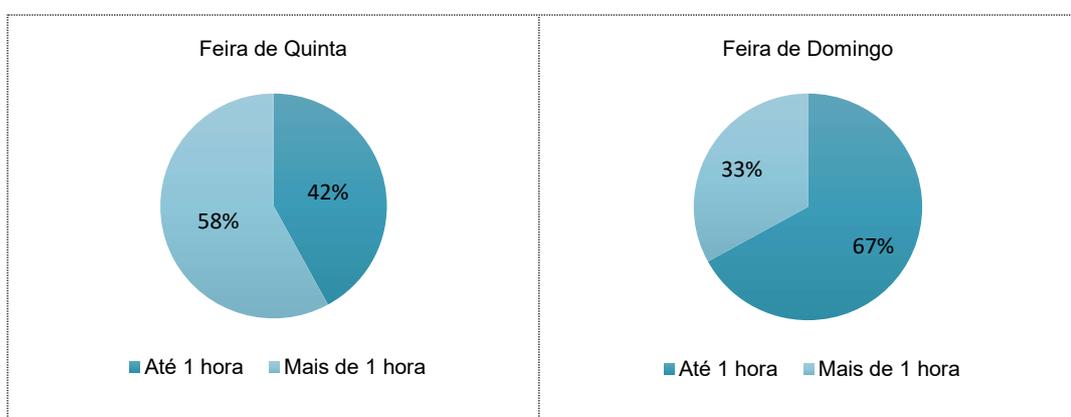
Compreendemos que a realização das feiras é fruto da colaboração constante entre diversas organizações (como dito no capítulo 2 sobre a APAP) e os respectivos produtores, os feirantes. A união de diferentes participantes se mostrou, na prática, uma oportunidade ativadora do espaço público. Dessa forma, as feiras operam como entidades que buscam um objetivo comum, alinhadas (ou não) com as instituições que já existem e aquelas que foram estabelecidas por elas. Conforme afirmam Alvarado & Costa (2019, p. 3),

La historia del territorio y el análisis concreto de lo empírico demuestran que la ciudad y el

campo, lo urbano y lo rural, jamás se anularon, sino que se estimularon, se retroalimentaron y se redefinieron, a través de demandas recíprocas determinadas y intensificadas por las necesidades humanas (básicas o complejas) y por los avances técnicos. Metodológicamente, los cambios de sentido en la interacción campo-cuidad deben ser evaluados por el contenido técnico-político de cada momento del *continuum* revelador de ese vínculo.

Quando questionados sobre o motivo pelo qual ficam menos tempo nesse espaço público, eles responderam que, por ser no período matutino, o tempo é mais agradável para consumir os produtos na feira e ir à missa na Igreja Matriz ou realizar outras atividades no restante do dia, conforme mostra o gráfico 7.

**Gráfico 7:** Tempo de permanência no Largo da Matriz durante as feiras semanais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de trabalho de campo (2024).

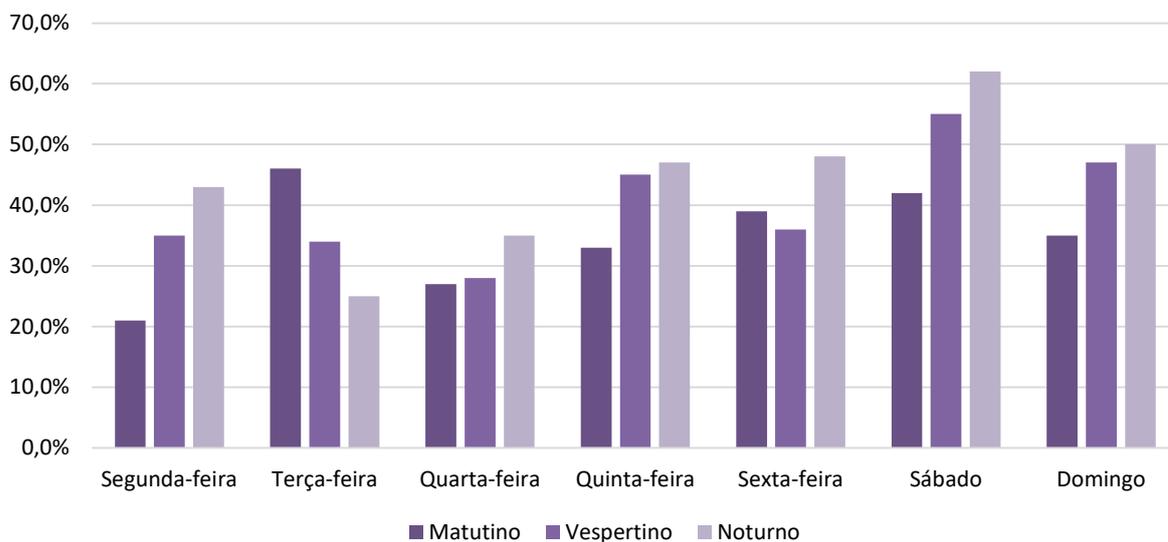
A Feira das Artes localizada na Praça do Coreto apresenta uma dinâmica com atrativo turístico maior. Quando perguntados sobre a frequência de uso do espaço público, eles responderam que o público de turistas é maior do que o de residentes, sendo que nos finais de semana e feriados o fluxo de turistas é ainda mais representativo. A conexão entre trabalhadores e turistas nos espaços públicos revela consumos distintos onde expectativas de usos desses espaços estão cada vez mais relacionadas às práticas neoliberais do Estado (Burgos, 2015).

O ideário neoliberal evidencia que essa dinâmica resulta em uma menor participação do Estado na promoção dos interesses coletivos, enquanto favorece uma maior intervenção em prol dos empresários e das classes privilegiadas; uma tendência que reflete a reconfiguração das prioridades estatais, que se afastam do compromisso com o bem-estar social em favor de interesses econômicos específicos. Para Costa (2024, p. 13) “el territorio es asumido como *heritage* al modo patrimonial-occidental-moderno o atractivo para usos corporativos”. Diante disso, Costa (2021a, p. 101)

orienta para uma metodologia que “consideren o partan del conocimiento y las necesidades específicas de sujetos concretos”.

Quando questionados sobre quais são dias que os residentes frequentam a Praça do Coreto, um entrevistado respondeu: “o Coreto liga a Rua do Lazer, que atiça o consumo de quem visita à cidade, né? Então a praça aqui é praticamente toda ocupada por turista, mas aí, por outro lado, tem a gente, que trabalha aqui”.<sup>73</sup> Cerca de 62% entrevistados (Gráfico 8) responderam que frequentam o local na sexta-feira, no sábado e no domingo, em diferentes períodos (tarde e noite), e durante a semana esse fluxo cai para um movimento em torno de 30% (segunda-feira) e 40% (quarta-feira).

**Gráfico 8:** Fluxo de residentes de Pirenópolis na Praça do Coreto



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

A dinâmica cultural abrange manifestações simbólicas dos pirenopolinos. A conexão que os residentes possuem com o lugar faz com que os espaços públicos tenham relevância patrimonial no contexto local e nacional. Casarões dos séculos XVIII e XIX, museus, teatro, cinema e igrejas se conectam com as ruas de pedras quartzíticas e o Rio das Almas. Por isso, foram levantados os indicadores “bem de interesse patrimonial”, monumentos declarados como “interesse local e nacional”,

<sup>73</sup> Entrevista realizada com o Sr. A. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Bairro Histórico de Pirenópolis (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

“festas populares localizadas”, “símbolos, caracterização das celebrações” com o objetivo de analisar quais elementos específicos dão vida à cultura local e potencializam o *planejamento urbano possível*.

Os bens culturais fixados nos espaços públicos dos centros históricos direcionam estratégias, passam a ideia de valorização e os colocam em destaque na imagem da cidade, mas “esse processo homogeneiza as imagens em detrimento de identidades culturais variadas que convivem no espaço público urbano. O espaço público assim concebido orienta o olhar, reduz as narrativas e elimina a diversidade de símbolos e signos culturais que coexistem nas cidades”, como dizem Berdoulay & Paes (2008, p. 45).

Atualmente Pirenópolis concentra um dos maiores acervos arquitetônicos do estado de Goiás e sua recente tentativa de tornar-se patrimônio da Unesco traduz o avanço da *patrimonialização global* no cerrado brasileiro, pois seus desdobramentos ocorrem em duas lógicas: a do capital global e a do consumo mercantil dos lugares; quer dizer, há o esforço em inventariar os bens com o objetivo de adentrar a rede mundial de lugares patrimonializados. A cidade histórica se transforma em um fenômeno universal, mas, ao mesmo tempo, enfrenta um processo de fragmentação. Paradoxalmente, os mesmos mecanismos que a tornam acessível em uma escala global também a desintegram em partes distintas (Costa, 2015).

Na tentativa de patrimonializar os bens culturais nos limites do centro histórico já protegido pelo Iphan, pensemos sobre o que foi o espaço público no passado e o que deve ser feito dele para o futuro, pois “es necesario el reforzamiento del tejido social y el capital espacial, que transforme estos barrios en áreas vibrantes y llenas de oportunidades tanto para los residentes existentes como para nacionales y extranjeros que busquen vivir en estas áreas, turistas y visitantes” (Adames, 2019, p. 45).

Durante as entrevistas, as pessoas foram questionadas sobre os objetos culturais como atrativos dos espaços públicos. Em suas respostas, elas afirmaram que igrejas são convidativas (primeiro lugar), também responderam que a arquitetura é um diferencial (segundo lugar) e praças (terceiro lugar), os demais responderam que museus são convidativos dos espaços públicos, conforme pode ser visto no gráfico 9.

**Gráfico 9:** Bens culturais no centro histórico de interesse dos residentes



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

O calendário anual de festividades de Pirenópolis (Quadro 9) corrobora com as respostas dos participantes, pois a maioria das atividades e dos locais onde as festas ocorrem envolvem igrejas como referências materiais e simbólicas dos espaços públicos; as manifestações religiosas que envolvem procissões e deslocamento entre as zonas rural e urbana também fazem parte da vida dos moradores, como afirma um dos entrevistados:

quem frequenta a maioria das festas religiosas são os moradores daqui mesmo, é avó, a filha, o neto, o sobrinho... somos nós que conhecemos uns aos outros, nossos vizinhos. Então assim, em dia de reza a gente dá carona, se é em uma fazenda a gente vai, pernoita... isso o turista não vê e não faz porque não faz parte do que eles buscam. Então assim, tem festa de dois, três dias, o pessoal serve comida, bebida. As folias mesmo são sempre assim, não tem como isso interessar ao turista, né?<sup>74</sup>

**Quadro 9:** Calendário das festividades tradicionais, folclóricas e religiosas em Pirenópolis (2024)

Mês	Festa	Data	Local
Janeiro	Festa de São Sebastião	12 a 21	Igreja Matriz
	Desfile de Carro de Boi – São Sebastião	20	Centro histórico
Fevereiro	Carnaval*	09 a 13	Vias públicas
	Quarta-feira de Cinzas*	14	Vias públicas e fazendas
Março	Dia Internacional da Mulher e Noite das Pirenopolinas	08	Vias públicas
	Festival Louva Piri*	15 e 16	Largo da Matriz
	Procissão de Nossa Senhora das Dores*	22	Largo da Matriz
	Procissão Senhor dos Passos*	23	Igreja do Bonfim, vias públicas
	Domingo de Ramos e Procissão de Encontro*	24	Vias públicas
	Sexta-feira Santa e Encenação da Via Sacra	29	Vias públicas
	Sábado de Aleluia	30	Vias públicas
	Domingo de Páscoa, tocata da banca Phoenix e tradicional Queima do Judas	31	Igreja Matriz
Abril	Festa em Louvor a São José Operário e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	22/04 a 01/05	Comunidade Mar e Guerra / zona rural
	Folia da Renovação Cristã	26/04 a 05/05	Zona urbana e rural
	Folia Tradicional	03 a 12	-
	Festa de Nossa Senhora de Fátima	05 a 13	Zona Rural e Urbana
	Semana Nacional dos Museus	13 a 19	-
	Novena em Louvor ao Divino Espírito Santo e Alvoradas com banda Phoenix e banda de Couro	10 a 18	Igreja Matriz e vias públicas

<sup>74</sup> Entrevista realizada com o Sr. G. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Pirenópolis (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

Maio	Apresentação "As Pastorinhas"	17 a 18	Cine Pirineus
	Encerramento da Novena do Espírito Santo, levantamento do mastro, queima de fogos acompanhado pela banda Phoenix e banda de Couro	18	Igreja Matriz
	As Cavalhadas*	19, 20 e 21	Cavalhódromo
	Domingo do Divino, Missa do Divino às 9h e Sorteio do Novo Imperador*	19	Igreja Matriz
	Reinado de Nossa Senhora do Rosário*	20	Vias públicas
	Juizado de São Benedito	21	Vias públicas
	Festa de louvor à Santa Rita (Engenho)*	-	Zona urbana e rural
Junho	Corpus Christi, Novena do Sagrado Coração de Jesus e posse do Novo Imperador do Divino	30	Igreja Matriz
	Cavalhadinha da Vila Matutina	07, 08 e 09	Bairro Vila Matutina
	Cavalhadinha do Centro	15 e 16	Campinho do Centro
	Tríduo de São João Batista	20 a 23	Capela Miguel João
	Novena em Louvor à Santa Rita de Cássia	21 a 30	Fazenda Contendas
	Novena em louvor a Santo Antônio	28/06 a 07/07	Povoado de Santo Antônio
	Cavalhadinha do Bonfim	24 e 25	Alto do Bonfim
Julho	Festa Junina	-	Escolas e ruas da cidade
	Festa em louvor ao Divino Pai Eterno, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Tradicional Festa do Doce (Povoado de Lagolândia)	11 a 21	Vias públicas de Pirenópolis; Povoado de Lagolândia
	Nossa Senhora do Carmo	07 a 16	Igreja Nossa Senhora do Carmo
	Festa de Sant'Ana	17 a 26	Povoado da Capela do Rio do Peixe
	Festa de louvor a Santíssima Trindade e Festa no Morro dos Pirineus	-	Morro dos Pirineus
Agosto	Festa a Santíssima Trindade no Povoado de Jaranápolis	-	Fazenda Degredo
	Tríduo Beato Carlo Acutis	01 a 04	-
	Semana Nacional da Família	12 a 17	-
	Novena em louvor ao Senhor Bom Jesus	02 a 11	Zona rural
	Novena em louvor à Nossa Senhora da Abadia	09 a 18	(Retiro)
	Festa de São Vicente de Paula	18 a 27	Povoado da Placa
	Semana do Folclore	21 a 25	Escolas e vias públicas
Setembro	Festa em louvor à Santa Mônica	23/08 a 01/09	-
	Canto da Primavera Kids	27 a 31	Vias públicas
	Canto da Primavera	03 a 08	Vias públicas
	Festa do Nosso Senhor do Bonfim	05 a 14	Igreja Nosso Senhor do Bonfim
	Independência do Brasil	07	Vias públicas
	Cap. Santo Reis	13 a 22	Igreja do Fundão
	Festa em louvor a São Benedito	13 a 22	Lagolândia
Outubro	Tríduo em louvor a São Vicente	24 a 27	-
	Festa de Nossa Senhora do Rosário	28/09 a 07/10	Igreja Matriz
	Novena Nossa Senhora Aparecida	03 a 12	Fazenda Morro Grande
	Novena Nossa Senhora Aparecida	11 a 20	Rio das Pedras
	Festa de São Judas Tadeu	19 a 28	Capela São Judas Tadeu
	São Francisco Capela São Vicente e Nª Senhora Aparecida – Tríduo Nossa Senhora Aparecida	18 a 27	Município da Placa
	Aniversário do Museu do Divino e dia de São Francisco de Assis	04 a 15	Museu do Divino
Novembro	Aniversário de 297 anos da cidade de Pirenópolis, Procissão do Rosário, Missa Solene e Cantata em Latim pelo Coro e Orquestra Nossa Senhora do Rosário	07	Sede da Prefeitura e Igreja da Matriz
	Nossa Senhora Aparecida	12	Jaranápolis
	Folia de Santa Bárbara	09 a 17	Matriz de Santa Bárbara
	Tríduo Pai Eterno	14 a 17	-
Dezembro	Novena de Santa Bárbara	29 a 08/12	Matriz de Santa Bárbara
	Festa em louvor a Santa Luzia	06 a 15	-
	Imaculada Conceição	08	Igreja Nossa Senhora do Rosário
	Natal do Senhor	25	Igreja Matriz e vias públicas
	Réveillon	31	Espaços públicos e privados

\* Alterações de datas de acordo com o ano.

- Não possui informação de data ou local do evento.

Fonte: Prefeitura de Pirenópolis. Organizado pela autora, 2024.

As identidades dos espaços públicos mostram que há um perfil de valorização

das áreas centrais e verdes em relação aos localizados nas periferias e bairros distantes. Historicamente, as ruas e praças principais de Pirenópolis são o foco das políticas públicas e do planejamento urbano (Prefeitura de Pirenópolis, 2002). Existe, inclusive, um projeto de extensão denominado INSPIRI<sup>75</sup>, feito pela Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) do Campus de Pirenópolis, que apoia a cidade com a preparação do pedido de título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela Unesco. Resta a outros espaços uma certa invisibilidade, quer dizer, alguns espaços públicos são mais e outros menos valorizados, pois segundo Gomes (2013, p. 193),

As cidades são compostas por um corpo social, submetido a certas regras de coabitação. Esse corpo está estabelecido sobre um espaço que condiciona e qualifica as ações sociais. Os espaços públicos são uma dessas formas de classificação dos espaços, com seu repertório de qualidades e valores. Assim, é a partir dessa grade de leitura própria a esses espaços que é possível atribuir significados e valores aos objetos, às ações, aos comportamentos, que aí têm lugar.

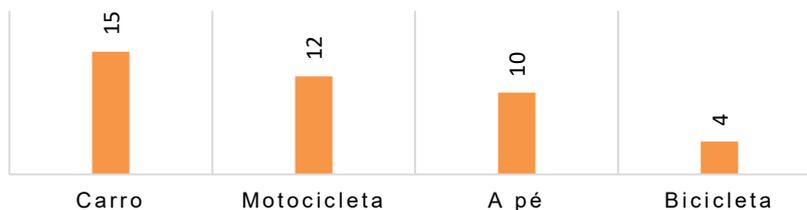
Costa (2021a, p. 116) avalia que o índice de mobilidade urbana tem função preditiva, pois existem dados disponíveis que preveem cenários e, antecipadamente, a gestão pode elaborar soluções adequadas em conjunto com a população, ativamente “el sujeto sea el participe de la espacialización y uno de los conductores políticos de la técnica”. Logo, o indicador de mobilidade é muito importante para compreendermos o sistema de circulação urbano de Pirenópolis, que é mais um exemplo entre tantas cidades do país onde “os poderes hegemônicos impõem, frequentemente pela força, mas também pela persuasão, modo de vida, valores, cultura, que acompanham as exigências da expansão dos mercados” (Maricato, 2008, p. 8). Do total de participantes, o deslocamento por automóvel particular predomina com 36,59% do total de respondentes, 29,27% afirmaram que andam de moto, já 24,39% se deslocam a pé e 9,76% disseram que andam de bicicleta<sup>76</sup>, conforme o gráfico 10.

---

<sup>75</sup> Disponível em: [www.inspirenopolis.weebly.com/](http://www.inspirenopolis.weebly.com/). Recuperado em 05 de março de 2024.

<sup>76</sup> O cicloturismo é uma atividade bastante procurada em Pirenópolis, sobretudo por modalidades conhecidas como *moutain bike*, cujo percurso ocorre de forma mista, em trilhas e estradas de terra nas propriedades particulares e também nas áreas urbanas.

**Gráfico 10:** Como você se desloca em Pirenópolis

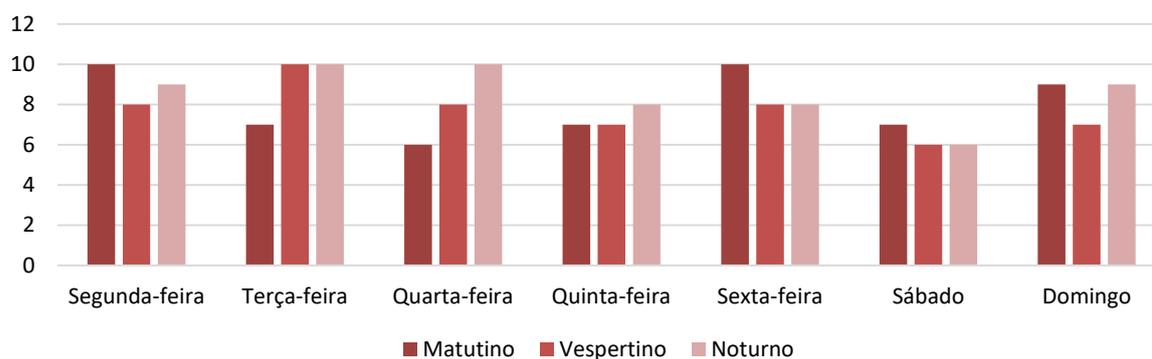


Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Quando perguntados sobre quais lugares a partir de suas casas eles se deslocam (Gráfico 11), a maioria respondeu que o trabalho, a padaria, a feira, o supermercado e a drogaria são os locais que eles mais utilizam o carro e a motocicleta, alguns ainda disseram que utilizam esses veículos para ir em fazendas e chácaras dentro do município. Conforme tratamos no capítulo 1, o efeito da *patrimonialização global* nos espaços públicos muitas vezes entra em conflito com visões locais e particulares, por exemplo, a relação do sistema de transporte com o modo de vida rural e urbano. Desde o início de sua formação, Pirenópolis tem uma produção rural que abastece o comércio local, o que reafirma os padrões culturais existentes na cidade<sup>77</sup> (Alvarado & Costa, 2019).

No deslocamento a pé, eles responderam que se deslocam para a escola e(ou) creche dos filhos, cinema, igrejas e locais de estudo (biblioteca) em Pirenópolis.

**Gráfico 11:** Deslocamento a pé em Pirenópolis



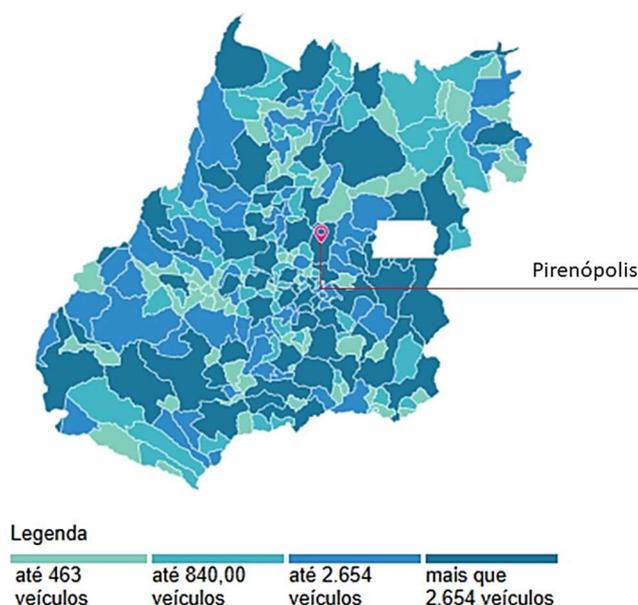
Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

<sup>77</sup> A relação campo-cidade é parte do cotidiano de Pirenópolis, conforme aponta Alvarado & Costa (2019, p. 8), a cidade expressa características da temporalidade urbana e da ruralidade, “símbolo de la formación territorial urbano-rural brasileira... (...) es la motivación de los flujos catalizados por las imágenes e imaginario sobre la pequeña ciudad reproducida sobre la égida de narrativas espaciales específicas”.

A pavimentação e a presença de calçadas devem ser consideradas como parte deste indicador, uma vez que, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2021), 78,9% da área urbana do município de Pirenópolis possui cobertura de pavimentação e meio-fio. Por outro lado, dados do Observatório da Bicicleta (2024) apontam que ainda não há informações precisas sobre a participação da bicicleta na divisão modal de deslocamentos no Brasil. Diante desse contexto, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituída pela Lei n.º 12.587/2012, determina que municípios com mais de 20 mil habitantes — entre outras situações específicas — elaborem seus Planos de Mobilidade Urbana (PlanMobs), como forma de orientar o planejamento e a gestão da mobilidade.

De carro de boi ao tráfego automotivo, a circulação de transportes individuais predomina nas vias públicas de Pirenópolis. Não há circulação de transporte público coletivo urbano, existe apenas o transporte intermunicipal regulamentado pelo Estado de Goiás (Prefeitura de Pirenópolis, 2022), o que dificulta o acesso de moradores mais distantes e com menor poder aquisitivo ao centro histórico. Em comparação a outros municípios goianos que utilizam motocicletas (Mapa 6), Pirenópolis aparece na 41ª posição com 4.378 veículos, e em 1095º lugar em relação a outros municípios do país (IBGE, 2023).

**Mapa 6:** Frota de motocicletas no estado de Goiás



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023). Organizado pela autora, 2025.

Percebe-se que os vínculos criados pelos moradores nos lugares possuem ligação direta com a materialidade do lugar. Segundo Gehl (2014), o que torna o espaço público atrativo tem a ver com: as delimitações acessíveis e convidativas que facilitam a movimentação livre de pessoas entre os espaços público e privado; a visualização do interior do espaço para aqueles que se encontram no entorno; as conexões curtas e de alta qualidade com as áreas adjacentes da cidade, facilitando o acesso e o deslocamento de pessoas; e as oportunidades de contato e satisfação de necessidades psicológicas, como relaxar e se distrair.

O indicador do meio ambiente para Pirenópolis demonstra que as práticas sociais exemplificam o contexto citado acima, como lembra-nos Souza (2013, p. 7), é necessário atentar para não cairmos em uma “análise apenas pela análise”<sup>78</sup> no planejamento do território, visto que os “processos geográficos, biológicos e processos geológicos” (Souza, 2013, p. 4) devem ser considerados no debate sobre o meio ambiente.

Segundo Costa (2018, p. 4), a relação patrimonialização-urbanização tem agravado problemas já existentes relacionados à infraestrutura, aos serviços e à gestão do território, tais como: “microclimas, presión y contaminación de recursos debido a la expansión metropolitana, cambios demográficos y culturales en áreas urbanas y rurales, servicios públicos inadecuados, vivienda, desigualdades por inaccesibilidad [...]”. Tais questões remetem à intersecção entre teoria e prática, a complexidade das relações sociais e ambientais, e o papel da tecnologia na ecologia contemporânea.

Durante os dias de trabalho de campo, os moradores foram entrevistados em diferentes horários, de manhã (10h), de tarde (16h) e de noite (18h), e o tempo variável de permanência foi realizado mediante registro fotográfico feito a cada 30 minutos.

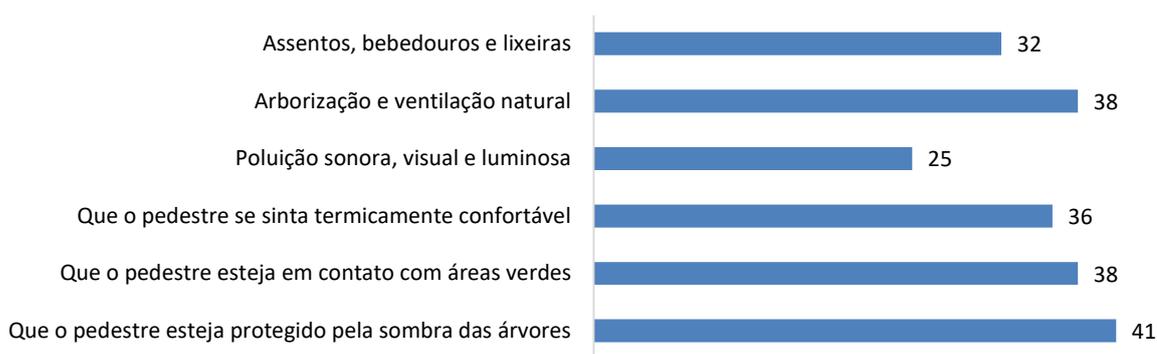
---

<sup>78</sup> No referido texto de Souza (2013, p. 4) são levantadas questões acerca do meio ambiente e sustentabilidade como metáforas, o que cabe à análise geográfica, diz a autora, é a preocupação com a “relação sociedade-natureza”; e continua: “as definições carecem de uma fundamentação absolutamente ajustada à compreensão que os brasileiros detêm sobre o funcionamento do seu território. Dessa forma por exemplo, ainda que seguindo uma conceituação mais próxima daquela trazida pela ecologia política (pois é disso que se trata), esta ecologia não cuida apenas do ambiente ou meio ambiente como querem alguns. Vista de uma forma mais contemporânea, a ecologia trata, concomitantemente, da espécie humana, de suas atividades e do meio geográfico que é hoje, mais do que nunca, clivado pela técnica, transformou-se em um meio técnico-científico e informacional” (Souza, 2013, p. 11).

Acerca da melhoria do conforto ambiental, os espaços públicos mais comentados pelos entrevistados foram: Praça do Coreto, Avenida Beira Rio, orla da ponte sobre o Rio das Almas, Rua Pirineus, Rua Aurora, Rua do Bonfim, Rua do Comendador Joaquim Alves e Rua do Lazer.

Um total de 100% dos entrevistados disse que as condições de transitar nas ruas (sombra das árvores) são detalhes importantes, outros 11,90% disseram que a existência de veículos e calçadas bloqueadas por parte das lojas e bares influenciam o trajeto/passeio entre suas casas e o centro histórico, conforme aponta o gráfico 12. A falta de assentos, bebedouros e lixeiras adequados também foram considerados pelos entrevistados, aproximadamente 15,24% citaram tais condições inadequadas.

**Gráfico 12:** Melhoria do conforto ambiental e arquitetônico



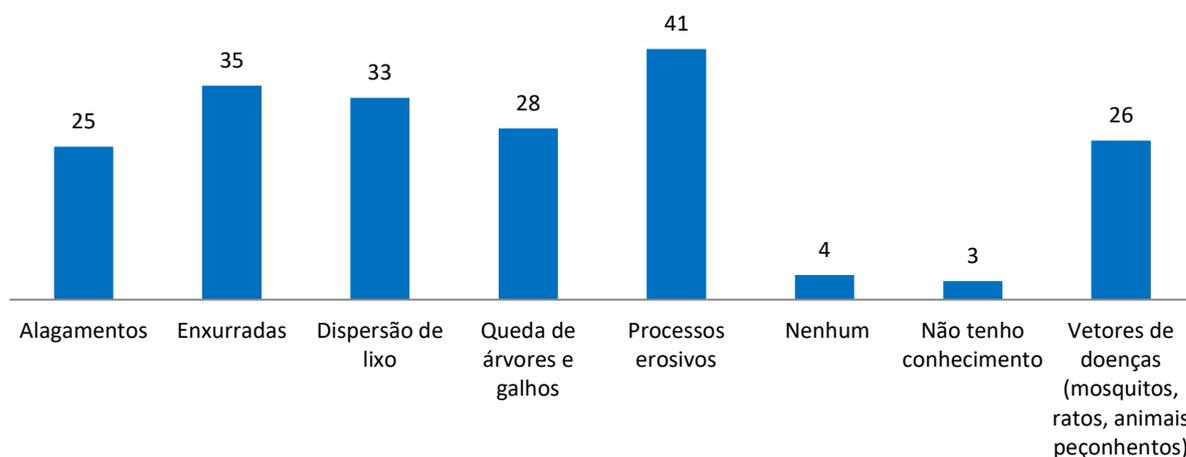
Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

A taxa de ocupação no Bairro Histórico, compatível com o índice de permeabilidade, é uma questão relevante que envolve arquitetura e cobertura vegetal no espaço público. Costa (2018, p. 3) observa que os riscos ao patrimônio na América Latina e no Caribe envolvem uma série de “políticas y economías espaciales con las narrativas de vida, muerte, producción y consumo tecnológico”. As alterações negativas que acometem áreas urbanas e rurais pela ação humana perfazem um contexto político dos riscos na gestão do território, o que segundo Costa (2018, p. 4) são “vulnerabilidades que se revelan en riesgos estructurales para los bienes culturales, de la naturaleza y de la vida en todo el continente”.

Quando perguntados sobre problemas de ordem urbano-ambiental (Gráfico 13), aproximadamente 60% disseram que dispersão de lixo, enxurradas e processos erosivos são danos visíveis que ocorrem com frequência; outros 12,82% citaram

alagamentos e 14,36% afirmaram que quedas de árvores e galhos também preocupam os moradores, sobretudo quando começa o período chuvoso (outubro a março), aumentando o risco de acidentes causados pela precipitação.

**Gráfico 13:** Problemas de ordem urbano-ambiental em Pirenópolis



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Os espaços públicos seriam, assim, criados e recriados através dos tempos, destruídos e reconstruídos socialmente. Do ponto de vista geográfico, o espaço público está relacionado à espacialidade, de que “a morfologia do sítio onde ocorre, a da existência de um público e a da produção de uma narrativa dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque” (Gomes, 2013, p. 38).

Os processos de valorização dos patrimônios são diversos e as mudanças realizadas em cada localidade após o reconhecimento nacional e internacional apresentam suas particularidades. Quando se trata da organização espacial nos espaços públicos com a intenção de valorizá-los economicamente, sua imagem torna-se negativa ou positiva a depender da diminuição ou do aumento do trabalho informal, se ele cresce, busca-se a eliminação dessa imagem ou até mesmo uma padronização dos tipos de uso e ocupação no sentido de gerar uma sensação de segurança e normalidade (Lima, 2015; Larraín, 2018).

Chuva (2003, p. 314), orienta-nos sobre esse processo a partir das mudanças nas experiências e significados do espaço e do tempo na sociedade capitalista contemporânea, cuja origem remete à busca pelo progresso:

A questão da valorização, ou não, das diferenças regionais como constituidoras da identidade nacional, que abriu um leque amplo de debates em torno das origens da nação, tornou-se um divisor de águas para as concepções que fundamentariam, posteriormente, as práticas de preservação cultural no SPHAN: para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade.

Logo, o indicador de proteção e segurança objetiva identificar as experiências dos residentes nas ruas de Pirenópolis, cujas dimensões de proteção e seguridade abarcam dados qualitativos desta pesquisa, por isso foram elencadas perguntas norteadoras que avaliam as vivências cotidianas e buscam identificar a infraestrutura da cidade na percepção do residente. Quando perguntados acerca do tráfego de veículos motorizados e da circulação de pedestres, cerca de 75% mencionaram que os carros pouco respeitam os pedestres, mesmo nas calçadas e nos momentos de travessias, pois muitos deles estacionam entre a garagem de pousadas ou das casas e a rua.

Outros 23,09% afirmaram que a iluminação pública, sobretudo no centro histórico, é precária tanto de dia quanto a noite, e há pontos críticos como a ponte Pênsil Dona Benta, a ponte sobre o Rio das Almas e a Praça do Coreto; aos finais de semana e em feriados essa percepção de insegurança aumenta por causa do alto fluxo de turistas. Durante os trabalhos de campo, foi observado que há câmeras de segurança espalhadas pelas ruas do bairro histórico. Segundo o jornal Correio Brasiliense (2023), cerca de 80 mil turistas visitam a cidade por mês, o que requer maior vigilância e seguridade pública.

Em relação às fachadas, a maioria afirmou que poucas auxiliam a iluminação e a segurança externa, o que afeta o uso público do espaço, eles também responderam que muitas edificações possuem muros altos e largos, algumas construções são de madeira e outras são de pedra, que utilizam blocos espessos para dar maior durabilidade e resistência às intempéries, algumas pessoas não quiseram responder sobre as fachadas, pois, segundo eles, já estão acostumados com essas construções.

Outros respondentes disseram que a intensidade de pedestres é maior em algumas ruas e espaços públicos do Centro, com aumento significativo ao longo dos dias, especialmente quinta-feira e sexta-feira, de tarde e de noite, tendo seu ápice nos finais de semana. O quadro 10 exemplifica esse contexto.

**Quadro 10:** Segurança nos espaços públicos em Pirenópolis

	Dia			Noite		
	Boa	Parcial	Ruim	Boa	Parcial	Ruim
Segurança nas ruas	Velocidade dos veículos motorizados		●			●
	Iluminação pública		●		●	
	Travessias		●			●
	Fluxo de pedestres baixo	●				●
Segurança pública	Ausência de vigilância		●		●	
	Fachadas fisicamente permeáveis			●		●
	Fachadas visualmente ativas		●		●	
	Interação mista (espaço privado e calçada)		●			●

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

A transformação do uso residencial para o comercial (bares, galerias de lojas, restaurantes, pousadas etc.) interfere na dinâmica entre pedestre, espaço privado e segmento de calçada, o que pode causar uma experiência positiva ou negativa, por isso a preferência por fachadas visualmente ativas. Segundo Fonseca (2005, p. 378),

os espaços urbanos congruentes com o estilo de vida dos grupos cuja socialização depende do espaço, em especial dos espaços abertos de uso coletivo, não são incompatíveis com aqueles que têm seus sistemas de encontros pessoais relativamente independentes da base espacial. O contrário, no entanto, é mais difícil de ocorrer. Espaços que dificultam a integração entre pessoas, usos e atividades exigem um esforço muito maior por parte da sociedade para estabelecer sua rede de relações, o que, muitas vezes, implica a adaptação dos espaços para novas funções.

Existe, portanto, uma fragmentação espaço-temporal que gera novas práticas sociais. Como mencionam Jirón & Mansilla (2014, p. 12) “el enfoque de movilidad cotidiana no solo hace referencia al desplazamiento físico de las personas entre un espacio y outro em la ciudad, sino que se refiere a las consecuencias sociales, culturales, económicas, físicas de este desplazamiento”. Essas variáveis, por sua vez, modificam os conteúdos dos espaços públicos e as representações que são construídas a respeito deles. Existe uma lógica de mercantilização desses espaços públicos, com a lógica da *patrimonialização global*, nesse sentido, observa-se que a sensação de insegurança tem a ver com práticas cada vez mais individuais. As fotografias (Figura 34) expressam os conteúdos das falas dos moradores sobre o indicador de segurança e proteção.

**Figura 34:** Passeios nos espaços públicos em Pirenópolis



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023 e 2024.

O quadro 11 descreve os indicadores sintéticos e sua qualidade no trato dos espaços públicos em Pirenópolis, a partir dos indicadores reunidos neste item e do marco conceitual que se aproxima da construção teórico-metodológica do *planejamento urbano possível*.

**Quadro 11:** Indicadores sintéticos e sua qualidade em Pirenópolis

Indicadores sintéticos	Dimensões/indicadores componentes	Autores/Instituições de referência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços para brincar</li> <li>• Equipamentos comunitários</li> <li>• Atividades que envolvem pessoas idosas</li> <li>• Equipamentos fixos e serviços no espaço público</li> <li>• Atividades com usos e apropriações comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços públicos que atraem;</li> <li>- Atividades que envolvem pessoas de diferentes idades;</li> <li>- Práticas sociais e elementos presentes nos espaços públicos que ativam os lugares durante o dia e a noite;</li> <li>- Quantidade e qualidade das atividades presentes nos espaços públicos possibilitam compreender os usos e sociabilidades que se estabelecem na vida cotidiana e que permitem esse contexto;</li> <li>- Ausência e presença de equipamentos públicos para prática de atividades físicas, de lazer etc.;</li> <li>- Índice de bem-estar urbano (IBEU).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura de Pirenópolis</li> <li>- Iphan</li> <li>- Gomes (2012)</li> <li>- Costa (2018)</li> <li>- Observatório das Metrópoles</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem de interesse patrimonial</li> <li>• Declaração de interesse local e nacional</li> <li>• Festas populares localizadas</li> <li>• Símbolos, caracterização das celebrações</li> <li>• Diferenças dos espaços públicos dos demais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços públicos tombados pelo Iphan;</li> <li>- Bens e objetos culturais tombados pelo Iphan que são patrimônio urbano;</li> <li>- Festividades (anual e espontânea) em diferentes espaços públicos;</li> <li>- Características simbólicas culturais que correspondem à histórica da cidade e dos moradores;</li> <li>- Identidades e perfis de valorização dos espaços públicos no Bairro Histórico e áreas adjacentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Iphan</li> <li>- Prefeitura de Pirenópolis</li> <li>- Lima (2017)</li> <li>- Alvarado &amp; Costa (2019)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de transporte público</li> <li>• Incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte sustentável</li> <li>• Largura</li> <li>• Índice de pavimentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A conectividade pedonal em espaços públicos deve ser isenta de obstáculos, assegurando o acesso a equipamentos cotidianos, transporte público urbano e estabelecimentos comerciais, tanto em relação às residências quanto entre si. Essa abordagem permite que pessoas de diferentes perfis realizem suas atividades diárias a pé, utilizando rotas que conectem os diversos usos do espaço urbano;</li> <li>- Dados oficiais da frequência de uso dos transportes (motos, carros, ônibus, motocicletas etc.);</li> <li>- Qualidade física das ruas e conexões entre calçamentos, calçadas e vias de circulação;</li> <li>- Estrutura do calçamento e condições físicas das ruas, obras públicas e pavimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura de Pirenópolis</li> <li>- IBGE (2023)</li> <li>- SNIS (2021)</li> <li>- Observatório da Bicicleta (2024)</li> <li>- PNMU (2012)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta de lixo</li> <li>• Poluição sonora, visual e luminosa</li> <li>• Sombra artificial e abrigo</li> <li>• Sombra por copa de árvore</li> <li>• Área permeável</li> <li>• Assentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Serviço público de manutenção e limpeza da cidade para que os resíduos sólidos sejam recolhidos e devidamente tratados;</li> <li>- O conforto ambiental gera oportunidades para caminhar, permanecer em pé, sentar-se, ver, ouvir e conversar, brincar e praticar atividade física, lazer, entre outras práticas cotidianas;</li> <li>- Sensação de conforto térmico a partir de sombras das árvores, marquises e demais componentes urbanos que favorecem os usos dos espaços públicos;</li> <li>- Contexto urbano, escala de bairro e oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura de Pirenópolis</li> <li>- Souza (2013)</li> <li>- Costa (2017)</li> <li>- Satterthwaite (1993)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipologia das ruas</li> <li>• Travessias</li> <li>• Iluminação pública</li> <li>• Fluxo de pedestres nos períodos diurno e noturno</li> <li>• Vigilância</li> <li>• Fachadas fisicamente permeáveis</li> <li>• Fachadas visualmente ativas</li> <li>• Morfologia do espaço público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tráfego de veículos motorizados e circulação de pedestres;</li> <li>- Espaços que são considerados seguros fomentam a confiança dos usuários e permitem seu uso sem restrições. É fundamental que esses locais ofereçam condições de acessibilidade universal, levando em conta as características físicas dos espaços públicos na vizinhança;</li> <li>- Bloqueio de passagens de pedestres por veículos, materiais de construção, arquitetura hostil e outros obstáculos naturais e artificiais nas vias;</li> <li>- Intensidade de pedestres nos espaços públicos do Bairro Histórico e áreas adjacentes;</li> <li>- Iluminação pública que atende a escala do pedestre;</li> <li>- Fachadas que atraem ou repelem pedestres e espaços públicos que auxiliam na autonomia dos indivíduos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura de Pirenópolis</li> <li>- Jornais locais</li> <li>- Fonseca (2005)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Sendo a cidade, por excelência, o lugar do cidadão, ela efetiva uma multiplicidade de práticas sociais por trazer em si as marcas da sociedade e, assim, “o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana” (Santos, 2014, p. 110). Por um lado, turistas de todas as partes do mundo buscam cidades a fim de vivenciar uma experiência proporcionada pelo lugar e a imaginação social do turista está atrelada, muitas vezes, às representações estereotipadas carregadas de imagens simplificadas da cidade.

Por outro lado, existem os problemas vivenciados pelos residentes que envolvem questões sociais e econômicas criadas nas próprias localidades, tais como saturação de infraestrutura, perda da identidade cultural e preços altos de produtos e serviços básicos etc., que ocorrem por não haver o planejamento assentado no sujeito urbano local, o que reduz a multiplicidade de apropriação dos espaços públicos. Se os *cenários* desses espaços são muitos, as possibilidades de leitura e interpretação são quase infinitas, como lembra Gomes (2013, p. 193). O próximo tópico avança sobre esse panorama acerca da cidade de Colônia do Sacramento.

### **3.2. Potencialidades e vulnerabilidades do espaço público em Colônia do Sacramento**

Conforme apresentado no capítulo 2, a pesquisa em Colônia do Sacramento ocorreu em espaços públicos e com realização de questionários impressos, observação participante, com o total de 38 entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e diário de campo. Serão expostos dados quantitativos e qualitativos extraídos das análises feitas e de documentos oficiais das instituições do Uruguai. A tabela 3 mostra o perfil dos respondentes.

Ao contrário de Pirenópolis, onde houve um equilíbrio significativo entre participantes de 20 a 59 anos dos gêneros feminino e masculino, em Colônia do Sacramento observou-se uma predominância de participantes do sexo masculino, especialmente entre os jovens, que representaram 40% desse grupo. Já entre as

mulheres, a participação foi de 21,74% entre as jovens e de 43,48% entre as adultas.<sup>79</sup>

**Tabela 3:** Perfil da amostragem em Colônia do Sacramento

Características dos indivíduos* (%)			
	Jovens: 15-34 anos	Adultos: 35-64 anos	Idosos: 65 anos ou mais
Masculino	40,00%	33,33%	26,67%
Feminino	21,74%	43,48%	34,78%
Ensino superior completo	31,58%	42,11%	26,32%
Acima de 2 salários mínimos**	23,68%	44,74%	31,58%

\*Definições de grupos de idade a partir do INE, 2023.

\*\* Em 2024, a faixa salarial do Uruguai era de US\$ 476,48.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

O Mapa 7 mostra a localização dos pontos onde foram realizadas as entrevistas em Colônia do Sacramento. Esses locais estão distribuídos por ruas, praças, calçadas e parques públicos, tanto no Bairro Histórico quanto em sua área de influência, reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco.

---

<sup>79</sup> Durante as saídas de campo em Colônia do Sacramento, observou-se uma maior participação de homens jovens nos espaços públicos na aplicação do questionário. Esse dado pode ser atribuído a fatores como: o hábito cotidiano de dialogar com turistas sobre a cidade, o interesse pelo idioma português e a curiosidade em relação à escolha de Colônia do Sacramento como objeto da pesquisa. Por outro lado, a participação feminina entre as jovens foi menor devido à indisponibilidade de tempo, envolvimento com atendimentos a clientes, desinteresse em participar da entrevista e resistência quanto à aplicação do questionário. Em Pirenópolis, a participação entre homens e mulheres foi mais equilibrada. No entanto, em alguns momentos, houve questionamentos sobre a finalidade do instrumento de pesquisa, e certos entrevistados preferiram não participar por acreditarem se tratar de um levantamento de caráter jornalístico.

Mapa 7: Distribuição geográfica das entrevistas em Colônia do Sacramento



Fonte: Elaboração própria com dados de trabalho de campo e da Infraestrutura de Dados Espaciais do Uruguai – IDE, Uruguai (2024).

Vimos nos capítulos anteriores que, para Costa (2011), a *patrimonialização global* torna-se uma perspectiva que nos permite analisar os impactos da preservação dos espaços públicos motivados por acontecimentos locais, ao mesmo tempo que estão conectados às agências globais, pois elas reproduzem as imagens das cidades na intenção de garantir lucro para remunerar seus investidores, por isso inspiram a globalização (Harvey, 2005; Costa, 2011a).

Por exemplo, o comércio de rua, — atividade antiga nas cidades da América Latina, conforme descreve Jaramillo (2007) —, é uma prática social resistente às políticas urbanas atuais de embelezamento nas cidades latino-americanas, que “se centran, sobre todo, en la colaboración entre el gobierno urbano y el sector privado para desarrollar espacios comerciales y privados donde las prácticas e interacciones

cotidianas estén cuidadosamente reguladas y vigiladas para fomentar las actividades de consumo” (Crossa, 2013, p. 40).

Nesse sentido, para analisar os efeitos da *patrimonialização global*, bem como as práticas sociais localizadas que rompem com essa lógica, o primeiro indicador proposto trata da qualidade do espaço público, que tem por objetivo identificar como ele é ocupado pelos residentes, se há potencial atrativo de pedestres, se os usos envolvem equipamentos públicos distribuídos ao longo das ruas, quais atividades sociais ocorrem e em que momentos etc. Conforme afirma Gomes (2018, p. 116): “pensemos, por exemplo, nas ruas das pequenas cidades, em seu uso, na maneira com elas são vistas e tratadas como extensões das casas e dos usos de tipo familiar que aí podem predominar, em completa oposição ao uso propriamente público”.

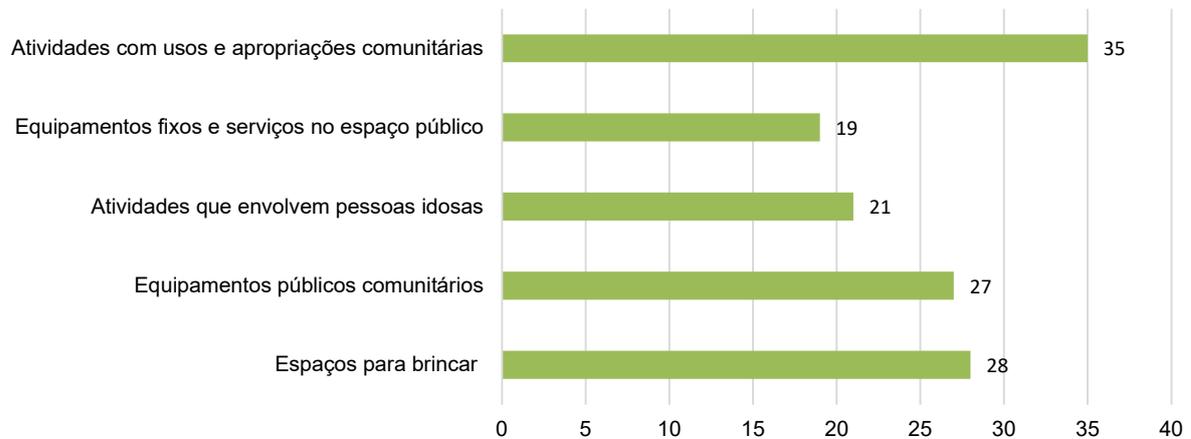
Conforme mostra o Gráfico 14, as áreas de influência direta e indireta do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento atraem moradores para atividades baseadas em usos e apropriações comunitárias, totalizando 35 respostas. Dentre elas, 28 participantes afirmaram que a presença de espaços para brincar contribui para a qualificação dos espaços públicos. As praças, em especial, são apontadas como locais de maior frequência nos finais de tarde, fins de semana, durante eventos públicos e nos períodos de férias escolares.

Um entrevistado afirmou que “eso influencia las prácticas sociales. Pero estas personas tienen estos equipamientos públicos en otros lugares, más distante de los centros... Y en la parte antigua hay otra plaza que es como esta, son los dos espacios que más tienen”.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Entrevista realizada com o Sr. J. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2024.

**Gráfico 14:** O que te motiva a frequentar os espaços públicos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de trabalhos de campo (2024).

Conforme vimos no primeiro capítulo da tese, Colônia do Sacramento se destaca pelo crescimento urbano e pela singularidade das ruas e praças utilizadas como espaços militares ao longo dos séculos. Especificamente no Bairro Histórico, conforme indica Gutiérrez (2006, p. 100), “las calles, aquí como en las demás ciudades luso-americanas, eran definidas por la propia estructuración en secuencia de las casas, evidenciando la existencia de la traza planificada previamente”. A patrimonialização origina mudanças nos usos e formas de apropriação dos espaços públicos, o que sugere novos comportamentos e interações da vida coletiva nas cidades (Figura 35).

**Figura 35:** Atividades cotidianas em algumas praças em Colônia do Sacramento



\*Elaboração própria, 2024. Imagens feitas durante os trabalhos de campo, 2023 e 2024.

Fonte: Colônia do Sacramento – Lista do Patrimônio Mundial, Unesco, 2024.

O impacto da *patrimonialização global* nos espaços públicos de cidades latino-americanas envolve os problemas a nível de bairros que estão distantes de uma investigação sobre indicadores de qualidade eficientes no que se refere à gestão urbana em fornecer, ordenar, projetar, construir e sustentar os espaços públicos para seus habitantes. Eis que a *patrimonialização global* se manifesta nessa lacuna, por considerar as regiões geográficas inscritas na lógica da preservação e da mercantilização, o que tenciona estratégias de desenvolvimento territorial promotoras de desigualdades na América Latina (Gorelik, 2005).

Em muitas cidades, os dados que correspondem à situação dos espaços públicos são provenientes do ponto de vista arquitetônico e paisagístico, mas eles também têm ocupado um lugar importante no debate sobre políticas públicas urbanas, especialmente para difusão da ideia de valor, por criar condições atrativas de investimento e de objeto econômico aos lojistas, comerciantes, visitantes e turistas. Este é um dilema de Colônia do Sacramento, haja vista que as articulações econômicas e a preservação reforçam novas práticas em um espaço multifuncional, sobretudo no que se refere aos seus espaços públicos, — tal prática serve como alerta ao processo de mercantilização do espaço urbano, conforme a concepção de Goffman (2010), Gomes (2011), Zarlenga (2020), Egea-Jimenez & Nieto-Calmaestra (2020).

O *planejamento urbano possível* (Costa, 2021a, p. 92) se coloca como oportunidade e “posibilidad concreta de la vida urbana menos vulnerable requiere precaución epistémica y práctica, ya que las ideas de planificación, cultura y existencia, juntas, contienen la experiencia imaginativa espacial urbana”. O bojo dessas possibilidades de que trata Paes (2024, p. 28) parte do sujeito, em que “suas práticas sociais, e suas espacialidades são utilizadas para reforçar ou condenar identidades e ideologias vividas no presente com projeções de futuro”.

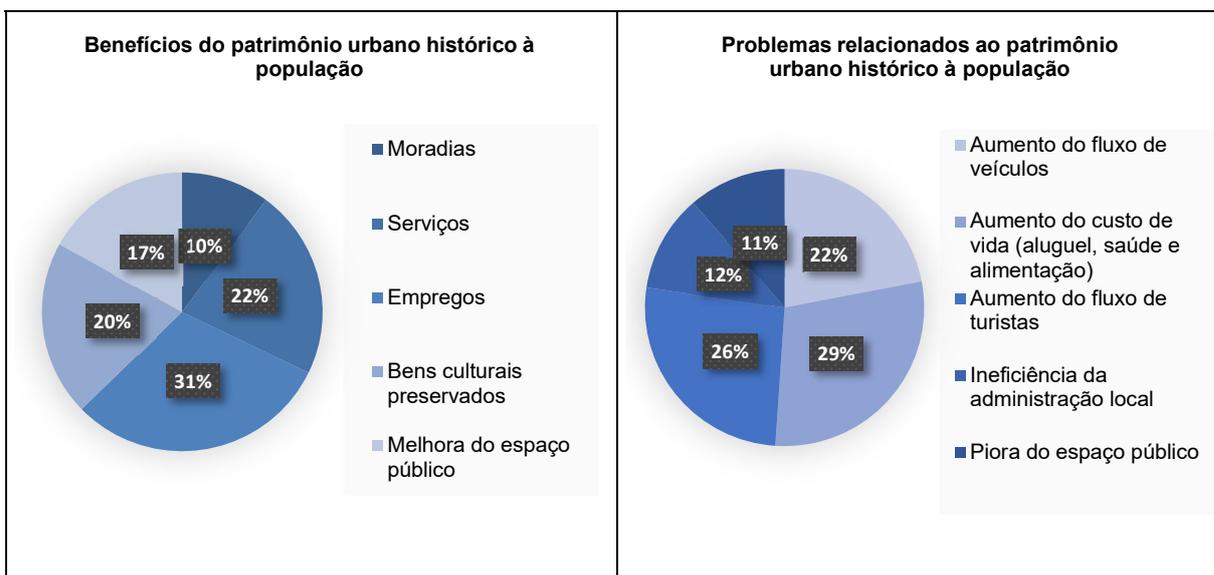
O indicador de bens culturais e do conjunto urbano histórico tombado pela CPCN e reconhecido pela Unesco tem como objetivo identificar qual o significado do patrimônio para os moradores, se eles o percebem como algo distante da própria comunidade, ou se eles se veem como parte integrante deste patrimônio. Quando questionados sobre a percepção do patrimônio em Colônia do Sacramento, a maioria respondeu que existe a interação complexa entre processos econômicos, políticos e culturais, e que sua evolução ao longo do tempo reflete as mudanças na sociedade e a compreensão da importância do patrimônio para o desenvolvimento local. O papel

da patrimonialização à luz dos bens culturais e dos espaços públicos diz muito sobre estratégias criadas pelos sujeitos que diversificam suas atividades nesses lugares, as comunidades formulam para “não perder de vista essa característica ao transformar os seus atrativos em bens acessíveis apenas por meio da comercialização” (Berdoulay & Paes, 2008, p. 40).

Cerca de 20% dos entrevistados afirmaram que o reconhecimento dos bens culturais como igrejas, praças, objetos escultóricos e museus impacta positivamente a preservação do patrimônio urbano histórico e os espaços públicos; já 31% e 22%, respectivamente, afirmaram que o patrimônio favoreceu a criação de empregos e serviços ligados ao turismo (bares, restaurantes, imobiliárias, guias turísticos, pousadas, hotéis, empresas de transporte, lojas de souvenir, artesanato local), por exemplo. Apenas 10% dos entrevistados alegaram que moradia é uma questão favorecida pelo patrimônio, mas com ressalvas, como, por exemplo, a valorização do Bairro Histórico e a complexidade das áreas periféricas são reveladoras das desigualdades sociais existentes em Colônia do Sacramento.

Isso tem a ver com as vulnerabilidades identificadas pelos moradores. Quando questionados sobre o aumento do custo de vida (29%) e do fluxo de turistas (26%), os entrevistados afirmaram que a ineficiência da administração local (12%) é um fator que implica a preservação do patrimônio urbano histórico e a qualidade do espaço público, como mostra o Gráfico 15.

**Gráfico 15:** Percepção da população em relação ao patrimônio urbano histórico



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Por assim dizer, a *patrimonialização global* catalisada pela Unesco passa por procedimentos e metodologias a partir de uma escolha quantitativa que inclui objetos, paisagens, tipos de habitação, fósseis e restos ósseos de seres humanos e animais etc., (Costa, 2015). Este é um paradoxo na cidade colonial: uma vez explorada social e economicamente no percurso da história, ela é tomada como lugar particular de tradição e motivo de preservação universal (Carrión, 2013). Isso reforça a cultura de tecer relações cotidianas e defendê-las como o suporte de suas vidas, bem como o espaço público, que ressignifica os encontros e permite compreender quais usos e funções para os diferentes grupos sociais, uma vez que “a cultura é uma dimensão da vida que, por sua própria natureza, identidade e estrutura está contida em todas as outras dimensões da vida social, tal como a economia, a política, o tempo, o espaço” (Paes, 2024, p. 35).

Foi o que disseram os entrevistados sobre as práticas culturais que levam os moradores a frequentarem os espaços públicos (Gráfico 16), as respostas foram: 15,08% participam de atividades culturais gratuitas; 14,68% presenciam manifestações populares localizadas; 12,30% cultivam símbolos e características das celebrações; 15,08% acreditam que festas populares ativam os espaços públicos; e 13,49% afirmaram que essas atividades culturais diferenciam os espaços públicos do Bairro Histórico de outros.

**Gráfico 16:** Influências culturais nos usos dos espaços públicos



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Segundo Navarro-Franco & Foronda-Robles (2024), o debate da patrimonialização inclui pensar nos espaços públicos como fatores de produção e projeção social através da manifestação de tendências específicas, por exemplo, os corredores culturais peatonais que imprimem significado aos lugares para o seu usufruto. Nesses corredores culturais, o espaço público é visto como um produto de potencial atrativo para o turista, por isso torna-se uma escolha originada na narrativa de agências internacionais e recriada pelas políticas públicas locais (como é o caso da última fotografia do mosaico no capítulo 1 [Figura 1], que retrata a cidade de Coro, na Venezuela), em busca da valorização de determinados espaços e suas áreas de influência, isto é, a *patrimonialização global* “como uma potência vertical de transformação dos lugares particulares, uma generalidade que recria singularidades e que é movida, dialeticamente, pelas últimas” (Costa, 2014, p. 245).

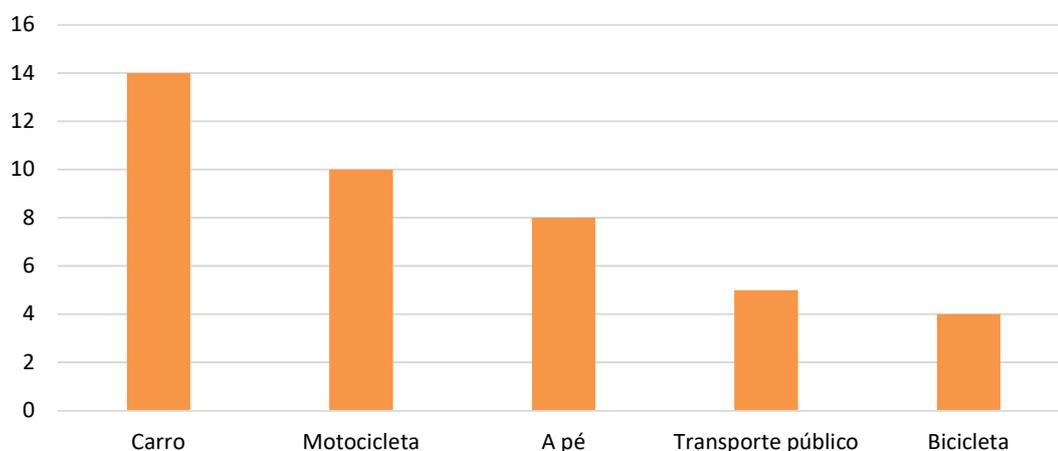
A Intendencia de Colonia, por meio de instrumentos regulatórios como o plano diretor e de gestão; convênios municipais; planejamento territorial; planos de desenvolvimento e de ação; bem como outras regulamentações voltadas para programas específicos promovem projetos de infraestrutura urbana. Esses projetos incluem a implementação de ciclovias e sistemas de transporte de massa, mediante regulamentações voltadas para os usuários, entre outras iniciativas.

O indicador de mobilidade urbana concentra os indicadores de “sistema de transporte público” e “incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte sustentável”; há também os critérios de “calçada e pavimentação” pelos indicadores de “largura e índice de pavimentação” estimado nesses documentos. Mas, ao perguntar aos moradores sobre os incentivos ao uso de bicicletas para circulação e o deslocamento a pé, eles responderam que: 34,15% utilizam carros e 24,39% possuem motocicletas como principal meio de transporte; enquanto 19,51% responderam que se deslocam a pé; já 12,20% utilizam ônibus; e 9,76% usam bicicleta, conforme indica o Gráfico 17. Em Colônia do Sacramento há transporte público urbano<sup>81</sup>, essa opção de transporte se diferencia de Pirenópolis, no Brasil.

---

<sup>81</sup> Existem duas empresas de ônibus que atuam em Colônia do Sacramento, a empresa ABC Coop – Gestión Obrera, que é a uma cooperativa de trabalhadores e a Sol Antigua, de natureza privada.

**Gráfico 17:** Formas de deslocamento em Colônia do Sacramento



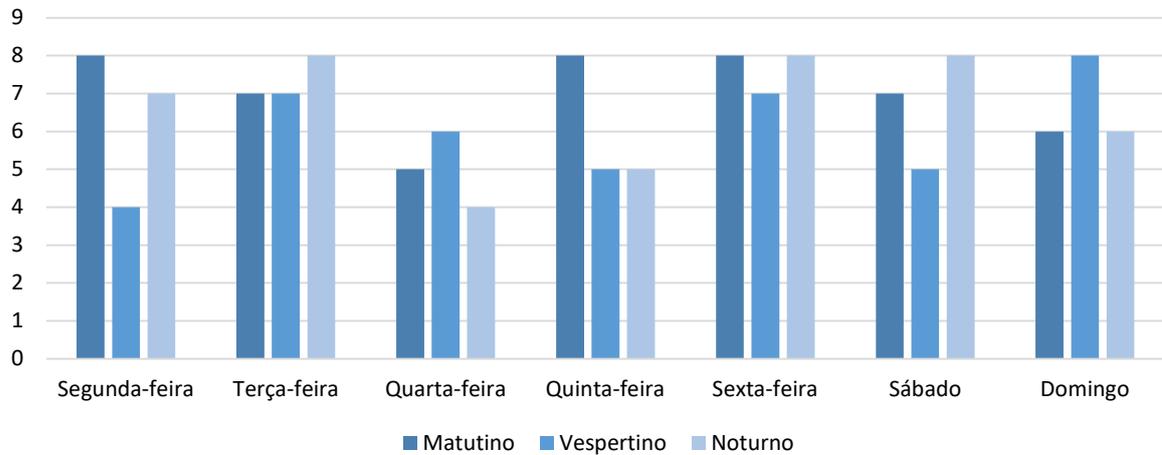
Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

O fato de existir transporte público em Colônia do Sacramento faz com que pensemos acerca das estratégias do capital imobiliário aplicado na área central, que garante um certo nível de importância dessa região em relação à cidade. Em muitas ocasiões, os setores mais valorizados concentram atividades de administração, gestão e finanças, além de atrair segmentos da classe aristocrática que continuam a valorizar essa área.

Villaça (2001, p. 30) afirma que “dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia”. Portanto, a avaliação dos processos globais e dos espaços públicos como elementos urbanos deve ser homologada com essa perspectiva abrangente. É a partir da espacialização de áreas de análise fundamentadas em uma visão totalizante do projeto — e não dos lugares em sua singularidade — que o espaço urbano vai sendo constituído pela sobreposição dessas diferentes dimensões (Castells, 2000; Scarlato & Costa, 2017).

Ao serem questionados sobre quais lugares desde suas casas eles se deslocam a pé (Gráfico 18), as respostas foram: trabalho, igreja, biblioteca, supermercado, feira, drogaria, açougue, praça e a orla do Rio da Prata; No bairro histórico muitas calçadas são irregulares, um dos motivos seria as raízes das árvores, que dificultam a caminhada.

**Gráfico 18:** Fluxo de deslocamento a pé em Colônia do Sacramento



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Consideramos que os dados da Unesco trazidos no capítulo 1 revelam uma perspectiva dialética (Lefebvre, 2000), cujos contextos mostram dimensões das práticas espaciais, as quais corroboram operações patrimoniais realizadas nos espaços públicos atrelados à conformação de subjetividades (Di Méo, 2014). Um dos entrevistados respondeu que a orla é um dos lugares mais frequentados pelos moradores de Colônia, por ser um espaço público que não é muito interessante para os turistas, acaba sendo “mas de Uruguay” como diz ele, e complementa:

La gente de acá algunas veces no viene más para este lado (en la Plaza Mayor), porque es más turístico, porque es como que le gusta más ir para la parte de la Rambla, por ejemplo, que la Rambla es linda por acá. Y la gente va y le gusta tomar mate, estar más tranquilo ahí en la playa. Y acá es más como para venir el fin de semana, por ejemplo, y pasear y tomar mate la vuelta etc.<sup>82</sup>

Quando perguntados sobre o uso de motocicletas, eles falaram que utilizam para ir ao trabalho, para ir à igreja e para levar os filhos nas escolas e(ou) creches. O fato de ter ônibus para circulação dentro da cidade produz uma dinâmica diferente ao longo da semana e aos finais de semana (Figura 36), além disso, há o aluguel de transporte para turistas, como, por exemplo, bicicletas, quadriciclos, *buggys* e carros.

<sup>82</sup> Entrevista realizada com o Sr. J. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 25 de setembro de 2024.

**Figura 36:** Fluxos e fixos nos espaços públicos de Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023 e 2024.

Tanto para Gómez (2019) quanto para Sánchez (2007), a lógica comercial das cidades cujos espaços públicos são afetados pela *patrimonialização global* tendem a gerar tensões e conflitos, além de tender a homogeneizá-los (Harvey, 2005) conforme as necessidades e interesses da elite econômica. Quando isso ocorre em cidades coloniais, a desigualdade é ainda mais visível devido à escala do lugar (se comparada à uma metrópole, por exemplo), em que há impacto significativo na vida dos trabalhadores que dependem desses espaços públicos, por ser o local onde vendem suas mercadorias, se encontram ou praticam o lazer, gerando acesso ou inaccessibilidade (Manrique, 2013; Gómez, 2019).

Logo, a ideia de desenvolvimento trazida por Santos (2009, p. 77) sinaliza que, se tal desenvolvimento é visto somente pela teoria e ignora as diferentes realidades, corre-se o risco de haver uma “formulação irreal como quadro de referência”, levando ao que Scifoni (2017, p. 122) compreende por opções movidas e “necessárias à atração de novos investimentos em um cenário de competição global das cidades”.

Os espaços públicos de Colônia do Sacramento favorecem o patrimônio, em que o turismo e o desenvolvimento formam a tríade da narrativa sobre preservação. Mas, além disso, o uso do bairro colonial pode ser afetado pelas alterações climáticas. De modo geral, avalia-se que eventos extremos podem impactar o patrimônio urbano

histórico, como analisou amplamente Costa (2018), em diferentes países da América Latina e do Caribe<sup>83</sup>, inclusive com dados e observações em campo. Como já mencionamos, existem regras institucionais que implicam sob os espaços públicos dos sítios históricos patrimonializados, que é a conservação e a preservação destes como um dos requisitos para se manter na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, e como referentes visuais na promoção do turismo nacional e internacional (Alvarado & López, 2018).

O indicador de conforto térmico possibilita compreender, por exemplo, que o escoamento superficial de maiores volumes de água pode danificar a pavimentação das ruas do bairro histórico, causar subsidência e eventuais danos às fundações de edifícios históricos, por isso a importância do critério “ambiente”, que implica ameaças reais na manutenção dos espaços públicos. Isso resultaria na necessidade de respostas rápidas para mitigar, reparar e interromper processos de erosão, garantindo que os espaços públicos permaneçam transitáveis para a população local e o turista. Costa (2018, p. 4) observa que “sujetos situados, en situación espacial y conscientemente movilizados constituyen la resistencia patrimonial y la mitigación de riesgos”.

As entrevistas foram feitas em diferentes horários, a saber: manhã (10h), tarde (15h) e noite (19h), com registros fotográficos feitos de 30 em 30 minutos. Quando questionados sobre quais espaços públicos apresentam melhorias em termos de nivelamento, acessibilidade e visibilidade, as respostas foram: Praça Maior, Avenida General Flores, P.º de San Gabriel, Doca de Colônia do Sacramento, a Praia Urbana de Rowing e a Praça de Armas.

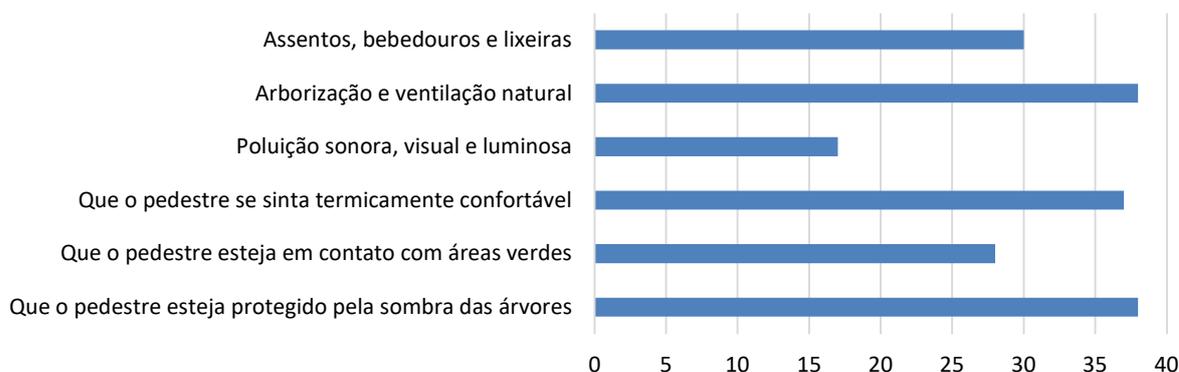
Conforme mostra o gráfico 19, aproximadamente 20,21% dos entrevistados responderam que a sombra das árvores é fundamental para caminhadas e passeios, outros 20,21% falaram sobre arborização e ventilação natural e 15,96% afirmaram que assentos, bebedouros e lixeiras são objetos fundamentais para uso dos espaços públicos. Apesar disso, esse último indicador obteve uma resposta acerca da falta de

---

<sup>83</sup> Conforme aponta Costa (2018), diversos países enfrentam impactos significativos decorrentes de eventos naturais extremos e desastres de origem geofísica e climatológica. No Brasil, destacam-se enchentes e secas; na Costa Rica, erupções vulcânicas e tempestades; em Cuba, terremotos e inundações; no México, terremotos e temperaturas extremas; na Nicarágua, secas, deslizamentos de terra e tempestades; no Panamá, incêndios e inundações; e no Peru, temperaturas extremas, terremotos e inundações.

banheiros públicos que, segundo a moradora, apenas em dia de shows e eventos públicos há instalação de banheiros químicos por parte da Intendencia de Colonia.

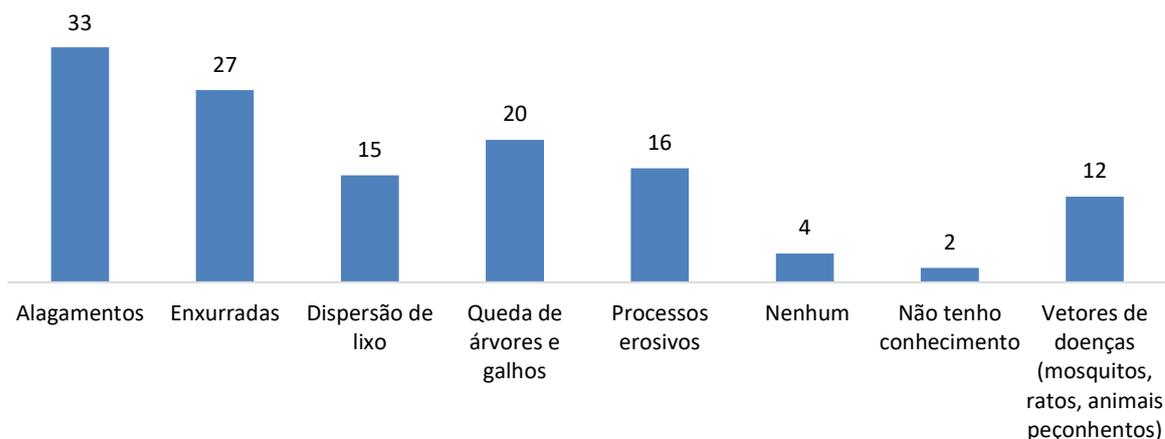
**Gráfico 19:** Melhoria do conforto térmico e ambiental em Colônia do Sacramento



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

Quando questionados sobre os impactos negativos de ordem urbano-ambiental nos espaços públicos (Gráfico 20), as três respostas mais ouvidas foram: alagamentos (25,58%), enxurradas (20,93%) e queda de árvores e galhos (15,50%). Devido às características de uma cidade localizada de frente para o Rio da Prata, a influência do clima local e regional (como já foi dito acima) recai diretamente sobre os espaços públicos de Colônia do Sacramento, por isso a necessidade de reverter esse quadro atual de danos no centro histórico.

**Gráfico 20:** Problemas de ordem urbano-ambiental em Colônia do Sacramento



Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

O indicador de seguridade e proteção busca compreender a percepção dos moradores em relação às “tipologias das ruas, travessias, iluminação pública e os fluxos de pedestres nos períodos diurno e noturno”, que se referem ao critério de segurança viária. Colônia do Sacramento teve um crescimento turístico exponencial, mesmo com reflexos positivos segundo o Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento (2012), “como destino turístico emergente y complejo, recibe cada vez más visitantes; por lo tanto, es necesario equilibrar la presión del turismo, y la protección y la integridad del Sitio”.

Em complemento a este indicador, o critério de segurança pública é estudado a partir dos indicadores de “vigilância, fachadas fisicamente permeáveis, fachadas visualmente ativas e morfologia do espaço público” considerando as necessidades dos moradores ao longo dos anos. Percebe-se que há mera preocupação com a qualidade dos espaços públicos, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento da cultura local *versus* número de visitantes em excesso. Como nos lembra Borja (2006, p. 2), os espaços públicos também foram criados a partir de um urbanismo mais conservador seguindo a lógica do Estado patrimonialista, que segundo o autor, está “en arquitecturas banales, en bloques aislados y aislantes y que, cuando pretende ser monumental, suele convertirse en una afirmación pre-suntuosa del poder político o económico”.

Em relação à velocidade dos veículos motorizados, os entrevistados relataram que, durante o dia, há uma percepção de maior respeito às leis de trânsito — especialmente devido à presença de semáforos ao longo da Avenida General Flores. No entanto, a circulação de quadriciclos, elétricos ou não, geralmente utilizados por turistas, também foi mencionada como um fator de atenção. Já durante a noite, a sensação de segurança diminui, principalmente nas travessias, devido à necessidade de compartilhar o espaço com carros. Inclusive, durante as entrevistas, uma moradora relatou que “a algunos no les gusta que esté cerrado, les parece malo porque tienen rejas, vallas y avisos de que no pueden cruzar de esta calle a otra, he visto a muchos conductores faltarles el respeto a estos espacios públicos, estacionarse incorrectamente”.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> Entrevista realizada com a Sra. P. N., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2024.

Apesar de Colônia do Sacramento, assim como Pirenópolis, apresentar baixos índices de violência, a iluminação pública foi apontada como um fator crítico pelas mulheres entrevistadas. Elas relataram que a iluminação é ineficiente tanto durante o dia — em áreas mais sombreadas — quanto à noite, e que há uma desigualdade na distribuição da luz, com alguns trechos mais iluminados do que outros. A luz emitida pelos postes com fiação subterrânea, de tonalidade mais amarelada e espaçada, dificulta o deslocamento, especialmente no inverno, quando escurece mais cedo — por volta das 17 horas, já há pouca visibilidade. Uma exceção é a Avenida General Flores, onde há reforço de postes modernos e a iluminação é complementada pelas vitrines de lojas, bares e restaurantes.

Mascaró (2006 p. 24) afirma que projetos de iluminação pública (em planos diretores, estatutos etc) muitas vezes são dissociados da escala humana, “isto significa que os requerimentos dos planos verticais das ruas e praças devem formar parte das bases do planejamento da iluminação e do espaço urbano” e continua:

A cidade é um produto eminentemente histórico que se expressa ligando a estrutura social e as formas espaciais em um todo ambiental estruturado. Essa é a visão que deve orientar a iluminação de seus recintos urbanos. A cidade se materializa e se expressa no conjunto de espaços privados articulados com o espaço público. A relação entre o espaço público e o privado é uma dialética, cada espaço público tem uma face privada e cada espaço privado tem um rosto público. (Mascaró, 2006, p. 25)

As cidades apresentam diferentes estilos de vida nas dimensões diurnas e noturnas, e as demandas de cada uma expressam diferentes práticas sociais “la nocturnidad no necesariamente debe ser siempre transgresora, disruptiva ni juvenil, pero si acompañada de una economía del tiempo nocturno e iniciar, terminar o atravesar la noche” (Becerra, 2018, p. 140). O fluxo de turistas faz com que a maior frequência de uso do espaço público seja durante o dia e reduz a noite, 32 entrevistados afirmaram isso e, mesmo assim, durante os dois campos foi observado que há pouco policiamento nas ruas, os entrevistados disseram que existem departamentos de polícia espalhados com unidades no Terminal Fluvial de Colônia, na Avenida General Flores e na Dr. Daniel Fosalba.

Sobre as fachadas, os entrevistados disseram que há bastantes fachadas cegas, existem muros altos, assim, sobretudo onde o fluxo de pedestres é baixo, a sensação de insegurança aumenta. Há o funcionamento diferenciado do comércio que

serve mais ao turista do que ao morador e isso também foi ressaltado pelos entrevistados, o uso das edificações residenciais modificadas para Airbnb e Booking também comprometem a articulação dos espaços públicos e privados, a venda de imóveis que levam muito tempo para serem comprados também foi uma questão levantada por eles. O quadro 12 e a figura 37 trazem esse resumo.

**Quadro 12** : Segurança nos espaços públicos em Colônia do Sacramento

	Dia			Noite		
	Boa	Parcial	Ruim	Boa	Parcial	Ruim
Segurança nas ruas	Velocidade dos veículos motorizados	●			●	
	Iluminação pública		●		●	
	Travessias		●		●	
	Fluxo de pedestres baixo			●	●	
Segurança pública	Ausência de vigilância		●			●
	Fachadas fisicamente permeáveis		●		●	
	Fachadas visualmente ativas		●		●	
	Interação mista (espaço privado e calçada)		●			●

Fonte: Elaborado pela autora a partir do trabalho de campo, 2024.

**Figura 37:** Fluxos e fixos em Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023 e 2024.

Pérez-Villalón, Ortega-Esquivel, Saavedra & Lobos-Peña (2023) corroboram

com uma visão patrimonial dos espaços públicos devido às reformas urbanas e mudanças das normativas articuladas entre o poder público e as tendências urbanísticas nacionais e internacionais que acometem a América Latina. Para os autores, a renovação urbana<sup>85</sup> nos centros históricos latino-americanos gera impactos positivos e negativos, pois as articulações e estratégias criadas pelos setores público e privado nem sempre são democráticas, o que suscita conflitos e deslocamentos forçados desde o centro até as periferias, “el patrimonio siempre debe incorporarse a las lógicas de desarrollo urbano, alejándose de propuestas de congelamiento de los centros históricos que solo aseguran acelerar la obsolescência” (Pérez-Villalón, Ortega-Esquivel, Saavedra & Lobos-Peña, 2023, p. 20). A figura 38 mostra essa conjuntura a partir de placas indicando a palavra “VENDE” na fachada dos imóveis.

**Figura 38:** Imóveis à venda em Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023 e 2024.

O quadro 13 aglutina os indicadores sintéticos acerca dos espaços públicos em Colônia do Sacramento, cujos questionários possibilitaram o acervo desenvolvido nesse item. O quadro também conta com um marco conceitual teórico, além de instituições de referência para a construção dos indicadores sintéticos propostos para o desenvolvimento do PUP.

<sup>85</sup> A renovação urbana (RU) implica momentos históricos distintos e possui um amplo estudo teórico sobre as localidades que a realizam, a partir da problemática do planejamento urbano territorial e as políticas de transformação nos/dos lugares.

**Quadro 13:** Indicadores sintéticos e sua qualidade em Colônia do Sacramento

Indicadores	Dimensões/indicadores componentes	Autores/Instituições de referência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaços para brincar</li> <li>• Equipamentos comunitários</li> <li>• Atividades que envolvem pessoas idosas</li> <li>• Equipamentos fixos e serviços no espaço público</li> <li>• Atividades com usos e apropriações comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços públicos atrativos;</li> <li>- Atividades que envolvem pessoas de diferentes faixas etárias;</li> <li>- Práticas sociais e características dos espaços públicos que dinamizam os locais tanto durante o dia quanto à noite;</li> <li>- Práticas presentes nos espaços públicos que possibilitam compreender as formas de sociabilidades que se estabelecem na vida cotidiana e que permitem esse contexto;</li> <li>- Ausência e presença de equipamentos públicos para prática de atividades físicas, de lazer etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intendencia de Colonia</li> <li>- CPCN</li> <li>- Unesco</li> <li>- Crossa (2013)</li> <li>- Gomes (2018)</li> <li>- Costa (2018)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bem de interesse patrimonial</li> <li>• Declaração de interesse local e nacional</li> <li>• Festas populares localizadas</li> <li>• Símbolos, caracterização das celebrações</li> <li>• Diferenças dos espaços públicos dos demais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços públicos tombados pelo CPCN;</li> <li>- Bens e objetos culturais tombados pelo CPCN que formam o patrimônio urbano;</li> <li>- Área que está na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco;</li> <li>- Festividades (anual e espontânea) em diferentes espaços públicos;</li> <li>- Características simbólicas culturais que correspondem à histórica da cidade e dos residentes;</li> <li>- Identidades e perfis de valorização dos espaços públicos no Bairro Histórico e áreas adjacentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CPCN</li> <li>- Intendencia de Colonia</li> <li>- Burgos (2019)</li> <li>- Costa (2018)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de transporte público</li> <li>• Incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte sustentável</li> <li>• Largura</li> <li>• Índice de pavimentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A conectividade pedonal em espaços públicos deve ser isenta de obstáculos, assegurando o acesso a equipamentos cotidianos, transporte público urbano e lojas, tanto em relação às residências quanto entre si. Isso permite que pessoas de diferentes perfis realizem suas atividades diárias a pé, utilizando rotas que conectem os diversos usos do espaço urbano;</li> <li>- Dados oficiais sobre transportes (motos, carros, ônibus, quadriciclos, buggys, motocicletas etc.);</li> <li>- Qualidade física das ruas e conexões entre calçamentos, calçadas e vias de circulação;</li> <li>- Estrutura do calçamento e condições físicas das ruas, obras públicas e pavimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intendencia de Colonia</li> <li>- INE (2024)</li> <li>- Plano de Gestão de Colônia do Sacramento</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta de lixo</li> <li>• Poluição sonora, visual e luminosa</li> <li>• Sombra artificial e abrigo</li> <li>• Sombra por copa de árvore</li> <li>• Área permeável</li> <li>• Assentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A constituição de um ambiente urbano qualificado demanda a provisão contínua de serviços públicos essenciais, como a coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, e a incorporação de atributos espaciais que promovam conforto ambiental.</li> <li>- Elementos como vegetação, estruturas sombreadoras e mobiliário urbano contribuem para a permanência, circulação e interação social. Em escala local, tais condições favorecem a ativação dos espaços públicos, estimulando práticas cotidianas e experiências sensíveis que se articulam às características climáticas e morfológicas do lugar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intendencia de Colonia</li> <li>- Souza (2013)</li> <li>- Costa (2018)</li> <li>- NAP Cidades (2019)</li> <li>- Costa (2017)</li> <li>- Satterthwaite (1993)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipologia das ruas</li> <li>• Travessias</li> <li>• Iluminação pública</li> <li>• Fluxo de pedestres nos períodos diurno e noturno</li> <li>• Vigilância</li> <li>• Fachadas fisicamente permeáveis</li> <li>• Fachadas visualmente ativas</li> <li>• Morfologia do espaço público</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Circulação de pedestres e tráfego de veículos motorizados;</li> <li>- Espaços públicos que trazem sensação de segurança fomentam a confiança dos usuários e permitem seu uso sem restrições. É importante que esses locais ofereçam condições de acessibilidade universal, levando em conta as características físicas dos espaços públicos na vizinhança;</li> <li>- Bloqueio de passagens de pedestres por veículos, materiais de construção, arquitetura hostil e outros obstáculos naturais e artificiais nos espaços públicos;</li> <li>- Fluxo de pedestres nos espaços públicos do Bairro Histórico e áreas adjacentes;</li> <li>- Iluminação pública que favorece a escala do pedestre;</li> <li>- Fachadas que atraem ou repelem pedestres e espaços públicos que auxiliam na autonomia e mobilidade dos indivíduos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intendencia de Colonia</li> <li>- Plano de Gestão de Colônia do Sacramento</li> <li>- Jornais locais</li> <li>- Mascaró (2006)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Indubitavelmente, existem múltiplas orientações e indicadores adotados para a avaliação abrangente da qualidade e da quantidade do espaço público na América Latina. Notadamente, no contexto da avaliação de elementos intrínsecos ao espaço público, como sua infraestrutura e o estado do mobiliário urbano, várias abordagens podem ser empregadas, tais como o levantamento meticuloso da infraestrutura apresentado no espaço público. Isso engloba não apenas o mobiliário urbano, mas também elementos como sistemas de drenagem, redes de abastecimento de água e de energia, entre outros.

Essa descrição constitui o ponto de partida para a análise e representa tanto uma condição quanto um elemento de sustentação para a avaliação da qualidade dos espaços públicos. O quarto capítulo da tese apresenta a síntese do estudo em diálogo com os instrumentos urbanísticos vigentes nas duas cidades, com o objetivo de favorecer a continuidade dos usos e a salvaguarda desses espaços. A preservação de sua longevidade, por sua vez, contribui para a construção de um *planejamento urbano possível*, conforme propõe Costa (2021a).

# IV

## **PARTE IV: PRÁTICAS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E SUJEITOS EM PIRENÓPOLIS E COLÔNIA DO SACRAMENTO**

Este capítulo aborda as práticas sociais que manifestam a participação dos sujeitos em Pirenópolis e em Colônia do Sacramento, a partir do que foi apresentado no capítulo anterior, tendo em vista a força da *patrimonialização global* nos territórios estudados. Os itens estão divididos em três momentos; o 4.1 produz um quadro condensado acerca das perspectivas metodológicas da *geografia social imaginativa do lugar* como contributo para pensar o espaço público na ótica do sujeito e na elaboração da equidade socioterritorial.

O item 4.2 traz as referências individuais e coletivas que integralizam experiências das e dos habitantes e propiciam articulações com estratégias de planejamento, com a flexibilidade e com a diversidade de propostas como a dos indicadores sintéticos do *planejamento urbano possível* ajustável às variadas e múltiplas necessidades da população em Pirenópolis na elaboração do plano diretor e demais instrumentos urbanísticos. Finalmente, o item 4.3 destaca a apreensão das relações integradas nas práticas sociais em Colônia do Sacramento, que as qualificam e as diferenciam, e podem ser incorporadas aos indicadores sintéticos para o *planejamento urbano possível* e ao processo de revisão e elaboração do plano diretor e de outros mecanismos de ordenamento territorial, a fim de humanizar as técnicas.

#### **4.1. Quadro síntese: possibilidades e metodologias da *geografia social imaginativa do lugar***

A gênese das cidades modernas revela uma abordagem nominalista do ser humano, em que a pressuposição de igualdade individual, em detrimento da diversidade de estilos de vida e apropriação do espaço, serviu de base para a perpetuação de estruturas e valores do período colonial na configuração dos espaços públicos e territórios urbanos na América Latina. Os centros históricos são simbolicamente a referência espacial dos moradores, como argumentam Scarlato & Costa (2017, p. 16)

Estão em relação diferentes espaços, em uma dialética que favorece o pensamento do processo totalizante espaço-sociedade, espaço-cidade-urbano. Logo, reconhecemos o centro histórico como espaço denso de significados, irradiador e receptor da essência do urbano, conforme relações surgidas da urbanização espraiada, inteirando e integrando os diversos espaços por meio de processos totalizantes geracionais da cidade.

A pretensa neutralidade política e a estética do planejamento urbano, historicamente propagada, desvelam-se, em análise crítica, como a perpetuação de um ideário individualista, enraizado na política moderna e na gestão tecnocrática do espaço. Tal ideário, ao priorizar a racionalidade técnica em detrimento da dimensão política e social da cidade, promove a alienação do indivíduo de sua agência política cotidiana, restringindo sua capacidade de moldar o espaço urbano segundo suas necessidades e desejos, “la investigación, los planes maestros, el uso de la tierra y las leyes de ocupación deberían resaltar el conocimiento de los sujetos que, colectiva y emocionalmente, constituyen territorios populares, centros nuevos o viejos” (Costa, 2021a, p. 93).

Quijano (1978) argumenta que a forma como as cidades se desenvolvem na América Latina é frequentemente marcada por desigualdades profundas, que são resultado de um processo de urbanização que reproduz e intensifica as relações de dependência econômica e política. Isso leva a uma distribuição desigual de recursos e oportunidades, com algumas áreas se beneficiando mais do que outras. Logo, na abordagem do planejamento urbano, a análise da cidade frequentemente se distancia da experiência individual do habitante, dado que a organização espacial urbana, na política moderna, tende a ser concebida a partir de abstrações do espaço e do sujeito, contrariamente ao interesse de uma perspectiva realista que valorize a vivência concreta do mundo e das pessoas (Costa, 2021a).

Dussel (1992) e Mignolo (2005) desenvolvem uma crítica epistemológica profunda, chamando atenção para a necessidade de desobedecer à matriz colonial de saber. Assim, ao superar a visão reducionista que limita a estruturação espacial à sua dimensão material, abrem-se caminhos para novas interpretações da cidade. Nesse sentido, o espaço público não se restringe à sua configuração física, mas deve ser compreendido como um território de produção política, no qual a cidade se constitui simultaneamente como matéria e estrutura da política na contemporaneidade.

Logo, no urbanismo globalizado, a ênfase recai sobre a cidade enquanto objeto, obscurecendo a experiência afetiva dos cidadãos. Falamos da alternativa proposta por Costa (2021a), que conecta as dimensões de *cultura, existência e imaginário* como vetores analíticos, apontando que a coesão social e o cuidado urbano exigem a ativação da imaginação coletiva e a partilha de sentidos no espaço urbano. Assim, a

cidade não pode ser reduzida a um objeto de gestão, pois sua natureza reside na experiência vivida, na historicidade e na construção simbólica dos sujeitos. Com base em Marcuse (1998), Costa (2021a, p. 114) argumenta que a cultura

en este debate de los hechos socioespaciales, emerge de la ontología imaginaria del sujeto, explicando acciones de opresión o resistencia transescalar, de la comunidad a la nación sujeta al yugo económico o neocolonial, que tiene la ciudad y el territorio como sus principales depositarios.

Pesquisar sobre os usos e as funções dos espaços públicos, nesse contexto, significa identificar a tese e introduzir novas abordagens de preservação centradas nos sujeitos como a saída para resolver discussões tão danosas, que envolvem a universalidade do patrimônio em relação às questões locais, pois há uma complexidade compreensível no lugar. Se tivermos a escuta do sujeito em seu lugar de vida, aproximamos de uma interpretação do horizonte local frente ao global, revelando a conotação chave, os pontos de intersecção entre as funções do *planejamento urbano possível* para cruzar tais perspectivas em uma tentativa de fazer uma síntese prospectiva. Uma vez que no planejamento urbano totalitário

El uso de estas nociones, sin investigación social rigurosa que adopte métodos y metodologías de las ciencias humanas, puede disminuir u omitir, en el discurso y la práctica, el valor de las resistencias situadas, las posibilidades reales de la planificación técnica oficial y de cartografías imaginativas (o representaciones espaciales fenomenológicas y dialécticas de bienes o vulnerabilidades *in situ*). (Costa, 2021a, p. 93)

A fenomenologia, nesse contexto, emerge como subsídio epistemológico que desloca o foco da racionalidade funcional para a ontologia do urbano.

É no processo permanente de produção material e emocional da cidade, bem como na situação de indivíduos, de grupos e da própria sociedade, que se faz a essência do urbano, podendo ser revelada pela difícil interpretação das complexas dimensões e formas da existência humana espacializada. Devemos, sempre, pensar que essa essência são aquelas determinações que não são meras contingências. Portanto, queremos apreender quais são as determinações que definem a natureza do fenômeno urbano. (Scarlatto & Costa, 2017, p. 3)

Como lembram Costa & Suzuki (2012), o existencialismo pode ser compreendido como um aporte que tensiona e enriquece o materialismo histórico ao introduzir a centralidade da experiência individual, da consciência subjetiva e da dimensão ontológica da existência. Ao fazê-lo, desloca o foco exclusivo das estruturas materiais e abre espaço para a consideração de angústias, escolhas e sentidos

atribuídos pelos sujeitos à sua condição histórica. Nesse sentido, contribui para uma leitura mais complexa da realidade social, em que as determinações objetivas dialogam com os modos de ser no mundo.

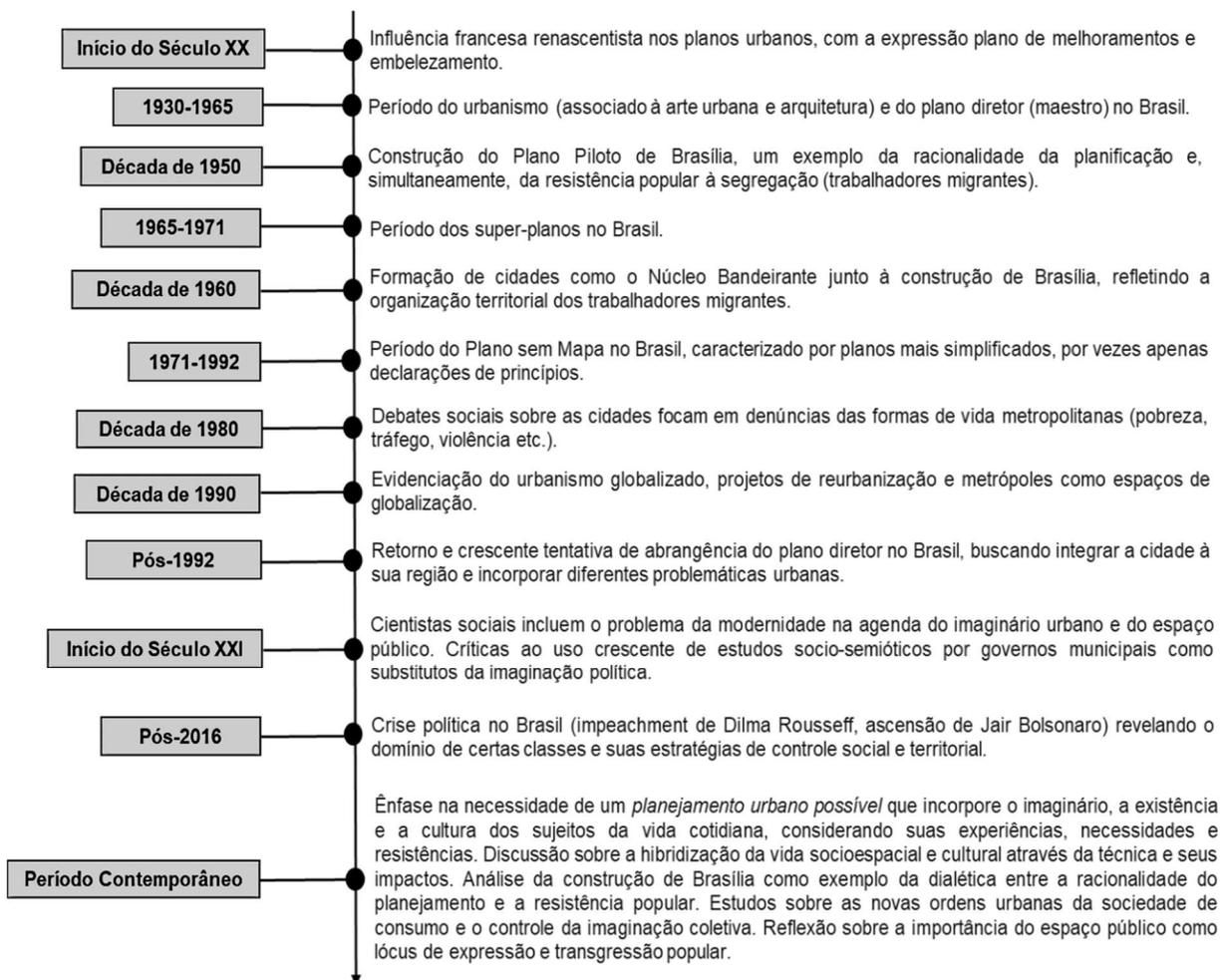
As utopias constituem negações propositivas do presente, instaurando-se como horizonte de possibilidade ao tensionar os limites entre o real e o imaginado. Ao recusar o *status quo*, projetam futuros desejáveis, inscrevendo-se no intervalo dialético entre o possível historicamente condicionado e o impossível ainda por vir, e podem ser vistas “por uma outra sociedade e por um imaginário social da transformação popular a partir de símbolos territoriais resistentes à colonialidade: arte, religião, saberes, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais” (Costa, 2016, p. 9).

Uma abordagem que reverta a matriz colonial de pensamento, na reconstrução das interpretações sobre a cidade, deve partir das formas concretas de ocupação do espaço urbano, baseando-se na prática cotidiana em vez de suposições ou modelos hegemônicos de uso do espaço público. Isso implica ter atenção quanto à reprodução acrítica de paradigmas europeus que, por sua própria natureza, não correspondem às dinâmicas e realidades urbanas brasileiras e uruguaias (como visto nos capítulos 1 e 2). O *planejamento urbano possível* envolve a construção de uma dinâmica social que legitima direitos políticos, sociais e cívicos, fortalecendo a expressão coletiva, a convocação pública e a integração social.

Por outro caminho, a *patrimonialização global* é categoria que confronta a ideia de desenvolvimento (Smith, 1988). Segundo Corrêa (1995, p. 7), o espaço urbano ou a “organização espacial da cidade” é central para compreender as dinâmicas socioespaciais contemporâneas, por concentrar a maior parte da população; a intensa circulação de capital; e a implantação hegemônica do paradigma do patrimônio cultural. Em diálogo com Lefebvre (2000), Harvey (2014, p. 22) argumenta que o capital “se apropria do espaço”, por meio de estratégias de acumulação e reestruturação urbana, nas quais o patrimônio é apropriado como mercadoria. Nessa mesma direção, Costa (2015) alerta que a *patrimonialização global* estetiza a memória, subordinando-a aos imperativos do mercado e à lógica excludente das políticas urbanas.

A seguir consta a linha do tempo (Figura 39) dos eventos históricos que marcam a construção do *planejamento urbano possível* pensado por Costa (2021a).

**Figura 39:** Linha do tempo de eventos históricos que norteiam o *planejamento urbano possível* e a *geografia social imaginativa do lugar*



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Costa (2021a).

O quadro 14 traz as práticas sociais e as abordagens metodológicas da *geografia social imaginativa do lugar* proposta por Costa (2021a) construídas a partir das análises feitas em Pirenópolis e Colônia do Sacramento, e podem ser revistas considerando as diferentes realidades das cidades latino-americanas, isto é, observando os níveis territoriais e as escalas de ação — como dito por Santos (2013, p. 198). Assim, o quadro propõe um conjunto sistemático de indicadores sintéticos voltados à análise do espaço público (em conformidade com o capítulo 3), articulando dimensões quantitativas e qualitativas relacionadas às práticas sociais que ativam os lugares. A categorização abrange desde os usos cotidianos e as sociabilidades,

passando por aspectos patrimoniais e culturais, até variáveis associadas à mobilidade, ao conforto ambiental, ao arquitetônico e à segurança. Tal estrutura metodológica permite a observação empírica e participativa, bem como a análise técnica e normativa dos espaços públicos, revelando suas múltiplas camadas de significação. A abordagem proposta valoriza tanto a leitura direta do espaço público quanto o cruzamento com dados institucionais, consolidando uma perspectiva geográfica que integra a vivência dos usuários à estrutura física e simbólica do território, como indica Costa (2021a).

Além disso, o foco na periodicidade e na diversidade de instrumentos de coleta reforça a importância de um monitoramento contínuo e multiescalar do espaço público, que considera as práticas sociais em sua dinâmica temporal e espacial. A presença de agentes variados (desde técnicos urbanísticos e geógrafos e a pesquisadores sociais e culturais) destaca o caráter interdisciplinar necessário à compreensão aprofundada das identidades espaciais e das condições de uso dos espaços públicos, também destaca quais ferramentas podem ajudar na compreensão dessa interação nos bairros históricos patrimonializados.

A aplicação em campo dos indicadores, como a observação participante e o levantamento etnográfico, por exemplo, permite captar as sutilezas do uso e da representação do espaço público, contribuindo para uma leitura crítica e situada de Pirenópolis e de Colônia do Sacramento. Tal proposta, se integrada ao planejamento urbano das cidades analisadas e às políticas públicas locais, pode fomentar práticas mais inclusivas, que valorizem não só os aspectos materiais dos espaços públicos, mas também reforcem os imaginários e afetivos.

**Quadro 14:** Práticas sociais propositivas e metodologias de uma *geografia social imaginativa do lugar*

<b>Categoria</b>	<b>Indicadores sintéticos propostos para o PUP</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Fonte</b>	<b>Instrumento de Coleta</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Como aplicar em campo</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Observações</b>
Usos, sociabilidades e atividades	N.º de atividades recreativas nos espaços públicos	Quantitativo (n.º/mês)	Secretaria de Cultura / Observação	Contagem direta / Agenda oficial	Leitura direta do espaço urbano / observação participante	Realizar rondas de observação nos horários de maior uso; registrar tipo, frequência e perfil dos usuários	Mensal	Equipe de campo	Considerar praças, parques e áreas históricas
Áreas tombadas por instituições locais/nacionais	Área total tombada	m² ou ha	Comissão do Patrimônio / Cartografia	SIG / QGIS	Análise cartográfica e comparação normativa	Coletar camadas georreferenciadas e sobrepor ao plano diretor; verificar usos	Anual	Técnico urbanístico / Geógrafo	Comparar com Plano Diretor
Áreas declaradas pela Unesco	Perímetro e zoneamento da área reconhecida	m² ou ha	Unesco / Comissão do Patrimônio	Mapas oficiais / Documentos	Leitura técnica-documental e espacial	Visitar o perímetro reconhecido, validar limites com GPS e registros fotográficos	Pontual	Gestor de patrimônio	Incluir áreas de transição se existirem
Monumentos de interesse público	Quantidade e estado de conservação	Nº + Índice qualitativo	Comissão do Patrimônio / Levantamento <i>in loco</i>	Planilha + observação direta	Inventário patrimonial com escala de qualificação	Realizar visitas técnicas, aplicar ficha de avaliação visual, registrar com fotografias	Semestral	Arquiteto / Geógrafo / Historiador	Classificação: bom / regular / ruim
Atividades culturais gratuitas	N.º de eventos por mês / ano	Quantitativo (n.º)	Secretaria de Cultura	Agenda cultural	Mapeamento de oferta cultural	Levantar e verificar a realização dos eventos por meio de observação e entrevistas com organizadores	Mensal	Coordenador cultural	Confirmar realização dos eventos programados
Elementos culturais	N.º de manifestações tradicionais visíveis	N.º	Entrevistas / Observação	Ficha etnográfica	Abordagem etnográfica e culturalista	Circular pelos espaços públicos em datas festivas; entrevistar praticantes e observadores	Semestral	Pesquisador social	Festivais, danças folclóricas, artesanato etc.
Identidades dos espaços públicos	Grau de identificação dos moradores	Escala Likert (1–5)	Questionário	<i>Survey</i> presencial / online	Levantamento de percepção	Aplicar questionários em pontos estratégicos e por amostragem (residentes, trabalhadores, visitantes)	Semestral	Pesquisador urbano	Incluir turistas e usuários eventuais para análises
Acesso, circulação e mobilidade	Tempo médio de deslocamento a pé nos espaços públicos centrais	Minutos	Cronometragem / GPS	Aplicativo de mobilidade / Relógio	Medição direta com apoio da cartografia e análise da fluidez espacial	Traçar rotas principais, cronometrar percursos em diferentes horários e registrar obstáculos ou barreiras	Pontual	Estagiário em campo	Considerar barreiras físicas e perceptivas
Conforto térmico e arquitetura	Temperatura média em áreas sombreadas e expostas	Graus Celsius	Medição <i>in loco</i>	Termômetro digital	Leitura microclimática associada à morfologia urbana	Escolher pontos fixos sombreados e expostos; medir temperatura nos mesmos horários em diferentes dias	Trimestral	Técnico ambiental	Realizar medições em dias secos e chuvosos
Proteção e segurança	N.º de ocorrências registradas por mês	N.º	Secretaria de Segurança	Base de dados oficial	Cruzamento de dados objetivos e percepção social	Solicitar dados por bairro/área; complementar com entrevistas sobre sensação de segurança	Mensal	Agente de segurança	Pode incluir percepção de segurança

Fonte: Elaborado pela autora a partir de observação em campo, revisão teórico-metodológica do PUP e instrumentos urbanísticos normativos de Pirenópolis e Colônia do Sacramento, 2025.

A relação entre espaço público e *geografia social imaginativa* para a construção metodológica do *planejamento urbano possível* pode ser orientada por dados visuais e discursos que denunciam a segregação urbana imposta pelas desigualdades sociais nas cidades coloniais da América Latina. Outro ponto central dessa problematização refere-se à construção de indicadores para avaliar a ativação popular e sua influência no planejamento urbano.

Costa (2021a) argumenta que os indicadores tradicionais utilizados nas políticas patrimoniais — como fluxo de visitantes e investimentos em infraestrutura — são insuficientes para mensurar a relação das comunidades com os espaços públicos. A definição de novos parâmetros deve levar em conta variáveis como o grau de apropriação cotidiana dos espaços públicos, a permanência de práticas culturais locais e a autonomia dos moradores na formulação das diretrizes urbanísticas. No entanto, a incorporação desses aspectos subjetivos e qualitativos ao planejamento urbano enfrenta resistência institucional, dado que indicadores convencionais baseados em métricas quantitativas ainda predominam na formulação de políticas públicas.

#### **4.2. Pirenópolis: narrativas espaciais integradoras**

A formação do espaço público é um processo histórico vinculado à evolução urbana, marcada pela luta constante por direitos e pela busca pela igualdade. Na modernidade, a ideia de “público” tem se expandido, ganhando um sentido cada vez mais universal (Gomes, 2018). Sob diferentes formas de estudo, a análise do espaço público requer a compreensão do contexto histórico, dos conflitos de interesse, da multiplicidade dos indivíduos, das tensões existentes que levam aos diferentes usos e apropriações ou não dos espaços públicos, como visto no capítulo 3.

No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico feito pelo IBGE (2022), os municípios com até 20 mil habitantes correspondem a 70,6% do total e concentram 16,5% da população. Ainda nesse estudo, os municípios classificados como pequeno porte II, cuja população varia de 20.001 até 50.000 habitantes, corresponde a 18,9% do total de cidades com 15,75% do total da população.

A análise territorial das cidades de menor porte, intrinsecamente ligadas ao

espaço rural e aos núcleos urbanos dispersos no campo (distritos e povoados), demanda um aprofundamento por parte dos geógrafos e sociólogos com foco em teorias e metodologias atuais (Costa, 2021a). A compreensão de suas particularidades é crucial para a formulação de planos e propostas eficazes. Portanto, o plano diretor, fundamentado no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de implementar uma política urbana que possibilite o planejamento das cidades, tornando-se a principal ferramenta para a organização do espaço territorial municipal.

Como foi destacado no capítulo 2, a revisão do Plano Diretor de Pirenópolis em 2022 foi caracterizada por diversas decisões judiciais que interromperam o progresso do plano e asseguraram a realização de audiências públicas com a comunidade local (capítulos 2 e 3). Publicada em 11 de julho de 2024, a Lei Complementar n.º 026/2024 já está em vigor. Após duas audiências públicas voltadas à leitura da proposta, foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Nivaldo de Melo. Com 193 artigos e 20 anexos.

Assim, apresentaremos as categorias tratadas no capítulo 3, que deram substância ao quadro-síntese das práticas sociais localizadas *versus* expectativas do Plano Diretor de Pirenópolis (2024) e demais instrumentos urbanísticos que consolidam e direcionam as políticas públicas na cidade e para agrupar os indicadores sintéticos relevantes a um *planejamento urbano possível*.

O quadro 15 reúne informações traçadas entre as práticas sociais observadas nos espaços públicos de Pirenópolis inseridas nas respectivas categorias, variáveis e indicadores elencados na tese (trabalhadas, sobretudo, no terceiro capítulo) e sua relação com o Plano Diretor vigente como balizador das políticas públicas e de planejamento territorial. Ao longo do item, essas informações serão exploradas no sentido de identificar o conteúdo político das entrevistas e as relações positivas e negativas com o atual Plano Diretor de Pirenópolis.

**Quadro 15:** Observações coletadas em Pirenópolis *versus* Plano Diretor de Pirenópolis

<b>Categoria</b>	<b>Práticas sociais observadas</b>	<b>Relação com o Plano Diretor (2024)</b>
Usos, sociabilidades e atividades	Ocupação intensa do centro histórico por atividades turísticas, religiosas e festivas; Uso intenso de ruas, becos, praças e calçadas para festas	- Falta de participação popular: Críticas à forma como o projeto avançou sem ampla consulta pública; - Conflitos de interesse: Alegações de que vereadores com interesses particulares influenciaram o processo.

	religiosas, rodas de capoeira, feiras e lazer; Uso de bebidas alcoólicas, cigarros e cigarros eletrônicos; Passeios com animais domésticos.	- O Plano Diretor reconhece a centralidade do turismo e propõe diretrizes para equilibrar usos turísticos e cotidianos, mas carece de mecanismos efetivos de controle de uso intensivo e sazonal. - Falta de equipamentos públicos que podem atrair mais pessoas a utilizar os espaços públicos; - Falta de equipamentos funcionais para práticas de atividades físicas ao ar livre.
Áreas tombadas pelo Iphan	Visitação e uso por moradores e turistas; Tensionamento entre preservação e uso comercial; Guias turísticos são mais procurados para visitas em cachoeiras locais, muitos oferecem transporte motorizado para tal;	- Desconsideração do patrimônio histórico: o Iphan apontou que o plano não prioriza a preservação do patrimônio; - Delimitação equivocada do centro histórico: Áreas frágeis expostas a riscos devido a delimitações inadequadas; - Ausência de reconhecimento internacional: necessidade de estratégias para alcançar reconhecimento da Unesco e fortalecer a preservação do conjunto urbano e cultural.
Monumentos declarados de interesse público	Apropriação para fotografia, turismo religioso, eventos culturais; Alguns espaços públicos com uso esporádico e outros com uso intenso.	- O Plano Diretor mapeia os bens de interesse público, mas a manutenção depende de parcerias interinstitucionais ainda incipientes; - Risco de descaracterização: Projetos de expansão urbana podem ameaçar a integridade de monumentos históricos.
Atividades culturais gratuitas	Festas tradicionais (Folia de Reis, Festa do Divino), exposições, saraus, concertos ao ar livre.	- Previstas em planos setoriais de cultura, mas sem integração sistemática no planejamento urbano. A carência de infraestrutura limita sua regularidade; - Redução de espaços culturais: expansão urbana sem planejamento pode diminuir áreas destinadas a eventos culturais.
Elementos culturais	Fachadas coloniais, calçamento em pedras, igrejas barrocas, paisagem cultural do cerrado.	- O Plano Diretor propõe diretrizes para a manutenção da ambiência cultural, mas com baixa fiscalização quanto a reformas e descaracterização; - Perda de identidade cultural: Modernização acelerada pode levar ao esquecimento de tradições locais.
Identidades dos espaços públicos	Reconhecimento simbólico da Praça do Coreto e ruas históricas como espaços públicos de pertencimento e memória coletiva.	- Descaracterização do espaço urbano: projetos imobiliários podem alterar a configuração tradicional dos espaços públicos; - Identidade reconhecida no Plano Diretor, mas ameaçada pela turistificação e privatização indireta do espaço público.
Acesso, circulação e elementos de mobilidade	Circulação predominantemente a pé no centro, com conflitos entre pedestres e veículos em ruas estreitas.	- Há propostas de melhoria na mobilidade ativa no Plano Diretor, mas faltam ações efetivas para gestão do fluxo turístico e segurança viária; - Aumento do tráfego de veículos: o crescimento urbano desordenado contribui para congestionamentos e dificuldades de mobilidade.
Conforto térmico na arquitetura	Uso de beirais, telhados inclinados e sombreamento natural em casas tradicionais; Perda progressiva nas novas construções.	- O zoneamento patrimonial orienta a preservação arquitetônica, mas há lacunas na aplicação de critérios de conforto térmico e construção sustentável; - Desconsideração das condições climáticas locais: Novas construções podem não atender às necessidades de conforto térmico adequadas à região.
Proteção e segurança	Práticas comunitárias de cuidado com a cidade; Presença pontual da guarda municipal; Carência de iluminação em áreas periféricas.	- O Plano Diretor aponta a necessidade de maior segurança em áreas turísticas e periféricas, mas sem detalhamento de ações específicas; - Falta de infraestrutura adequada pode aumentar a vulnerabilidade em espaços públicos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos trabalhos de campo, em 2023 e 2024, e dos documentos urbanísticos disponibilizados por órgãos oficiais.

- **Usos, sociabilidades e atividades**

Considera o *planejamento urbano possível* “el espacio público es el locus máximo de la imaginación, representación, expresión y transgresión popular, por las demandas del sujeto migrante o urbano” (Costa, 2021a, p. 108). Nesse sentido, as entrevistas mostram que os espaços públicos de Pirenópolis, especialmente as feiras, são vitais para trabalhadores informais, integrando sustento, sociabilidade e gestão familiar. Mais que pontos de venda, esses territórios refletem adaptação às dinâmicas urbanas marcadas pela segmentação entre moradores e turistas. Nesse cenário, os trabalhadores locais resistem à certa invisibilidade institucional.

Tem uns 8 anos que eu trabalho aqui. A gente aposentou e para ganhar um dinheiro extra tem que vender suco na feira. Em casa minha esposa ajuda, embala os produtos junto com meu filho. Aqui na feira tem diversos tipos de queijos, geleias naturais, temperos, remédios caseiros e naturais, cereais, mudas de plantas, verduras, legumes, frutas, doces, pasteis, pães, sucos e garapa. Aí coloco no carro e venho para cá. Eu estou acostumado com a forma de trabalhar. Aqui eu converso com meus amigos, vendo e ainda faço as encomendas da próxima semana. Consigo organizar em casa para saber a quantidade de suco para a próxima semana, sem desperdício e sem gastar mais do que devo porque as coisas são caras na cidade.<sup>86</sup>

Na Lei Complementar do Plano Diretor de Pirenópolis (2024), um dos princípios norteadores definidos no Art. 5º é a humanização da cidade para as presentes e futuras gerações, isto é, que a cidade assuma sua função social para promover o bem-estar social da população de forma democrática e equitativa; enquanto o Art. 31 cita que o Plano Diretor quer “promover a integração física, social e cultural das diferentes zonas urbanas instituídas, de forma a superar as dicotomias eventualmente existentes”.

A análise crítica do espaço público e do planejamento urbano na América Latina tem se consolidado a partir de perspectivas que questionam a modernidade como um projeto cultural ocidental, assentado na racionalidade técnica, na neutralidade científica e na noção universalista do sujeito. Autores como Canclini (1990) e Quijano (2000), propõem interpretações que desestabilizam os modelos urbanos hegemônicos ao revelar as múltiplas temporalidades e lógicas que coexistem nos territórios latino-

---

<sup>86</sup> Entrevista realizada com o Sr.<sup>a</sup> A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

americanos.

Um dos relatos a seguir expressa frustração com a estagnação e a negligência dos poderes públicos, ao mesmo tempo em que uma moradora valoriza o uso ativo e a vida comunitária no Bairro do Bonfim, destacando o uso cotidiano das ruas para caminhadas, exercícios e encontros, especialmente entre os idosos, revelando um espaço público vivido, com forte presença social, ainda que careça de investimentos públicos em infraestrutura de lazer e saúde:

Eu gosto de caminhar, de fazer exercício, não aqui no centro, mas nas ruas lá para cima (apontando para o Bairro do Bonfim). Lá sim dá para fazer atividade, agora prefeitura incentivar, podia fazer academia, colocar aquelas coisas de fazer exercício físico, isso não tem. O que eu mais vejo é quem é mais velho vai sempre à missa, lá não tem erro! Você sempre encontra idoso (risos). Além de lá eu vejo mais indo ao mercado, à farmácia, esse ir e vir, entende?<sup>87</sup>

Se as crianças brincam? Depende... as nossas crianças brincam na rua, nas casas dos vizinhos, nas escolas. Agora turista você pode reparar que alguns restaurantes têm aquelas brinquedotecas dentro do local, né? Aí eles brincam lá, se os pais forem para as cachoeiras também, eles brincam lá... enfim, não tem como brincar muito ali nas ruas do centro, né? As pessoas passeiam só.<sup>88</sup>

O Art. 6º do Plano Diretor de Pirenópolis (2024, p. 4) dispõe dos objetivos do plano, um deles é “promover a distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários, dos espaços livres de uso público e das áreas verdes, de forma a atender à população residente em todas as áreas do Município, priorizando os bairros e setores mais periféricos”. Tal proposta é relevante, mas insuficiente se não vier acompanhada de estratégias concretas de implementação e participação popular. Sem enfrentar as desigualdades históricas no acesso ao espaço público, o objetivo corre o risco de se tornar abstrato, sem efeitos reais na melhoria da qualidade de vida dos moradores mais vulneráveis.

A mais-valia, núcleo estruturante do capitalismo, manifesta-se na apropriação de espacialidades dotadas de sentidos, símbolos e significados singulares, convertendo-os em valor econômico. Tal processo, já vislumbrado pela noção de indústria cultural dos frankfurtianos, insere-se em um discurso de mundialização que transforma especificidades locais em mercadorias globais, como descreve Costa (2015). Segundo Burgos (2019, p. 6), a lógica urbanística imposta durante a

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada com a Sra. G. V., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 28 de maio de 2024.

<sup>88</sup> Entrevista realizada com a Sra. S. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 28 de maio de 2024.

colonização produziu “um hiato que separa uma concepção hegemônica de ver e compreender o mundo em detrimento daquelas que sucumbiram sob a força da violência no decurso da colonização portuguesa e espanhola”. Esses espaços públicos refletem, assim, as preocupações entre patrimonialização e práticas sociais contemporâneas.

- **Áreas tombadas pelo Iphan; monumentos declarados de interesse público; atividades culturais gratuitas; elementos culturais; identidades dos espaços públicos**

Costa (2015, p. 452) assinala que cidades coloniais reforçam o sentido de lugar tensionado pela *patrimonialização global*, uma vez que ela gera a “potência universal de resignificação dos lugares”, ou seja, ocorrem muitas transformações nessas cidades a fim de alcançar o status patrimonial da Unesco, o que faz com que os moradores percebam mudanças nos bairros como uma imposição, tendo a memória como um objeto seletivo da patrimonialização. A cidade patrimonializada torna-se, assim, seletiva e desigual, onde a opção mais latente é a de atrair novos investimentos que a coloquem no cenário de competição global das cidades (Costa & Castro, 2008, p. 33; Scifoni, 2021, p. 122).

No Plano Diretor de Pirenópolis (2024), o centro histórico faz parte da Zona de Qualificação e Consolidação Urbana (ZQCurb) e tem como uma de suas diretrizes requalificar os espaços públicos, promover a proteção do patrimônio histórico, além de controlar a densificação e o fortalecimento de novas centralidades. Contudo, ao não detalhar como essas ações se articulam com o uso cotidiano do espaço público, corre-se o risco de aprofundar a exclusão socioespacial. A contenção da densidade pode limitar práticas populares, enquanto a criação de novas centralidades pode acentuar a fragmentação urbana.

Crossa (2013) afirma que em 2001, no bairro histórico de Coyoacán, Cidade do México, os espaços públicos tornaram-se uma referência importante no desenvolvimento de políticas públicas urbanas, incluindo o transporte público e a imagem do centro histórico, mas só em 2007 os espaços públicos tornaram-se prioridade como parte da política urbana da Cidade do México. Tal mudança de perspectiva em relação ao protagonismo do espaço público de bairros coloniais

corroborar com o pensamento de Calero, Delgado & Armas (2014), que identificam aspectos no planejamento com o objetivo de atrair visitantes e fortalecer a cidade como local de consumo.

A figura 40 traz cartazes de propagandas com alguns eventos que marcam os espaços públicos da área analisada.

**Figura 40:** Folders publicitários dos eventos que ocorrem na área de estudo em Pirenópolis



Fonte: <https://pirenopolis.tur.br/>

A presença do patrimônio enquanto valor agregado se revela na comercialização de bens culturais (como artesanato, roupas e quadros) que dependem diretamente do fluxo turístico para sobreviver. O reconhecimento oficial do território como “monumento” não implica, necessariamente, investimentos estruturais ou políticas públicas voltadas à permanência e à valorização dos sujeitos que produzem a materialidade e a memória dos espaços. Há um esforço dos moradores em preservar esse patrimônio, mesmo em áreas menos valorizadas, revelando vínculos com o território e uma tentativa de alinhamento com a identidade visual do centro histórico:

O mercadinho segue firme, tem as pousadas aqui que o pessoal que é hospede vem comprar coisas e aí é bom. Isso é bom. As casas aqui perto são mais caídas, mais desvalorizadas porque não tem aquela questão de manter tudo bonitinho, pintura e telhados e etc., mas acho que o pessoal também que mora aqui tá acostumado e tenta seguir a pintura lá de dentro do centro mesmo, pra ficar meio padronizado, né? Eu quase não vou lá, tem semana que nem apareço lá porque a gente só trabalha por aqui mesmo e vai embora, só vou pra pagar conta na casa lotérica e uma coisinha aqui e ali, abastecer e tal.<sup>89</sup>

O que se destaca nas práticas de conservação do patrimônio urbano histórico é a participação ativa e a coordenação entre governos locais e gestores culturais.<sup>90</sup> Apesar de incipiente, avançam propostas que envolvem os cidadãos na responsabilidade e na preservação dos espaços públicos, — a ideia do *planejamento urbano possível* é esta: é preciso recuperar instrumentos de planejamento centrados na experiência cotidiana dos sujeitos, orientando a reflexão urbana para além da racionalidade técnica (Costa, 2021a).

Ao Estado cabe ampliar sua atuação, fomentando pactos e participação coletiva na gestão urbana. O Art. 31 do Plano Diretor (2024) defende que irá “acolher as iniciativas culturais da cidade, para ampliar e potencializar os espaços públicos, com vistas a fomentar manifestações populares em geral”. Mas, mais que preservar o patrimônio urbano histórico, os bens culturais fixados nesses espaços públicos podem direcionar estratégias capazes de transmitir a ideia de valorização que os colocam em destaque na imagem da cidade, o que “homogeneiza as imagens em detrimento de identidades culturais variadas que convivem no espaço público urbano. O espaço público assim concebido orienta o olhar, reduz as narrativas e elimina a diversidade de símbolos e signos culturais que coexistem nas cidades” (Berdoulay & Paes, 2008, p. 45).

Na contramão desse discurso político, trabalhadores ambulantes reclamam da falta de estímulos para que eles consigam trabalhar nos espaços públicos, isso

---

<sup>89</sup> Entrevista realizada com o Sr. C. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 24 de outubro de 2022.

<sup>90</sup> Lembremo-nos que E. Costa analisou como diferentes gestões federais construíram interpretações singulares sobre a preservação do patrimônio urbano e cultural no Brasil. Essas diretrizes institucionais foram acompanhadas por contribuições significativas dos técnicos do Estado, cujas leituras, influenciadas por interlocuções com o debate internacional — por meio de publicações, conferências e congressos —, influenciaram de modo ativo, e nem sempre consensual, a formulação de políticas, programas e ações voltadas à valorização da memória e da diversidade cultural, com destaque para projetos e distribuição dirigida de recursos em distintas regiões do território nacional. Entre os projetos listados pelo autor que geraram a “economia urbana fundada na lógica capitalista” (Costa, 2011b, p. 39) estão: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973-1979); e o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano – Monumenta (1999-2010).

corresponde aos conflitos pela coexistência de diferentes usos e grupos (Calero, Delgado & Armas, 2014). Um exemplo de regra arbitrária são as datas comemorativas, nas quais a Prefeitura de Pirenópolis<sup>91</sup> não autoriza a presença de ambulantes nos espaços públicos do centro histórico, o que ocorreu entre 31 de dezembro de 2024 e 01 de janeiro de 2025 (Agita Pirenópolis, 2024).

As falas também revelam um pouco da identidade dos espaços públicos, onde, nesse contexto, a cidade é atravessada por desigualdades de acesso e pertencimento, com os moradores muitas vezes relegados à posição de espectadores, mesmo quando inseridos nos processos de organização e manutenção do cotidiano urbano. O “lado de cá” — o trabalho — contrapõe-se ao “lado de lá” — o lazer e o consumo —, evidenciando uma divisão simbólica e funcional do território.

Olha eu até frequento as festas populares, mas depende, a gente funciona em uns horários meio malucos e com isso acaba que sei lá, dez da noite ainda estamos abertos, porque na mesma hora que a gente quer se divertir, a gente quer vender, porque essas festas chamam a atenção de quem é de fora, né? Como vamos participar se tem que trabalhar no comércio? Tem umas festas e rezas que eu não perco, e que fico aqui na porta olhando quando passa cortejo, passeatas, essas coisas, mas a maioria é a gente trabalhando do lado de cá e eles aproveitando do lado de lá.<sup>92</sup>

A manutenção do comércio é a valorização do patrimônio 100% né, porque a gente que tá aqui na luta tem que manter tudo isso daí... (apontando para as janelas), só que sei lá, sinto que a cidade é suja, só tem lixo acumulado, aí o pessoal vai para as cachoeiras, tá tudo cheio de caco de vidro de cervejas, de fralda de criança, sei lá, eu acho que é tipo um cenário né, uma coisa assim mais na nossa imaginação do que propriamente um cuidado nosso. Claro que a gente cuida do que é nosso, mas eu acho que a cidade está largada nesse sentido e me deixa triste porque temos filhos, eu tenho aí meus 56 anos, com filhos já grandes e que também frequentam esses lugares, as pracinhas ali, e sei que eles também sujam, não vou mentir, mas eu acho que o pessoal de fora e a prefeitura que não dão conta desse tanto de sujeira, só quer saber de fazer festas e festas, mas não tem uma organização pós-festa. O povo vai embora e a cidade fica à mercê da limpeza durante a semana, em dia útil, é complicado. Vai lá no rio que você vai ver a sujeira toda que eu estou falando.<sup>93</sup>

Em uma entrevista com o secretário municipal de cultura, senhor Ronaldo Félix,

---

<sup>91</sup> No Código de Posturas do Município de Pirenópolis (Lei Complementar n.º 009/2006), Na Seção II – Do Comércio Ambulante, o Art. 201 enfatiza que “o exercício do comércio ambulante dependerá de licença especial, que será concedida de conformidade com a Legislação Tributária do Município”; o Parágrafo único indica que “o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder”. No entanto, durante as entrevistas, apenas os vendedores que trabalhavam na Feira do Coreto responderam acerca de taxas e obrigações tributárias sobre o exercício de suas funções como comerciantes que vendem suas mercadorias nos espaços públicos da cidade.

<sup>92</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> M. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 26 de outubro de 2022.

<sup>93</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> M. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 26 de outubro de 2022.

pergunto sobre as festividades na cidade, para ele: “não há nenhuma festa popular mais importante, mas que tem uma expressão maior, seria a Festa do Divino, onde tem as Cavalhadas, as Folias estão todas englobadas e com maior manifestação e expressão cultural”.<sup>94</sup> Pergunto qual o sentido dessa expressão, se é a da população ou dos turistas:

A Festa do Divino que tem as Cavalhadas movimenta toda a cidade, ela é uma festa pela cidade e para a cidade. É claro que ela não deixa de ser um produto, o turista que está aqui tem a oportunidade de assistir esse espetáculo, mas ela não é pensada para o visitante, ela é pensada para o morador. Até porque essa é a característica dela, é totalmente popular, feita com a mão de obra do povo, mesmo. Então, as pessoas se organizam e se preparam para elas mesmas vivenciarem a festa.<sup>95</sup>

Segundo Paes-Luchiari (2006), o turismo, orientado por lógicas de mercado, transforma o patrimônio cultural urbano em ativo econômico, subordinando-o às dinâmicas de consumo e à reprodução do capital. Tal processo aprofunda conflitos socioespaciais, reconfigura funções urbanas e insere o patrimônio na lógica global de mercantilização das diferenças, com o turismo como principal mediador.

- **Acesso, circulação e elementos de mobilidade**

Mesmo na dimensão de um “tempo lento”, como diz Milton Santos, em Pirenópolis a busca pela eficiência e rapidez nos deslocamentos, embora traga benefícios em termos de conectividade, pode levar à desvalorização e ao enfraquecimento de formas de urbanidade que se baseiam em ritmos vagarosos e em interações sociais mais densas. Isso pode resultar em uma cidade mais fragmentada, onde a experiência do espaço público é mediada pela velocidade e pelo individualismo. Conforme Maricato (2008, p. 7), o planejamento da mobilidade urbana tem um padrão de incentivo ao transporte motorizado que atua como causa e consequência do sistema,

A impermeabilização do solo causada pela urbanização dispersa que avança horizontalmente sobre todo tipo de território ou de uso, a área ocupada e impermeabilizada pelo automóvel nesse modelo de urbanização (estacionamentos, avenidas, amplas rodovias, viadutos, pontes,

---

<sup>94</sup> Entrevista realizada com o Sr. Ronaldo Félix., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Museu do Divino, em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

<sup>95</sup> Entrevista realizada com o Sr. Ronaldo Félix., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Museu do Divino, em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 27 de outubro de 2022.

garagens, túneis) fragmentando e dividindo bairros inteiros, a custosa e predatória poluição do ar, somam-se ao incrível número de acidentes com mortes ou invalidez, às horas paradas em monumentais engarrafamentos causadores de stress.

Um dos objetivos que compõem o Plano Diretor de Pirenópolis (2024, p. 4) é universalizar a mobilidade e a acessibilidade na cidade. O capítulo I do documento é inteiramente dedicado à mobilidade como política setorial e o substantivo “mobilidade” é citado 32 vezes. Sobre essa questão, as entrevistas coletadas em trabalhos de campo expuseram os limites da mobilidade urbana em Pirenópolis, revelando como a configuração física do espaço público compromete o direito de circulação, especialmente para os moradores (ver capítulo 3).

Segundo Costa (2021a), no *planejamento urbano possível*, a mobilidade urbana deve ser pensada a partir de indicadores complexos e integrados, pelos quais o sujeito participa ativamente da espacialização e da construção política do território. Em Pirenópolis, foi possível observar que a precariedade da infraestrutura (calçadas irregulares, ladeiras íngremes, iluminação deficiente e ausência de transporte público) impõe barreiras cotidianas à mobilidade de pessoas com deficiência, idosos, trabalhadores etc., que se veem forçados a estratégias individuais, como o uso de motocicletas e bicicletas (ver capítulo 3), para contornar a negligência estatal.

A mobilidade eu acho que fica prejudicada por causa da iluminação que é pouca, então assim... por um lado a gente tem esse romantismo todo, cidade antiga, mas por outro a gente tem gente nova e velha que anda aqui, né? E eu acho que Piri tem muita gente idosa que é prejudicada pela falta de assistência da Prefeitura. Tem essa limitação de frequentar essa região porque além das ruas de pedras tem as calçadas e é irregular, é ladeira, enfim... Aí se mistura com essas festas culturais, a cidade é tombada, então é complicado pensar em resolver esses problemas, são muitos problemas, mas é uma cidade boa de viver, eu gosto. Trabalho de auxiliar de cozinha e aí a gente tem as folgas e tal, é um trabalho puxado, mas eu gosto. A gente tem moto, o que facilita pra fazer as coisas do dia a dia.<sup>96</sup>

Os governantes precisam entender que cuidar de uma cidade colonial e turística é diferente de uma cidade grande, por exemplo, onde você tem muitas outras demandas. Aqui não. Aqui a gente tem um turismo muito forte pra viver do jeito que está. Por exemplo, não tem ônibus, não tem transporte público que roda aqui dentro. Tem muita rua cheia de buraco, desnivelada, tem rua que tem cratera mesmo, até a entrada da cidade é cheia de buraco. É surreal!<sup>97</sup>

Os depoimentos denunciam a dissociação entre o projeto turístico-cultural de

---

<sup>96</sup> Entrevista realizada com o Sr. A. D., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 25 de outubro de 2022.

<sup>97</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> L. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 25 de outubro de 2022.

Pirenópolis e a realidade dos seus habitantes. A negligência do planejamento voltado às dinâmicas locais é revelada na ausência de transporte público urbano e nas vias degradadas, indicando o distanciamento da população em relação aos benefícios do turismo em Pirenópolis (Costa & Steinke, 2013). A circulação torna-se desigual, e o direito à cidade depende da capacidade de adaptação dos indivíduos. As políticas urbanas, por sua vez, refletem valores institucionais distantes da vivência cotidiana (o que pôde ser visto no capítulo 3), pois até o momento não existe transporte público urbano para a população. O atual Plano Diretor (2024, p. 57), no entanto, quer “implantar projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado”.

A imposição de um individualismo característico das sociedades modernas, somada a uma abordagem técnica que desvincula o planejamento da materialidade dos espaços urbanos, resulta na formulação de modelos abstratos de espaço público, intensificando a sensação de insegurança, o distanciamento da população e a produção de diferenças sociais.

- **Conforto térmico e arquitetura**

No Art. 30 do Plano Diretor, o inciso II aborda temas centrais do espaço público, como caminhabilidade, conforto térmico, convivência, cidadania e qualidade de vida. A formulação conceitual ampla (que agrupa diversos elementos sem definir como serão operacionalizados) corre o risco de permanecer no plano da retórica, sem desdobramentos práticos efetivos. Não há menção a instrumentos de planejamento, indicadores de avaliação ou mecanismos participativos que garantam a implementação desses princípios.

Isso fragiliza a aplicabilidade do inciso diante dos desafios concretos vividos pelos moradores, como a precariedade da infraestrutura, a exclusão de grupos sociais vulneráveis e os conflitos entre usos turísticos e cotidianos do espaço público. Tais desafios estão implícitos no imaginário urbano, conforme Costa (2021a, p. 97),

El desafío es entender esta racionalización como generadora interna de una praxis cultural y existencial que perpetúan la vida espacial de los sujetos subalternizados, la contrar-racionalidad. (...) La predicción dialéctica del imaginario es definida como la acción cruzada de dos racionalidades de diferentes grados y orígenes, la de la planificación económico-mecanicista y la de la resistencia popular situada, viviendo desequilibrada, paradójica, pero mutuamente.

Segundo Souza (2009), a forma como se compreende o ambiente e a sustentabilidade tem sido mediada por metáforas originadas no imaginário capitalista, o que tende a restringir tanto a profundidade teórica das análises quanto a eficácia das soluções propostas. A autora propõe que o debate ambiental surge em um momento em que o capitalismo busca sua reinvenção, questionando a possibilidade de que discursos críticos acabem por reproduzir a lógica capitalista sob o véu da sustentabilidade, o que comprometeria uma análise histórica mais consistente desse processo. O relato a seguir denuncia o abandono estrutural dos espaços públicos, particularmente no que diz respeito à limpeza urbana e à manutenção das áreas utilizadas intensamente por turistas.

Eu acho que Pirenópolis tem essa parte bem cuidada, se você ver não tem muita lixeira ao longo das calçadas, mas tem caçambas de lixo, eles recolhem o lixo direitinho, tem também a iluminação que eu acho que deveria melhorar, essas luzes amarelas são românticas e tal, mas não ajudam muito. A cidade toda é muito quente, o Goiás é quente, né? Em termos de sombra, de árvore é complicado porque tem os coqueiros em vários pontos. Aí tem que tirar, porque corre o risco de cair. É complicado.<sup>98</sup>

Essa dissociação entre a imagem idealizada da cidade e sua condição real reforça o sentimento de desamparo, principalmente entre os que sustentam cotidianamente a lógica patrimonial: comerciantes, artesãos, moradores, entre outros.

O mapa 8 representa a sensação térmica nos espaços públicos do centro histórico de Pirenópolis, a partir de um monitoramento feito pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) acerca das maiores temperaturas registradas em setembro de 2024, em que Pirenópolis ficou em 17º lugar na lista de cidades mais quentes do Brasil. Os dados do INMET refletem as entrevistas feitas nos capítulos 2 e 3, acerca dos indicadores de temperatura, chuvas intensas, inundações e eventos extremos que marcam a categoria de conforto térmico.

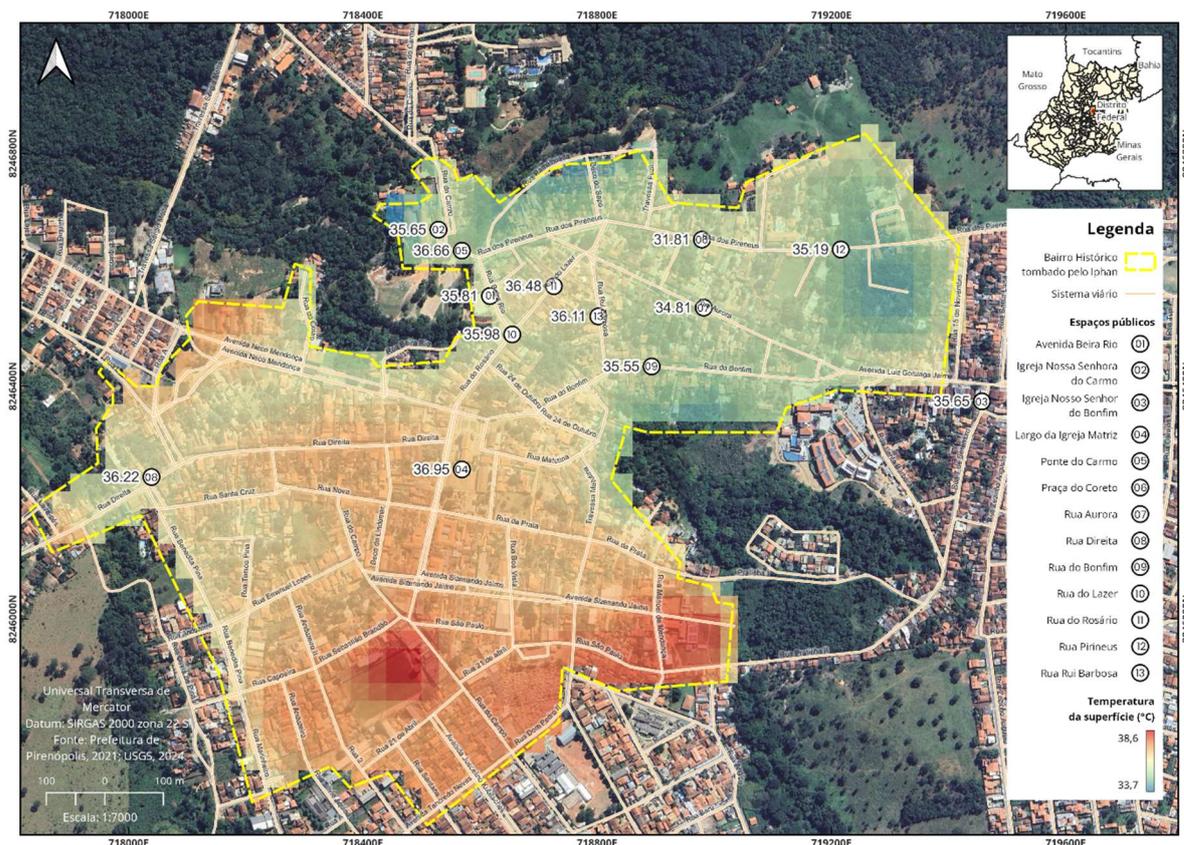
Compreendemos que, no planejamento urbano, a cartografia não apenas representa a realidade, mas a constrói ativamente, determinando o zoneamento e as áreas de expansão. Trata-se de uma abordagem macroestrutural, na qual os mapas não refletem simplesmente a cidade vivida, mas a traduzem em uma versão idealizada

---

<sup>98</sup> Entrevista realizada com o Sr. A. D., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 25 de outubro de 2022.

e projetada, orientando seu desenvolvimento de acordo com diretrizes pré-estabelecidas. À luz de Santos (2011, p. 94), a cartografia presente nos planos diretores revela uma visão funcionalista da cidade, que silencia a diversidade de usos e usuários do espaço público, tornando o que o autor chama de “cidadania mutilada”.

**Mapa 8:** Temperatura da superfície terrestre em Pirenópolis (06/10/2024)



Fonte: Elaboração própria com dados de trabalho de campo e da Prefeitura de Pirenópolis (2024).

- **Proteção e segurança**

Existem câmeras de segurança instaladas em pontos estratégicos da cidade. Segundo o jornal G1 (07/11/2023)<sup>99</sup>, o investimento é para “fazer o monitoramento dos principais pontos de Pirenópolis, com foco no pedestre”, como afirma o coordenador do projeto Fábio Cardoso. O fluxo intenso de veículos na área tombada, com carros ocupando calçadas, ruas e estacionamentos privados, compromete a

<sup>99</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/videos-bom-dia-go/video/cameras-de-monitoramento-sao-instaladas-em-pontos-estrategicos-de-pirenopolis-12092538.ghtml>.

visibilidade e a segurança, segundo a revisão técnica do Plano Diretor de Pirenópolis (2024). Como vimos no capítulo 3, moradores também relataram variações na sensação de proteção entre dia e noite, e entre dias úteis e fins de semana. Além disso, os moradores passam por tentativas de golpe, como mostra a reportagem da imagem B (Figura 41).

**Figura 41:** (A) Câmera de monitoramento na Rua Nossa Senhora do Rosário; (B) Matéria jornalística sobre residentes de Pirenópolis que relatam sentir-se pressionados a aderir a serviços privados de vigilância.



Fonte: (A) Acervo pessoal da autora, 2022; (B) Mais Goiás (2022).

O relato revela a assimetria na segurança pública em Pirenópolis, com foco na proteção dos circuitos turísticos em detrimento das necessidades dos moradores. A presença policial, concentrada em eventos e áreas centrais, contrasta com a insegurança sentida nas periferias, nos becos e nas zonas mal iluminadas. A ausência de políticas de proteção permanentes, associada à subcontratação de profissionais do trânsito e à precariedade dos equipamentos urbanos, revela uma cidade que segmenta sua ação institucional de acordo com o capital simbólico e econômico dos sujeitos em circulação — turistas, comerciantes, moradores e trabalhadores.

Eu acho que tinha que melhorar essas travessias, colocar sinal sonoro, colocar semáforo. Tudo bem que é difícil nas ruas aqui do Centro, mas que tivesse uma melhoria nesse sentido. Eu sou monitor de trânsito. A empresa que a gente trabalha, que é terceirizada, a ZW contrata o mínimo possível. Aí a gente só fiscaliza o trânsito em dia de mais movimento, ou seja, para o controle maior dos turistas, orientando-os. Quando tem festa grande, só morador consegue passar de carro, de moto, aí tem que apresentar comprovante de residência e tal. Como não tem muito estacionamento, o jeito é orientar o pessoal a transitar melhor. Tem muitos becos

escuros também.<sup>100</sup>

A segmentação reforça uma segurança pública seletiva, que ignora vulnerabilidades e naturaliza a violência cotidiana. Medo, assédio, furtos e violência de gênero moldam a experiência urbana de grupos fragilizados em Pirenópolis. Sem políticas de cuidado ou mediação, o espaço público torna-se território de exceção — patrimonializado na estética, mas socialmente desprotegido. A memória de lugares como o antigo presídio-museu revela uma cidade que mascara conflitos sob a imagem do patrimônio, despolitizando o debate sobre segurança e cidadania:

Pela quantidade de gente que vem para cá, são muitos jovens, além de muitas famílias, tem o pessoal que vem de Goiânia e Brasília. Aí passa no jornal “por causa da festa tal vai ter segurança reforçada, vai ter não sei quantos mil turistas em Pirenópolis no fim de semana”. E a gente? Enquanto as pousadas têm segurança eletrônica na porta, muro alto e tal, a gente sabe o horário de fechar as portas e ir dormir porque vira bagunça. Tudo vira bagunça. Antes da festa, durante a festa e depois da festa. Segurança no espaço público para quem, né?<sup>101</sup>

Não sei se você sabe, mas o Museu do Divino era a antiga cadeia pública nossa aqui. Dizem que os presos antigamente ficavam gritando no muro pedindo por bebida, comida... Agora o pessoal que vai preso por cometer crime acho que vai para outras cidades do estado. Eu não vejo segurança pública agir, eu que me cuido, meus filhos e netos, polícia mesmo só para turista.<sup>102</sup>

O Iphan fez um recorte estético sob o “estilo patrimônio”, estendendo-os a outros bairros para preservar a visualidade da paisagem urbano-cultural de Pirenópolis. Esse processo pouco dialoga com as dinâmicas vivas da cidade e ao longo dos anos, acabou por transformá-la em uma cidade idealizada. As políticas de patrimonialização consolidaram espaços públicos simbólicos, estruturando a memória e a identidade nacional a partir de uma leitura patrimonial vertical (Chuva, 2003; Scifoni, 2017). O Plano Diretor dedica uma subseção única que trata do centro histórico pelo Art. 13, a qual reforça o perímetro tombado pelo Iphan no parágrafo VI, em que descreve-se que o centro histórico tem “fachadas compostas por lambrequins, que são elementos decorativos típicos do século XIX”.

---

<sup>100</sup> Entrevista realizada com o Sr. V., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 28 de maio de 2024.

<sup>101</sup> Entrevista realizada com o Sr. R. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 29 de maio de 2024.

<sup>102</sup> Entrevista realizada com o Sr. M. B., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos em Pirenópolis, Goiás (GO), no dia 31 de maio de 2024.

O asfalto dá abertura à nova malha urbana, ao período mais recente da história de Pirenópolis. A arquitetura das casas também se diferencia em relação ao cuidado e a exigência da proteção patrimonial do Iphan (ver capítulo 1). Postes de iluminação estão atrelados ao emaranhado de fios de energia, cabos de telefonia, internet e TV a cabo. Essa questão acomete bairros mais distantes do centro e aqueles que estão nos limites do centro histórico tombado, como a Vila Alto do Bonfim e Santa Bárbara (ver capítulo 3).

O espaço público é atravessado por medo e insegurança, afetando de forma desproporcional grupos vulneráveis. Mulheres vivem sob vigilância constante ao circular pela cidade (ver capítulo 3). Pessoas LGBTQIA+ moderam afetos e escolhem com cautela onde estar; e trans e travestis, alvos de discriminação extrema, enfrentam exclusão social intensa. A colonialidade do ser (Quijano, 2005) influencia diretamente as formas de ocupação e apropriação dos espaços públicos, operando por meio de representações que promovem uma homogeneização das experiências urbanas. Isso não apenas restringe a diversidade das vivências no espaço urbano, mas também limita as possibilidades de pertencimento e transformação (Yázigi, 2019). Dessa maneira, a afirmação de uma presença decolonial no espaço público configura-se como um ato de resistência, que confronta as restrições e os constrangimentos impostos pela lógica da modernidade/colonialidade.

#### **4.3. A espacialização dos sujeitos em Colônia do Sacramento**

Zibechi (2015) destaca como os setores populares latino-americanos constroem espacialidades alternativas, promovendo redes de solidariedade e autogestão, em contraposição à mercantilização e ao controle estatal dos espaços urbanos. Para ele, o espaço público desempenha um papel fundamental na estruturação da vida urbana, não apenas como um ambiente físico, mas como um eixo essencial para a construção e a articulação das relações sociais. A efetiva apropriação desses espaços pelo cidadão está diretamente relacionada à sua disponibilidade, acessibilidade e capacidade de promover encontros e experiências compartilhadas e emancipatórias...

Certamente, nem todos os bairros e cidades autoconstruídas apresentam a mesma trajetória,

e, em vários, casos, estão muito distantes de conformar modos de poder popular ou autogoverno local. Mas parece fora de dúvida que esses espaços abrigam potencialidades de mudança social que ainda não fomos capazes de descobrir em toda a sua magnitude. (Zibechi, 2015, p. 52)

Uma cidade que garante espaços públicos inclusivos, seguros e propícios à convivência fortalece um projeto urbano mais democrático, onde a vida coletiva prevalece sobre lógicas de exclusão. Esses espaços, ao oferecerem lazer, segurança e sociabilidade, são essenciais para a manutenção dos espaços públicos. Reduzi-los a meras infraestruturas ignora sua dimensão cultural e política, expressa em práticas coletivas, manifestações populares e interações que sustentam o tecido social. Para Costa (2021a, p. 113), “la conciencia que promueve la razón instrumental produce la razón de la vida popular segregada, en un estímulo recíproco que presenta la cultura como un complejo de valores moral-estéticos distintos, pero formulados en lo cotidiano justo por la predicción dialéctica del imaginario”.

O Plano Diretor de Colônia do Sacramento e sua Microrregião (2024) refere-se a marcos normativos, disposições gerais e objetivos. O Decreto do Plano Diretor está disponível no site da Intendencia de Colonia e conta ao todo com 6 arquivos.

No quadro 16, tratamos as categorias analisadas no terceiro capítulo da tese em contraste com as práticas sociais observadas durante os trabalhos de campo e as lacunas identificadas durante a leitura dos instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor de Colônia do Sacramento (2024). A partir disso, ao longo deste item, serão discutidos os desafios contemporâneos da preservação integrada e da permanência social, considerando tanto as soluções propostas pelos residentes quanto a formulação de políticas que articulem a manutenção dos espaços públicos com base na *geografia social imaginativa do lugar*.

**Quadro 16:** Observações coletadas em Colônia do Sacramento *versus* Plano de Ordenamento Territorial de Colônia do Sacramento

<b>Categoria</b>	<b>Práticas sociais observadas</b>	<b>Problemáticas identificadas no Plano Diretor (2024)</b>
Usos, sociabilidades e atividades	Encontros em praças e vias de pedestres, atividades turísticas, comércio local, eventos culturais e gastronômicos; Uso de bebidas alcoólicas, cigarros e Cannabis, arte de rua/grafite; Passeios com animais domésticos.	- Predominância do turismo sobre as atividades cotidianas dos residentes; necessidade de equilibrar interesses turísticos e comunitários; - Ausência de incentivo para atividades físicas, ausência de equipamentos públicos/equipamentos funcionais.
Áreas protegidas pela CPCN	Visitação ao patrimônio urbano histórico, atividades culturais e	- Necessidade de processos claros para intervenções em edificações históricas;

	educativas nos espaços públicos e museus; Palestras sobre preservação de edifícios do período colonial espanhol e português.	- Importância de maior divulgação das diretrizes da CPCN para proprietários e técnicos locais.
Áreas declaradas pela Unesco	Turismo internacional, valorização do centro histórico; guias turísticos.	- Pressão turística levando à gentrificação; Necessidade de políticas que integrem conservação patrimonial e qualidade de vida dos moradores.
Monumentos de interesse público	Visitas guiadas, eventos culturais, uso educativo; Interação da população com sítios históricos como farol, muralhas e igrejas.	- Conservação e manutenção dependentes de recursos limitados; - Necessidade de maior envolvimento da comunidade local na gestão desses bens.
Atividades culturais gratuitas	Festivais, apresentações musicais, exposições de arte; apresentações ao ar livre e eventos tradicionais promovidos pela Intendência.	- Falta de infraestrutura adequada para eventos; - Necessidade de calendário cultural consolidado e políticas de incentivo contínuas.
Elementos culturais	Gastronomia típica, artesanato local, manifestações artísticas; arte urbana.	- Valorização insuficiente das expressões culturais locais; - Risco de descaracterização devido à massificação turística.
Identidades dos espaços públicos	Uso de praças e ruas históricas para lazer e convivência; Latência de usos na Rua dos Suspiros, Avenida General Flores, Praça Maior, Praça Manuel Lobo.	- Gentrificação do centro histórico resultando na exclusão de moradores tradicionais; Necessidade de políticas que preservem a identidade local.
Acesso, circulação e mobilidade	Deslocamentos a pé, uso de bicicletas, circulação de veículos turísticos; fluxo misto de pedestres e veículos; Transporte público coletivo na Avenida General Flores para bairros adjacentes.	- Calçadas irregulares; falta de acessibilidade universal; conflitos entre pedestres e veículos; - Necessidade de melhoria na infraestrutura de mobilidade urbana. - Necessidade de incentivo ao uso de bicicleta como meio de transporte não motorizado.
Conforto térmico na arquitetura	Aproveitamento de áreas sombreadas em espaços públicos; Uso de materiais como pedra e adobe proporciona conforto térmico, mas há desafios na conservação; Poucas lixeiras; Iluminação direcionada na Avenida General Flores; Seguimento de calçadas insuficiente; Fachadas pouco atrativas para caminhadas.	- Restaurações que podem comprometer características arquitetônicas originais; - Necessidade de diretrizes que considerem o conforto ambiental nas intervenções urbanísticas. - Necessidade de reforço da iluminação pública; - Imóveis e estabelecimentos apartam a convivência do pedestre – espaço privado x espaço público.
Proteção e segurança	Presença de moradores e turistas durante o dia; Percepção de segurança em áreas movimentadas; iluminação precária em ruas históricas, em praças e becos do bairro histórico.	- Iluminação pública inadequada em algumas áreas; - Sensação de insegurança em horários noturnos; - Necessidade de estratégias de segurança comunitária e policiamento preventivo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025, a partir das observações de campo e documentos urbanísticos de Colônia do Sacramento.

### • Usos, sociabilidades e atividades em Colônia do Sacramento

Os espaços públicos que formam conjuntos urbanos históricos estão diretamente relacionados aos espaços de privacidade, aos interesses individuais e à sua articulação em redes de sociabilidade que conectam diferentes subjetividades. Essa “privacidad compartida” (Tejerina, 2005) torna-se evidente quando interesses

políticos pressionam o planejamento urbano para um modelo econômico de espaço público voltado para o consumo.

As entrevistas revelam dimensões políticas sutis, ancoradas na vivência de comerciantes que usam eventos públicos como forma de sustento e afirmação territorial. A organização informal, articulada por redes espontâneas, como grupos online, e a presença constante em feiras e festas evidenciam uma economia popular que, embora à margem das instituições, depende paradoxalmente de infraestruturas públicas como iluminação, segurança e autorizações municipais.

Tenemos grupos de teléfono, en Whatsapp, pero así... no sabes? Es muy espontáneo. También porque si la persona pasa la semana entera en el campo, ella se programará para venir para el evento, traer sus cosas para vender y tal. Se puede ver que tiene hasta puesto de ropa interior.<sup>103</sup>

Mira, hay de todo, cada uno tiene su público específico, ¿no? Cerveza la gente bebe, turistas y residentes, todos van a beber... comer también es inevitable. Ahora, los adornos propios terminan siendo que mucha gente ya viene disfrazada de cosas del año pasado, o compran aquí para complementar. Vengo con mi esposo y organizamos todo aquí para quedarme desde el principio hasta el final del evento. Es muy bueno porque tiene la propia seguridad de la fiesta, la iluminación también está disponible en el ayuntamiento. Estamos en la mayoría de esas fiestas, si ella entra o no en un calendario más orientado al turista yo no tengo esa percepción. Somos comerciantes rurales que estamos en todos los lugares posibles los fines de semana para vender, ese es nuestro sustento. Si hay turistas, lo encontramos bueno, ¿no? Porque quieren comprar para probar, el residente ya sabe, ya conoce la calidad del queso, por ejemplo.<sup>104</sup>

O Art. 25 do Plano Diretor de Colônia do Sacramento trata da área Manuel Lobo e busca solucionar problemas socioambientais no local a fim de valorizar o patrimônio urbano histórico ao afirmar que “los espacios públicos al este de la calle Vicente P. García serán incluidos en un proyecto de restauración y valorización paisajística con equipamientos públicos, conformando un paseo costero accesible a toda la población, consolidando una Zona de Protección y Valorización Patrimonial y Ambiental”.

Qualificar os espaços públicos leva-nos a pensar que se tratam de espaços onde se produz expressões sociais; tal visibilidade, como diz Gomes (2018, p. 118), permite a interação, “observamos e somos observados”. A comunicação existente, que ativa os espaços públicos e diversifica as práticas sociais, justapõe significados,

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada com o Sr. P. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2023.

<sup>104</sup> Entrevista realizada com o Sr. V., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2023.

isto é, tem a capacidade de “assegurar a livre expressão da heterogeneidade nestes espaços constitui um dos fundamentos da vida social democrática” (Gomes & Ribeiro, 2018, p. 9). Se aplicarmos a noção de visibilidade do autor às cidades coloniais da América Latina, vemos que os espaços públicos possuem uma produção intensiva de imagens, imaginários e sons, configurando novos regimes de visibilidade associados às práticas e experiências cotidianas que nelas se desenrolam (Costa, 2017; Alvarado & Costa, 2019; Costa & Scarlato, 2019).

O relato da moradora idosa a seguir recupera uma memória urbana marcada pela convivência intergeracional no uso dos espaços públicos, como o projeto “Voces silenciadas”<sup>105</sup>, que destaca a fala de moradores antigos do centro histórico sobre práticas sociais que aconteciam no bairro na segunda metade do século XX. A evocação nostálgica opera como crítica às transformações estruturais que alteram o tecido social da cidade, como o turismo, a gentrificação e o controle do espaço.

Esta calle siempre ha sido muy tranquila, desde siempre, tengo 78 años y claro, cuando era niño jugábamos en la calle, nos quedábamos hasta tarde en la Plaza Mayor e íbamos a otros sitios, hoy en día esto ya no se hace, parece que los más jóvenes son demasiado vagos para pasear por la ciudad, ¿no?<sup>106</sup>

Gorelik (2005) analisa a cidade latino-americana como uma construção cultural e uma categoria interpretativa do pensamento social, e não como entidade ontológica, pois a cidade latino-americana “mostra-se de modo mais nítido quanto mais afastados estamos de qualquer referente real” (Gorelik, 2005, p. 111). O autor delimita o intervalo entre 1950 e 1970 como uma inflexão epistêmica em que a “cidade latino-americana” se configura enquanto categoria analítica supranacional, articulando discursos interdisciplinares no campo do pensamento social. Distanciando-se das leituras

---

<sup>105</sup> O projeto promovido pelo Museu de Colônia, no Uruguai, tem como propósito recuperar e dar visibilidade à história dos antigos moradores do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento. Lançado em maio de 2019, a iniciativa incorpora o uso de QR Code nas fachadas das edificações e no Arquivo Histórico Regional, proporcionando a residentes e visitantes o acesso a relatos e informações sobre aqueles que outrora habitaram a região. Solange Bermúdez, coordenadora dos museus de Colônia e idealizadora do projeto, ressalta que “isso possibilita um diálogo que aproxima e melhora o vínculo entre a comunidade e os museus, conciliando-os com o passado”. Segundo ela, o valor educacional dessas narrativas reside na capacidade de fortalecer a identidade e a autonomia da comunidade, ao mesmo tempo em que estimula uma reflexão crítica sobre os processos históricos e contribui para a construção de uma perspectiva mais integradora do futuro. Link para assistir aos vídeos dos antigos moradores do bairro: <https://www.youtube.com/channel/UCUUA1xUZclOXL2ByMvANCKw>.

<sup>106</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> E. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

nacionalizadas anteriores e antecedendo a sua obsolescência heurística no pós-1980 — marcada pela deriva entre a retórica da crise e o ceticismo teórico —, a categoria funcionou, nesse período, como dispositivo estruturante da reflexão urbana na América Latina, onde instituições como a Unesco, a CEPAL e a Sociedad Interamericana de Planificación (Siap), entre outras, foram fundamentais.

Logo, entendemos que a presença significativa de vendedores ambulantes em Colônia do Sacramento suscita reflexões sobre o emprego na América Latina. Segundo a CEPAL, no segundo trimestre de 2022, a taxa de desemprego na região caiu 2,8 pontos percentuais face ao mesmo período de 2021, atingindo 7,3%, abaixo dos níveis pré-pandemia. Essa queda foi observada em todos os países analisados, acompanhada por uma melhoria na taxa de participação laboral, ainda que inferior aos níveis anteriores à crise sanitária.

- **Áreas tombadas pela CPCN; áreas presentes na lista da Unesco; monumentos declarados de interesse público; atividades culturais gratuitas; elementos culturais; identidades dos espaços públicos**

A urbanização, ao impulsionar a apropriação econômico-cultural de cidades coloniais, instaura um paradoxo: a valorização patrimonial coexiste com a mercantilização, a homogeneização cultural e a gentrificação, ameaçando a identidade local e a justiça social. Isso traduz a *dialética da memória* inserida nos estudos de Costa (2011b) e dialoga com Crossa (2013, p. 42) quando afirma que “un aspecto notable en la producción de las ciudades es la yuxtaposición y la coexistencia de personas diferentes, cada una con su propio sentido de lugar. Esto produce múltiples significados y, en consecuencia, tensiones”.

As entrevistas evidenciam pressões entre a patrimonialização de Colônia do Sacramento e a vivência cotidiana dos seus habitantes. O espaço público, marcado por eventos e turismo, reflete uma política cultural voltada ao visitante, ainda que incorporada ao dia a dia local — é o que trata um dos desafios prioritários do Plano Diretor (2024, p. 5), presente no Art. 13: “el aprovechamiento de la posición geoestratégica de la ciudad, puerto de pasajeros de primera importancia en el país, vecina desde su fundación a una gran metrópolis, como atractivo al turismo, a la inversión inmobiliaria de calidad y al empresariado de servicios”. No entanto, essa

valorização nem sempre gera pertencimento, sobretudo entre os jovens, que oscilam entre a participação lúdica e a crítica à cidade como palco de consumo e trabalho precarizado.

Creo que la Intendencia de Colonia siempre tiene un calendario variado de cosas para hacer, y por supuesto tiene que ver con el turismo, pero es así desde que tengo memoria. Creo que, para nosotros, ser patrimonio de la Unesco e incluso patrimonio nacional es nuestra vida, y a veces no nos damos cuenta de que todo esto está dirigido a todo el mundo, a Latinoamérica, etc. Y cuanto la sanidad, para nosotros es muy buena, creo que el salario mínimo debería aumentar, he sido funcionaria toda mi vida y por eso tengo una vida más cómoda, pero las cosas han cambiado y el gobierno tiene que verlo, tiene que revisarlo, pero con este gobierno de derechas no sé, no sé cómo van a mejorar la calidad de vida de la población. Cuando veo la ciudad de Montevideo por televisión, me da tristeza, porque parece que allí es un caos. Aquí es una cuestión más interna y fácil de resolver, creo, ¿sabes?<sup>107</sup>

Villaça (2005) argumenta que os planos diretores sustentam interesses hegemônicos sob o verniz da neutralidade técnica. O autor denuncia o papel dos planos diretores como dispositivos que legitimam a desigualdade, naturalizam a segregação e neutralizam a dimensão política da produção do espaço urbano. E questiona, a partir de uma análise da cidade de São Paulo:

Se o Plano Diretor ou o Zoneamento ou os Planos Regionais “orientam” ou “disciplinam” o crescimento da cidade, como diz a lenda, terão eles — considerando-se já mais de cem anos de zoneamento e décadas de Plano Diretor — condições ou poderes para alterar essa situação de injustiça, desigualdade e exclusão? (Villaça, 2005, p. 41)

Complementarmente, Yázigi (2003, p. 231) manifesta a desumanização do processo de planejamento e a ausência de sensibilidade à experiência urbana cotidiana, o “planejamento não pode fugir de ser urbano e regional simultaneamente, atuando no local e no estrutural”. Ao esvaziar a dimensão subjetiva, simbólica e relacional do espaço público, os planos diretores naturalizam a desigualdade e contribuem para a cristalização de uma urbanização seletiva.

No contexto de Colônia do Sacramento, as manifestações populares nos espaços públicos fazem parte da cultura do lugar, os sujeitos incorporaram as representações e os símbolos em um processo de aprendizagem geracional que moldou comportamentos (ver capítulo 3), — tal qual Costa (2021a), compreendemos a existência sartreana, em que a vida molda a consciência — é a partir do existir e do

---

<sup>107</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> C. O., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos do centro histórico de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 22 de setembro de 2023.

viver que o ser se torna consciente de si (Sartre, 2002).

O Plano Diretor enfatiza em várias ZPA a função sobre as competências e importância da CPCN (Artigos 24, 29, 30, 31 e 32) no trato do patrimônio urbano histórico. Como um componente subjetivo, as festas têm a ver com a qualidade de vida da população, e atualmente a difusão desses aspectos culturais é a base econômica de muitas famílias:

Mi madre dice que siempre ha sido muy turístico, el centro histórico siempre ha recibido a mucha gente durante todo el año, cae más en el invierno, pero aún así hay mucho argentino, mucha gente de otras ciudades cercanas de aquí que viene aquí en busca de empleo. En la escuela la gente hace trabajo sobre el patrimonio, en las clases de Historia y Geografía tienen una parte específica que los profesores piden algún trabajo y la gente acaba haciendo, pero más para relacionar con el proceso de ocupación también, ¿eh? Colonia siempre ha sido muy objetivo en ese ángulo. Creo que es eso. Decir que pertenecemos no lo sé, porque creo que si yo trabajara en algo relacionado con el turismo y hasta aquí en el centro histórico me sentiría más, y cuando me haga mayor, quizás... Pero ahora creo que nuestra relación es más de divertirnos, divertirnos y no sentir tanto impacto, ¿sabes? La gente pregunta dónde queda tal lugar, la gente habla. ¡Porque está ahí! La gente sabe de todos los lugares... Mira, hasta que tenemos relación, ¿verdad? ¡Los turistas preguntan y la gente responde donde está, la gente sabe! ¡Si alguien pregunta del Faro, de Museo tal, de calle tal, la gente sabe! Pero entonces creo que es porque somos habitantes de los algodones, y andas mucho por aquí, ¿no?<sup>108</sup>

Adames (2019) em seus estudos enfatizou que o turismo é uma força transformadora no bairro histórico de San Felipe, na Cidade do Panamá, onde a valorização patrimonial tem contribuído para o agravamento das pressões sobre os moradores, que permanecem desamparados frente à implementação de políticas e normativas que, longe de garantir sua permanência, legitimam mecanismos de exclusão e deslocamento forçado.<sup>109</sup>

A ausência de perspectivas de melhorias de vida, o desejo de migração para centros maiores e a busca por alternativas profissionais revelam limites no modelo atual de planejamento urbano, que prioriza a visibilidade global em detrimento da equidade local. Assim, o discurso dos entrevistados articula uma leitura crítica dos espaços públicos patrimonializados onde o reconhecimento institucional do valor cultural coexiste com desigualdades estruturais e sentimentos de exclusão.

---

<sup>108</sup> Entrevista realizada com o Sr. A. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, no espaço público do Cais, em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2023.

<sup>109</sup> Segundo Adames (2019), entre os marcos da transformação urbana de San Felipe destacam-se: a fragmentação das casas em unidades de aluguel; o congelamento de aluguéis no início do século XX; a ocupação de edifícios abandonados por vítimas de incêndios nas décadas de 1970 e 1980; a intensificação da especulação imobiliária no final dos anos 1990 e início do século XXI; e a inefetividade das políticas de conservação do Centro Histórico.

Mira, soy de Colonia del Sacramento. nací y crecí aquí, pero no quiero quedarme aquí, ¿sabes? Tuve a mi hija durante la pandemia, me alegra que la tienda estuviera cerrada, así que pude cuidar mejor de ella, de su desarrollo. ¡No estoy diciendo que la pandemia fuera buena... claro que no! Pero para mí, que soy empleada desde hace 12 años de la tienda, fue bueno ese descanso... Aquí era una tienda de ollas, sabe ollas artesanales, de hierro, etc... Cerró hace cuatro años, pero es el mismo artista, así que seguí trabajando, lo que significa que aquí está. Si tienes una buena relación con el jefe, te mantienes en el trabajo, de lo contrario sales. Aquí es muy tranquilo, ¿sabes? Vienen muchos turistas, mucha gente para tomar fotos y solo. Los lugareños no frecuentan no, viene más turistas incluso. El dueño también casi no viene aquí, él vive en otra ciudad, quien cuida soy yo. Pero yo no quiero eso para mí. Creo que tenemos que salir de nuestra zona de confort. Voy a confesarte que trabajar en esto toda la vida jamás fue un sueño mío, yo trabajo por necesidad, porque tengo mi hija y mi novio también trabaja en construcción. Por eso estamos aquí, pero en cuanto crezca, quiero salir de aquí para no volver nunca. No tengo rabia, sólo creo que necesitamos buscar nuevos horizontes. ¿Qué perspectiva tenemos aquí? ¿Crees que quiero que mi hija trabaje así de domingo a domingo? ¡Claro que no! ¡Tampoco quiero... trabajar por necesidad, solo!<sup>110</sup>

A relação entre a geografia e o patrimônio urbano enfoca a cidade como “o grande produto cultural da humanidade, como um monumento transformado em sua totalidade e no bojo da totalidade de processos e fenômenos constitutivos da sociedade” (Scarlatto & Costa, 2013, p. 3). Por isso, os conflitos intrínsecos à patrimonialização ressignificam o espaço público ao articular preservação, consumo e desenvolvimento econômico, muitas vezes tensionando dinâmicas de exclusão, mercantilização da cultura e reconfiguração dos modos de vida urbanos, esse é o caso de Ouro Preto, como trouxe Queiroz (2024) em suas análises.

Compreendemos, portanto, que a *patrimonialização global* envolve duas esferas técnicas interdependentes: a nacional, que elabora e legitima os processos de valoração a partir de uma elite intelectual com atuação também política; e a internacional, que normatiza o reconhecimento do patrimônio com base nos critérios criados pela Unesco, operacionalizados por documentos orientadores e suporte técnico de organismos como o ICOMOS, vinculado à Unesco (ver capítulo 1).

- **Acesso, circulação e elementos de mobilidade**

As entrevistas revelam as condições reais de mobilidade urbana para os habitantes de Colônia do Sacramento. A presença de calçadas irregulares, obstáculos físicos e priorização da experiência turística indicam um modelo de planejamento urbano que favorece a estetização e a conservação visual do centro histórico em

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> L. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, em loja de *souvenir* no centro histórico de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

detrimento da funcionalidade cotidiana para residentes, especialmente idosos e trabalhadores.

Creo que podrían mejorar las aceras, porque muchas de ellas tienen baches, desniveles, y a veces las motos se paran en ellas, haciéndonos pasar de una acera a otra. Así que creo que podrían pensar más en la gente mayor, Uruguay está lleno de gente mayor, ¿no? Así que podrían cuidarlos mejor. Por otro lado, cuando voy a un mercado más alejado me doy cuenta de que el asfalto es más llano y tiene más accesibilidad, mis amigos y yo necesitamos eso, pero entiendo que las calles empedradas forman parte del contexto histórico y del propio patrimonio material y cultural de la ciudad.<sup>111</sup>

Vivimos en otro barrio, en Los Algodones, incluso frecuentamos aquí, ¿sabes? La gente sale de la escuela y viene aquí a ver el atardecer, ver el movimiento de la ciudad, pero así... hablar que tenemos una relación con el patrimonio es un poco diferente para nosotros, no sé decirle bien...<sup>112</sup>

As falas evidenciam uma apropriação específica dos espaços públicos pelos moradores, mediada por vínculos familiares, necessidades econômicas e rotinas de trabalho. Embora haja presença cotidiana em praças, mercados e feiras, essa circulação ocorre de forma pragmática, desvinculada de um sentimento de pertencimento ao patrimônio ou de inserção ativa nas políticas culturais. Por isso a necessidade de reaver os instrumentos de planejamento urbano, como analisa Costa (2021a, p. 100)

Para hacerla posible dentro de propuestas metodológicas centradas en los sujetos que experimentan, viven y mueren en el territorio y sus lugares, recuperándolo y valorándolo en la vida cotidiana, reflexionando sobre la ciudad y *su* sitio, dirigiendo a académicos, técnicos y gobernantes hacia los problemas relacionados con *su* vida socioespacial y, al mismo tiempo, alcanzando la esencia contradictoria de la racionalidad instrumental.

A percepção de que o centro histórico opera como uma “tienda” para turistas reforça a dissociação entre moradores e a cidade patrimonializada, revelando um déficit de participação e diálogo na manutenção do espaço público.

Sí, aquí frecuentamos los espacios públicos, pero como trabajamos aquí, en pleno centro histórico, al final no los disfrutamos tanto como los turistas. Por supuesto que existe esta distinción, y la gente es consciente de ello, ¿sabe? La estructura está pensada para ellos, para lo que quieren, para que se sientan cómodos, es como si la ciudad fuera una tienda para que la visiten y para que vuelvan en algún momento de su vida. No creo que haya un diálogo claro

---

<sup>111</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> C. O., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 22 de setembro de 2023.

<sup>112</sup> Entrevista realizada com o Sr. A. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2023.

entre la ciudad y nosotros.<sup>113</sup>

Aquí veo más turistas. También se ve gente haciendo ejercicio todos los días. Hay niños aprovechando los juguetes, o incluso paseando con sus padres. Hay muchas plazas, ¿no? Así que aprovechamos mucho, tenemos parientes que viven aquí, así que los sábados y domingos estamos allí y durante la semana también para arreglar algo o simplemente pasar tiempo con la familia. Creo que esto implica andar por la calle, ¿no? Andar por los espacios públicos para resolver cosas, así que... vamos, por supuesto, pero a veces no participamos en todas las actividades. También vamos a los mercados, todos los domingos por la mañana hay un mercado cerca del supermercado, pero está más alejado del centro, así que vamos allí y compramos algo para comer, para la semana. Queso, mermelada y leche principalmente, ves gente de todas las edades trabajando, hay muchos cubanos, venezolanos y argentinos trabajando en estas ferias, ¿sabes? Vienen en busca de trabajo, ya sabes, debido a las crisis en sus países, y terminan trabajando en cualquier cosa que puedan conseguir.<sup>114</sup>

Segundo Villaça (2001), quanto maior a disparidade social em um contexto urbano, mais evidente se torna a segregação urbana<sup>115</sup>. A dominação social reflete-se no uso desigual do tempo, como as classes mais ricas estão bem localizadas, acessam facilmente trabalho, serviços e lazer, já as classes populares enfrentam barreiras, longos deslocamentos e, muitas vezes, o acesso nem sequer é possível.

O bairro “Las Malvinas” fica localizado em frente ao Rio da Prata, está próximo ao porto e à zona franca da cidade, está localizado há menos de 2 km do Bairro Histórico, mas não possui a mesma infraestrutura do Centro Histórico nem de outros bairros considerados modernos, “e o direito ao entorno? ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação” (Santos, 2013, p. 124). Las Malvinas é um assentamento irregular onde vivem famílias consideradas de baixa renda (Figura 43); uma iniciativa criada pela Intendencia de Colonia busca realocar o bairro para outra área da cidade com investimento público e privado.

No Decreto do Plano Diretor de Colônia (2024, p. 21) a única menção ao assentamento está no Art. 25 – “Zonas fora do ordenamento”, mas nos arquivos anexos ao documento a área aparece em 5 zonas: Nova promoção da frente litoral sul; Unificação de padrões 600; Unificação de padrões 800; Grandes projetos; e

---

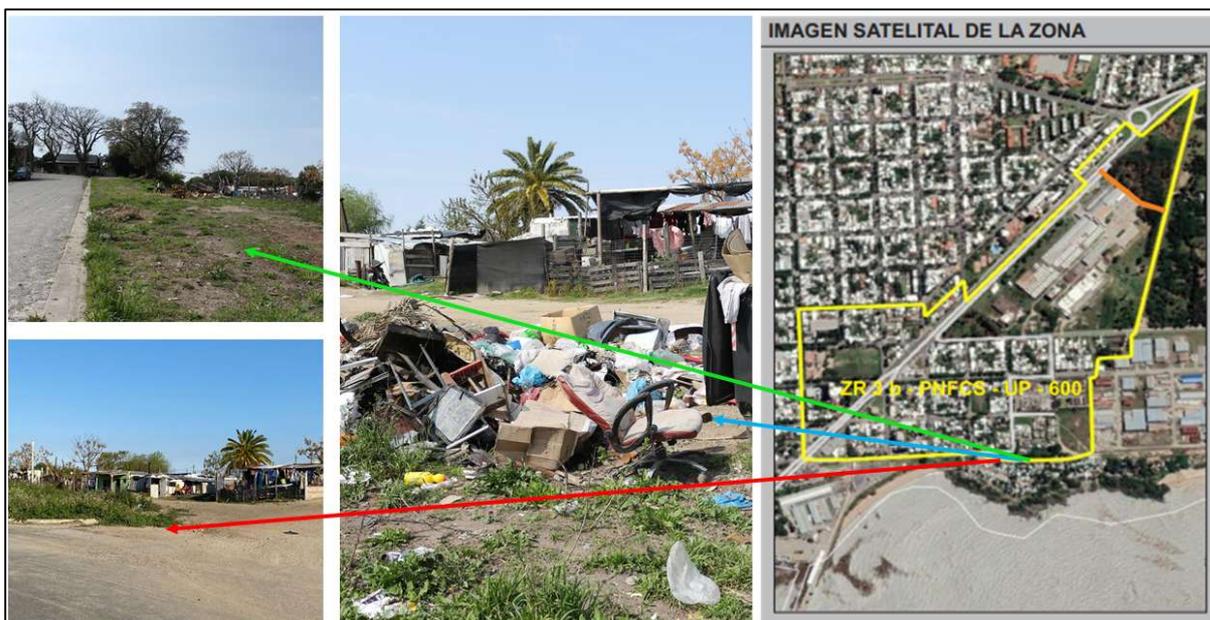
<sup>113</sup> Entrevista realizada com o Sr. E. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

<sup>114</sup> Entrevista realizada com o Sr.<sup>a</sup> A., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 25 de setembro de 2023.

<sup>115</sup> O autor considera as metrópoles brasileiras e a escala de outras cidades grandes da América Latina em suas análises sobre o urbano, com ênfase para o Rio de Janeiro, onde os mais ricos vivem em bairros localizados na Zona Sul, enquanto os mais pobres vivem nas Zonas Norte e Oeste. Já em São Paulo, Villaça destaca uma segregação dos mais ricos no quadrante sudoeste da cidade.

Diagonal Porto. O bairro é classificado como o mais populoso do município.<sup>116</sup>

**Figura 42:** Assentamento Las Malvinas, Colônia do Sacramento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2023; Imagem de satélite retirada do conjunto de cartografia das Fichas Normativas do Plano Diretor de Colônia do Sacramento (2024, p. 6).

A ideia de transformar áreas urbanas em patrimônio turístico vem tanto de ações políticas governamentais como de indivíduos e grupos ligados ao setor privado, incluindo empresários e profissionais autônomos. Eles promovem a preservação do patrimônio urbano como um negócio lucrativo, aproveitando o turismo cultural globalizado, mas existem bairros que não estão inseridos em projetos de patrimonialização, são invisibilizados por não terem uma “imagem do passado colonial”. Nesta luta por manter preservado os centros históricos coloniais, moradores de outros bairros sequer reconhecem ou pouco se sentem inseridos no patrimônio. Ou seja, essa lógica diverge em muito da narrativa de desenvolvimento turístico resultante de políticas públicas e práticas de patrimonialização de Colônia do Sacramento, assim como foi observado na fala de um morador:

<sup>116</sup> Segundo o Jornal La Diaria Colonia, são cerca de 250 famílias vivendo em construções precárias. Segundo o diretor de Ordenamento do Território e Ambiente, Sr. Martín Avelino Laclau, Colônia do Sacramento “cresce a partir do estabelecimento de projetos de investimento em diversos setores, e não podemos esquecer um setor de habitantes que vive em condições precárias, com frequentes situações de enchentes”. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/colonia/articulo/2022/4/avanza-proceso-para-realojar-a-familias-de-asentamiento-las-malvinas-de-colonia-del-sacramento/>.

Aquí somos muy olvidadizos, ¿no? Tengo parientes en el sur de Rio Grande do Sul y dicen que allí es igual. Pero yo creo que aquí siempre hemos vivido como hemos podido, como hemos podido... Imagínate, aquí siempre ha sido así, siempre ha sido caro, siempre ha sido muy duro. Esta ciudad patrimonio está sólo en la imaginación, vivir el día a día es una lucha, cada día una lucha. Seguramente habrás visto mucha gente mayor caminando, Uruguay tiene mucha gente mayor, ¿no? Y para los que vivimos en una ciudad muy turística, las cosas son un poco peores. Pero veo mucha gente joven trabajando, muchos en busca de sus sueños... Colonia del Sacramento es una ciudad pequeña, ¿no? Aunque la población prácticamente se duplicó en los últimos 20 años, y esta generación tiene que lidiar con cosas que nunca imaginamos, así que siempre es un aprendizaje.<sup>117</sup>

O sistema de aluguel de bicicletas prioriza a experiência turística, reforçando uma política urbana voltada ao lazer, não às necessidades dos residentes (ver capítulo 3). Enquanto a população local depende de transporte público, os equipamentos de mobilidade ativa são pensados para o consumo do território. Essa lógica mercantiliza o espaço público e aprofunda desigualdades no uso da cidade.

- **Conforto térmico e arquitetura**

O Plano Diretor de Colônia do Sacramento<sup>118</sup> traz o Art. 67.4, que dispõe sobre os imóveis em áreas de risco potencial, afirma que “en estas zonas se prevé desarrollar para las distintas piezas territoriales proyectos con propuestas que garanticen la compatibilidad de usos, como por ejemplo espacios públicos con equipamiento adaptado a eventos de inundación de manera que los daños sean asumibles”.

As entrevistas evidenciam um modelo de gestão urbana em Colonia do Sacramento centrado na condição turística do espaço público, em detrimento de seu uso cotidiano pela população local. Aspectos como o desconforto térmico, a falta de banheiros, pontos de hidratação e infraestrutura mínima revelam uma negligência com a experiência urbana dos trabalhadores e moradores em eventos e no cotidiano da cidade.

Mire, creo que los espacios públicos tienen cosas que mejorar, claro que la ciudad colonial tiene sus características, las calles de piedra, los árboles que extienden sus raíces hacia las aceras y terminan destruyendo y provocando agujeros, pero en general están físicamente bien. solo los baños no están incluidos, por ejemplo... no hay baños públicos, pero no es suficiente.

---

<sup>117</sup> Entrevista realizada com o Sr. J. M. V., concedida à Larissa Alves de Sousa, em frente ao bairro Las Malvinas, em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 25 de setembro de 2023.

<sup>118</sup> O site da Intendencia de Colonia disponibiliza cartografias acerca dos riscos identificados no território, como por exemplo o mapa de risco de inundação, que é um instrumento realizado em conjunto entre as prefeituras departamentais e a Direção Nacional de Águas (DINAGUA).

Cuando hay un evento necesitas un baño, y no calculan ese tipo de cosas, ni lugares para hidratación. Y veo mucha gente de todas las edades frecuentando los espacios públicos, desde los que tienen buena movilidad hasta los que no pueden caminar bien, etc., los frecuentan. Las cosas que los turistas necesitan no son para nosotros, son para ellos. No voy a otros lugares porque los fines de semana es cuando más trabajo. El sector hotelero y gastronómico es el que más trabaja mientras otros descansan. Mi hermano trabaja en una pizzería y también pasa por lo mismo.<sup>119</sup>

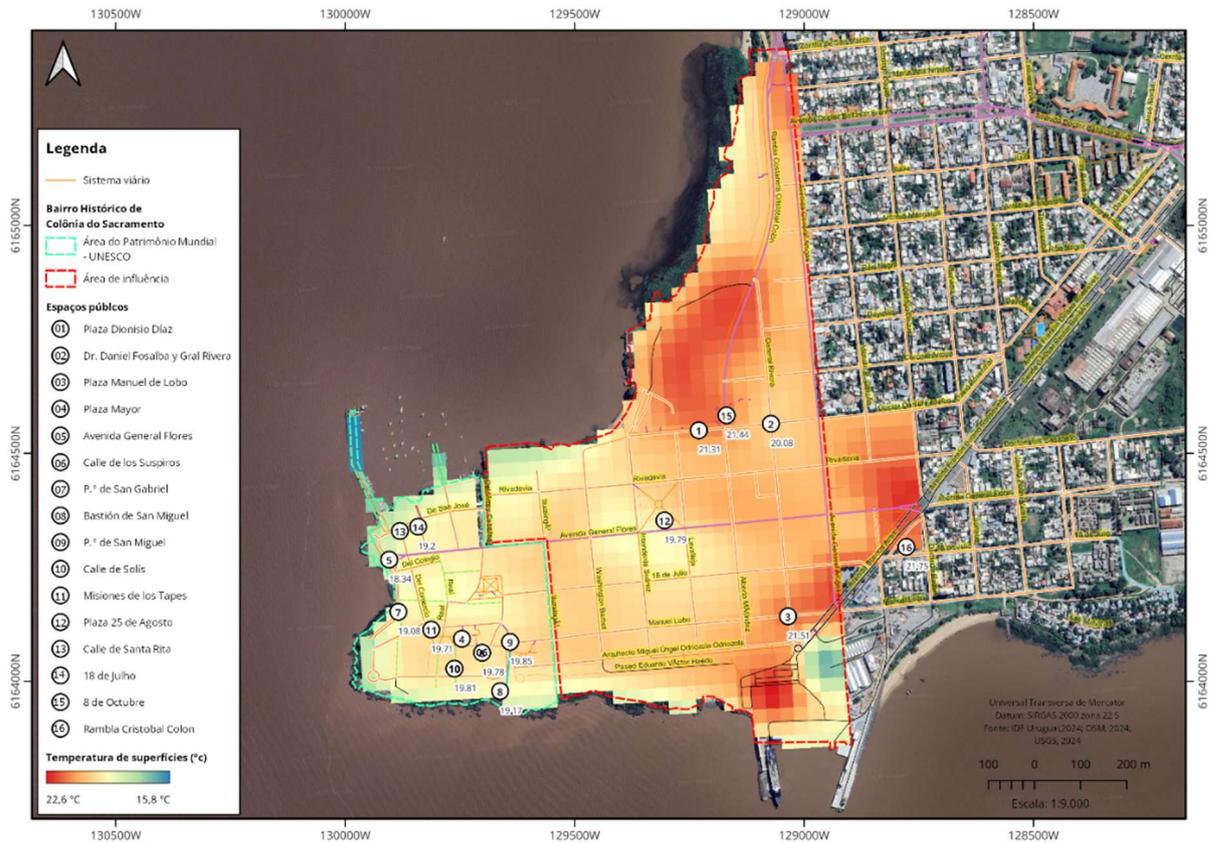
Segundo Costa (2018, p. 4), a produção de riscos ao patrimônio em cidades coloniais na América Latina indica, em parte dos casos, a dependência econômica das atividades turísticas, porque “por un lado, esa relación otorga visibilidad global a los destinos turísticos latinoamericanos y caribeños y, por otro, ha agravado problemas existentes de infraestructura, servicios y gestión del territorio”.

Além disso, “los riesgos son oportunidades de mercado que entrelazan productores y consumidores” (Costa, 2018, p. 3). A recente expansão de obras como a restauração da Plaza de Toros e projetos costeiros reflete o avanço do capital imobiliário, com benefícios limitados à população local. Apesar de áreas verdes valorizadas, o entorno arborizado é fragmentado e insuficiente frente ao impacto ambiental da urbanização. O mapa 9 traz esse contexto considerando a temperatura local com dados do dia 18 de setembro de 2024.

---

<sup>119</sup> Entrevista realizada com o Sr. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 28 de setembro de 2023.

**Mapa 9:** Temperatura identificada em Colônia do Sacramento



Fonte: Elaboração própria com dados de trabalho de campo e da Infraestrutura de Dados Espaciais – IDEUY, (2024).

O conforto ambiental é relegado, e a cidade torna-se funcionalizada e seletiva, onde o pertencimento depende mais de dinâmicas econômicas do que de práticas urbanas inclusivas:

Es mucho dinero, porque hay mucho trabajo. Entonces es una imagen, un engaño, que atrajo a mucha gente en busca de trabajo. Hay una superpoblación de personas que buscan trabajo, como en las ciudades de Flores, San José, Durazno, Paysandú, Artigas. La mano de obra es cara, no es cara y hay muchos derechos laborales, y a veces se lo ponen difícil a los empresarios, ¿no? El apoyo es alto, por eso siempre se trata de gestionar las empresas con el personal mínimo e indispensable, ¿no? Las emociones no se pueden revertir, por ejemplo, la construcción de la fábrica de papel en Colônia del Sacramento llamó la atención de mucha gente, la Plaza de Toros fue restaurada por una empresa subcontratada y ni siquiera utilizaron mano de obra local. Luego está un proyecto de crear un recorrido costero por toda la Costa Sur, desde el este, y eso también es un emprendimiento muy grande y una inversión de capital muy grande que también requerirá mucha mano de obra y entonces sí, quién sabe, Sólo puede utilizar mano de obra local. Entonces, hay muchos edificios nuevos, cosas nuevas, eso destruye un poco el tema del confort térmico, ¿no? Aunque tenemos el Río de la Plata frente a nosotros, a veces puede haber más árboles, esto lo veréis si camináis por la rambla hacia la

Plaza de Toros... allí veréis casas de élite y naturaleza preservada.<sup>120</sup>

O Art. 14 do Plano Diretor de Colônia (2024, p. 5) traz as ideias-chave do instrumento, a primeira destaca que a visão para o futuro local advém de:

Una Microrregión verde, integrada, planificada y gestionada según el Paradigma del Desarrollo Sostenible, insertada en la Nueva Agenda Urbana de Hábitat III y en los Objetivos de Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas (ODS) que, efectivizada en sus instrumentos y decisiones con armonización entre las vertientes ambientales, sociales y económicas, favorezca la inversión a través de todos los mecanismos que la legislación Nacional y Departamental prevea.

As áreas centrais preservam sua singularidade como patrimônio urbano histórico, mas expressam contradições urbanas através de uma dialética do urbano, já que processos como revitalização, gentrificação, conservação, patrimonialização e reconversão econômica estão “confabulando nas novas políticas públicas de nossas cidades que são foco do empreendedorismo urbano” (Costa, 2011d, p. 88). Nesse sentido, a análise da ocupação do espaço público de Colônia do Sacramento transcende a mera observação de áreas verdes, ruas e praças, exigindo a consideração das complexas relações sociais, políticas e econômicas que a moldam. Para Maricato (2013, p. 20)

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença.

- **Proteção e segurança**

O Plano Diretor de Colônia do Sacramento (2024) traz no Art. 48 os atributos específicos que tratam de iluminação, calçadas e variáveis urbanísticas que correspondem à segurança dos pedestres, revelando uma concepção técnico-funcional que desconsidera a dimensão social do espaço urbano. Ao normatizar o desenho das veredas sem considerar práticas cotidianas, diversidade de usuários e

---

<sup>120</sup> Entrevista realizada com o Sr. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, nos espaços públicos de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 28 de setembro de 2023.

condições de acessibilidade, existe o risco de reforçar um urbanismo padronizado, pouco sensível às dinâmicas locais e às próprias desigualdades no uso do espaço público.

Os depoimentos indicam uma percepção de segurança em Colônia do Sacramento, combinando sensação de tranquilidade no cotidiano urbano com a ausência concreta das instituições públicas. A presença da polícia turística e do policiamento noturno reforça essa percepção (ver capítulo 3), sobretudo em contraste com grandes centros, — como o Plano de Gestão do Bairro Histórico de Colônia do Sacramento traz (2012, p. 107). Essa segurança percebida é associada à escala reduzida da cidade, ao forte enraizamento comunitário e à sociabilidade familiar, que reforçam redes de apoio informal e controle social mais difuso do território.

De ahí la gente acaba yendo, yo creo que aquí es como todos los lugares, tiene allí sus problemas, pero en comparación con ciudades más grandes como Montevideo, la gente es súper seguro, tenemos esa seguridad, ¿entiendes? Está la policía turística y está la policía que anda dando vueltas por la noche. Entonces, así, vamos tranquilamente a esos lugares y encontramos a los amigos con las familias, siempre asistimos y nunca pasó nada malo con nosotros. Tenemos 18 años en su mayoría, o lo haremos a principios del año que viene, así que, no sé... creo que es bastante tranquilo para frecuentar todo, hacer todo a pie, o tomar el autobús.<sup>121</sup>

Frecuento los espacios públicos, los encuentro bien iluminados, muy tranquilos, hay seguridad, de hecho. Por eso me resulta fácil criar a mi hija aquí, ¿sabes? Vamos a fiestas cuando queremos, vamos a sitios tranquilos porque también creo que existe esta relación más estrecha, ¿sabes? Porque está muy orientado a la familia... verás, aquí es pequeño y la gente se conoce, las familias están juntas porque es caro vivir aquí. Así que acaba retrasándose la independencia de los más jóvenes. No sé si tiene que ver con el hecho de que sea una ciudad muy turística. Creo que siempre ha sido así. No puedo distinguirlo del patrimonio de la Unesco, si pienso en el pasado y el presente de la ciudad, ¿sabes?<sup>122</sup>

Contudo, essa sensação de proteção convive com a crítica à atuação seletiva e distante do poder público, especialmente no que diz respeito à gestão do centro histórico e à escuta das demandas locais. São denúncias sociais que requerem uma atenção sobre as necessidades dos cidadãos que vivem em outros bairros e seguem invisibilizados diante das políticas de proteção e segurança, tal planejamento urbano “debe incluir la conciencia del sujeto subalternizado en las ciudades, reimaginando y reincorporando su localización geocultural” (Costa, 2021a, p. 115).

---

<sup>121</sup> Entrevista realizada com o Sr. R. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, no espaço público do Cais, em Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 23 de setembro de 2023.

<sup>122</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> L. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, em loja de *souvenir* no centro histórico de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

A visita ocasional de autoridades que se restringem à observação estética das fachadas evidencia uma política voltada à preservação da imagem turística, em detrimento da escuta ativa e do acompanhamento das condições de vida dos trabalhadores e comerciantes.

¿Qué ayuntamiento? ¿Qué responsables del centro histórico vienen aquí? Sí, lo hicieron, en abril... Mayo, miraron las fachadas de las casas, la tienda y eso es todo, anotaron algunas cosas y eso es todo. Eso es todo lo que comprobaron. Ahora, para ver si necesitamos algo, cómo están las ventas y demás, eso no lo preguntan. Están las estadísticas anuales del comercio local y ya está, ¿no?<sup>123</sup>

Como vimos nos capítulos 1 e 2, Colônia do Sacramento tinha uma função estratégica militar e de alguma maneira concentrava importância política que Portugal impôs por ser uma cidade próxima de Buenos Aires. Nada mais substancial do que construir a casa governamental, para concentrar o poder político nesse espaço-chave, a fim de demonstrar autoridade ao império espanhol. Essa estrutura urbana, conforme delineada por Lefebvre (1974), parece se transformar em um instrumento político utilizado para controlar a sociedade.

Por exemplo, a Casa dos Governadores, destruída pelos espanhóis em 1877, conserva hoje apenas ruínas, protegidas por barreiras de madeira e correntes. Escavações revelaram poços artesianos e vestígios da construção original. Em 2018, a Intendencia de Colonia promoveu melhorias na praça, com instalação de iluminação, bancos, uma fonte central, plantas e lixeiras distribuídas pelo espaço público da praça. Como dito nos capítulos 2 e 3, a Rua dos Suspiros também é bastante representativa desse imaginário.

O Art. 48 do Plano Diretor de Colônia (2024, p. 25) é enfático sobre poluição acústica, “las actividades que generen contaminación sonora tales como discotecas o locales de fiestas en zonas urbanas, suburbanas residenciales y cercanías deberán resolver, con las aislaciones adecuadas, el freno a las emisiones acústicas al exterior de sus locales cumpliendo las normativas vigentes”. Ao prever isolamento acústico e zonificação específica para atividades como festas, o Plano Diretor busca mitigar a poluição sonora, mas tende a tratar essas práticas apenas como incômodos urbanos,

---

<sup>123</sup> Entrevista realizada com a Sr.<sup>a</sup> L. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, em loja de *souvenir* no centro histórico de Colônia do Sacramento, no Uruguai (UY), no dia 24 de setembro de 2023.

desconsiderando seu valor cultural e social podendo reforçar a segregação espacial ao deslocá-las para zonas menos valorizadas da cidade, pois ainda afirma que “la Intendencia conjuntamente establecerá una zonificación especial para este tipo de actividades” (Plano Diretor de Colônia do Sacramento, 2024, p. 25).

A análise dessas contradições revela como certos sujeitos são excluídos da vivência urbana, enquanto aqueles validados por uma moral privada ocupam livremente os espaços públicos. Esse processo demonstra que os usos do espaço público são condicionados por normas heteronormativas, funcionando como um dispositivo fundamental para a reprodução e manutenção dessas relações de poder (Yázigi, 2019). Costa (2018) argumenta que o turismo, quando não incorporado às dinâmicas locais, popularmente, reduz seu potencial de promover inclusão e a *patrimonialização global*, alheia às demandas comunitárias, tende a gerar mais impactos negativos do que benefícios para os habitantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a investigar os efeitos da *patrimonialização global* sobre os espaços públicos de cidades coloniais latino-americanas, com foco empírico em Pirenópolis (Brasil) e em Colônia do Sacramento (Uruguai).

A partir desse objetivo, o estudo foi estruturado em torno da proposta de um *planejamento urbano possível*, conceito desenvolvido a partir de Costa (2021a) ao longo de anos de investigação sobre as relações sobre o urbano e o rural na América Latina (Costa, 2016, 2017, 2018, 2021a, 2021b). Tal conceito se contrapõe às abordagens rígidas, tecnocráticas e distantes da realidade dos sujeitos, ao propor formas de planejamento mais próximas à complexidade e à pluralidade das dinâmicas locais. A proposta abre espaço para processos participativos, flexíveis e territorialmente situados, articulando o conhecimento técnico aos saberes populares, às práticas sociais e aos usos concretos do espaço público das cidades da América Latina. Esses elementos constituem os *elos conectores* que fundamentam a *ativação popular do espaço público* (Costa, 2018, p. 66).

Nesse sentido, entendemos que a análise dos diferentes modos de uso e apropriação do espaço público em Pirenópolis e em Colônia do Sacramento pode

oferecer insights valiosos sobre as práticas urbanas cotidianas. Essa análise permite uma reavaliação das diretrizes de planejamento urbano com base em uma abordagem mais contextualizada e inclusiva, capaz de captar os problemas, conflitos, oportunidades, dinâmicas comunicacionais e funções sociais que estruturam esses espaços (Gomes, 2018).

Nesse percurso, a *geografia social imaginativa do lugar* mostrou-se um referencial teórico-metodológico fundamental ao reconhecer os *sujeitos em situação espacial duradoura* ao valorizar os sentidos simbólicos, afetivos e materiais do território. Essa abordagem permitiu interpretar os espaços públicos não como meros objetos físicos, mas como campos vivos de práticas, representações e disputas. Ela também revelou que a *patrimonialização global* incide de forma desigual sobre os espaços públicos de cidades coloniais latino-americanas, frequentemente deslocando populações locais e ressignificando esses espaços com base em lógicas exógenas, como o turismo, a valorização imobiliária e o reconhecimento institucional de patrimônios “universais”.

Confirmamos nossa hipótese de que, embora os processos de *patrimonialização global* promovam uma ressignificação abrangente das cidades coloniais na América Latina, a manutenção e o fortalecimento dos espaços públicos podem ser significativamente potencializados quando os elementos que fundamentam sua ativação popular são reconhecidos e incorporados ao planejamento urbano. Tal incorporação contribui para a promoção de maior equidade socioterritorial nas cidades analisadas.

Nesse contexto, o principal produto da pesquisa foi a construção de indicadores sintéticos, concebidos não como ferramentas de mensuração fechadas, mas como dispositivos abertos, interpretativos e adaptáveis, em diálogo com as realidades sociais e culturais de Pirenópolis e Colônia do Sacramento. Esses indicadores se propõem como instrumentos aplicáveis aos planos diretores e demais instrumentos de ordenamento territorial, com potencial para promover a equidade no acesso ao espaço público e a valorização dos sujeitos que o produzem e habitam. Trata-se, portanto, de uma contribuição concreta para o aprimoramento dos dispositivos normativos de gestão urbana, especialmente em cidades com patrimônio urbano histórico submetidas a pressões globais.

Entre os principais eixos de contribuição dos indicadores sintéticos, destacam-se:

- Reconhecimento das práticas sociais e dos usos cotidianos dos espaços públicos como elementos centrais para a elaboração de diagnósticos territoriais, superando abordagens meramente funcionalistas ou estéticas comuns nos planos diretores;
- Incorporação de experiências subjetivas e representações simbólicas dos habitantes na formulação de diretrizes urbanísticas, favorecendo uma leitura plural e sensível dos espaços públicos patrimonializados;
- Adaptação contextualizada das normativas urbanísticas, com parâmetros qualitativos que permitam maior flexibilidade regulatória, levando em conta as dinâmicas e necessidades de diferentes grupos sociais e territórios;
- Promoção da *práxis* existencial e da equidade socioterritorial, por meio de dispositivos que visam reequilibrar o acesso aos benefícios da patrimonialização e mitigar os efeitos negativos da gentrificação, do turismo de massa e da mercantilização do patrimônio urbano histórico.

Esses eixos dialogam diretamente com as lacunas identificadas na literatura crítica sobre a *patrimonialização global*, especialmente aquelas apontadas por Costa (2011a), que denuncia a desigualdade estrutural dos reconhecimentos patrimoniais promovidos por organismos internacionais e sua reprodução seletiva nos territórios. Quer dizer, os processos de patrimonialização frequentemente negligenciam especificidades locais e se impõem por meio de dispositivos técnico-burocráticos que fragilizam a participação social e contribuem para a padronização dos espaços públicos urbanos.

À luz desse cenário, os resultados da investigação revelam que o caso de Colônia do Sacramento, amplamente moldado por diretrizes do patrimônio mundial, e o de Pirenópolis, atravessado por um turismo de base histórica e ecológica, expõem a necessidade urgente de formas de planejamento mais atentas às múltiplas realidades locais. Ainda assim, observam-se dinâmicas sociais e usos cotidianos que resistem a esses processos e mantêm ativa a dimensão pública desses espaços públicos.

A proposta de indicadores sintéticos, ancorada no conceito de *planejamento urbano possível*, constitui uma tentativa de reverter tal cenário. Construídos a partir das práticas sociais concretas, das experiências dos habitantes, da leitura crítica dos instrumentos normativos e da observação participante, esses indicadores oferecem subsídios qualitativos e metodológicos para transformar os planos diretores em ferramentas de inclusão social e de mediação de conflitos nos territórios. De acordo com Costa (2021a, p. 101)

El desafío a la racionalidad técnica urbanista es incorporar la totalidad social del proceso de urbanización, creando las condiciones para asumir al sujeto en situación espacial duradera como la escala de planificación más relevante. Constituir un urbanismo basado en las necesidades reveladas por quienes experimentan, en la vida cotidiana, los dramas y las posibilidades territoriales en el péndulo espacial periferia-centro-periferia, parece el camino propicio para escapar de la abstracción o generalización de la ciudad legal-ilegal, formal-informal, planificada-espontánea.

Em síntese, este estudo reforça a necessidade de repensar a *patrimonialização global* como um fenômeno complexo, que deve ser analisado criticamente e integrado aos processos de planejamento urbano. O *planejamento urbano possível* fundamentado na escuta dos sujeitos, na leitura crítica da patrimonialização e na valorização dos sentidos de lugar, aponta caminhos para a humanização das práticas urbanísticas e para a construção de cidades mais plurais e socioespacialmente equitativas. Em contextos coloniais patrimonializados, como os aqui investigados, essa abordagem não apenas resgata a centralidade do espaço público, mas também reconduz à população local o protagonismo na narrativa, no uso e na transformação de sua própria cidade.

Nesse horizonte, a Geografia oferece instrumentos teóricos e metodológicos fundamentais para a análise crítica das relações entre espaço público, patrimônio e planejamento urbano, contribuindo para práticas de planejamento que priorizem a escala do sujeito. Com isso, reafirma-se o papel da Geografia como campo estratégico para pensar e construir alternativas urbanas ancoradas nos territórios vivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, M. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I*, 14, 77-97. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>
- Ámbito. (2022, Maio 2). Uruguay construirá una “ciudad para argentinos”. *Ámbito*. <https://www.ambito.com/informacion-general/uruguay/construira-una-ciudad-argentinos-n5429832>
- Adames, M. (2019). Patrimonio, territorio y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá. *PatryTer*, 2(3), 37-48. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.9313>
- Adriana, C. (2022, Janeiro 6). Pirenópolis está em processo de se tornar Patrimônio Mundial reconhecido pela Unesco. *Pirenópolis Online*. <https://pirenopolisonline.com.br/cultura/pirenopolis-esta-em-processo-de-se-tornar-patrimonio-mundial-reconhecido-pela-unesco/>
- Adriana, C. (2018, Abril 27). Crimes cometidos sob efeito de drogas são a maior causa de violência em Pirenópolis. *Pirenópolis Online*. <https://pirenopolisonline.com.br/seguranca/crimes-cometidos-sob-efeito-de-drogas-ea-maior-causa-de-violencia-em-pirenopolis/>
- Adriana, C. (2023, Dezembro 2). Números demonstram uma queda significativa na criminalidade praticada em Pirenópolis e região. Homicídios, lesões seguidas de morte e furtos e roubos de veículos caíram 100% em novembro. *Pirenópolis Online*. <https://pirenopolisonline.com.br/seguranca/numeros-demonstraram-uma-queda-significativa-na-criminalidade-praticada-em-pirenopolis-e-regiao-homicidios-lesao-seguida-de-morte-e-furtos-e-roubos-de-veiculos-cairam-100-em-novembro/>
- Agita Pirenópolis. (2024, Dezembro 19). Réveillon em Pirenópolis: o que você precisa saber, Pirenópolis. <https://www.agitapirenopolis.com.br/reveillon-2025-em-pirenopolis-36153>
- Alegría, L. & Landaeta, R. (2019). En los límites del patrimonio. Políticas de patrimonialización en dictadura militar: los casos de Chile y Uruguay 1973-1989. *Sophia Austral*, (23), 33-55. <http://dx.doi.org/10.4067/S0719-56052019000100033>
- Almeida, M. (2005). A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In M. G. Almeida (Ed). *Tantos Cerrados* (pp. 321-347). Goiânia: Ed. Vieira.
- Almeida, M. (2015). *Atlas de Festas Populares em Goiás*. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.
- Almeida, M. (2006). *A cidade de Pirenópolis e o impacto do tombamento*. Brasília. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília.

- Alvarado, I. & Costa, E. (2019). Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. *Investigaciones Geográficas*, 99, 01-26. <http://dx.doi.org/10.14350/riq.59792>
- Alvarado, I. & López, Á. (2018). Turismo, patrimonio y representaciones espaciales. Tenerife, Colección Pasos, n. 22.
- Amicia., L. & Rita., A. (2021). Identidade, Estado-nação e patrimônio: o tombamento do Parc National Historique no Haiti (1940-1990). *Revista CPC*, 16(31), 39-68. <http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v16i31p39-68>
- Andrade, R. (1937). Relatório das ocorrências verificadas e das atividades realizadas pelo Sphan em 1936, 23 de janeiro de 1937. MESP/SPHAN: Rio de Janeiro. Arquivo da FGV/RJ.
- Aramendi, M. (2005). *El turismo cultural en Colonia del Sacramento*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- Assis, P. & Mendes, P. (2014). Os jovens e a cidade: das práticas espaciais às redes de sociabilidade e a constituição de territorialidades. *Caderno Prudentino De Geografia*, (35), 87–106. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2262>
- Bachelard, G. *A poética do espaço*. Versão digital sem data e local. <https://bibliotecadafilo.files.wordpress.com>
- Baudelaire, C. ([s.d]). *Les fleurs du mal*, Paris, Calman Levy.
- Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade Rio de Janeiro*: J. Zahar.
- Bardin, L. (2011.) *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, T. (2002). *Definição da Geometria e Distribuição dos Depósitos de Quartzito Ornamental na Região de Pirenópolis – GO*. Convênio n.º 008/2001-MME/DNPM/AGIM. Goiânia.
- Béjar, D. (2019). *Dinámicas y territorialidad de la vivienda de uso turístico en el Centro Histórico de Morelia 2008-2019* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura). Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia.
- Beato, C. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37). <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200004>
- Benevolo, L. (1985). *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- Berdoulay, V. (2016). Espaço e Cultura. In I. Castro, P. Gomes & R. Corrêa (Ed.). *Olhares Geográficos: Modos de ver e viver no espaço* (pp. 101-131). Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil.

- Berdoulay, V. & Paes, M. (2008). Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. *Cidades*, 5(7), 33-47. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2008v5n7.12332>
- Borja, J. (2006). Urbanismo y ciudadanía. Civismo: las claves de la convivencia. *Revista Barcelona*. Metròpoles mediterrània: Barcelona: Los monográficos, 6, 43-50. [http://www.publicacions.bcn.es/b\\_mm/ebmm\\_civisme/](http://www.publicacions.bcn.es/b_mm/ebmm_civisme/)
- Borja, J. & Muxí, Z. (2000). *O espaço público, cidade e cidadania*. Editora: Electa Barcelona.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002). *A produção da crença*. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.
- Burgos, R. (2015). Espaços públicos e o direito à cidade: contribuições teórico-conceituais a partir de estudos sobre o uso de parques urbanos em contextos de segregação espacial na cidade de São Paulo e Sorocaba. *Cidades*, 12(20), 105-140. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11958>
- Burgos, R. (2019). Espaço Público em sítios históricos urbanos no processo de formação territorial na América Latina. *RELACult*, 05, 1-24. <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1570>
- Brasil. (2001). *Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade*. Presidência da República.
- Cabrales, L. (2019). Salvaguarda de un patrimonio de la modernidad en Guadalajara: El zoológico de cemento. *Investigaciones Geográficas*, 100, 01-18. <https://doi.org/10.14350/ig.60020>
- Cadena, A. (2019). *As redes urbanas de Uruguai e Colômbia e a atuação da Petrobrás: fluxos e fixos de transporte nacional, do comércio de combustíveis e a articulação aos sistemas de cidades locais*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Cadena, D. & Brito, M. (2024). Entre o panorâmico e o recôndito nas dinâmicas paisagísticas contemporâneas. *GEOgraphia*, 26(56).

<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2024.v26i56.a58796>

- Calabre, L., Rocha, R. & Canelas, A. (2022). *Mondiacult 40 anos depois: impactos e desdobramentos nas políticas culturais na América Latina*. (Ed.). Salvador: EDUFBA, 268 p.
- Caldeira, T. (2000). *Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- Calero, C., Delgado, C. & Armas, A. (2014). Espacio público, conflicto y convivencia: la plaza Primero de Mayo en Santa Cruz de Tenerife (Canarias). *Scripta Nova*, 18(476). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-476.htm>
- Calgaro, N. (1992). *Patrimonio Cultural*. Año 1 nº 1. Montevideo.
- Calle, M. (2019). Turistificación de centros urbanos: clarificando el debate. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 83, 1-40. <http://dx.doi.org/10.21138/bage.2829>
- Canclini, N. (1995). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Canclini, N. (2008). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- Canclini, N. (2002). *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós.
- Canez, A., Comas, C., & Bohrer., G. (2004). *Arquiteturas Cisplatinas: Roman Fresnedo Siri e Eladio Dieste em Porto Alegre*. Porto Alegre: UniRitter.
- Capurro, F. (1928). La Colonia del Sacramento. *Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueología*. Tomo II, Montevideo.
- Carley, M. (1985). *Indicadores sociais: teoria e prática*. Editora: Zahar.
- Carrión, F. (2010). O labirinto de centralidades históricas na América Latina. O centro histórico como objeto de desejo. *Ministério da Cultura do Equador*. [https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio\\_view.php?bibid=125616&tab=opac](https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio_view.php?bibid=125616&tab=opac)
- Carrión, F. (2013). Dime quién financia el centro histórico y te diré qué centro histórico es. Carajillo de la Ciudad. *Revista Digital del Programa en Gestión de la Ciudad*, (16), 1-26. [https://cafedelasciudades.com.ar/carajillo/imagenes16/02\\_ART\\_CARRION\\_carajillo16.pdf](https://cafedelasciudades.com.ar/carajillo/imagenes16/02_ART_CARRION_carajillo16.pdf)
- Castells, M. (2000). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

- Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional – CIDAP. (2009). *Día Internacional de los monumentos y sitios* – cada 18 de abril declarado por Unesco. <https://cidap.org.pe/wp-content/uploads/63145083-Informe-Dia-Internacional-de-los-Monumentos-y-Sitios-1.pdf>
- Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional – CIDAP. (2011). *Centro histórico de Lima: Patrimônio Humano y Cultural en Riesgo*. <https://cidap.org.pe/wp-content/uploads/113257935-Publicacion-Ch-Lima-Patrimonio-en-Riesgo-1.pdf>
- Chizzotti, A. (2018). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Choay, F. (2017). *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp.
- Choay, F. (2015). *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Chuva, M. (2009). *Os arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Chuva, M. (2003). Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, 4(7). <http://revistatopoi.org/site/topoi/>
- Chuva, M. (2012). O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista IEB*, 55, 89-107. <https://www.scielo.br/j/rieb/a/zYrmJ7MkSD67pGMWQxNwzyn/?format=pdf&lang=pt>
- Colvero, A. (2010). *A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo = políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período de 2001-2004*. (Tese de Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Corrales, A. (2024). Ciudad y urbanismo neoliberal, planes locales y transnacionales en la transformación de San José, Costa Rica. *PatryTer*, 7(14), 01–19. <https://doi.org/10.26512/patryter.v7i14.45735>
- Corrêa, R. (1995). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.
- Cosse, I. & Markarian, V. (1994). *Memorias de la historia. Una aproximación al estudio de la conciencia histórica nacional*. Montevideo, Ediciones: Trilce.
- Costa, E. (2011a). *Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa, E. (2011b). *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio*

*Mundial*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.

- Costa, E. (2011c). Geografia urbana aplicada: possibilidades, utopias e metodologia. In *Anais do 12º Simpósio nacional de Geografia urbana* (pp. 01-16). [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/9601/1/Artigo\\_EveraldoCosta\\_SIMPURB\\_2011.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/9601/1/Artigo_EveraldoCosta_SIMPURB_2011.pdf)
- Costa, E. (2011d). Intervenções em centros urbanos no período da globalização. *Cidades*, 9(16). <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12029/7727>
- Costa, E. (2012). Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. *Finisterra*, 47(93) 5-28. <https://doi.org/10.18055/Finis1255>
- Costa, E. (2014). Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. *Geografia*, 39(2), 241-256. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/9318/7339>
- Costa, E. (2015). *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.
- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina. In *Actas do 14º Colóquio Internacional de Geocrítica* (pp. 01-32). [https://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_everaldocosta.pdf](https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf)
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía*, 26(2), 53–75. <http://dx.doi.org/10.15446/rcdq.v26n2.59225>
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, 96, 01-26. <https://doi.org/10.14350/ig.59593>
- Costa, E. & Castro, B. (2008). O processo de “banalização pela cenarização” em núcleos urbanos tombados: o caso de Tiradentes – MG. *Geografias*, 4(1), 23–40. <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13238>
- Costa, E. & Scarlato, F. (2019). Geografía, método y singularidades revisadas en lo empírico. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 23(3), 640-661. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552>
- Costa, E., & Steinke, V. (2013). Cidades históricas do estado de Goiás, Brasil: uma agenda de pesquisa. *Ateliê Geográfico*, 7(2), 164–195. <https://doi.org/10.5216/ag.v7i2.18518>
- Costa, E. & Suzuki, J. (2012). Materialismo histórico e existência – discurso geográfico e utopias. *Espaço & Geografia*, 15(1), 115-147.

[https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/11787/1/ARTIGO\\_MaterialismoHistoricoExistencia.PDF](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/11787/1/ARTIGO_MaterialismoHistoricoExistencia.PDF)

- Costa, E., Tirapeli, P. & Moncada, J. (2022). Decolonialidad originaria, barroco mestizo y territorio en América Latina (del Rosario de Puebla a Tonantzintla de Cholula, México). *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 30, 1-44. <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e26>
- Costa, E. (2021a). Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. *Tempo Social*, 33(1), 91-120. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.164522>
- Costa, E. (2021b). Patrimônio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. *Revista Geografica Venezolana*. 62, 108-127. <https://doi.org/10.53766/RGV/2021.62.01.05>
- Costa, E. (2024). Del patrimonio territorial eurocentrado al patrimonio-territorial decolonial. Giro epistémico desde el Sur. Eutopía. *Revista De Desarrollo Económico Territorial*, (25), 11-32. <https://doi.org/10.17141/eutopia.25.2024.6175>
- Council of Europe. (1975). European Charter of the Architectural Heritage, 1975a. Documento coletado do site do ICOMOS. [www.icomos.org/en/charters-and-other-doctrinal-texts](http://www.icomos.org/en/charters-and-other-doctrinal-texts)
- Crossa, V. (2013). Defendiendo los espacios públicos del centro histórico de Coyoacán. *Alteridades*, 23(46), 39-51. <https://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v23n46/v23n46a4.pdf>
- Deffontaines, P. (1944). Como se constituiu no Brasil a rede de Cidades. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, 2(14), 141-148.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo.
- Di Méo, G. (2014). Processos de patrimonialização e construção de territórios. *Geosaberes*, 5(1), 3-23. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552856431002>
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In E. Lander (Ed.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 24-32). Buenos Aires: CLACSO.
- Durán, M. (2016). *Território cafeeiro: transformações da paisagem e configuração de um habitat urbano-rural no Departamento de Risaralda, Colômbia*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.
- Egea-Jiménez, C. & Nieto-Calmaestra, J. (2022). Análisis de los elementos de identidad de un espacio público. El caso del parque Juárez (Xalapa, México). *EURE*, 48(144), 1-23. <https://doi.org/10.7764/EURE.48.144.03>

- Enrique, J. (1972). El rol de la urbanización en la modernización de América Latina. In *Las ciudades en América Latina: seis ensayos sobre la urbanización contemporánea*. Buenos Aires, Paidós.
- Enrique, J. (1991). *Cartografía urbana colonial de América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: IIED: Grupo Editor Latinoamericano.
- Fao – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2019). Haiti – Plano de Resposta a Emergências (março a maio de 2019). <https://www.fao.org/documents/card/es/c/CA3648EN>
- Felix, A. (2022). Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 26(1), 1-21. <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/188940>
- Fernandes, V. (2022). De capela a coreto: direito à memória negra e (re)apropriação na Praça Coronel Chico de Sá. Pirenópolis (GO). (Dissertação de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio). Universidade Estadual de Goiás, Goiás.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Editora. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, M. (2005). Padrões sociais e uso do espaço público. *Caderno CRH*, 18(45), 377-394. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v18i45.18533>
- Freire, J. (2019). Patrimônio(s) Cultural(is): Abordagem fenomenológica para estudos de patrimonialização. *PatryTer*, 2(4), 83-99. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.22999>
- Glass, R. (1964). Introduction. In Centre for urban studies. *Londres, aspects of change* (pp. 12-41). Londres, Macgibbon e Kee.
- Goiás, M. (2022, Agosto 4). Em Pirenópolis, moradores se dizem coagidos a contratar serviços de empresa de vigilância. *Mais Goiás*. <https://www.maisgoias.com.br/brasil/em-pirenopolis-moradores-se-dizem-coagidos-a-contratar-servicos-de-empresa-de-vigilancia/>
- Gómez, P. (2013). La gestión urbana de los centros históricos. *Estudios sobre Conservación, Restauración y Museología*, I, 189-196.
- Gómez, C. (2019). Conservación de centros históricos. Métodos para estudios previos. *PatryTer*, 2(4), 18-27. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.24975>
- Gomes, P. (2012). *A Condição Urbana: ensaios de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Gomes, P. (2013). *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Gomes, P. (2018). Espaço público, espaços públicos. *GEOgraphia*, 20(44), 115-119. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v1i44.a27557>
- Gomes, P., & Ribeiro, L. (2018). Espaços públicos como lugares da política. *Geografares*, (26), 5-11. <https://doi.org/10.7147/GEO26.20996>
- Gomes, P. (2020). Espaços públicos e territórios. As relações entre espaço e poder na Geografia. *Punto Sur*, (3), 153-169. <https://doi.org/10.34096/ps.n3.9702>
- Gonçalves, S. (2023). *Da patrimonialização global ao patrimônio-territorial amazônico: a singularidade da feira Ver-o-Peso em Belém do Pará*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém.
- González, R. (2018). La Habana, dinámica socio espacial de las formas urbanas. *PatryTer*, 1(1), 1–12. <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i1.7100>
- González, R. & Suárez, A. (2003). *Los Centros Vivos. Alternativas de Hábitat en los Centros Antiguos de las ciudades de América Latina*. La Habana, Lima, México, Montevideo: CYTED.
- Gorelik, A. (2002). Imaginarios urbanos e imaginación urbana. Recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos. *EURE*, 28(83), 1-9. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612002008300008>.
- Gorelik, A. (2005). A produção da "cidade latino-americana". *Tempo Social*, 17, 111-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>
- Gregório de Andrade, R. & Soares, M. (2013). O centro histórico de Lima, Peru: novos usos da Rua Jirón de La Unión. *GeoTextos*, 9(2). <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i2.8460>
- Guerrero, R. (2012). Patrimonio cultural mundial, territorio y construcción de ciudadanía. construcción y apropiación social del patrimonio cultural de la ciudad de Valparaíso-Chile. *Scripta Nova*, 16(388). [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-388.htm#\\_ednref10](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-388.htm#_ednref10)
- Guerrero, R. (2018). Neoliberalismo y patrimonialización. Resistencia y cambio social en procesos de patrimonialización de territorios urbanos del sur de Chile: Biobío, Araucanía y Los Ríos. *Scripta Nova*, 22(599). <https://doi.org/10.1344/sn2018.22.20678>.
- Gutiérrez, R. (1992). História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In Departamento de Patrimônio Histórico – DPH. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* (pp.121-128). São Paulo: DPH.
- Hall, S. (2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Hiriart, C. (2018). Estrategias de resiliencia y escenarios adversos para la recuperación turística y gestión del patrimonio del Centro Histórico de Morelia, Michoacán, México (2001-2017). *Intervención*, 9(17), 32-47. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=355657563004>
- Holanda, S. (1998). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Ibarlucea, L. (2015). De barrio sur a patrimonio mundial de la humanidad. Patrimonialización del barrio histórico de Colonia del Sacramento – Uruguay. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24(2), 374-398. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180738583010>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1996). *Legislação de Proteção*: Pirenópolis. Brasília: Iphan.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo Demográfico Brasileiro. Etapas de divulgação. <https://censo2022.ibge.gov.br/>
- Instituto Nacional de Estadística. (2023). Censo Sociodemográfico Uruguayo. Demografía e População. <https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/estadisticas-sociodemograficas>
- Intendencia de Colonia. (2023). *Resolução n.º 1261/023: Estabelece o calendário de pagamento do Imposto de Contribuição Imobiliária para imóveis com destinação hoteleira no exercício de 2023*.
- Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. Editora: WMF Martins Fontes.
- Jaramillo, N. (2007). Comercio y espacio público: una organización de ambulantes en la Alameda Central. *Alteridades*, 17(34), 137-153. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74711468010>
- Jayme, J. (1971). *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG.
- Jayme, J. & Jaime, J. (2002). *Casas de Pirenópolis*. Goiânia: UCG.
- Jeudy, H. (2005). *Espelhos das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Jiménez, G. (2016). 20 años después: Zona de Monumentos Históricos de la Ciudad de Querétaro. *Diario Querétaro*. <https://www.diariodequeretaro.com.mx/cultura/20-anos-despues-zona-de-monumentos-historicos-de-la-ciudad-dequeretaro/>
- Jiron, P. & Mansilla, P. (2014). As consequências do planejamento urbano

- fragmentado na vida cotidiana dos habitantes da cidade de Santiago. *EURE*, 40(121). <https://doi.org/10.4067/S0250-71612014000300001>
- Junta Departamental de Colonia. (2018). *Ordenança: Obras de edificação, substituição, restauração, recondicionamento, ampliação e outros destinos no Bairro Histórico de Colonia do Sacramento*.
- Junta Departamental de Colonia. (2024). *Decreto n.º 014/2024: Aprova o Plano de Ordenamento Territorial de Colonia del Sacramento e Microrregião*.
- Kühl, B. (2010). Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 18(2), 287-320. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>
- Leal, O. (1892). *Viagem às Terras Goyanas (Brasil Central)*. Goiânia: UFG.
- Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos.
- Lemos, A. (2018). Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através das suas metrópoles. *PatryTer*, 1(2). <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i2.9281>
- Lima, D. (2015). A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas. *Geoconexões*, 2, 15–26. <https://doi.org/10.15628/geoconexoes.2015.3692>
- Lima, L. (2017). *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília.
- Lima, L. & Oliveira, V. (2022). Lugar, sujeito e polissemias do patrimônio em Goiás, Brasil. *PatryTer*, 5(10), 160–177. <https://doi.org/10.26512/patryter.v5i10.43055>
- Londres, M. (2003). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. In R. Abreu & M. Chagas (Ed.). *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural* (pp. 56-76). Rio de Janeiro: DP&A.
- Londres, M. (1997). *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan.
- Marcuse, H. (1998), *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Magna, S. (2016). *Feira Central de Ceilândia e gastronomia regional: patrimônios do Distrito Federal*. (Dissertação de Mestrado em Turismo). Universidade de Brasília, Brasília.
- Maluly, V. (2017). *Como se fossem para o cabo do mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília.

- Manrique G. (2013). Gentrificação de La Candelaria: reconfigurações do local de residência e consumo de grupos de alta renda. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 22(2), 211–234. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v22n2.24940>
- Marchesi, A. (2001). *El Uruguay Inventado*. La política audiovisual de la dictadura, reflexiones sobre su imaginario. Montevideo: Tricel.
- Maricato, E. (1997). Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, 11, 113-130.
- Maricato, E. (2002). As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- Maricato, E. (2008). O automóvel e a cidade. *Revista Ciência & Ambiente*. 37, 5-12. <https://cienciaeambiente.com.br/shared-files/2049/?005-012.pdf>
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, Carta Maior.
- Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.
- Martínez, A. (2007). Peligro, proximidad y diferencia: negociar fronteras en el Centro Histórico de la Ciudad de México. *Alteridades*, 17(34), 27-38. <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v17n34/v17n34a3.pdf>
- Martins, J. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- Mascaró, L. (2006). A iluminação do espaço urbano. *Arqtexto*, Porto Alegre, 20-27. [https://www.ufrgs.br/propar/wp-content/uploads/2023/06/8\\_Lucia-Mascaro.pdf](https://www.ufrgs.br/propar/wp-content/uploads/2023/06/8_Lucia-Mascaro.pdf)
- Memoria Del Consejo Departamental de Montevideo. (1955-1959). Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo. <http://www.fadu.edu.uy/itu/files/2014/09/Memoria-Plan-Director.pdf>
- Mercado, L. & Díaz, V. (2021). Transformación y usos emergentes del espacio público en México: el centro histórico de Morelia. *PatryTer*, 4(8), 112–132. <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i8.30547>
- Metrópolis. (2022, Janeiro 12). Pirenópolis: Após enchente, dia é de limpeza e avaliação dos prejuízos. *Metrópolis*. <https://www.metropoles.com/brasil/pirenopolis-apos-enchente-dia-foi-de-limpeza-e-avaliacao-de-prejuizo>
- Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (Ed.). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 33-49). Buenos Aires: CLACSO.

- Monbeig, P. (1954). Contribuição à Ciência Geográfica, Resumo da Geografia Econômica do Café. *Boletim Geográfico do IBGE*, 276-285. <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10020418-1.pdf>
- Moraes, A. (2011). A Dimensão territorial nas formações sociais latino-americanas. *Revista Do Departamento De Geografia*, 7, 81-86. <https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0007.0006>
- Moreira, R. (2010). *O pensamento geográfico brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Odriozola, M. (1970). *Inventario Turistico*. Los Departamentos, Colonia, Montevideo, (14), 42-53.
- Oliveira, (2022). *De capela a coreto: direito à memória negra e (re)apropriação na Praça Coronel Chico de Sá – Pirenópolis (GO)*. (Mestrado profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio). Universidade Estadual de Goiás, Goiás.
- Organização das Nações Unidas. (2014). Perfil de la Vivienda en Cuba. [https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/04/edited\\_version\\_ejecutiva\\_housing\\_profile\\_cuba\\_web.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/04/edited_version_ejecutiva_housing_profile_cuba_web.pdf)
- O Hoje. (2024, Julho 5). Novo plano diretor de Pirenópolis é debatido em audiência pública. *O Hoje*. <https://ohoje.com/2024/07/05/novo-plano-diretor-de-pirenopolis-e-debatido-em-segunda-audiencia-publica/>
- Paes-Luchiari, M. (2006). Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia*, 31(1), 47-60. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1339>
- Paes, M. & Souza, J. (2024). *Abordagens geográficas do patrimônio cultural*. São Paulo: Amazônica Bookshelf.
- Paes, M. (2012). Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Geografia*, Rio Claro, 37(2), 319-334. <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/7695/5758>
- Paes, M. (2015). As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. *GEOgraphia*, 17(33), 41-68. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i33.a13697>
- Paes, M. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 21(3), 667-684. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345>

- Palacín, L. (1979). *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente.
- Pérez-Villalón, B., Ortega-Esquivel, A., Saavedra, C. & Lobos-Peña, P. (2023). Renovación urbana en el centro histórico de Santiago, Chile: el caso de la manzana de la Casa Colorada. *EURE*, 49(147), 1-25. <https://doi.org/10.7764/EURE.49.147.11>
- Plan de Gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento. (2012). Ministerio de Educación y Cultura. Intendencia de Colonia. <https://colonia.gub.uy/uploads/planDeGestionDelBarrioHistoricoDeColoniaDelSacramento.pdf>
- Plan de Gestión del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento. (2012). Ministério de Educação y Cultura Uruguay (MEC); Intendencia de Colonia; Patrimônio Uruguay: Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación; Consejo Ejecutivo Honorario de la Antigua Colonia del Sacramento; Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, Uruguay.
- Possamai, P. (2007). A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do Império Colonial Português. *História em Revista*, 13, 09-28. <https://doi.org/10.15210/hr.v12i13.11421>
- Possamai, P. (2010). De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Topoi*, 11(21), 23-36. <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021002>
- Prado, A. (2017). *O patrimônio na encruzilhada do sentido: dispositivos de memória entre a chancela e o afeto*. (Tese de Doutorado em Ciências e Letras). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Prado, M. (2011). A teoria de campo e o patrimônio cultural. *Revista Museologia e Patrimônio*, 4(1), 127-147. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/154/154>
- Prefeitura Municipal de Pirenópolis. *Plano Diretor* (Estatuto da Cidade), Lei n.º 10.257/2001.
- Prefeitura Municipal de Pirenópolis. (2024). *Lei Complementar nº 026/2024: Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Pirenópolis e dá outras providências*. Diário Oficial do Município de Pirenópolis, 616.
- Quijano, A. (1978). Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In F. Almeida (Ed.). *A questão urbana na América Latina* (pp 9-60). Rio de Janeiro: Forense – Universitária.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina.

- Rajab, Y. (2023, Outubro 8). Pirenópolis, cidade histórica, recebe cerca de 80 mil turistas por mês. Brasil. *Correio Brasiliense*. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/10/5132229-pirenopolis-cidade-historica-recebe-cerca-de-80-mil-turistas-por-mes.html>
- Ramírez, B. (2003). *Modernidad, posmodernidad, globalización y territorio*. Ciudad de México, México: UAM Xochimilco/Miguel Ángel Porrúa.
- Ramírez-Rosete, N., González-González, M. & Reyes-Granados, J. (2020). Estrategias de Preservación del Patrimonio Cultural de los Centros Históricos de Puebla. *Revista de Estudios Andaluces*, 39, 45-65. <https://dx.doi.org/10.12795/rea.2020.i39.03>
- Revista Histórica. (1952). *Inventário de los Monumentos Históricos Nacionales*. Tomo VXIII.
- Revista Histórica. (1952). *Proyecto de sobre a declaración de Monumentos Históricos Nacionales*. Tomo VXIII.
- Rodríguez A. (2016). Nada urbano me es ajeno – El caso de La Habana Cuba. *Patrimonio Mundial*, 81, 44-46.
- Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Sagres Online. (17/06/2022). *Pirenópolis rumo aos 300 anos*. Estêvão Daltro. <https://sagresonline.com.br/pirenopolis-rumo-aos-300-anos/>
- Sánchez, L. (2007). La rehabilitación de los centros históricos en México: Un Estado De La cuestión. *Biblio 3w*, 5. <https://raco.cat/index.php/Biblio3w/article/view/65648>
- Santos, M. (1982). *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos, M. (1996). *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. In *Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp.
- Santos, M. (2011). *O espaço da cidadania e outras reflexões*. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães.
- Santos, M. (2014). *O espaço do cidadão*. Editora: Nobel, São Paulo.
- Sartre, J. (2002). *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

- Satterthwaite, D. (1993). Problemas sociales y medioambientales asociados a la urbanización acelerada. *EURE*, 19(57). <https://doi.org/10.7764/1098>
- Scarlato, F. & Costa, E. (2017). A natureza do urbano. *Confins*, 30. <https://doi.org/10.4000/confins.11676>
- Scarlato, F., & Costa, E. (2022). Geografia e patrimônio urbano: questão metodológica. *Revista Espaço e Geografia*, 16(2), 369:387. <https://doi.org/10.26512/2236-56562013e39965>
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Scifoni, S. (2003). Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista à utopia de uma nova civilização. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, (14), 77-88. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123833>
- Scifoni, S. (2006). *A construção do Patrimônio Natural*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Scifoni, S. (2013). Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço e Geografia*, 16(2), 515–528.
- Scifoni, S. (2017). Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias. In M. Paes & M. Sotratti (Ed.). *A natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas* (pp. 115-135). São Paulo: Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Scifoni, S. (2022). *O patrimônio desigual: cidade, memória e a classe trabalhadora* (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Scirgalea, S. (2024, Abril 19). Un recorrido por los bares de Colonia del Sacramento del siglo XX. *La Diaria*. <https://ladiaria.com.uy/colonia/articulo/2024/4/un-recorrido-por-los-bares-de-colonia-del-sacramento-del-siglo-xx/>
- Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, B. (2008). *Demanda turística e tecnológica de Pirenópolis, Estado de Goiás*. (Dissertação de Mestrado em Turismo). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Paraná.
- Silveira, J. (2012). *Régimen Legal del Patrimonio Cultural en Uruguay*. Apresentação. [www.fadu.edu.uy/iha/files/2012/05/Protección.pdf](http://www.fadu.edu.uy/iha/files/2012/05/Protección.pdf)
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Sotratti, M. (2005). *Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de*

*um produto turístico*. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Universidade de Campinas, Unicamp.

Souza, M. (1988). *Governo Urbano*. Editora Nobel.

Souza, M. (2010). *Mudar a cidade - Uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M. (2017). Espaço e sociedade — um paradoxo: a cidade. *Revista Do Serviço Público*, 40(1), 17-20. <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i1.2285>

Souza, A. (2020) *Sociabilidade pública na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Sznol, F. (2007). Geografía de la Resistencia. Protesta social, formas de apropiación y transformación del espacio urbano en la Argentina (1996-2006). *Theomai*, 15, 21-34. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12401504>

Tabak, F. (1971). Estudos de Poder Local – A experiência do Brasil. *Revista de Ciência Política*, 5(2), 61-90, <https://periodicos.fgv.br/rcp/article/view/59144/57591>

Tejerina, B. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97. <https://doi.org/10.4000/rccs.982>

Trujillo, G. (2021). Centros históricos en México, patrimonialización global y turistificación. *PatryTer*, 4(7), 28-43. <https://doi.org/10.26512/patryter.v4i7.29436>

Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel.

Tuan, Y. (2012). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel.

Tecnológicas, DP-S. & Redação. (2016, Janeiro 28). Pirenópolis alagada. *Diário da Manhã*. <https://www.dm.com.br/cotidiano/pirenopolis-alagada-4/>

Unes, W. (2004). Apresentação. In M. Blumenshein, R. Lucena & G. Silveira (Ed.). *O art déco em Goiânia: um itinerário de leitura*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico.

Uruguay. (1967). *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo: Imprenta Nacional.

- Uruguay. (1997). *Decreto de Ordenamiento Territorial del Departamento de Colonia y sus modificaciones*. Montevideo: Junta Departamental de Colonia.
- Uruguay. (2000). *Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de Colonia del Sacramento y su Microrregión y sus modificaciones*. Montevideo: Junta Departamental de Colonia.
- Uruguay. (2009). *Ley n.º 19.272 de Descentralización Política y Participación Ciudadana y sus modificaciones*. Montevideo: Diario Oficial.
- Uruguay. (2018). *Decreto n.º 023/2018 que regula el perímetro del Barrio Histórico de Colonia del Sacramento*. Montevideo: Junta Departamental de Colonia.
- Uruguay. (2024). *Plan Director de la Junta Departamental de Colonia*. Montevideo: Junta Departamental de Colonia.
- Valverde, R. (2007). *A transformação da noção do espaço público: A tendência à heterotopia no largo da carioca*. (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Valverde, R. (2009). Sobre espaço público e heterotopia. *Geosul*, 24(48). <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2009v24n48p7>
- Villaça, F. (1999). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In C. Deák & S. Schiffer (Ed.). *O processo de urbanização no Brasil*. 169-243. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Villaça, F. (2001). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute.
- Villaça, F. (2005). *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. [http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao\\_pd.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf)
- Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 25(71), 37-58. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597>
- Villaschi, J. (2012). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. In E. Costa, L. Brusadin & M. Pires (Ed.). *Requalificação da cidadania pela interpretação sensorial: direito ao patrimônio*. São Paulo: Outras Expressões.
- Voltaire, F. (2015). *Mourir pour Haïti: la résistance à la dictature en 1964*. Montréal: Éditions du CIDIHCA.
- Yázigi, E. (2019). Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlacede geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo. *PatryTer*, 2(3), 1-7. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i3.14281>
- Yázigi, E. (2003). Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do

amanhecer. São Paulo: Contexto.

Zarlenga, M. (2022). Políticas de regeneración urbana a través de la cultura en ciudades latinoamericanas. *EURE*, 48(144), 1-21.  
<https://doi.org/10.7764/EURE.48.144.14>

Zibechi, R. (2011). Las revoluciones de la gente común. *La Jornada*, Ciudad de México.

Zibechi, R. (2014). *Descolonizar la rebeldía*. (Des)colonialismo del pensamiento crítico y de las prácticas emancipatorias. Santiago de Chile: Quimantú.

Zibechi, R. (2015). *Territórios em resistência*: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência.

Zibechi, R. (2018). *Los desbordes populares desde abajo*: la revolución de 1968 en América Latina. Madrid: Libros en Acción.

## ANEXOS

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA O USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE INVESTIGAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, CPF portador \_\_\_\_\_, concordo em participar na investigação empírica para a tese de doutorado intitulada "Espaço público e *planejamento urbano possível* em cidades coloniais da América Latina" construído por Larissa Alves de Sousa, mestre e mentor Professor Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa irá desenvolver no campo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB. O objetivo geral da pesquisa é compreender como ocorre a *ativação popular dos espaços públicos* frente aos impactos da *patrimonialização global* em cidades coloniais latino-americanas, com enfoque em Pirenópolis (BR) e Colônia do Sacramento (URU), a fim de delinear uma metodologia para sua manutenção, vinculada à proposta do *planejamento urbano possível*. Minha participação será através de uma entrevista semi-estruturada, realizada durante o dia, com tempo estimado de 01 (uma) hora ou assim. Minha participação será voluntária e não implica qualquer despesa. Você pode se recusar a responder a quaisquer perguntas ou participar de qualquer processo que lhe traga desconforto ou constrangimento, pode retirar-se de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer preconceito. Riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos porque expressa a minha experiência de vida e contribui para a construção da tese aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília - UnB -, e poderão ser publicados em meio científico posteriormente. Os documentos, dados e materiais arquivados serão utilizados apenas para esta investigação e permanecerão sob a custódia do pesquisador por um período de 02 (dois) anos. Após esse período, todo o material arquivado será destruído. Se você tiver alguma pergunta sobre a pesquisa, entre em contato com a Sra. Larissa Alves de Sousa pelo número +55 (62) 98104-5538 e pelo e-mail [larissaades@hotmail.com](mailto:larissaades@hotmail.com). Por último, afirmo que recebi todos os esclarecimentos necessários antes e durante a investigação e optei por

AUTORIZO MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA ( ) SIM ( ) NÃO  
AUTORIZO O USO DA MINHA IMAGEM NA PESQUISA ( ) SIM ( ) NÃO  
AUTORIZO A GRAVAÇÃO E USO DE AUDIO E VÍDEO ( ) SIM ( ) NÃO

Assinatura do participante,

\_\_\_\_\_.

## ENTREVISTA SEMISTRUTURADA

Nome e Sobrenome:

1. Você costuma visitar diferentes espaços públicos do seu bairro e/ou de Pirenópolis? Se a resposta for não, por quê?

Sim ( ) Não ( )

2. Em uma escala de 0 a 5, onde 5 representa a maior frequência de uso, 1 a menor frequência e 0 nenhum uso, que números você associaria aos seguintes espaços públicos:

( ) Praças; ( ) Rua do Lazer; ( ) Centros comerciais; ( ) Calçadas; ( ) Ruas para veículos;  
( ) Praças com igrejas; ( ) Museus; ( ) Outros:

3. Quando você frequenta esses espaços públicos, o que costuma fazer? Que atividades realiza? Cite o maior número de atividades possível.

4. O que você acha que atrai nesses espaços? Ou seja, que características específicas esses espaços públicos têm que fazem você escolhê-los em vez de espaços privados?

5. Quando você vai a esses espaços, existe alguma forma de uso ou apropriação que você não gosta? Quais e por quê?

6. O que você acha do comércio ambulante (de rua ou fixo) que utiliza os espaços públicos?

7. Você considera que algum bem tombado (igreja, praça, casarão) é mais frequentado por ser patrimônio do Iphan? Em caso afirmativo, qual?

8. O que você acha dos locais patrimoniais localizados na zona central da cidade? Eles agregam valor ao comércio local? E quanto às áreas ao redor?

9. Você costuma participar de festas populares realizadas em espaços públicos?  
Sim ( ) Não ( )

10. Você participa ativamente de alguma prática cultural considerada patrimônio pelo Iphan? Se sim, qual?

11. Você costuma recomendar às pessoas que visitem lugares com bens materiais considerados patrimônio pelo Iphan?

12. Você considera que os espaços públicos estão bem conservados para que as pessoas os visitem?

13. Em uma escala de 0 a 5, onde 5 representa a maior importância, 1 a menor importância e 0 nenhuma importância, qual é a importância dos espaços públicos para a realização das seguintes atividades?

( ) Interação social; ( ) Local de trabalho; ( ) Festas populares; ( ) Encontrar desconhecidos;  
( ) Compras; ( ) Lazer; ( ) Atividades físicas; ( ) Encontro com amigos, familiares e conhecidos.

## TÉRMINO DE AUTORIZACIÓN PARA EL USO DE IMAGEN Y SONIDO DE VOZ CON FINES DE INVESTIGACIÓN

Yo, \_\_\_\_\_, titular del CPF \_\_\_\_\_, acepto participar en la investigación empírica para la tesis doctoral titulada "Espacio público y *planificación urbana posible* en ciudades coloniales de América Latina", elaborada por Larissa Alves de Sousa, magíster, bajo la orientación del Profesor Dr. Everaldo Batista da Costa. Estoy al tanto de que la investigación se desarrollará en el ámbito del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad de Brasilia - UnB. El objetivo general de la investigación es comprender cómo ocurre la activación popular de los espacios públicos frente a los impactos de la patrimonialización global en ciudades coloniales latinoamericanas, con enfoque en Pirenópolis (BR) y Colonia del Sacramento (URU), con el fin de delinear una metodología para su mantenimiento, vinculada a la propuesta de una planificación urbana posible. Mi participación consistirá en una entrevista semiestructurada, realizada durante el día, con una duración estimada de 01 (una) hora aproximadamente. Mi participación será voluntaria y no implicará ningún gasto. Puedo negarme a responder cualquier pregunta o a participar en cualquier proceso que me cause incomodidad o molestia, y puedo retirarme de la investigación en cualquier momento, sin ningún perjuicio. Los riesgos derivados de mi participación en la investigación son nulos, ya que se expresará mi experiencia de vida y contribuiré a la construcción de la tesis mencionada. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de Brasilia - UnB - y podrán publicarse posteriormente en medios científicos. Los documentos, datos y materiales archivados serán utilizados únicamente para esta investigación y permanecerán bajo la custodia del investigador durante un período de 02 (dos) años. Después de ese período, todo el material archivado será destruido.

Si tiene alguna pregunta sobre la investigación, comuníquese con la Sra. Larissa Alves de Sousa al número +55 (62) 98104-5538 o por correo electrónico a [larissaades@hotmail.com](mailto:larissaades@hotmail.com).

Por último, afirmo que recibí todos los esclarecimientos necesarios antes y durante la investigación y opté por:

AUTORIZO QUE MI NOMBRE SEA PUBLICADO EN LA INVESTIGACIÓN ( ) SÍ ( ) NO

AUTORIZO EL USO DE MI IMAGEN EN LA INVESTIGACIÓN ( ) SÍ ( ) NO

AUTORIZO LA GRABACIÓN Y USO DE AUDIO Y VIDEO ( ) SÍ ( ) NO

Firma del participante,

\_\_\_\_\_.

## ENTREVISTA SEMISTRUTURADA

Nombre y Apellido:

1. ¿Tiene la costumbre de visitar diferentes espacios públicos de su barrio y/o de la Colonia do Sacramento? Si la respuesta es no, ¿por qué?

Si ( ) No ( )

2. En una escala de 0 a 5, donde 5 representa la mayor frecuencia de uso, 1 la menor frecuencia de uso y 0 el no uso, ¿qué números asociaría con los siguientes espacios públicos:

( ) Cuadrados; ( ) Calle del Ocio; ( ) Centros comerciales; ( ) Aceras; ( ) Calles de vehículos; ( ) Plazas con Iglesias ( ); ( ) Museos; ( ) Otros:

3. Cuando acudes a estos espacios públicos ¿qué sueles hacer, qué actividades sueles realizar? Nombra tantas actividades como sea posible.

4. ¿Qué crees que te atrae de estos espacios? Es decir, ¿qué características específicas tienen los espacios públicos que te hacen acudir a ellos en detrimento de otros espacios, como los privados?

5. Cuando acudes a estos espacios, ¿hay alguna forma de uso o apropiación que no te gusta? ¿Cuáles y por qué?

6. ¿Qué opinas del comercio ambulante (callejero y fijo) que utiliza espacios públicos?

7. ¿Considera que algún bien catalogado (iglesia, plaza, mansión) es más frecuentado, por ser patrimonio del CPCN? En caso afirmativo, ¿cuál es?

8. ¿Qué opinas de los sitios patrimoniales ubicados en la zona central de la ciudad? ¿Aportan valor al comercio local? ¿Qué pasa con las zonas circundantes?

9. ¿Asiste habitualmente a fiestas populares que se realizan en espacios públicos?

Si ( ) No ( )

10. ¿Participa activamente en alguna práctica cultural considerada patrimonio por el CPCN? ¿Si sí, cual?

11. ¿Sueles recomendar a la gente ir a lugares con bienes materiales considerados patrimonio por el CPCN?

12. ¿Considera que los espacios públicos están bien mantenidos para que la gente los visite?

13. En una escala de 0 a 5, donde 5 representa la mayor importancia, 1 la menor importancia y 0 ninguna importancia, ¿qué importancia tienen los espacios públicos para la existencia de las siguientes actividades?

( ) Interacción social; ( ) Lugar de trabajo; ( ) Fiestas populares; ( ) Encontrarse con extraños; ( ) Compras; ( ) Ocio; ( ) Actividades físicas; ( ) Encuentra amigos, familiares y conocidos.